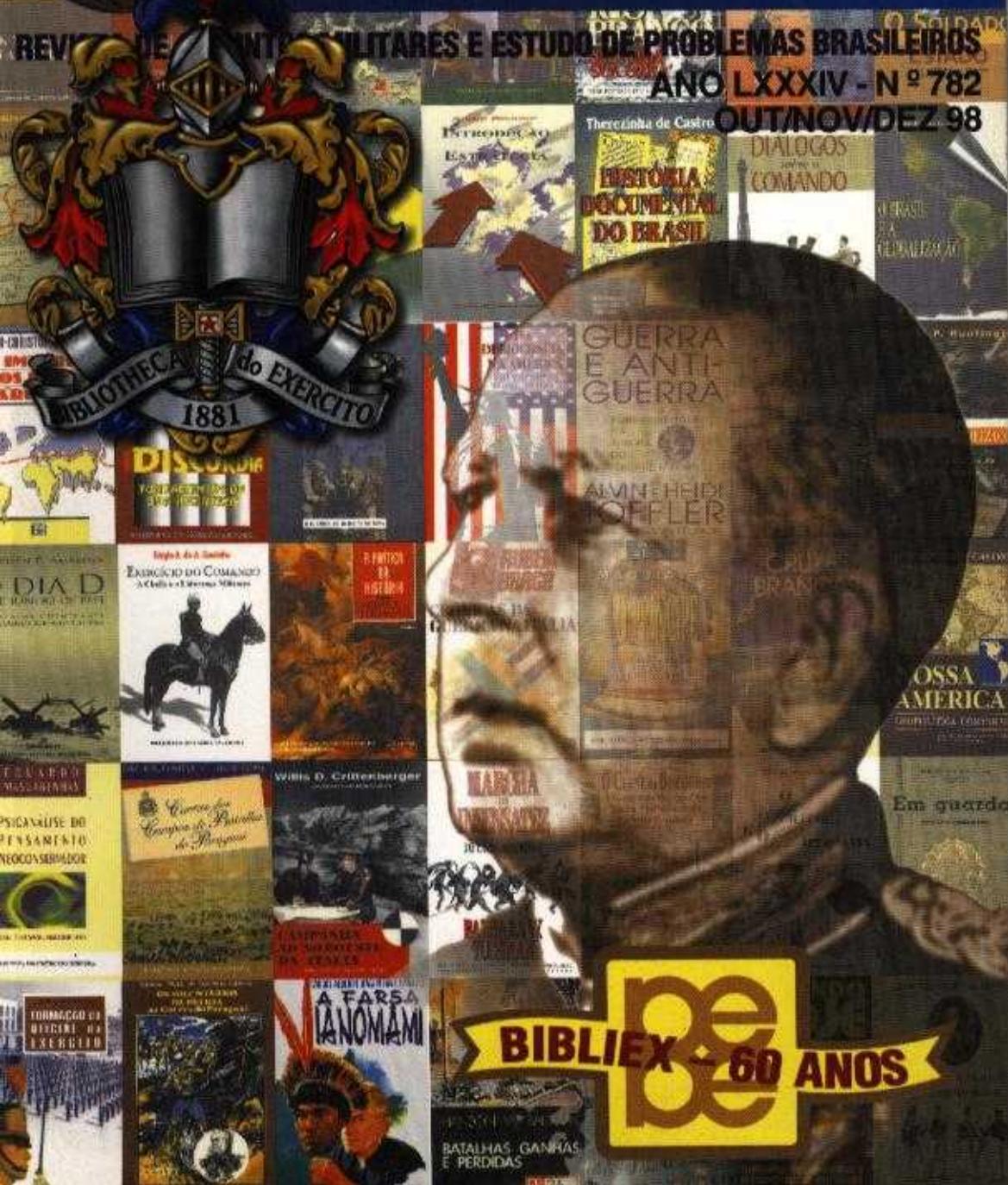


A DEFESA NACIONAL



EDITORIAL

10/09/10
J.1

No princípio, as guerras eram feitas pelo uso da força e da astúcia, a qual não tardou a se valer da técnica para a feitura dos primeiros instrumentos de luta.

À medida em que as hordas foram se transformando em exércitos regulares e a profissão militar foi sendo instituída, foram surgindo os códigos de conduta, conformando a ética do soldado. E, à proporção que o instituto guerreiro foi sendo domesticado, tornando mais esparsa a ocorrência das guerras, as atividades intelectuais foram perdendo a incompatibilidade com que eram tidas na composição do perfil militar, não tardando a ser reconhecida sua imprescindibilidade para o estudo e acompanhamento das mutações do campo-de-batalha.

De um modo talvez simplista, aí está como surgiram as bibliotecas militares.

Inicialmente voltadas para o desenvolvimento da cultura profissional, tiveram sua destinação ampliada, ao longo do tempo, objetivando se contrapor ao pragmatismo irracional capaz de bloquear o pensamento militar no entendimento das transformações do mundo. Ao mesmo tempo, elas passaram a atender ao lazer, forma de terapia essencial para a manutenção do moral do soldado, fator obrigatório a ser considerado na avaliação do poder de combate, e que tem, no livro, um dos seus mais eficientes instrumentos.

Entre as efemérides do trimestre abarcado pela presente edição, selecionamos, desta vez, o *aniversário de fundação da Biblioteca do Exército* (17 de dezembro de 1881) para ser o motivo da ilustração da capa. Trata-se da homenagem prestada por *A Defesa Nacional* à responsável por sua editoração desde 1982. A ela se deve a atualidade da sua apresentação gráfica e o revigoramento do seu prestígio.

No livro *História da Biblioteca do Exército (um Capítulo da História Cultural Brasileira)*, Umberto Peregrino nos fala da vida centenária da *Casa do Barão de Loreto*, como biblioteca de consulta e como editora, e nossa edição Nº 775, de 1992, apresenta uma sinopse da mesma história e mostra sua face atual, seus novos encargos e planos, a busca da inserção no mundo da informática.

Umberto Peregrino, vale destacar, foi um dos seus diretores e a ele se juntam escritores militares de igual projeção, dentro e fora do mundo V.O., como Valentim Benício, Souza Docca, Paula Cidade, Costa Leite, Adalardo Fialho, Costa Godolphim e Maya Pedrosa, entre outros.

Nos seus 118 anos de existência, a BIBLIEX soube preservar a essência da finalidade estabelecida no decreto de sua criação, que ampliou continuamente, em consonância com as exigências do progresso. É curto o espaço de um editorial para discorrer sobre o valor atual do seu acervo bibliográfico, dos livros e revistas que edita, dos prêmios a obras inéditas que concede, do papel que exerce na projeção do Exército no cenário cultural do País e do exterior, do elo que representa no relacionamento da Força Terrestre com a população civil e suas elites culturais.

SUMÁRIO

EDITORIAL	01
O MOVIMENTO MILITAR DE NOVEMBRO DE 1955 Rubens Bayma Denys	05
O BRASIL, A ALEMANHA, A EUROPA E O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL Amerino Raposo Filho	21
O BRASIL E A DINÂMICA DOS EIXOS NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO INTERNACIONAL Therezinha de Castro	43
A GLOBALIZAÇÃO: SOBERANIA E PODER NACIONAL Francisco de Assis Grieco	63
NOSSAS MARIAS QUITÉRIAS Nanci Leonzo	71
A GUERRA CIVIL ESPANHOLA Luis Felipe da Silva Neves	85
DOUGLAS MACARTHUR – GENERAL ESTADISTA OU DEMAGOGO PERIGOSO? Almir dos Santos	97
DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS Reis Friede	107
COMENTÁRIOS	
Presidente Castello Branco, o Estadista Carlos de Melra Mattos	121
Canudos e o Exército Davis Ribeiro de Sena	124
Canudos e o Jacobinismo Oliveiros Litrento	128
Comandar Sebastião José Ramos de Castro	129
A Saga de uma Nação Manuel Cambeses Junior	131
INFORMAÇÕES	133
DESTAQUES DA IMPRENSA	145



BIBLIEIX PROGRAMA EDITORIAL 1998

COLLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

1. *Canhões de Agosto* — Barbara W. Tuchman

Obra notável da historiografia contemporânea. Apresenta, em forma de narrativa literária e estilo jornalístico, aspectos humanos e profissionais de estadistas, políticos, estrategistas e técnicos, pincados à luz de feitos, fatos e comportamento ético-pragmático. A autora se propõe a compreender a inteligência do pensamento político-estratégico-militar da Europa da segunda metade do século XIX e início do século XX, culminando no irrompimento da Primeira Guerra Mundial.

2. *O Choque de Civilizações* — Samuel P. Huntington

Samuel P. Huntington introduz, partindo de avaliação histórico-cultural, a tese da revisão do conceito tradicional ocidental de uma "civilização universal" para a definição de várias "civilizações", com núcleos, culturas e objetivos políticos e econômicos próprios. Trata-se de uma contribuição analítica e valiosa à pesquisa conjuntural de todo o intrincado processo dinâmico global, como o que se separará a próxima geração.

3. *O Dia D* — Stephen E. Ambrose

O livro apóia-se em 1400 minuciosos depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram da Operação Overlord, no período da meia-noite de 5 para 6 até meia-noite de 6 para 7 de junho de 1944. Os depoimentos são integrados e analisados, a eles se juntando apreciações sobre o planejamento e execução das operações e as atitudes de comandantes e líderes aliados e alemães. Obra escrita em estilo de leitura fácil e atraente, prende a atenção do leitor e contém grande quantidade de informações para os estudiosos do assunto e o público em geral.

4. *Introdução à Estratégia* — André Beaufre

Obra prefaciada pelo não menos célebre estudioso de assuntos militares, o Cap. Liddell Hart, que a considera o tratado de Estratégia mais completo e mais cuidadosamente formulado dentre todos os que foram publicados ultimamente. O livro do Gen. Beaufre é um esplêndido manual de Estratégia, claro, preciso e atual em suas apreciações e objetivo nas análises que apresenta.

5. *Formação do Oficial do Exército* — Jeovah Motta

O livro é, ao mesmo tempo, um ensaio de história e um debate de assuntos pedagógicos. Em essência, aborda as questões das bases da estrutura intelectual e a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército Brasileiro desde a criação, em 1810, da Real Academia Militar.

6. *Do Recôncavo aos Guararapes* — Antônio de Souza Junior

Por ocasião dos festejos comemorativos dos 350 anos da vitória das embrionárias armas brasileiras sobre as holandesas na Primeira Batalha dos Guararapes é reeditada essa obra de fundamental interesse para os estudiosos de história militar brasileira. De leitura fácil, descreve as estratégias e táticas empregadas, apresentando de maneira detalhada os etílicos em confronto, bem como documentos e relatórios nacionais e holandeses sobre as duas Batalhas de Guararapes.

7. *A Grande Barreira* — J. F. Maya Pedrosa

No meio civil, círculos universitários, políticos e dentro o público geral é de se esperar que o livro seja elogiado e criticado. Maya Pedrosa endereça sua obra "aos jovens que não viveram a confrontação ideológica no Brasil e ficaram ouvindo versões condenatórias da conduta das Forças Armadas em suas intervenções históricas na política". Caso seus críticos, civis ou militares, publiquem reparos ou mesmo refutações ao trabalho do autor, ele se constituirá em um marco na história da participação do Exército na vida nacional.

8. *Tempestade do Deserto* — Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus

É a história da Guerra do Golfo (agosto de 1990 a fevereiro de 1991), em que uma espetacular força militar composta por uma coligação de países liderada pelos Estados Unidos, atuou contra o Iraque. Mostra o Exército norte-americano dos anos 90 e como foi empregado debaixo de fogo e sob a atenção do mundo. O livro, escrito em linguagem simples, direta e clara, como são as obras militares, é do maior interesse para os profissionais das armas, mas não faltarão civis dedicados ao estudo de História Militar capazes de apreciarem.

9. *Democracia na América* — Alexis de Tocqueville

Embora publicado no início do Séc XIX, permanece atual e desperta interesse geral. "Democracia na América" exalta o valor do império das leis e da oportunidade para todos como trunfos do regime democrático prevalentes na sociedade dos EUA no século passado. Trata-se de um clássico, que vem preencher uma lacuna na estante da Coleção Gen Benício.

10. *O Brasil e a Globalização* — Francisco de Assis Grieco

Trata-se de obra de interesse atual, de vez que aborda um dos mais controvértidos fenômenos contemporâneos: a globalização das atividades humanas, quer sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais. O autor, Francisco de Assis Grieco, é Mestre em Economia pela Universidade George Washington e pós-graduado em Economia Internacional e Pensamento Econômico pela London School of Economics and Political Science, de Londres.

11. *A Evolução Militar do Brasil* — Cel. J. B. Magalhães

Após uma apresentação sobre as origens e transformações da guerra, o autor realiza um estudo das nossas instituições militares, examinando-as em cada período histórico distinto. "A compreensão e o justo julgamento da razão de ser da eficiência ou não do mecanismo militar nacional, reclamam análise atenta das circunstâncias de cada momento histórico" — esta é uma das conclusões apresentadas nesse estudo de leitura útil e interessante.

12. *O Príncipe* — Comentado por Napoleão — Nicolau Maquiavel

A obra, elaborada a partir de um enfoque realista e humanista, dissecava o Estado, a ação política e seu agente — o político — mais como são do que como deveriam ser. Maquiavel se refere, nela, a um universo sócio-político específico e analisa fatos que lhe eram contemporâneos ou de ocorrência recente no encerramento do mundo medieval. Os comentários registrados por Napoleão, em 1816, apresentados em notas de rodapé, vem complementar este clássico escrito há quase cinco séculos, assegurando maior validade aos conceitos emitidos pelo florentino Maquiavel.

SEJA ASSINANTE DA BIBLIEIX!

Neste número da revista V. encontrará uma página com o "PEDIDO DE ASSINATURA" e maiores informações.

Ligaçao gratuita para todo o Brasil

■ (0800) 238365

E-mail: bibliex@ism.com.br

O Movimento Militar de Novembro de 1955

Rubens Bayma Denys*

Credenciado como filho e, na ocasião, ajudante-de-ordens do líder do movimento militar de novembro de 1955, o autor apresenta, neste artigo, seu testemunho e sua interpretação do desenvolvimento dos fatos ocorridos em fase delicada da vida nacional.

Os acontecimentos militares de novembro de 1955 estão inseridos em um período muito conturbado de nossa história política recente, agitado por vários eventos de caráter político-militar, e mesclado de disputas partidárias e ideológicas, que se inicia em 1922 e se encerra em 1964.

É o denominado *ciclo revolucionário brasileiro* que encerrou a *Velha República*, do poder político do *café com leite*, dos *coronéis* chefes políticos das áreas rurais e dos resultados de eleições forjados a bico de pena. Ele implantou o *Estado Novo*, modernizou as estruturas políticas, econômicas e sociais do País,

criando as bases para a sua industrialização e o seu desenvolvimento, que barrou as investidas de comunicação do País e seu alinhamento com o bloco soviético, durante a Guerra Fria, e, finalmente, com a instalação dos governos militares, a partir de 1964, proporcionou uma base econômica razoável ao País e possibilitou o surgimento, no seio da sociedade brasileira, de uma massa crítica política e socialmente capaz de estabelecer uma democracia mais representativa e estável.

O ano de 1955 chegava ao seu final. O Sr. Juscelino Kubitschek havia sido eleito Presidente da República, após agitada campanha eleitoral, que trazia ainda as amargas lembranças do suicídio de Getúlio Vargas e os

conflitos resultantes dos acontecimentos de agosto de 1954. As disputas pós-eletorais criavam um clima de apreensão com relação à posse do presidente eleito.

O mês de novembro daquele ano veio a ser marcado por um movimento político-militar que se caracterizou pelos impedimentos de dois chefes de governo para o exercício do cargo: no dia 11, o Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados, que exercia, interinamente, a Presidência da República, em face do afastamento, por questão de saúde, do Sr. Café Filho, que a assumira desde a morte de Vargas e, no dia 22, o próprio Café Filho que, após ter tido alta hospitalar, se preparava para reassumir o cargo.

* General-de-Exército.

Os acontecimentos militares de novembro de 1955 teve, como consequência imediata, a instauração de um quadro político-militar que assegurou a posse de Juscelino Kubitschek e proporcionou a este, posteriormente, condições de sustentar a estabilidade institucional durante todo o seu governo, inibindo e debelando, com firmeza, várias quarteladas.

Sabe-se que as motivações que precederam e se seguiram aos acontecimentos referidos estavam impregnadas de disputas políticas, de caráter partidário e ideológico radical, como amplamente noticiado à época. No entanto, a grande motivação para sua eclosão foi de caráter preponderantemente militar.

Um discurso do Coronel Mamede, por ocasião do enterro de um ilustre chefe militar, o General-de-Exército Canrobert Pereira da Costa, foi considerado, pelo Ministro da Guerra, General Henrique Lott, um ato de indisciplina a ser punido. O fato provocou a questão militar, que envolveu essa autoridade e seus colegas das pastas militares, o Pre-

sidente Café Filho e o Deputado Carlos Luz. Seu desfecho, que culminou com a exoneração do Ministro da Guerra, foi considerado uma ofensa grave ao Exército, ao atingi-lo na pessoa do seu ministro e dos princípios da disciplina e da hierarquia, não acatados pelo Presidente em exercício, que os preteriu para atender a um manobra política.

A necessidade de desgravar o Exército e fazer prevalecer o acatamento aos princípios basilares da instituição militar – a disciplina e a hierarquia – foi realmente a verdadeira razão para a decisão, firme e coesa, de destituir o Deputado Carlos Luz da chefia do governo, tomada pelos generais da Zona Militar do Leste (ZML),¹ sob a autêntica liderança do seu comandante, o então General Odylio Denys.

Por sua vez, as ações político-militares que culminaram com o impedimento do Sr. Café Filho de reassumir a chefia do governo, em 22 de novembro, foram uma óbvia consequência da decisão tomada por esses generais na madrugada de 11 de novembro.

As circunstâncias que envolveram a demissão do General Lott, chefe militar

respeitado e honrado, do cargo de Ministro da Guerra, com os noticiários das rádios e imprensa explorando perigosamente os acontecimentos, levariam à suposição de existência, no núcleo do governo do Palácio do Catete, de um grupo de pessoas cujos interesses políticos partidários prevaleciam sobre quaisquer possíveis consequências que o desfecho da questão militar pudesse trazer ao Exército.

O Sr. Café Filho afastara-se da chefia do Governo no dia 9 de novembro, por conselho de seu médico, a fim de prevenir um distúrbio cardiovascular, durante oito dias. Ele se mantivera insensível às insistentes solicitações do seu Ministro da Guerra, perigosamente exploradas pelo rádio e pela imprensa.

A essa demora em ser dada solução à questão militar criada, some-se a demissão do Ministro da Guerra, pelo Deputado Carlos Luz, nas circunstâncias em que ela ocorreu, considerada ofensa grave ao Exército.

Em razão desses fatos, a volta do Sr. Café Filho à chefia do Governo seria considerada um retorno ao quadro político governamental anterior ao Movimento de 11

1. Atual Comando Militar do Leste (CML).

de Novembro. Com ele, voluntariam ao governo aqueles que manobraram para afastar o General Lott da pasta da guerra, por evidentes interesses políticos. E, com tal retorno, obviamente não concordariam os generais responsáveis pela deflagração do movimento, pois certamente haveriam de ser alvos de retaliações.

Anos mais tarde, já na década de 80, em conversa pessoal que tive com o Dr. José Monteiro de Castro, que foi Chefe do Gabinete Civil do governo Café Filho, perguntei-lhe qual foi o grupo político e quais os propósitos que o levaram a empenhar-se pela demissão do General Lott da pasta da guerra. Ele me respondeu ter sido um grupo de Minas Gerais contrário a Juscelino Kubitschek, que não queriavê-lo assumir a Presidência da República.

O estreito correlacionamento da eclosão do Movimento de Novembro de 1955 com as correntes políticas favoráveis à posse de Juscelino, dentre as quais se destacavam grupos de militares esquerdistas bastante atuantes, deveu-se ao apoio imediato e ao alarde que esses últimos fizeram em prol daqueles acontecimen-

tos. Um desses grupos iniciara a publicação, no vespertino *Última Hora*, do Rio de Janeiro, de uma série de artigos, sob o título *Frente de Novembro*, de autoria do Coronel Nemo Canabarro Lucas, militar da reserva do Exército, com o propósito de dar apoio público às referidas ações político-militares e àqueles que as conduziram. Foi essa *Frente* que, no ano seguinte (1956), homenagearia o General Henrique Lott, então Ministro da Guerra, com a oferta de uma espada de ouro. Tal fato trouxe muito constrangimento para a maioria do quadro de oficiais do Exército que participara e apoiara o Movimento sem as conotações ideológicas de esquerda que lhe queriam dar.

OS ACONTECIMENTOS MILITARES

O planejamento para a manutenção da ordem legal e das instituições

Em março de 1955, havia, nos meios militares do Rio de Janeiro, ainda Capital Federal, um clima de apreensão político-militar resultante do desfecho da grave crise que sacudiu o País e que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas. De outro

lado, a disputa eleitoral servia para agravar esse clima de apreensão. Ela, que se antevia acirrada, certamente envolveria as Forças Armadas, dada a presença do General-de-Exército Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar de Café Filho, entre os principais concorrentes à Presidência da República. Ele era apoiado pelo grupo político que estava no poder e que havia confrontado o governo Vargas até a sua queda. Seu principal oponente era Juscelino Kubitschek, ex-Governador de Minas Gerais e candidato da corrente partidária que apoiava Vargas.

O Comandante da ZML, prevendo a possibilidade da eclosão de uma grave crise político-militar no decorrer daquele ano, julgou necessária a elaboração de um plano de emprego emergencial de suas tropas, de forma a lhe possibilitar, como comandante de área e de guarnição, assegurar o respeito e o livre exercício das instituições, da lei e da ordem, na área de jurisdição do seu comando e, muito particularmente, na Capital Federal.

O planejamento deveria fundamentar-se em um quadro hipotético de eclosão de grave crise político-militar,

provocada por expressivas lideranças civis e militares com o propósito de reverter a ordem legal e institucional, envolvendo significativas parcelas dos quadros e das tropas da Marinha, da Aeronáutica e, também, do Exército. Segundo orientação pessoal do General Denys, o planejamento deveria ter, entre os seus objetivos operacionais na Capital Federal, a neutralização de possíveis ações em força da parte de organizações militares das três Armas, e o controle dos Correios e Telégrafos, da Companhia Telefônica, da Repartição Central de Policia, do Comando Geral da Polícia Militar etc... Entre as recomendações feitas, uma referia-se à necessidade de rapidez no desencadeamento das ações militares, para a obtenção da surpresa. Outra, dizia respeito à constituição de *Destacamentos*, cada qual sob o comando de um oficial-general e organizados com unidades de tropas, não necessariamente pertencentes ao mesmo regimento ou à mesma grande-unidade, de forma a prevenir o surgimento de possíveis focos de reação às ordens emanadas na cadeia de comando.

Em face da sensibilidade política e militar inerentes a

um tal planejamento, o mesmo foi elaborado no mais absoluto sigilo no âmbito do Estado-Maior Pessoal do Comandante Militar do Leste. O Tenente-Coronel Humberto de Souza Melo, assistente-secretário, redigiu os textos do plano básico e das ordens aos executantes – as grandes unidades e unidades diretamente subordinadas – e dos *Destacamentos* que elas constituiriam. O Capitão Rubens Bayma Denys, ajudante-de-ordens, datilografou os referidos textos e envelopou-os por destinatário, incluindo endereços e telefones domiciliares de todos os comandantes e principais oficiais superiores envolvidos. Não fosse a imperiosa necessidade de absoluto sigilo, esse planejamento seria tratado no âmbito do Estado-Maior Geral, como o foi sua execução, após o desencadeamento das ações, no dia 11 de novembro.

Em maio de 1955, o plano básico com as ordens consequentes já estava pronto para ser distribuído aos generais comandantes, inclusive com as instruções necessárias a lhes facilitar a organização e o emprego com rapidez dos *Destacamentos* que lhes fossem designados

para comandar. Dessa forma, quando eclodiu a crise político-militar, o Comandante da Zona Militar do Leste dispunha do necessário planejamento para fazer face à situação.

A crise político-militar

A crise em questão teve início em 1º de novembro, como já referido, com um discurso feito pelo então Coronel Jurandy de Bizarria Mamede, oficial muito conceituado, servindo na Escola Superior de Guerra (ESG), por ocasião do sepultamento do General-de-Exército Canrobert Pereira da Costa. O discurso, cujos termos, conceitos e oportunidades foram julgados pelo Ministro da Guerra, General Lott, presente à cerimônia, como ofensivo à disciplina militar, já era esperado pela oficialidade da Capital Federal. Tanto assim, que o Comandante da Zona Militar do Leste, a caminho do Cemitério do Caju, preferiu retornar ao seu gabinete, argumentando que não gostaria de estar presente a um ato no qual a disciplina militar fosse agravada publicamente.

O Ministro da Guerra, ainda no local, transmitiu o

seu pensamento às autoridades a que o referido coronel estava transitoriamente subordinado, para que o mesmo fosse punido disciplinarmente. Puseram-se contra a medida tanto o Comandante da ESG, Vice-Almirante Ernesto Araújo, como o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Major-Brigadeiro-do-Ar Gervásio Duncan. Transferiu-se pois a decisão para o próprio Presidente da República, Sr. João Café Filho que, não obstante as insistentes solicitações do seu Ministro da Guerra, não a tomou até o dia 9 de novembro, dia em que se afastou da chefia do governo.

A questão arrastara-se, portanto, demasiadamente sem uma solução, criando um clima de grande apreensão nos meios militares quanto ao seu desfecho, que vinha sendo explorado em suas graves repercussões nos meios políticos e militares. Finalmente, em 9 de novembro, logo após o Depu-

tado Carlos Luz assumir interinamente a chefia do Governo, foi anunciado, pela imprensa, que a decisão para o caso disciplinar do Coronel Mamede seria dada no dia seguinte, por ocasião da audiência que o Ministro da Guerra teria com o Presidente em exercício, prevista para às 17:00 horas.

Essa audiência foi motivo de grande repercussão, através dos noticiários das rádios, por ser tão esperada e envolver uma questão que vinham sendo muito explorada politicamente. Seguidamente, vinha a público insistentes informativos sobre a longa espera do Ministro da Guerra na ante-sala do gabinete presidencial, enquanto várias audiências eram concedidas, inclusive ao General-de-Exército Álvaro Fiúza de Castro, já na reserva, que teria sido convidado a assumir a pasta da guerra. Após cerca de uma hora e quarenta minutos de espera, o General Lott foi recebido pelo Sr. Carlos Luz que, em curta audiência, declarou-lhe que não determinaria a exoneração do Coronel Mamede das funções que exercia na Escola Superior de Guerra e que o assunto seria dado por encerrado. Em consequência, como já era esperado, o

General Lott pediu demissão do cargo, no que foi aceito imediatamente pelo Presidente em exercício, que lhe deu conhecimento do nome do seu substituto, já presente no Palácio.

O Comandante da Zona Militar Leste, na residência oficial, tomava conhecimento do desenrolar dos acontecimentos pelos noticiários. E, ao perceber que se vislumbrava a eclosão de uma grave crise político-militar, resolveu determinar a entrada em prontidão das unidades de tropas de São Cristóvão e da Tijuca.²

Pouco mais tarde, quando o Ministro da Guerra exonerado retornou da audiência presidencial, o General Denys foi-lhe ao encontro, na residência ao lado,³ para informar-se pessoalmente dos fatos ocorridos durante a audiência presidencial. O General Lott, ao prestar-lhe as informações já do conhecimento público, disse-lhe ter acertado com o General Fiúza da Castro a passagem do cargo para o dia seguinte, às 15:00 horas. Antes de retirar-se, o Comandante da ZML perguntou-lhe se teria ainda alguma ordem ou recomendação a transmitir, ao que ele respondeu não ter nem uma nem outra.

2. Batalhão de Guardas, Regimento de Cavalaria de Guardas, 2º Batalhão de Infantaria Blindado, 1º Grupo de Artilharia Antiaérea 40mm e Batalhão de Polícia do Exército.

3. As residências oficiais de ambos eram vizinhas, na área do Palácio Laguna, próxima ao Estádio do Maracanã.

A reunião na residência do Comandante da ZML

Ao retornar, o General Denys determinou a convocação imediata de todos os oficiais-generais sob seu comando em serviço na Capital Federal, para uma reunião na residência oficial, ainda àquela noite. Julgava ser conveniente avaliar, juntamente com os seus comandados diretos, a situação do quadro político-militar criado. E, se necessário, adotar uma linha de ação a ser seguida pelas tropas do Rio de Janeiro, que contasse com a posterior solidariedade dos demais chefes, oficiais e guarnições do Exército, aos quais a urgência dos acontecimentos não permitiria prévia consulta. A série de procedimentos, concatenados e sucessivos, que culminou com a exoneração do General Lott evidenciava, da parte do eventual detentor do Poder Executivo, a deliberada intenção de enfraquecer a disciplina das Forças Armadas e propósitos de servir a interesses contrários à ordem institucional, com ostensivo menoscabo à dignidade do Exército, ferida na pessoa do seu Ministro.

Dessa reunião, realizada a portas fechadas, parti-

ciparam os seguintes generais: General-de-Divisão Antonio de Lima Câmara, Comandante da 1ª Região Militar; General-de-Divisão Manoel de Azambuja Brilhante, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria; General-de-Brigada Oswaldo de Araújo Motta, Chefe do Estado-Maior da Zona Militar do Leste; General-de-Brigada João de Segadas Viana, Comandante do Núcleo da Divisão Blindada; General-de-Brigada Augusto Frederico Correia Lima, Comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar; General-de-Brigada Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria; General-de-Brigada Djalma Dias Ribeiro, Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre; General-de-Brigada José Theóphilo de Arruda, Comandante do Grupamento de Unidades Escolas, e General-de-Brigada Nilo Horácio de Oliveira Sucupira, Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria.

No intervalo entre a convocação dos oficiais-generais e o início da reunião, o então Tenente-Coronel Antonio Luiz de Barros

Nunes (Cacáu), na condição de assistente do Ministro da Guerra nomeado, compareceu à residência do General Denys para convidá-lo, em nome daquela autoridade, a permanecer no comando da Zona Militar do Leste. Ao ter ciência do convite, o General Denys disse-lhe que iria pensar a respeito e mais tarde daria pessoalmente uma resposta ao General Fiúza de Castro.

Durante toda a permanência na residência do Comandante da ZML, o Tenente-Coronel Barros Nunes, que fora recebido pelo então Major Roberto Bayma Denys, não chegou a tomar conhecimento da reunião convocada, embora os oficiais-generais já estivessem chegando e se dirigindo para outra dependência da casa. Ao ser indagado, pelo Major Denys, se não temia alguma reação militar, em face das circunstâncias da exoneração do General Lott, respondeu-lhe que não, pois a situação já se encontrava sob controle.

A reunião com os oficiais-generais começara em torno das 22:00 horas, com a presença da maioria dos generais convocados. Cerca de 23:30 horas, após as trocas de opiniões iniciais, o

General Denys julgou necessária sua ida à residência do General Fiúza de Castro, a fim de ajuizar das intenções do Governo, levar-lhe as preocupações dos oficiais-generais reunidos em sua residência com os possíveis desdobramentos futuros do quadro político-militar, e dar-lhe resposta ao convite recebido.

Na conversa com o General Fiúza de Castro, o General Denys informou-o sobre a reunião com os oficiais-generais, à qual aguardava também a presença do General Falconière, que desejava informar-se da marcha dos acontecimentos. Disse-lhe das preocupações de seus comandados e que gostaria de ouvir dele, como Ministro da Guerra nomeado, qual a sua posição sobre o possível retorno do Coronel Mamede ao Exército, para aplicação da punição disciplinar no âmbito da Força, e qual a orientação geral do Governo, com relação ao quadro político sucessório. Em resposta, o General Fiúza disse-lhe que, sobre o caso do Coronel Mamede, só ao Presidente em exercício caberia decidir e, quanto à orientação geral do Governo, esta só poderia depender do pensamento do Sr. Carlos Luz.

Ao se retirar, o General Denys agradeceu-lhe o convite para permanecer no comando da Zona Militar do Leste, dizendo-lhe que não poderia aceitá-lo naquelas circunstâncias e que iria retornar à reunião e informar aos oficiais-generais sobre o teor da conversa que tiveram.

Retornando à residência, onde já estava presente o General Falconière, o General Denys deu conhecimento aos presentes das declarações do Ministro da Guerra nomeado, a respeito das questões em discussão. Tais declarações foram julgadas demasiadamente insatisfatórias.

Retomada pelos presentes a apreciação dos acontecimentos e fatos motivadores da reunião, acompanhada do exame de informações do conhecimento de cada um dos presentes, foram-se esboçando três possíveis soluções. A primeira, mais suássoria, se resumiria no imediato pedido de exoneração de suas funções, por parte de todos os generais ali presentes, como demonstração de solidariedade ao Ministro da Guerra demissionário. A Segunda constaria de um sério apelo a ser feito ao Governo, com uma prévia reunião da tropa em seus

quartéis, pronta para um emprego eventual. A terceira, resultaria em dirigirem-se, os generais, imediatamente aos seus postos de comando, inclusive o General Falconière que viera de São Paulo. Determinar-se-ia prontidão e ordem de marcha para as unidades militares e proceder-se-ia, desde o amanhecer, a uma forte ocupação dos pontos-chave da Capital Federal, após o que seria declarada a impossibilidade de ficar o Exército sob as ordens do Sr. Carlos Luz.

A última solução foi a escolhida, por unanimidade. Era, sem dúvida, a que se apresentava como a de resultados mais positivos e definitivos, sem probabilidade de reversão, e certamente incruento, sem derramamento de sangue, afastando qualquer possibilidade de reações armadas eficientes, ou mesmo quarteladas.

Convém registrar que, logo após a exoneração do General Lott da pasta da guerra, iniciou-se uma grande agitação no seio da oficialidade do Exército, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que acontecia a reunião na residência oficial do Comandante da Zona Militar do Leste, ocorria uma outra, na casa do General Zenóbio

da Costa, então Inspetor Geral do Exército, da qual participaram muitos oficiais superiores, sendo que pelo menos dois estavam no comando de unidades de tropa. A grande maioria desses oficiais eram ligados ao então denominado *Movimento Militar Constitucionalista* – MMC, que se dizia de ideologia nacionalista. Essa reunião foi importante para caracterizar o descontentamento no seio da oficialidade do Exército, ainda que não se viesse a ter condições para determinar a eclosão de um efetivo movimento de reação militar contra o Governo.

O Coronel Felisberto Bastista Teixeira, um dos oficiais integrantes do MMC, sabendo da reunião na residência do Comandante da Zona Militar do Leste, lá compareceu para informar-se do seu andamento. E, ao perceber a importância que ela assumira, em face da presença de todos os oficiais-generais da Capital Federal, e também do General Falconière, Comandante da Zona Militar do Centro, com sede em São Paulo, imediatamente telefonou para a residência do General Zenóbio da Costa e disse ao seu interlocutor que a reunião era quente, da qual

poderia surgir uma reação militar contra o Governo. Tal observação esvaziou toda e qualquer reunião de grupos de militares descontentes, das quais pudessem resultar quarteladas ou reações isoladas.

Era do conhecimento dos generais presentes à reunião na residência do Comandante da ZML, a movimentação na residência do General Zenóbio. Dessa forma, estavam conscientes de que a decisão a tomar deveria inibir a ocorrência de tais quarteladas e reações armadas desarticuladas e ineficientes.

E foi o que ocorreu. A solução adotada, refletindo uma decisão tomada pelos próprios chefes militares, no âmbito da estrutura de comando da Zona Militar do Leste, e que contou desde o início com o irrestrito apoio do Comandante da Zona Militar do Centro (General Falconière), receberia em seguida a solidariedade dos demais chefes e comandantes em todas as guarnições do Exército.

É oportuno registrar também o grande número de oficiais da Aeronáutica que acorreram ao Quartel-General da Zona Militar do Leste, ainda na manhã do dia 11 de novembro, paraacom-

panhar de perto a evolução dos acontecimentos e, certamente, poder vir a participar das ações no âmbito da Força Aérea.

Ações político-militares da 1^a fase – Impedimento do Deputado Carlos Luz

Cerca das 02:00 horas da madrugada de 11 de novembro, a reunião foi encerrada. Imediatamente, ao se retirar, cada oficial-general recebeu, do ajudante-de-ordens do Comandante da Zona Militar do Leste, um envelope com as ordens para as respectivas grandes-unidades e as instruções relativas à organização e ao emprego dos *Destacamentos* que deveriam comandar em situação de emergência.

Com o som das buzinas e dos motores de automóveis sendo acionados na hora da saída dos presentes à reunião, o General Lott tomou conhecimento da movimentação na casa ao lado e procurou o General Denys, através de um telefone de campanha que ligava as duas residências, para saber do que se tratava. Ao ser informado sobre a reunião dos generais da Zona Militar do Leste, com a presença do General Falconière, e da

decisão tomada, o General Lott hipotecou-lhe a sua solidariedade. O General Denys disse-lhe, então, que não se preocupasse mais com a passagem do cargo de ministro, pois os generais já stavam se dirigindo para os seus quartéis-generais e, logo, as tropas estariam nas ruas. Em seguida, convidou para se dirigir com ele, juntamente com o General Faloniére, ao Ministério da Guerra,⁴ a fim de acompanhar as operações militares em curso e dar andamento aos acertos e às medidas necessárias nas esferas política e militar.

Durante o trajeto do automóvel que conduzia as autoridades citadas, um fato singular ocorreu na altura do Canal do Mangue. O Major Bayma Denys, que seguia no banco da frente, levantou sua metralhadora-de-mão, que portava consigo. O General Lott, provavelmente motivado pelo que via, fez o seguinte comentário: *Denys, estamos na ilegalidade. Este, por sua vez, teria dito: Não se preocupe, Lott, pois a legalidade logo estará ao nosso lado.*

Ainda naquela madrugada, no Palácio Duque de

Caxias, estiveram com o Comandante da Zona Militar do Leste, a seu convite, o Senador Nereu Ramos, o Deputado Flores da Cunha e o Marechal Mascarenhas de Moraes, que foram colocados a par dos acontecimentos. O Senador Nereu Ramos, Presidente do Senado Federal, assumiria a Chefia do Governo, por lhe caber tal cargo pela ordem de sucessão, em face do impedimento do Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara Federal, de continuar a exercê-lo.

O Deputado Flores da Cunha, que exercia a Presidência da Câmara Federal, viria a conduzir, no Palácio Tiradentes, os trabalhos que culminaram com o impedimento do Deputado Carlos Luz.

O Marechal Mascarenhas de Moraes receberia a incumbência de ir ao Palácio do Catete, ainda na manhã daquele dia, para buscar entendimentos com as autoridades civis e militares que lá se encontrassem, em nome do Ministro da Guerra, a fim de libertá-lo para receber o novo Governo.

O Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-Presidente da República, cientificado pelo General Denys, por telefone,

dos fatos sucedidos durante a reunião em sua residência, solidarizou-se também com a decisão dos generais.

O Comandante da Zona Militar do Leste determinou ainda que fossem feitas ligações telefônicas com o Comandante da 4^a Região Militar, General Cyro do Espírito Santo Cardoso, em Juiz de Fora (MG), e com o General Nelson de Mello, no Comando da Infantaria Divisionária da 5^a Região Militar, em Ponta Grossa (PR), para informá-los sobre os acontecimentos e as medidas que deveriam adotar no âmbito dos respectivos comandos. Para executar essas tarefas com maior rapidez, já que as ligações telefônicas eram muito precárias naquela época, o Capitão Rubens Bayma Denys dirigiu-se à Repartição Central dos Correios e Telégrafos, onde assumiu temporariamente o controle de todo o sistema de rádiotelegrafia do local.

As operações militares tiveram início ainda de madrugada, após a necessária concentração das tropas nos quartéis e, já ao amanhecer do dia 11 de novembro, as vanguardas dos vários *Destacamentos*, com constituição e missão prevista para o emprego emergencial, esta-

⁴ Atual Palácio Duque de Caxias.

vam se posicionando em suas respectivas áreas de emprego, como planejado, a fim de manter sob o controle do Comando da Zona Militar Leste os principais pontos-chave do Distrito Federal.

O General Justino Alves Bastos teve como encargo o controle dos pontos sensíveis dentro da área central da cidade do Rio de Janeiro, desde a região do Aeroporto Santos Dumont até a Praça Mauá. O General Correia Lima ficou encarregado de controlar os situados nas áreas litorâneas da Zona Sul do Rio e de Niterói. O General Segadas Vianna conduziu as ações na direção da Ilha do Governador. O General Sucupira recebeu a missão de controlar a região de Santa Cruz. O General Djalma Dias Ribeiro teve a seu cargo o controle das regiões de Marechal Hermes e dos Afonsos. O General Arruda ficou em condições de atuar com o seu *Destacamento* em quaisquer das áreas acima, como de fato ocorreu, quando foi necessário cerrar sobre o *Destacamento* do General Sucupira, a fim de cooperar no controle da região de Santa Cruz. O General Brilhante teve o encargo de coordenar as operações na Zona Norte

da cidade, incluindo a Ilha do Governador, Vila Militar, Marechal Hermes, Afonsos e Santa Cruz. O General Lima Câmara foi investido no cargo de Interventor Federal no Distrito Federal e regiões da Baixada Fluminense e Niterói – São Gonçalo, sendo o Coronel Orlando Geisel designado Interventor na área central da cidade do Rio de Janeiro, com controle direto sobre a Repartição Central de Polícia, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e os Correios e Telégrafos.

A primeira fase do *Movimento* encerrou-se com o impedimento do Deputado Carlos Luz, no dia 12 de novembro.

Ações político-militares da 2^a fase – Impedimento do Dr. Café Filho

A Segunda fase do *Movimento Militar de Novembro de 1955* consistiria na deposição do Presidente Café Filho, no dia 22 de novembro.

Para os oficiais-generais que participaram da reunião na residência do Comandante da Zona Militar do Leste, essa segunda fase seria uma consequência natural da primeira. Era do

entendimento geral que o retorno do Sr. Café Filho à chefia do Governo significaria o restabelecimento do quadro político-militar anterior ao impedimento do Deputado Carlos Luz. E, de fato, isso vinha sendo aguardado com certa expectativa por todos aqueles, civis e militares, contrários ao *Movimento de 11 de Novembro*.

Assim, com o propósito de impedir o retorno do Sr. Café Filho à Presidência da República, o Comandante da Zona Militar do Leste fez ver ao Ministro da Guerra a necessidade de terem ambos uma audiência com ele na Clínica São Vicente. O General Denys pensava convencer o Sr. Café Filho a continuar afastado da chefia do Governo até o final do mandato presidencial e a posse do presidente eleito.

A audiência fora marcada para o dia 18 de novembro às 17:00 horas. Entretanto, antecipando-se à chegada do General Denys, o General Lott foi recebido em audiência, sem a presença do Comandante do ZML.

Ao sair, o General Lott informou a este que o Sr. Café Filho estava irredutível em sua disposição de reassumir o cargo logo que tivesse alta hospitalar.

Na ocasião, aparentando muita contrariedade, o General Denys comentou, com o seu ajudante-de-ordens, que o General Lott não deve ter sabido argumentar e que, se ele tivesse conversado pessoalmente com o Sr. Café Filho, certamente o teria convencido a não reassumir a chefia do Governo.

Anos mais tarde, em conversa com o Sr. Munhoz da Rocha, eu soube que ele presenciara a referida audiência e que assistira o Ministro da Guerra tentar convencer o Sr. Café Filho a não reassumir a Presidência da República, chegando a dizer-lhe, com último argumento, que o retorno ao cargo não lhe seria bom para a saúde.

Os acontecimentos que deram início às ações que culminariam com o impedimento do Sr. Café Filho, para o exercício do cargo de Presidente da República ocorreram a partir das 15:00 horas do dia 21 de novembro, quando o Comandante da ZML foi informado de que o mesmo teria alta hospitalar ainda naquele dia. O Sr. Café Filho sairia da Clínica São Vicente às 17:00 horas. Primeiramente, iria à sua residência, em Copacabana e, após, seguiria para o Palácio

do Catete, a fim de reassumir a chefia do Governo. A passagem do cargo já estava acertada com o Senador Nereu Ramos.

Ao tomar conhecimento dessas informações, o Comandante da ZML, através de um telefonema, determinou imediatamente ao Comandante do Batalhão de Guardas, Coronel Paulo Queiroz Duarte, que cercasse o Palácio do Catete com a sua unidade e não deixasse entrar ou sair dele quem quer que fosse. Em seguida, também por telefone, deu instruções ao General Justino Alves Bastos para tomar as medidas necessárias, de forma a manter o Sr. Café Filho em sua residência, em Copacabana, impedindo-o de sair do local. Após tomar essas providências, deu conhecimento ao Ministro da Guerra e buscou entendimentos com o Deputado Flores da Cunha, presidente da Câmara, com vistas a obter, do Congresso Nacional, o impedimento do Sr. Café Filho para reassumir a chefia do Governo.

A manutenção do Sr. Café Filho em sua residência, pelas tropas sob o comando do General Justino, teve grande repercussão pública e agitou os meios políticos,

como era de se esperar. A União Democrática Nacional, a UDN, partido majoritário entre os que davam apoio ao governo Café Filho, impetrhou um mandado de segurança, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra a atuação do Exército. A fim de examinar, em caráter de urgência, a ação impetrada pela UDN, os Ministros do Superior Tribunal Federal foram convocados para uma sessão extraordinária, na noite desse mesmo dia, 21 de novembro. Entretanto, ainda nessa noite, a referida sessão foi transferida para a tarde do dia seguinte, após, portanto, à sessão do Congresso Nacional que apreciaria a questão do impedimento do Sr. Café Filho, na manhã do dia 22 de novembro.

O Presidente do STF fora aconselhado a fazê-lo, para evitar o constrangimento de a Suprema Corte se ver afrontada diretamente por uma desobediência do Exército. Sabia-se que o Comandante da Zona Militar do Leste e seus comandados estavam irredutíveis na determinação de impedir o Sr. Café Filho de retornar à chefia do Governo.

Na manhã do dia 22 de novembro, um destacamento

do Batalhão de Polícia do Exército, comandado por um oficial superior, foi designado para concentrar-se na Praça Quinze de Novembro, aguardando instruções do Coronel Humberto de Souza Mello. O Capitão Rubens Denys, que o acompanhou, não poderia afirmar, porque lhe disseram na ocasião, que esse *Destacamento* estaria à disposição do Deputado Flores da Cunha, para qualquer eventualidade de emprego durante a votação do impedimento do Sr. Café Filho.

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

A posse de Juscelino Kubitschek

Uma das consequências de maior importância do Movimento Militar de Novembro de 1955, no quadro político nacional, foi ter assegurado a posse do presidente eleito, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, ameaçada com a exoneração do Ministro da Guerra, General Lott, que havia manifestado posição contrária às articulações dos partidos que desejavam impugnar as eleições, em virtude de o vencedor não ter obtido maioria absoluta de votos.

Ultrapassada a oportunidade de fazer prevalecer legalmente a tese da maioria absoluta, aqueles partidos passaram a buscar uma outra forma de impedir a diplomação e posse do presidente eleito. Nesse sentido, destacou-se a reunião de Araxá, MG, realizada a 3 de novembro, na qual estiveram presentes quase todos os ministros do governo Café Filho, inclusive os militares, à exceção do Ministro da Guerra, General Lott. Essa reunião, de grande repercussão política, ocorrida, portanto, logo após o discurso do Coronel Mamede do dia primeiro, veio acentuar a dissidência do General Lott em relação às posições políticas de seus colegas de ministério. Desse forma, a sua permanência no cargo de Ministro da Guerra se fazia inconveniente para os prováveis projetos daqueles que visavam a impedir a posse de Juscelino.

Na época, foi muito comentado, pela mídia, que os acontecimentos militares de novembro de 1955 resultaram no retorno aos quadros constitucionais vigentes, ao assegurar a posse do presidente eleito.

O Exército e a manutenção da ordem institucional

Outra consequência importante, foi a posição de destaque que o Exército assumiu no cenário político-militar. A partir de então, a Força Terrestre, no cumprimento de sua destinação constitucional, exerceria papel preponderante nas questões internas de garantia da lei e da ordem institucional.

Foi o Exército o grande instrumento de estabilidade do governo Juscelino, debelando as várias insurreições surgidas, entre as quais se destacaram: Jacareacanga, de 11 a 29 de fevereiro de 1956, liderada pelos então Major Aviador Haroldo de Coimbra Veloso e Capitão Aviador José Chaves Lamarrão; Aragarças, de 2 a 4 de dezembro de 1959, lideradas pelo então Tenente-Coronel Aviador João Paulo Moreira Burnier e Capitão Tarésio do Exército.

Nos dias de hoje, Juscelino Kubitschek é muito bem lembrado pelo surto de desenvolvimento e pelo clima de liberdade e de ordem democrática que proporcionou ao País. É preciso quando isso ocorrer, fazer-s-

também a devida justiça à Força Terrestre que, no cumprimento de sua missão constitucional, foi a grande fadadora da estabilidade do seu governo, ajudando-o a conter ou inibir ações radicais da direita e da esquerda, com firmeza e sem excessos.

As confrontações políticas e suas repercussões nas Forças Armadas

As dissensões internas de caráter político ideológico, no seio dos quadros do Exército se acirraram com o final da Segunda Guerra Mundial, o regresso da Força Expedicionária Brasileira, o fim do Estado Novo e a redemocratização do País.

A União Soviética, sendo uma das potências vencedoras da guerra contra o nazi-fascismo e integrante do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), assumiu posição de relevo no contexto mundial. A exportação da ideologia marxista-leninista, através do PCUS, que já se fazia desde o início da revolução de 1917, passou a ser um objetivo imperialista. Iniciava-se a *Guerra Fria*, dividindo o mundo entre Ocidente e Oriente, que somente cessou com a queda

do Muro de Berlim e com dissolução da União Soviética. Os oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira, por sua vez, ao combater nos campos-de-batalha da Itália, tiveram ao seu lado os *partisanos* (comunistas) que lutavam contra os mesmos inimigos para libertar sua pátria do jugo nazi-fascista. E, ao retornar, trouxeram, juntamente com as idéias do restabelecimento das liberdades democráticas no País, um certo sentimento de admiração e simpatia pelos companheiros de luta – os *partisanos*.

Dessa forma, com a democratização do País e a legalização do PCB, o número de comunistas e dos seus simpatizantes cresceu rapidamente dentro da sociedade brasileira. As Forças Armadas também não ficaram imunes a esse crescimento. Com o início da Guerra Fria e a passagem do PCB para a ilegalidade, as disputas ideológicas aumentaram, acirrando a confrontação interna entre democratas e comunistas no seio delas. Lembro-me, ainda, da intensa panfletagem e da pregação marxista nas casernas da Região Sul, quase sempre mascarada por idéias nacionalistas e antiamericanas.

O movimento militar de novembro de 55, ocorrido no auge da Guerra Fria, caracterizou-se por um clima de grande dissensão no seio das Forças Armadas, e mais particularmente no do Exército, provocado pelo confronto de correntes políticas partidárias de várias naturezas.

Duas delas poderiam ser bem definidas: a dos simpatizantes do getulismo e dos partidos que se sustentavam nas idéias de Getúlio Vargas e a do antigelulismo, dos partidos contrários as idéias do recém-falecido político.

Os comunistas e seus simpatizantes tinham guarda e atuavam politicamente na primeira das correntes citadas. E foi esse grupo, por ser muito atuante, que acabou empunhando a bandeira do referido movimento militar de novembro de 1955, a fim de usá-la para os seus desígnios políticos. Para tanto acercou-se do General Lott envolvendo-o, inicialmente, através do movimento denominado *Frente de Novembro*, do Coronel Canabarro Lucas, do qual aceitou uma espada de ouro no final de 1956. Isso trouxe grande constrangimento para aqueles que participaram das ações de 1955.

A partir da entrega da espada de ouro, houve um certo estremecimento nas relações entre o General Denys e o General Lott, que foi se agravando à medida em que este se cercava mais de conhecidos militantes comunistas e aquele tinha de aumentar a atenção e os esforços para impedir a entrada desses militantes ou de seus simpatizantes nas unidades do I Exército. Em certa ocasião, ocorreu a nomeação do Coronel Tácito Lívio Reis de Freitas para o comando do 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar. O General Denys teve de se empenhar para que fosse tornada sem efeito. O ministro retificou-a e o referido militar foi comandar um dos regimentos do Vale do Paraíba.

Dessa forma, para muitos o movimento de 55 ficou sendo um movimento militar de esquerda, contrariamente no que representavam as posições político-ideológicas dos responsáveis por sua deflagração que, embora se situassem na corrente getulista, eram anticomunistas tradicionais e se consideravam democratas conservadores.

O General Denys situava-se na primeira corrente.

Tenente revolucionário de 1922, em consequência do que ficou preso 6 (seis) anos, a maioria no Presídio da Ilha Grande, onde contraíu malária por duas vezes, quase vindo a falecer da segunda vez. Por isso, considerava a Revolução de 1930 como tendo sido o seu ideal revolucionário, a qual sempre reconheceu pela oportunidade que deu para o seu retorno ao Exército. Por outro lado, admirava Getúlio Vargas e o seu governo, pelos benefícios que trouxe para o País e para as Forças Armadas, até então muito desprestigiadas. Em outubro de 1945, como Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, foi contra o golpe militar que destruiu Vargas. Em agosto de 1954, como Comandante da Zona Militar do Leste, procurou, através do General Caiado de Castro, convencer o Presidente Vargas a resistir às pressões político-militares e não renunciar à chefia do Governo, no que não teve sucesso. Por sua vez, sua ação de comando estava neutralizada pela do Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, que conduzia as ações políticas, em nome do Exército, na Guarnição da Capital Federal. Entretanto,

era também veementemente contrário aos grupos comunistas marxista-leninistas dentre os quais despontavam como líderes Luiz Carlos Prestes e outros seus ex-companheiros da revolução de 1922, que já possuíam inúmeros seguidores nas Forças Armadas, principalmente no Exército.

O Marechal Denys, em 1930, juntamente com outros trinta e um companheiros revolucionários de 1922 e 1924, fizeram publicar no jornal *Correio da Manhã* uma declaração conjunta de repúdio ao ex-companheiro de revoluções, Luiz Carlos Prestes, e às suas idéias marxistas. Desse manifesto, não constaram os nomes dos ex-companheiros da Coluna, muitos dos que mais tarde se colocaram na liderança da luta contra o getulismo.

As raízes do acontecimento de agosto de 1961 e do movimento de 31 de março de 1964

Em face dos acontecimentos militares de novembro de 1955 e do papel preponderante assumido pelo Exército nas questões internas do País durante o governo de Juscelino, surgiu novas lideranças mili-

tares que se destacaram e influíram no panorama político nacional. Entre elas, situam-se as dos Generais Lott e Denys.

A saída do Marechal Lott da Pasta da Guerra, em fevereiro de 1959, para candidatar-se às eleições presidenciais, afastou-o da direção das questões do Exército. Com isso, o grupo comuno-nacionalista perdeu o amparo e, portanto, a influência que exercia na política ministerial.

O Marechal Denys, que o substituiu no cargo de ministro, tinha plena consciência da divisão interna no seio do Exército, em consequência dos acontecimentos militares de novembro de 1955. Assim, ao assumir a Pasta da Guerra, em ano eleitoral que prometia ser turbulento, e antevendo as ameaças ao regime democrático, em consequência das investidas bem-sucedidas das esquerdas radicais, considerou ser fundamental pacificar os ânimos e acabar com as dissensões internas entre os verdadeiros democratas, de forma a preparar a Força Terrestre para suportar os embates em defesa da democracia, como se vislumbrava.

Como primeiro passo nesse sentido, propôs ao Presidente Juscelino a pro-

moção do Coronel Mamede a general-de-brigada. E, ao fazê-lo, o Presidente chegou a lhe indagar se não haveria risco de reações internas no Exército. Em resposta, o Marechal Denys disse-lhe que a referida promoção seria bem recebida e se fazia necessária para iniciar uma pacificação dos espíritos no seio dos quadros militares.

Essa política, visando à pacificação no âmbito da Força Terrestre, foi acompanhada de certa vigilância sobre os conhecidos militares comuno-nacionalistas, que tiveram o espaço e a influência reduzidos.

Assim, o Exército se preparou para os embates de agosto de 1961, sob a liderança do Marechal Denys, que conseguiu, juntamente com o Almirante Sylvio Heckel e Tenente-Brigadeiro Gabriel Grum Moss, respectivamente, Ministros da Marinha e da Aeronáutica, unir as Forças Armadas na luta contra o comunismo.

Essa união possibilitou o sucesso da Revolução de 31 de Março de 1964.

CONCLUSÕES

Em face do exposto, podemos ressaltar os seguintes aspectos:

- o movimento militar de novembro de 1955 foi realizado em duas fases: o impedimento do Deputado Carlos Luz, em 11 de novembro, e a deposição do Sr. Café Filho, em 22 de novembro.

No primeiro, o motivo foi a demissão do Ministro da Guerra nas circunstâncias como ela ocorreu. No segundo, por haver um evidente comprometimento do Sr. Café Filho com os fatos que levaram ao seu desencadeamento. A sua volta à chefia do Governo, certamente, implicaria no retorno ao quadro político em vigor anteriormente, com a consequente anulação dos resultados da primeira fase. E, com isso, os generais que deflagraram o referido movimento não poderiam concordar;

- a decisão para realizá-la foi tomada por uma parcela de oficiais-generais do Exército, no âmbito da estrutura de comando da Zona Militar do Leste, tendo à frente o seu comandante;

- o motivo que levou ao seu desencadeamento foi o de desagravar o Exército, atingido com a exoneração do seu ministro, nas circunstâncias como ela ocorreu, e de fazer acatar o

princípio da disciplina e da hierarquia que estava sendo ferido com o propósito de atender a uma manobra política. O Coronel Mamede foi punido com 10 dias de prisão e, anos depois, em 1960, foi promovido a oficial-general, chegando a general-de-exército;

- a presença do comandante da Zona Militar do Centro, na referida reunião, e a solidariedade do General Lott, hipotecada em seguida à decisão tomada, deram imediatamente amplitude nacional ao movimento militar desencadeado;

- as operações militares da 1^a fase obedeceram a um planejamento realizado para fazer face a hipóteses de ações adversas na região do Rio de Janeiro, ainda Capital Federal;

- o planejamento, antecipado e atualizado, facilitou o desencadeamento das ações, com rapidez e segurança, inibindo reações adversas e possibilitando atingir os seus objetivos de pronto e sem baixas;

- a rapidez na tomada da decisão no âmbito da estrutura de um comando de área e a presteza na execução das ações consequentes abortou, na origem, possíveis quarteladas contra o Governo;

- o Comandante da Zona Militar do Leste, percebendo que se deslumbrava a eclosão de uma grave crise político-militar, ao tomar conhecimento do desenrolar dos acontecimentos pelos noticiários, resolveu determinar a entrada em prontidão para as unidades de São Cristóvão

e da Tijuca. Dessa forma, assegurava o controle de suas tropas desde cedo, mostrando-lhes estar atento aos acontecimentos e fazendo-as sentir uma decidida ação de comando;

- o Exército assumiu posição de destaque no cenário político-militar, a partir de então, passando a exercer papel preponderante nas questões internas, no cumprimento de sua destinação constitucional de afiançador da lei e da ordem institucional;

- o Sr. Juscelino Kubitschek, candidato eleito, foi diplomado e empossado Presidente da República e o Exército foi o grande instrumento de estabilidade do seu governo desenvolvimentista e de liberal ordem democrática.

"... convém que se saiba que o comandante das tropas é o árbitro do destino do povo, o homem de quem depende haver paz ou perigo para a nação."

Sun Tzu

O Brasil, a Alemanha, a Europa e o Novo Cenário Internacional¹

Amerino Raposo Filho*

Matéria extraída de artigo publicado no Caderno de Estudos Estratégicos (n.º 3 Especial, março de 1996) do CEBRES – Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Apresenta uma análise prospectiva da distribuição do poder mundial no início do próximo milênio, em função das transformações do cenário internacional deste final de século, e a posição do Brasil em relação a ela.

A EUROPA NO NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL

Como estará configurada a Europa no próximo século?

Será possível desenhar cenários – otimistas, pessimistas, ou ainda, realistas – de um continente geopolítico, que apresenta peculiaridades geoestratégicas multifacetadas, denunciadoras de contrações e repulsões, sístoles e diástoles do mapa geopolítico de antes, e, sobretudo, depois de 1945? Quando é possível

saber que outras variáveis poderão significar mudanças sensíveis e, até, revolucionárias na política de poder do planeta, como ocorreu no século XIX e no atual, com o ingresso de atores decisivos em cenas e cenários crescentemente intrincados?

Será possível imaginar, ademais, o papel eminentemente relevante da Alemanha no equilíbrio europeu e em face do continente eurásico?

E o Brasil, como situá-lo nesse contexto? Como poderá ele posicionar-se geoestrategicamente, num crescente e auspicioso relacionamento dual com a Alemanha?

Pincemos, em *flashes* retrospectivos dos séculos XIX

e XX, a contribuição geopolítica ternária dos Estados Unidos da América (EUA), da Alemanha e da Grã-Bretanha, para melhor compreender a Europa do futuro.

Os EUA, libertos da Grã-Bretanha, em 1783, emergem no século XIX preocupados em competir com sua geiratriz, ultrapassando-a no comércio mundial. Para tanto, seguiu os mandamentos geopolíticos *mahanianos*,² traduzidos nas doutrinas Monroe (1823), do Destino Manifesto (1835), de Portas Abertas (1896), nas guerras de conquista territorial contra o México e a Espanha, nas políticas prudentemente isolacionista ou interesseiramente intervencionista etc.

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

1 Selecionado pelo PADECIME.

2 Projeção do poder continental e transoceânico.

Tão importante foi essa expansão de poder nas primeiras décadas do século XIX, que animou A. Tocqueville a vaticinar, em 1835,³ que os EUA seriam, com a Rússia, as duas grandes potências do século XX.

A Alemanha, unificada após fulminantes conflitos político-militares, nos anos 60 do século XIX, sucessivamente com a Dinamarca, a Áustria e, sobretudo, com a França (1870/71), a longa preparação, de seis décadas, para vingar a derrota de 1806, em Iena – Auestaedt, frente aos exércitos napoleônicos, e a vitória decisiva da Prússia, que incorporou os territórios da Alsácia-Lorena, a partir de quando expandiu o poder nacional, tornando-se hegemônica no final do século e realizando parte do sonho de Frederico List, nos anos 30.

A Grã-Bretanha que, até o século XIX, tirara partido geopolítico de sua insularidade, mantendo-se como poder marítimo mundial incontestável durante a era vitoriana (1837/1901), percebeu que, embora detivesse

32 milhões de km² de império colonial e fosse detentora dos principais pontos estratégicos nas diversas rotas marítimas, começava a enfrentar a concorrência transoceânica do poder marítimo norte-americano. Compreendeu que sua composição binária com a França, como poder terrestre continental, não seria bastante para conter a projeção de poder da Alemanha. Diante do cenário europeu, tão complexo e preocupante, eis que surge a proposta da doutrina geopolítica mackinderiana, do *pivô geográfico da história*, (conferência de 1904) que, hábil e talentosamente, exaltava como *terra coração* na Eurásia, um dos centros de gravidade geoestratégica, deixando de considerar outro, da bacia atlântica, nos EUA.

Precipitada a Guerra de 1914/1918 e, ao final, a vitória das potências ocidentais sobre a Alemanha e o impasse em Versalhes para a concertação dos tratados representativos da paz dos vencedores, estimulou Mackinder a renovar a tese da *terra coração* em *ideais democráticos e realidade* (1919) sugerindo, e sendo aceita, como única alternativa para a *paz frus-*

trada, que produziria a guerra inevitável, o famoso *cordão sanitário* de oito unidades políticas, das doze criadas com a descaracterização dos impérios alemão, austro-húngaro e otomano, para impossibilitar em definitivo,⁴ o que tanto temia o mestre da geopolítica inglesa: uma composição binária Alemanha-Rússia, por aliança ou por domínio de uma potência sobre a outra.

O mapa geopolítico resultante para a Europa de 1919 continha tantas anomalias étnicas, culturais e religiosas na configuração das diversas unidades políticas, fazendo surgir Estados multinacionais e nações em mais de um espaço político, que os anos 20 e 30 esboçaram os lineamentos do cenário global de 39/45, desenho do maior conflito político-militar deste século, envolvendo todos os continentes numa guerra de dimensões além da nacional e da total, exibindo a plena dimensão global da estratégia e culminando com a aurora da dimensão planetária, nas explosões nucleares de Hiroshima e Nagasaki – conflito global, que terminou com a partilha do mundo,⁵ ficando a Alemanha

3. A Democracia na América.

4. Por ironia, quase se concretizando.

5. Concertada em fevereiro de 1945, em Yalta, antes mesmo da guerra, terminada em maio.

dividida e totalmente desfruída.

Na verdade, o mundo pós-45, quanto às relações de poder entre centros binários ou terciários e, até, multipolares, é o mesmo da longa evolução no espaço-tempo histórico-cultural kantiano: Roma-Cartago;⁶ a bina e a tripartição do Império Romano;⁷ Espanha-Portugal,⁸ evoluindo para novos centros de poder, em convivência conflitiva político-estratégica dual ou trinária-centros, sobretudo, francês e inglês, em busca de uma hegemonia européia e mundial, dando origem a longos e demorados conflitos e guerras. E, nos tempos contemporâneos, após as guerras revolucionárias e napoleônicas, continuou a disputa do pódio hegemônico entre a Grã-Bretanha e a França, e, depois, também a Prússia. Nessa configuração geoestratégica do final do século XIX emergiram, no *iceberg* transoceânico, os EUA, e, na Europa, a Alemanha edificada, a disputar o poder

terrestre, ultrapassando a Grã-Bretanha e contendo a França, derrotada e mutilada em 1870-71.

Da complexa moldura político-estratégico-militar da Segunda Guerra Mundial de trinta anos (1914 - 1945) e de sua significação geoestratégica, vemos exponencializar-se a disputa de poder entre as principais potências, para a asfixia de umas e a sobrevivência ampliada de outras. Grã-Bretanha, França e EUA, preocupados em negar à Alemanha, unificada e fortalecida político-economicamente, a permanência no triângulo de poder político-militar europeu, enfrentam a *Campanha de 1914-1918* e, por motivos mais graves e atores variados, a *Campanha de 1939-1945*, um conflito global tridimensional. O resultado de ambas foi o mesmo, ou seja, o esforço para impedir o expansionismo alemão e uma possível aliança com a Rússia, uma tentativa de neutralizar e descaracterizar a Alemanha como unidade política soberana e autodeterminada.

Após 1945, isolam-se as superpotências EUA e URSS, em bipolaridade de poder militar, inclusive nuclear,

descaracterizam-se os impérios coloniais (Grã-Bretanha, França e Portugal) e expande-se o Império Comunista. Na Europa, Paris e Londres, centros de poder nos séculos XVIII e XIX, são desafiados, ao final deste último, por Berlim que disputa a hegemonia continental e mundial. Após 1945, compõem, com Moscou, a trinária geoestratégia do continente europeu, sendo aos poucos Grã-Bretanha e França lideradas pelo poder global incontestável dos EUA, em obstinada confrontação político-ideológica com a URSS, a grande vitoriosa de 1939/45.

O fim da Guerra Fria estimulou o separatismo nos ex-países do Leste e agravou os conflitos geoeconômicos entre as potências do Oeste, pondera Edward E. Luttwak que acrescenta:

Hoje, vemos o confronto Leste-Oeste da guerra substituído pelos conflitos étnicos e guerras civis, na ex-esfera oriental, e por conflitos econômicos, cada vez mais acirrados, no interior da ex-esfera ocidental.

Nos anos 90, o mundo e a Europa se encaminham em busca de novas situações de

6. No lago cartaginês: *tempos remotos*.

7. Roma, Constantinopla e Moscou: *tempos antigos e medievais*.

8. Na bacia do Atlântico, dividindo o mundo em duas esferas de influência: *tempos modernos*.

equilíbrio de poder, a nível global e no âmbito dos continentes e de grandes áreas estratégicas regionais.

O fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o desmembramento da URSS – acontecimentos geradores de profundas e pluralizadas revoluções na ordem jurídico-política e econômico-social, possibilitando, inclusive, a gravitação crescente de unidades políticas em torno da Europa Ocidental unificada – estabelecem dimensão extremamente importante à unificação da Europa, em novo mapa político-estratégico. À semelhança do século XVIII, nosso século se encerra ao início dos anos 90, configurando um cenário geopolítico bem diverso daquele das décadas 40/80, com revoluções sem guerra, estratégias político-diplomáticas se sobrepondo às político-militares, mudanças na ordem jurídico-política e econômico-social, sem apelo à guerra revolucionária, exigência conceitual até então indispensável. A Europa se unifica, sem traumas político-estratégicos e, principalmente, estratégico-militares, promovendo alterações decisivas sem conflitos político-militares, buscando vitalizar a tese de

Rui Barbosa quando, em 1916, em plena Guerra 14/18, propunha *si vis pacem para pace... , alternativa do milenar si vis pacem para bellum...*

Na América, ocorrem experiências regionalistas, como o NAFTA e o MERCOSUL, ao lado da *Iniciativa para as Américas*, com o propósito maior da superpotência norte-americana de amoldar o continente às suas necessidades hegemônicas, revivendo um *monroismo* interesseiro, revelado no destino manifesto, como a *política de boa vizinhança* – de resto, inspiração de um pan-americanismo sem o pan. Para responder ao desafio da Europa unificada, pretende os EUA estruturar açodadamente um só bloco, a ALCA, se possível inviabilizando a decisão dos países da Bacia do Prata (Mercosul), assim como outra, desejável e a ser perseguida, na Bacia Amazônica (talvez Merconorte). Enquanto isso ocorre no meridiano das Américas, a Europa continental acelera o processo de integração, inicialmente econômico-comercial.

O Tratado de Maastricht, concertado para definir e orientar o futuro da Europa, propõe um calendário de

unificação econômica e monetária ao longo da década de 90, que vem sendo atendido sem grandes impedimentos. O mesmo não ocorre no que concerne à construção política, traduzida fundamentalmente em três vertentes: política externa e de defesa comuns, uma cidadania, e um papel relevante para o Parlamento Europeu. A questão da identidade política dificulta a implementação do tratado, mas é no concernente à política externa e de defesa comum que reside a maior dificuldade. Como atuará politicamente a União Europeia em assuntos de política exterior e, principalmente, como fica a OTAN, no que respeita à sua finalidade e, naturalmente, no tocante ao campo operacional? Permanecerá à moldura europeia ou deverá preocupar-se, também, com conflitos político-militares *out of area*? Há de fato, que examinar-se a Aliança Atlântica, em seus propósitos iniciais e na estrutura das forças envolvidas, com previsão de emprego dentro e fora dos limites da OTAN.

Aliás, as indecisões e protelações, falta de unidade de propósitos e de intenções, de determinação e de vontade da Aliança Atlântica

dante do sangrento e prolongado conflito político-militar que vem ocorrendo na ex-Iugoslávia – guerra civil com características de obstinada guerra convencional, entre nações e etnias religiosa-cultural, a disputar, no tempo, o mesmo espaço configurador de um ou mais Estados – vem sendo uma triste constatação das limitações da OTAN, justificando, esta e a da guerra Iraque-Kwait, o comentário de Zbigniew Brzezinski, professor norte-americano, ao falar, em 1990, da nova hegemonia (!) dos EUA: (...) a Europa, como fator geopolítico, não existe. As dificuldades entre os países europeus sobre a questão do Golfo Pérsico são demonstração disso.

O cenário deste fim de século desenha uma Europa submetida a grandes transformações, como ocorre no mundo. Por outro lado, esboçam-se perspectivas de expansão da Comunidade Européia, com a adesão dos países da Área de Livre Comércio Européia⁹ e, igualmente, países satélites da ex-

URSS.¹⁰ Para Raymond Barre, ex-ministro francês, a Guerra do Golfo evidenciou o reduzido peso político da Europa Ocidental. Sobre a evolução do conflito e sobre a conduta diplomático-estratégica das operações militares, apenas a França e a Grã-Bretanha estiveram presentes no Golfo e, mesmo assim, a reboque dos EUA. Sobre o futuro da Comunidade Européia, Barre coloca questões fundamentais relativamente à sua ampliação e abrangência a todos os países do Leste: poderia ela administrar uma união econômica e monetária e implantar os projetos de união política, passando de doze para vinte países? Será a Comunidade Européia do tipo 'hard union' ou do tipo 'soft union'? E finalmente, não cairá a Comunidade Européia num eurocentrismo isolacionista?

É evidente que a evolução dos acontecimentos político-estratégicos, na Europa e no mundo, neste quinquênio desmentem alguns comentários de 1990, ou os confirmam. Que diz, a propósito, o jornalista norte-americano William Pfaff (1990)? A Comunidade Européia é o mais importante agrupamento industrial e econô-

mico. Ela pode tornar-se uma grande força política, dominante até (...). É de duvidar, porém, que venha a existir, em futuro previsível, a vontade de exercer o poder. É duvidoso que realmente surja uma Europa capaz de uma estratégia geopolítica coerente e comum. A unificação da Alemanha e a restauração dos estados do Leste e balcânicos ao resto da Europa tornam a hipótese ainda menos provável.

Na verdade, como igualmente observa Egon Bahr, professor alemão, o grande desafio da Comunidade Européia é fazer com que os países ex-comunistas reunam condições políticas e econômicas de integrar o Clube dos Doze (...).

A Europa Ocidental não será capaz de preservar sua prosperidade econômica ou sua estabilidade política, se a parte oriental do continente submergir no caos, se a migração em massa assumir o caráter de um êxodo de povos engatilhado não apenas por guerras civis, mas também pela pobreza (...). A tarefa histórica que se impõe é fazer com que o maior número possível de países europeus consiga reunir condições de integrar a Comunidade. (...) não há pers-

9. Áustria, Noruega, Suécia e Suíça.

10. Principalmente Hungria, Tchecoslováquia e Polônia.

pectiva de associação preferencial: caso da Rússia e das novas repúblicas das regiões meridionais da ex-URSS.

Desejável, pelo menos, seria a possibilidade de o Leste Europeu contribuir para a implantação de uma ordem europeia fundamentada na segurança coletiva e na intensificação das relações para desenvolver o continente. Ainda dentro do tema da unificação, sob enfoque histórico-cultural, o historiador francês Jacques Le Goff comenta que *che-gou-se a dizer que (...) a Europa napoleônica era a Europa - França.*

Em nossa época tivemos o modelo perverso desse tipo de Europa, com a conquista hitlerina e o nazismo. A primeira grande diferença hoje é que a Europa se constrói mais ou menos entre países iguais, apesar das relações de poder (...).

Para encerrar este item, três colocações: 1^a, a curiosa referência de Umberto Eco, semiólogo italiano, quando diz que *a idéia de uma Europa que se constrói com independências nacionais, línguas nacionais, culturas nacionais é um fato novo*; 2^a, parece que se pode sepultar, sem honras fúnebres..., o

comentário de um então ministro belga (1990), no sentido de que *a Europa continua sendo um gigante econômico, um anão político e um verme militar*; 3^a, lembrar o vaticínio de Napoleão, quando dizia, ao jornalista Coombs, em Santa Helena, poucos meses antes de falecer: *Fui forçado a conquistar a Europa pela força das armas; dia virá em que conquistá-la-ão pela força do espírito.*

O BRASIL E A EUROPA DO FUTURO

O Brasil é uma unidade política do mundo em desenvolvimento, considerado ainda da semiperiferia pelas potências centrais. De grande extensão territorial (8,5 milhões de km²) é o 5º país do mundo em extensão geográfica e o 4º em espaço contínuo. Possui uma costa marítima de 7.408 km de litoral, contendo mais de 3 milhões de km² de águas patrimoniais. Configura o lado ocidental da bacia do Atlântico Sul, distante 3.500 km da África (estreito Natal-Dakar) e dispõe de 15.719 km de fronteira terrestre. Possui uma população da ordem de 150 milhões de habitantes (6º no mundo),

imenos recursos naturais (minerais e energéticos), unidade etno-lingüística, e não tem problemas de índole religiosa ou cultural. Situa-se como a 10ª economia mundial (PNB de 384,6 bilhões de dólares), a 22ª renda per capita do mundo (2661 dólares), sua densidade populacional é de 14 habitantes por km², e destina apenas 1,3% do PNB para despesas militares, dos menores índices do mundo.

Convive com dez países da América do Sul, numa relação permanente de paz, concórdia e cooperação, sem problemas de natureza político-estratégica com qualquer deles, e articula-se politicamente-diplomaticamente muito bem com todas as unidades políticas do continente sul-americano.

Sendo geopoliticamente um espaço de proporções continentais, o Brasil, Estado-nação, nunca esboçou pretensões de *destino manifesto* imperialista westfaliano.

Nascido de postura geoestratégica consequente da era das navegações transoceânicas, que deslocou o meridiano do *lago cartaginês* para a bacia do Atlântico, gerando novo ciclo mercantil-comercial e fenício, o

Brasil, durante o tempo que foi colônia portuguesa, ampliou de três vezes a faixa litorânea de 2,8 milhões de km² oferecida pelo Meridiano de Tordesilhas, arbitrado em 1494, pouco antes da sua *descoberta*, em 1500, empurrando a fronteira em território que então (1580 – 1640) pertencia a uma só coroa peninsular ibero-europeia (Portugal-Espanha), bipolar mundial, quando a Europa estava mergulhada na Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648). A expansão continental pacífica e de grande alcance geopolítico, seria consagrada pela diplomacia luso-brasileira no Tratado de Madri (1750), ratificado pela Espanha.

Com o *descobrimento*, em 1500, o Brasil ofereceu à genitora portuguesa, na costa oriental do continente americano, a borda ocidental da grande bacia do Atlântico Sul, contribuindo, desde então, para o desenvolvimento econômico-comercial e a segurança das rotas marítimas que demandam o sul da África.

Como Estado independente, federalizado e auto-determinado, nos anos 70 deste século, à margem de uma Guerra Fria bipolarizada de três décadas, co-

mo Portugal-Espanha no século XVII, o Brasil conseguiu ampliar de um terço, mar adentro, a sua soberania sobre a plataforma continental, mediante pleito jurídico-político acolhido pelas Nações Unidas.

Portanto, embora dispondo de requisitos de projeção de poder nas relações

político-militares de dimensões nacional, total, global e, quase, planetária, portando-se de forma absolutamente coerente e fiel ao seu destino de grandeza, perseguindo com equilíbrio, coerência e solidariedade, e contribuindo, direta e indiretamente, para a segurança e o desenvolvimento do sistema de

A margem de uma Guerra Fria bipolar, como Portugal-Espanha no século XVII, o Brasil conseguiu ampliar de um terço mar adentro a sua soberania sobre a plataforma continental, mediante pleito jurídico-político acolhido pelas Nações Unidas.

interestatais, em toda a evolução histórico-cultural do seu espaço-tempo geoes-tratégico, o Brasil preferiu seguir uma orientação político-estratégica de natureza econômico-comercial e de índole industrial e tecnológica, em convivência pacífica e cordial, a níveis regional, continental e mundial. Em suma, desde o período colonial até a configuração definitiva como Estado-nação livre e soberano, integrante da grande constelação de unidades políticas que, nesta virada de século, aproxima-se de duas centenas, o Brasil vem acompanhando a trajetória mundial kantiana de meio milênio de conflitos

relações internacionais, e para a paz e a concórdia entre as nações do Velho Mundo, agora renovadas como União Europeia. Para tanto, vem pagando tributo, não raro nas relações conflituosas, geradoras, inclusive, de guerras. Assim foi com os bipolos Portugal-Espanha, França-Holanda, Inglaterra-França. Assim ocorreu durante as Guerras 1914-1918 e 1939-1945. Assim tem sido, em particular como Força de Paz a serviço da ONU.

Enfim, a equilibrada trajetória político-estratégica do Brasil no concerto internacional tem sido caracterizada por sua arraigada

vocação pacifista e de profundo respeito pelas normas que regem o sistema de relações interestatais, não advogando o unilateralismo apressado, de alinhamento automático e de dependência constrangedora, de limitação de soberania e de autodeterminação, por sua preferência pelo instituto de multilateralismo e pela busca de solução negociada para os conflitos, mantendo-se sempre propenso ao diálogo diplomático e transparente, diretriz normativa de uma estratégia político-diplomática prudente, segura, equilibrada e, antes de tudo, firme e determinada. Diversa é assim da postura *talleyiana*, para a Europa do século XVII, que consistia em *intuir os acontecimentos e precipitar a sua ocorrência*.

Nação sob regime democrático vitalizado, preocupada em modernizar e diversificar a sua estrutura econômica, que apresenta ilhas avançadas em alguns setores industriais e tecnológicos, como energia, telecomunicações e transportes, defende o direito de acesso às

tecnologias de ponta. Mantém um setor privado dinâmico e competitivo em diversas áreas da economia nacional. No concernente à defesa dos seus interesses nacionais vitais, preocupa-se em estruturar uma indispensável, adequada e legítima capacidade de defesa nacional, participando, sem embargo, de encargos cometidos pela ONU nas operações de paz, em várias áreas estratégicas envolvidas em conflitos político-militares de extensão e profundidades variadas.

Para que as relações do Brasil, como unidade política em desenvolvimento, ou semiperiférica, atendam aos interesses nacionais vitais e possam contribuir para uma convivência saudável de cooperação, de complementação e de convergência com os interesses dos países desenvolvidos ou centrais, em especial potências como a Alemanha, há que estruturar um Projeto Nacional que viabilize estrategicamente as diversas linhas da problemática brasileira, não descurando, no possível, de necessária e adequada composição com os propósitos dos parceiros, no caso a Alemanha, sempre atentos à lógica dos temas que pre-

cupam os países em desenvolvimento (PED).¹¹

Conviria fazermos uma reflexão crítica sobre as vertentes orientadoras da presença internacional do Brasil e sua articulação prioritária a níveis regional, continental e mundial, consequente de análise mais detalhada de grandes áreas político-estratégicas, nas quais deve atuar a estratégia político-diplomática neste final de século. Vale dizer, impõe-se considerar o cenário mundial dos anos 90, com natural relevo para a Europa que se unifica e, nela, pinçar cenas e atores protagonizantes, como a Alemanha reunificada. Na verdade, o grande *frame* internacional e os aspectos configuradores do quadro europeu e da Alemanha na virada do século estão desenhados em outros itens deste ensaio, bastando destacar aqueles indicativos das profundas e revolucionárias transformações pelas quais passam a Europa e a Alemanha – na Europa, eventos notáveis, como a queda do Muro de Berlim, o desmembramento da URSS e os problemas político-estratégicos e de segurança coletiva criados com a Guerra do Golfo; na

11. Da dominação, do nacionalismo separatista, dos movimentos sociais e migratórios.

Alemanha, a reunificação definitiva.

Ambas as áreas enfrentando problemas no processo de integração europeia, nas crises de identidade e de afirmação de liderança geoes-tratégica, como o posicionamento da Grã-Bretanha e de algumas unidades políticas diante do binário Alemanha-França e de sua natural ascendência na implementação de Maastricht. Conflitos étnico-religiosos, migrações e afirmação de regionalismo ou Europa contribuem para tornar mais complexo e preocupante o quadro europeu, além de temas renovados e insistentes do G-7 em suas pretensões neocolonialistas e tecnológicas relativamente aos PED: ecologia, direitos humanos, limitação de soberania, reexame da segurança coletiva, continental e globalizante, reexame de organizações e atribuições da OTAN, ONU, OMC etc.

Diante de cenário tão complexo e instável, mundial e europeu, há que se refletir sobre o papel e a contribuição do Brasil nas próximas décadas, com vistas à Europa e à Alemanha.

¹² Como observa o Embaixador Celso Amorim.

As prioridades fluem do pressuposto básico de que a política externa do Brasil não tem (...) vertentes exclusivas ou excludentes. Obedece (...) a uma inserção estelar que se dirige em vários sentidos e direções;¹² como, por exemplo, a América do Sul (Mercosul e Iniciativa Amazônica, talvez precursora de um Mercosul-norte), relações com países desenvolvidos (PD), em particular com a Alemanha (na unidade européia), o Japão (na Ásia), e os EUA (na América), devendo privilegiar, também, a China, a Rússia e a Índia, na Ásia, com essas unidades políticas consertando investimentos e intercâmbio científico-tecnológico em contrapartida à exportação de produtos brasileiros em parcerias binárias de expansão crescente. Além disso o Brasil está presente em áreas estratégicas, que apresentam tensões e conflitos de complexidade variável, em atendimento a compromissos com a paz e a segurança internacionais.

Embora, na Ásia, o Japão, a China e a Índia representem parcerias importantes de gradação diversa nas relações bilaterais do Brasil, em termos de dimensão, de campos de interesse e de com-

plementação dual, na América, o NAFTA (EUA) e o Mercosul signifiquem composições de interesse e de atuação variadas nas relações econômico-comerciais e de segurança hemisférica, entendendo que incumbe ao Brasil, no universo de poder multipolar, buscar novos espaços geoestratégicos na União Europeia, fortalecendo os existentes com diversos países, com destaque para a Alemanha.

Os problemas de índole jurídico-político, econômico-comercial e sócio-cultural, inter e intra-unidades políticas da União Europeia como um todo, que se articula para atender ao cronograma de integração ainda nos anos 90, são tão variados e complexos, que provavelmente PEDs da América do Sul, como o Brasil, a despeito do seu imenso potencial de recursos e de maneiras de compartilhar e expandir parcerias estratégicas básicas e multilaterais, não se encontrem contemplados entre as prioridades atuais da política externa de países europeus. De fato, não obstante o vácuo de poder produzido pela descaracterização da URSS como superpotência inte-

grante do bipolar com os EUA, o que paradoxalmente está impedindo a conformação de uma *ordem mundial*, centrada na insistente e hegemônica *pax americana* militar e nuclear, dada a candidatura de outros atores ao condomínio global, como o Japão, a Alemanha, a Rússia e a China, a despeito ou, talvez mesmo, em razão desse cenário global, o continente europeu encontra dificuldades geoestratégicas de natureza econômico-comercial e de autonomia estratégico-militar para acelerar a sua unificação. Por outro lado, a União Européia percebe que terá condições mais favoráveis do que o Japão de equilíbrio dual no pódio mundial com os EUA, esvaziando a intentada *pax imperial* (...), possibilidade crescente, na medida em que em prazo maior, o Japão venha a compor-se trinitariamente com os EUA e a União Européia (Alemanha).

A antinomia desta virada de século estará na possibilidade de a Europa (Alemanha) levar a cabo, na relação intracontinental, o que os EUA não alcançaram nas Américas e na admi-

nistração da paz e da segurança no mundo. No fundo, desenham-se duas forças que se chocam e se defrontam geoestrategicamente: uma real (EUA), outra potencial (União Européia, liderada pela Alemanha), podendo surgir uma terceira (Japão), tentando uma composição terciária e, a médio e a longo prazo, uma quarta (CEI-Rússia) e, até, mais adiante no tempo, uma quinta (China), em composição, sucessivamente, quaternária e pentagonal no poder global-planetário das próximas décadas.

Em rápida listagem, poderíamos elencar alguns dentre outros temas que caminham, simultâneos ou sucessivos, para o nascimento efetivo de uma nova ordem européia, seguramente mais equilibrada e estável, mais homogênea, em que pese existirem *países pobres* (...) no continente rico (...), países mais *horizontalizados* do ponto-de-vista histórico-cultural (em razão da cultura *verticalizada* das principais nações), composição mais operacional, no campo estratégico-militar de uma reformulada OTAN, mais européia que atlantista, menos continental que, também, *out of area*, para emprego em áreas estraté-

gicas no Oriente Médio e outras que a ONU entenda prioritária. Nesse sentido, alinharam-se mais alguns dentre tantos itens admitidos: ultimar a unificação das duas Alemanhas, em termos econômico-sociais; configurar político-estrategicamente o denominado 3E (Espaço Econômico Europeu), acordado entre os países da União Européia e da AELC (Associação Européia de Livre Comércio); concretizar a possível admissão de novos Estados, em paralelo à consolidação das relações intraestatais da União Européia; estabelecer negociações e implementar acordos de associação entre a União Européia e unidades políticas das Europas Central e Oriental; proporcionar tratamento distinguido para a Rússia e outros países da ex-URSS,¹³ para tanto definindo um novo padrão de relacionamento interestatal; reformular a missão, a estrutura e o emprego das Forças Armadas européias, dentro e fora do continente.

Essa lista evidencia a visão histórica do cenário descontinuado pelos países europeus. Nela, é compreensível, até certo ponto, o reduzido interesse no inter-

13. Em particular, a Ucrânia.

câmbio com o Brasil, relação que, aos poucos, deverá intensificar-se, na medida em que se ultime a definição geopolítico-estratégica da União Européia, a partir de quando a identidade de valores jurídico-políticos e os laços histórico-culturais, que lastream as relações bilaterais do Brasil com as unidades políticas européias¹⁴ estimulem novos e ampliados investimentos econômico-comerciais e intercâmbio científico-tecnológico multi-setoriais no Brasil, sobretudo, de parte da Alemanha e da França.

Há de ser lamentável e surpreendente, porém, se a União Européia encampar temas do *modismo* internacional, alardeados e expoenenciados pelo G-7 – meio ambiente, não proliferação, direitos humanos, entorpecentes, migrações – do interesse crescente dos PDs, em detrimento de preocupações com o desenvolvimento econômico-comercial e tecnológico dos PEDs. Inadmissível, na verdade, é se, em nome dos temas elencados, a União Européia, com o endosso de outros PDs do G-7, vier a invocar *devoir*

d'ingérence, limitação de soberania, reexame de fronteiras, autodeterminação e integridade do patrimônio nacional de PED como o Brasil. Conceitos até então intocáveis para o pensamento jurídico-político universal, e que, para o G-7, continuam prevalecendo. Estaremos regredindo a um neocolonialismo imperialista, que parecia abolido após 1945 e que os PDs pretendem a ele retornar sob forma mais terrível e insuportável, invocando uma evolução de conceitos e de valores que para eles não se aplicam?

Se a transnacionalidade das fronteiras físicas e a desimportância do Estado-nação e da soberania são realidades que a revolução tecnológica telematizada impõe, por que países como os EUA não produzem o seu espaço geopolítico, restituindo ao México grande parte do território incorporado, o mesmo ocorrendo com as Filipinas, para a Espanha? E a Grã-Bretanha e a França, que ainda dispõem de *espacos* além-mar? Por que, ao contrário, e af estaria a grande perspectiva a abrir-se a médio e a longo prazo para a União Européia, sob o impulso crescente da liderança

dual Alemanha-França, por que, ao contrário, não se enfatiza o desenvolvimento acelerado dos PEDs, com investimentos maciços ou com o perdão ou redução sensível da dívida externa desses países, para que se reduza o desequilíbrio entre o PD e PED, e se obvie o que tanto preocupa o G-7 e exacerba a sua cobiça?

Recuemos ao final da Guerra 39/45. Na Europa, descaracterizam-se os impérios coloniais, inglês e francês, a Alemanha é dividida, instala-se uma guerra fria de quatro décadas entre as duas superpotências mundiais, polarizadoras de dois grandes blocos, o democrático e o comunista, que se despolarizam em muitos outros regionalizados. O sistema de relações internacionais apresenta cenários de gravidade e de geração de conflitos político-militares extremamente complexos, ensejando profunda mediatação de eminentes pensadores da atualidade.

Voltemos aos anos 90 deste conturbado século a expirar, começando por pinçar aspectos dos principais protagonistas do mundo pós-descharacterização do comunismo

14. Principalmente, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália.

soviético, ou seja, EUA, Japão, China e Alemanha.

Os EUA, única superpotência, militar e nuclear, nesse sentido hegemônica, global e planetariamente, preocupada com a possibilidade de futura disputa no pódio mundial de outras potências centrais, como Alemanha, Japão e China, dispõe de indiscutível poder econômico-industrial e tecnológico-telemático verticalizando o progresso tecnológico, enquanto o mundo dos países em desenvolvimento permanece horizontalizado na planície, sem acesso à tecnologia nuclear, aos mísseis e foguetes, dentre outros indicadores da revolução tecnológica. A aspiração da *pax americana*, com a instituição de uma nova ordem mundial, que tivesse como centro de gravidade geoestratégico os EUA, está longe de concretizar-se, já que o espaço aberto com o declínio da superpotência soviética vem sendo perseguido por outras potências centrais, principalmente Alemanha e Japão.

Para Paul Kennedy¹⁵ desenha-se o declínio da hege-

monia mundial dos EUA, a partir dos anos 70, sem embargo de sua imensa capacidade de mobilização e concentração de forças militares em qualquer área estratégica do planeta como ocorreu no Kuwait (1991), de forma impressionante. A propósito da Guerra do Golfo contra o Iraque, convém lembrar o que significou para o mundo pós-esfacelamento da URSS: a coalizão de 29 unidades políticas, principalmente de PDs, contra um PED da semiperiferia. Até então, os conflitos entre um PD e um PED apresentavam uma relação geralmente de um para um, enquanto, na Guerra do Golfo, a mídia exibiu inconsistentemente a maciça e tecnológica concentração de 29 Estados, o G-7 na liderança, contra o Iraque. Uma advertência, sem dúvida, aos demais PEDs, no sentido de que a nova ordem mundial constituiria, a partir dos anos 90, alianças nas novas relações espaço tempo, as *shifting coalitions*, para lançar o poder militar contra objetivos político-estratégicos em conflitos político-militares, surgidos ou provocados que, por motivos geoestratégicos avaliados pelo G-7, afetem a por ele denominada *segurança*

global. Não se iludam os PEDs. Fica essa advertência como lição maior da manobra de dupla ação na Guerra do Golfo, o Iraque atuando como *plastron*...: a de que as *shifting coalitions* cuidarão da segurança ou da insegurança dos PEDs. Daí a insistência de países do G-7 para que eles reduzam e redirecionem o emprego de suas Forças Armadas, que melhor ficariam voltadas para a segurança interna, como forças policiais... O desnecessário massacre de janeiro-fevereiro de 1991 das forças militares e da população civil iraquianas, depois de um bloqueio-asfixia do teatro-de-operações de mais de cinco meses, seguido do total desmantelamento do sistema de comando, controle e informação do adversário – tremenda concentração do poder militar, que dispensou qualquer evidência edificadora de aplicação da estratégia militar aeroespacial, marítima e, sobretudo, terrestre, muito menos da propalada reedição da excepcional manobra de Aníbal em Cannes. A nosso ver valeu para a mídia mundial transmitir a mensagem aos PEDs, no sentido de que constituir-se-ão, nesta virada de século,

15. *Preparando-se para o século 21* – Rio, Ed. Campos, 1993.

tantas *shiftings coalitions* quantas necessárias, para emprego onde e quando, sobre objetivos militares e, ou, políticos de países da semi ou da periferia, que não se enquadrem na nova ordem (ou desordem) mundial.

Procuremos outra análise, agora regressando ao espaço-tempo do final da Guerra Fria, recolhida do excelente trabalho do professor Richard Rosecrance,¹⁶ no qual lembra importantes alterações, em 1945, na evolução das relações internacionais; alterações que, para muitos estudiosos do pensamento político-estratégico, o final dos 40 anos de Guerra Fria, seguinte à Guerra de 39/45 e o fracasso de 70 anos do comunismo soviético são exteriorizações periféricas de um cenário muito mais complexo, amplo, e, sobretudo, profundo nas fontes de poder, eminentemente mutáveis, geradoras de relações de poder em dimensão global, bem diversas daquelas que até os anos 80 ocorriam desde, na verdade, Westfália (1648). As duas guerras mundiais, na primeira metade do século XX, eviden-

ciaram a inaceitabilidade do sistema interestatal. A partir de 1945, procurou-se esboçar um sistema de relações internacionais alternativo ao sistema de Westfália, sistema definido como oceânico ou mercantilista, no qual os Estados não emprestam importância à auto-suficiência; antes, lutam por um comércio internacional, pretendendo instaurar uma ordem mundial sem preocupação expansionista de conquista territorial. Rosecrance analisa o cenário mundial, mostrando que a Alemanha Ocidental e o Japão emergem como estados mercantilistas, ou fenícios, desenvolvendo o comércio internacional via oceânica, para assegurar o que lhes é fundamental para o desenvolvimento industrial: matérias-primas e energia. Sobretudo o Japão, que carece de mais de 90% de matérias-primas procedentes de áreas extremamente afastadas de seu centro de gravidade econômico-industrial e tecnológico, buscando, por outro lado, mercados crescentes para seus produtos. Enquanto isso, durante a Guerra Fria, EUA e URSS, potências de grande extensão territorial, imperialistas e *westfalianas*, configuradoras de uma superestrutura bi-

polar, militar e nuclear, desenvolvem uma estratégia político-ideológica de manutenção de um equilíbrio global, através da regionalização de pólos que se confrontam, envolvidos, de um e outro lado, por acordos bilaterais e multilaterais, de desenvolvimento econômico e de segurança coletiva, à imagem do diretório das duas superpotências centrais.

A projeção de poder econômico-industrial e tecnológico da Alemanha Ocidental e do Japão sem o respaldo indispensável de uma estrutura de poder militar, que viabilizasse uma política de defesa correspondente à estatura político-estratégica de cada um – mandamento fundamental de uma unidade política, inerente à preservação de sua autonomia, autodeterminação e integridade do patrimônio territorial, impedimento decorrente da derrota de ambas as nações em 39/45 – estimular a postura geopolítica dos EUA no sentido de cooptar as duas novas potências na constelação do Primeiro Mundo, para gravação como parceiros do mundo ocidental desenvolvido. Foi o que se viu: Alemanha e Japão continuaram

16. *The Rise of the Trading State*, NY, 1986.

renunciando à defesa de sua soberania, não disporo de um poder militar indispensável à implementação de uma política de defesa nacional, segurança externa que continuará encargo da superpotência ocidental, que lhes fornece a proteção militar e nuclear. Cuidando apenas do desenvolvimento e da projeção de poder continental e transoceânico, a Alemanha e o Japão surgiram como protótipo de uma categoria de potência talvez sem precedente na História: a potência civil.

Estamos nos aproximando da passagem da linha de crista ou cumeada das vertentes bimilenares da cordilheira dos séculos XX / XXI, e que podemos contemplar, nessa nebulosa paisagem? Na Europa, o enorme esforço da Alemanha reunificada, em composição binária com a França, no empolgante propósito de viabilizar, na última década do século, os mandamentos de Maastricht, de consolidação da Unidade Européia, nos campos econômico-comercial e financeiro, a despeito dos problemas a serem observados de política exterior e

de defesa comuns do continente entre as diversas unidades políticas, convivendo com o esfacelado mundo

EUA, uma megapotência, global e planetária, ainda hegemônica no concernente à dimensão militar-nuclear,

Cuidando apenas do desenvolvimento e da projeção de poder continental e transoceânico, a Alemanha e o Japão surgiram como protótipo de uma categoria de potência talvez sem precedente na História: a potência civil.

soviético, gerador de cenário político-estratégico complexo e preocupante na CEI, inclusive com algumas unidades políticas nucleares.¹⁷

Na Ásia, o Japão, como grande potência econômico-tecnológica, afirmado crescente presença hegemônica no sudeste e na costa ocidental do Pacífico, começa a enfrentar um contencioso econômico-comercial com os EUA, de quem é o grande credor da dívida externa, e a China, que se credencia a grande potência no próximo século, fortalecendo-se internamente e mantendo um poder político-ideológico unitário, com pequenas concessões ao mundo capitalista.

Esboça-se, ao que tudo indica, cenário eminentemente desequilibrado na estrutura de poder, global e planetário, da pretendida nova ordem mundial. Os

pretendendo manter o continente americano sob seu completo domínio, através do NAFTA, do MERCOSUL e de outras regiões-bacias geoestratégicas, oscilante em face do imenso vácuo de poder global que o envolve, vazio disputado aceleradamente pela Alemanha, representativa de uma Europa unificada, pelo Japão, aspirando realizar o que imaginara a geopolítica *haushofiana* para o sudeste da Ásia e a Bacia do Pacífico e, também pela China, com peculiar política de poder, de projeção continental e global.

Para encerrar esses comentários sobre o papel da Alemanha na Europa das próximas décadas, reproduziremos quatro observações, de um norte-americano, de um alemão, de um soviético e de um francês.

17. Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Casquistão.

O primeiro, professor Immanuel Wallerstein, da Universidade de Columbia, afirma que: a tendência natural à bipolarização deverá fazer com que os EUA e o Japão se unam em um 'casamento de conveniência', para enfrentar e bater a Europa, vale dizer três potências, dois líderes... .

O segundo, Horst Teltschick, ex-conselheiro do governo alemão (1990), assinala que a estabilidade da Europa depende da Alemanha, do que ela fizer no campo político, a partir dos anos 90, cooperando com o resto da Europa, inclusive com a ex-URSS (...) defendendo nossos vizinhos do Leste (...), propondo uma '*ostpolitik*' comum, uma política comum entre a França e a Alemanha, a respeito de como cooperar com a Europa central e a ex-URSS. Pois, seria bom que os poderes mundiais tivessem um contrapeso para equilibrar a influência dos EUA. Por isso, a queda da URSS precisa de uma resposta, principalmente dos europeus. Sobre o papel da Alemanha no ano 2000, observa: Uma Alemanha neutra desesta-

bilizaria a Europa (...); só há um rumo de ação: a integração plena com o Ocidente, dentro da Comunidade Européia. Essa é e continua sendo a base, a prioridade da nossa política externa. Na Comunidade Européia a cooperação entre a França e a Alemanha deverá continuar a ser o motor da integração. Nada pode acontecer sem a Alemanha e a França – muita coisa pode acontecer com a Alemanha e a França juntas.

O terceiro, professor Alexander Iakovlev, comenta: civilizações tão antigas, gigantes da economia e da cultura modernas, centros de tecnologia, de comunicação, ou das ciências, como são Europa e Japão, não podem deixar de participar da construção da ordem mundial futura.

Finalmente, o quarto, o professor Raymond Barre, mais objetivo, declara: o que devemos desejar para o próximo século não é uma Alemanha fraca ou se enfraquecendo, mas uma Alemanha forte, como os demais países da Europa Ocidental, pois iremos precisar de solidez e de dinamismo para enfrentar a concorrência dos grandes conjuntos, que irá caracterizar o século que entra.

CONCLUSÃO

Ao abrir-se a última década do século (1992), quando o mundo começa a refazer-se do terremoto que desmontara a URSS e refezera a unidade política alemã, revoluções profundas que dividiram um enorme bloco de países e reunificaram um Estado-nação, por quatro décadas dividido em dois campos político-ideológicos antagônicos; quando os países da Comunidade Européia derrubaram suas fronteiras, para dar origem a uma nova potência continental na Europa, de doze países a estruturar-se num Estado multinacional, com uma só moeda, uma só estrutura militar, uma só língua oficial, um só nome (União Européia) ao longo dos anos 90; quando, em seguida à invasão do Kuwait pelo Iraque,¹⁸ guerra entre duas unidades políticas da semiperiferia, mas extremamente ricas em petróleo, vinte e nove países, principalmente o G-7, constituíram uma *shifting coalition*, até então nunca vista, para esmagar o Iraque como ocorreu em janeiro e fevereiro de 1991 (29 PDs x 1 PED); quando, no dia seguinte ao fim da Guerra do Golfo,¹⁹

18. 02 de agosto de 1990.

19. 01 de março de 1991.

desembarca no Rio de Janeiro, o Sr. Francis Fukuyama, para ler um papel sobre o *fim da história*, anunciando estar implantada uma *nova ordem mundial* que, curiosa e estranhamente, fora anunciada pelo presidente dos EUA, um dia antes da invasão do Kuwait, quando ficou evidente que o Conselho de Segurança da ONU foi completamente tutelado pela superpotência nuclear, restante do bipolar desacaracterizado poucos anos antes. Enfim, depois da Guerra do Golfo, do *Fim da História* da NOM, da exibição do único poder militar tecnológico nuclear planetário (EUA), absoluto e hegemônico, depois de esboçada a União Européia, elencam-se três cenários, para a Europa do ano 2020: um *Moderado*, um *Pessimista* e um *Otimista*.

Para desenvolverem-se, os PDs comprometeram a ecologia e o meio ambiente, exaurindo recursos naturais minerais e energéticos, desconsideraram direitos humanos, inclusive com massacres de comunidades, na África, na Ásia e nas Américas, ao longo dos últimos séculos, sobretudo, neste século XX, em nome da defesa de *princípios* e de *estatura estratégica*... E hou-

ve conflitos político-militares sangrentos, guerras e revoluções, duas guerras mundiais, milhões de mortos e mutilados. Até bomba atômica foi lançada. Destruíram, devastaram, desfolharam florestas com agentes químicos. Explodiram e continuam detonando artefatos nucleares, em áreas *dos outros*. Tentam proibir, até, que as nações desarmadas cuidem da sua defesa nacional...

Registre-se, ao se concluir este item, que, afinal, o Novo Mundo, é nele o Brasil na América do Sul, do ponto-de-vista histórico-cultural e da postura geoestratégica, somos reconhecidos ao Velho Continente, por nos ter revelado ao mundo de então, sobretudo o nosso país, que *nasceu já engrandecido* no espaço-tempo, pelo Meridiano de Tordesilhas. Reconhecidos, nesse meio-milênio, pelas grandes navegações e pelo arredondamento da terra, contribuição decisiva aos destinos do hemisfério ocidental, que os ciclos dos séculos seguintes, do mercantilismo (comercial), do capitalismo e dos Estados-nação, colonizadores e predadores, fluíram da Europa Ocidental, centro de

gravidade geopolítico das grandes decisões que nortearam o desenvolvimento do Ocidente à custa, em grande parte, da exploração dos imensos recursos, materiais e humanos da América Latina e do Brasil, desde o período colonial.

A Europa dominou o Atlântico Norte, do século XVI ao XIX, compartilhando a hegemonia com os EUA, no século XX. Nesse período, todos os grandes acontecimentos do cenário mundial desenham-se na ou a partir da Europa, para o bem ou para o mal: nacionalismo, comunismo, guerra; revoluções industrial, política e ideológica; unificação de nações (Alemanha, Itália); duas guerras mundiais (totais, globais); divisão de impérios, edificação de Estados, nacionais e multinacionais – Liga das Nações, OEA, ONU etc., inclusive, exportando para o mundo, desde 1569, a projeção cartográfica de Mercator, que superdimensiona os PDs do hemisfério norte, um eurocentrismo, que faz a América do Sul (17.8 milhões km²), parecer menor do que a Europa (9.7 milhões km²), quando, na verdade, é o dobro. É anomalia que produz outra, como a projeção de Arno

Peters, a qual, ao corrigir distorções eurocentristas de Mercator, empresta destaque aos países da faixa equatorial.

A ALEMANHA E A EUROPA DO FUTURO

Qual o papel geopolítico-geoestratégico da Alemanha no cenário do século que se aproxima, de uma Europa integrada econômico-comercialmente, com amplo embasamento político sem embargo de as principais unidades políticas do continente se manterem vertical e culturalmente autodeterminadas, com variável grau de independência nacional como Estado-nação, principalmente, no concernente a países como a Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia e Itália? Será um papel geostórico, evidentemente bem diverso do sonho de Frederico List, no meado do século passado, quando via, na experiência da América independente e fortalecida, e no desejo obsessivo de vingança do perfido napoleônico, de um imperialismo continental, a possibilidade de unificação da Alemanha, para tanto propondo um sistema nacional e um pensamento político-estratégico inovadores, nos níveis da

política e da estratégia nacionais. Eram idéias sobre uma política de poder prospectiva, decorrente de profunda análise da conjuntura político-econômica da Europa, com ênfase para a Grã-Bretanha, e das possibilidades crescentes dos EUA, como potência industrial emergente. E isso, quando a Alemanha ainda não estava integrada, nem unificada internamente, muito menos configurada como unidade política de expressão continental.

Atente-se para o fato de a proposta doutrinária de List ser diferente da de A. Smith, inglesa, e da de A. Hamilton, norte-americana, e, obviamente, prospectiva, pois sua pátria se encontrava em gestação revolucionária para uma definição como unidade política no sistema de poder europeu. E a proposta de uma política expansionista, territorial no continente e colonial, no ultramar, que decorresse de uma Alemanha unificada, que dominasse do Reno ao Vístula e dos Balcãs ao Báltico. Porque essa era, de resto, a inteligência das potências do século XIX, relativamente às projeções de poder, transcontinental e transoceânica.

Nesta virada do século XX, mudam os cenários, as

cenas e alguns atores..., mas o imperialismo expansionista e o colonialismo dominador continuam sob outra roupa-gem, com outros estímulos com enfoques científico-tecnológicos, culturais, de *devoir d'ingerance*, de patrimônio da humanidade, de preservação de comunidades indígenas, enfoques ecológicos e de meio ambiente, de recursos naturais, de água potável, de biodiversidade. Enfoques, que enfatizam a desimportância dos institutos, até então intocáveis para um Estado-nação, das fronteiras políticas, da soberania, da integridade do patrimônio territorial, da autodeterminação dos povos. A esse propósito, poderíamos desenhar diversos cenários, com grau variável de probabilidades ou, pelo menos, de possibilidades de ocorrência nas próximas décadas, elencando-se atores diversos, consoante peculiaridades regionais, continentais e mundiais.

37

Afirmar-se-á a Alemanha realmente como potência hegemônica do centro mundial de poder representado pela Unidade Européia, sendo sua liderança incontestável naturalmente aceita pelas demais unidades polí-

ticas do continente europeu, regionalizadas ou não? Ou tal condição se apresentará de dificuldade crescente? Como ficarão as nações da Europa Oriental diante de uma nova equação de equilíbrio de poder, continental e global?

Poder-se-á admitir a possibilidade de ocorrência, a longo prazo, do que tanto temia a doutrina geopolítica mackinderiana, no sentido da estruturação do binário Alemanha-Rússia, com perspectiva expansionista do poder dual à Ásia européia? E, nessa hipótese, talvez tivesse cabimento a *boutade* falando de um diálogo, nos anos 80, entre Gorbachev e Busch, propondo, o estadista russo, em face da complexa e grave conjuntura mundial de então, que ambos ficassem congelados numa cápsula, para acordar no ano 2020, seguramente melhor que o dos 80 do século XX. Quando acordaram descongelados, Gorbachev informa a Busch ter lido no *Financial Times* que o marco alemão estaria valendo 20 dólares, ao

que Busch retruca, irônico, dizendo que lerá no *Le Monde Diplomatique* sobre gravíssimos conflitos de fronteira entre Alemanha e China.

No cenário moderado²⁰ vemos, no mundo, graves dificuldades para definição de potência dominante e a possibilidade de constituição de três megablocos: América (EUA), Europa (Alemanha) e pacífico (Japão), o que seria desvantajoso para a Europa. Na Europa, o otimismo (anos 90), a euroeuropa substituindo o europessimismo. A Comunidade Européia apresenta pontos fortes e fracos, sendo duvidoso ser potência dominante no século XXI, menos propensa, como o Japão, às migrações com os EUA, com pequena participação na economia mundial, menor do que a do Japão e dos EUA e maior que a CEI (Rússia). Dilema econômico: se a Europa não abrir-se à competição mundial e criar as *campeãs regionais*, suas empresas perderão competitividade. A Rússia, com recursos naturais e boa população, poderá ser uma grande economia, mas apresenta futuro político incerto. A China, com crescimento econômico e estabilidade política, poderá ser a maior economia mundial.

Resumindo: progresso na integração da Europa e na incorporação dos países do Leste, mantendo a abertura para o mundo; para os EUA, melhor será uma Europa forte.

No cenário pessimista,²¹ vemos o 3E (Espaço Econômico Europeu), isto é, a fusão entre a Comunidade Européia e a Associação Européia de Livre Comércio (AELC), como um dos mais importantes blocos da economia mundial, não sendo bom presságio para o futuro da Unidade Européia a pretendida harmonização de leis e de regulamentos de abrangência continental, com tendência à configuração de uma fortaleza-Europa, federalizada, para zelar pelo mercado interno, protecionista, em lugar de projetar o seu poder econômico ao mercado internacional. A federação europeia reduzirá a soberania nacional, aumentando o poder central do eixo Bruxelas-Estrasburgo. Falhando o mercado único europeu, a política de defesa da federação europeia será hesitante, desarticulada e ineficaz.

Pergunta que se coloca: Qual a melhor estrutura constitucional europeia para o próximo século?

No cenário otimista,²² desenha-se uma região im-

20. Visão de Joseph S. Nye Jr., professor da Universidade de Harvard.

21. Timothy Roth, professor da Universidade do Texas.

22. Lester C. Thuron, professor do MIT/EUA.

batível, pois, a Europa possui um conjunto de talentos complementares que não existe em outro lugar. Há duas sociedades no mundo em que a ciência é altamente desenvolvida: ex-URSS e EUA; uma delas está na Europa. Há dois grandes países produtores-exportadores no mundo: Alemanha e Japão; um deles está na Europa (...). O século XIX pertenceu à Grã-Bretanha, em termos econômicos, e o século XX aos EUA. Se a Europa jogar corretamente com sua posição estratégica no tabuleiro mundial de xadrez, o século XXI pertencerá a ela.

Thurow vai além, em sua visão otimista: (...) todos no continente estão traçando planos (econômicos) para um mundo muito diferente no século XXI (...). É claro que a Europa também tem importantes fraquezas – ódios étnicos nos Balcãs poderiam espalhar-se para o restante da Europa Central e Oriental, comprometendo o progresso. Mais perigoso, porém, é o sentimento de que se tornar europeu passará a ser menos francês ou menos inglês... Os europeus preci-

sam acreditar na coexistência de duas identidades, a de origem e a européia...

Passados três anos desse ensaio de futurologia, algumas evidências no cenário mundial e europeu confirmam, ou invalidam, determinadas previsões...

De nossos comentários sobre a Europa da virada do século, nela revelado o papel da Alemanha, como seu ator principal, e, ancorado na América do Sul, o Brasil, como uma das vertentes nas relações internacionais, voltado para a União Européia e, nela, ensaiando relacionamento dual e privilegiado com a Alemanha, fluem algumas observações sobre a parceria político-estratégica do Brasil com a Alemanha. Por exemplo: ambas as unidades políticas identificam-se no enfoque de temas gerais, relativos a fortes interesses dos dois em termos econômico-comerciais, principalmente no tocante à liberdade do comércio internacional; há posições convergentes no campo político e científico-tecnológico, em questões como meio ambiente, desarmamento, democracia, direitos humanos – daí o posicionamento e a concordância desses atores

em pleitos na ONU; no que concerne à postura geopolítico-geoestratégica, mantêm fortes laços histórico-culturais e apresentam grandes possibilidade no campo da cooperação nuclear.²³

Em outras palavras, Brasil e Alemanha devem aproveitar oportunidades e enfrentar desafios, ampliar o conhecimento mútuo, o intercâmbio e a cooperação, empenhar-se na ampliação do Conselho de Segurança da ONU, com a inclusão de países como o Brasil e a Índia. Representam relações de um PD com um PED, relações de maior profundidade e abrangência. Eles dispõem de grande potencial de intercâmbio nos campos comercial, científico-tecnológico e cultural, e significam crescente importância e peso específico em seus respectivos cenários regionais e na projeção de ambos no cenário internacional. Têm contribuído para um crescente e fértil diálogo nos planos político, econômico-financeiro e comercial, no das relações culturais e de migrações alemãs no Brasil. Desenham a cooperação para modernizar a ECO-92, com aporte de recursos, tecnologia e experiência, e oferecem perspectiva promis-

23. Transferência de tecnologia, avanço na área de reatores, entre outros.

sora no campo empresarial. Concertam cooperação financeira e científico-tecnológica, sendo o Brasil considerado sócio prioritário. Cooperam para a preservação ambiental, a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais e a formação e especialização de recursos humanos – cooperação que se amplia, abrangendo ramos como novos materiais, energia renovável e biotecnologia.

O mundo enfrenta, neste final de século, novas situações de equilíbrio de poder, a nível global e no âmbito dos continentes e de grandes áreas estratégicas regionais. Desenham-se cenários com indicadores de novas transformações geopolíticas e geoeconómicas, na Europa e em outras regiões afastadas dos centros de poder, europeu e mundial. Nova paisagem se delineia, européia e global. Abrem-se oportunidades político-económicas para a configuração de novos espaços, além da unificação européia, com possibilidade de novas aproximações de unidades da Europa Central e Oriental.

Do outro lado do Atlântico, o continente americano se apresenta como cenário de ligação ou transição do continente europeu-atlântico para o

amanhã asiático-pacífico, pretendendo fortalecer o meridiano monroista (NAFTA), diante do deslocamento do eixo geoestratégico do Atlântico para a Bacia do Pacífico.

Portanto, a Europa tenderá a representar, nas próximas décadas, um papel crescentemente importante como centro de poder, continental e mundial, de equilíbrio ou desequilíbrio na balança de poder, global ou planetária, relativamente a outros centros mundiais de poder – inicialmente, a América do Norte e, na Ásia, o Japão, liderando um centro mundial de poder regionalizado no Pacífico Ocidental. Nessa articulação trinitária dos grandes centros mundiais de poder (CMPO), com epicentros geoestratégicos na Alemanha, nos EUA e no Japão, os dois primeiros continentalizados e, o terceiro, regionalizado, possivelmente gravitará a política de poder planetária do século XXI.

A despeito, ou em decorrência, da tendência multipolar de grandes e pequenos centros de poder regionalizados, como ficará o Brasil nesse cenário global, em termos de interesses vitais, consequentes do desenvolvimento e da sua inserção no quadro mundial, e tendo em

vista uma parceria estratégica com a Alemanha, ambos os países envolvidos em centros de poder, um regionalizado, outro continentalizado e se unificando? O Brasil deverá continuar aberto ao mundo, buscando intercâmbio crescente e competitivo com os CMPO, relevando a Europa (Alemanha) e o sudeste da Ásia, sempre lembrado de que integra o Mercosul e, talvez, mais tarde, o Merconorte, afeito ao diálogo político, à cooperação econômico-comercial, científico-tecnológica e cultural, uma avenida de duas vias, abrindo-se ao mundo para intercâmbio bi e multilateral com as unidades políticas.

No cenário geopolítico-geoestratégico global do final dos anos 90, de profundas transformações nas relações de poder inter e intra-estatais, de esmaecimento das barreiras ideológicas, de contrações e distensões do poder central mundial, diante de unidades semiperiféricas, regionalizadas ou não, de pluralização de centros de poder, continentais e/ou regionalizados, de prioridades de cooperação em face da natureza e da diversidade dos conflitos político-estratégicos, enfim, de ampliação e crescimento do número de

BIBLIOGRAFIA

- REALIZADA
- FREIRE, M.
- KEMPER, R.
- KEMPER, R.
- ARCOS, R.
- ROSSETTO, R.
- IPRE, R.
- RAPORT, R.
- BANDEIRA, R.

conflitos político-militares, centrais e periféricos impõe-se elencar atores, que respondam aos desafios da virada do século com orientação político-estratégica até certo ponto revolucionária relativamente aos parâmetros tradicionais do pensamento político-diplomático. Nesse contexto, países do Primeiro Mundo, como a Alemanha reunificada, crescentemente westfaliana-territorial na Europa, tendem a posições de relevo, sobretudo quando se considera o binário Alemanha-França, com repercuções na Europa Central e Oriental, e países da semiperiferia em desenvolvimento, como o Brasil, naturalmente se credenciando a centro de gravidade geoestratégico de duas grandes e promissoras bacias regionais, Prata-Mercosul e Amazônia-Merconorte. Ambas unidades políticas oferecem imensas possibilidades de intensificação e expansão das relações

interestatais nos dois continentes, a médio e a longo prazo.

As possibilidades estimuladoras de uma configuração na constelação de poder, continental e mundial, a composição que contribuirá para reequilibrar a balança de poder com outros atores nos dois continentes, como Japão e China; as possibilidades que não estímulam, na prospectiva do próximo século, arquiteturas geopolíticas do tipo *mackinderiano*, *mahaniano* e, pior, *spykmaniano* ou *brzezinskiano* de um duopolo de poder planetário, inconcebível e insuportável para os PEDs, nesse sentido, Brasil e Alemanha muito poderão contribuir.

Encerrando esses exercícios de prospectiva, diversos dos de futurologia, procuramos esboçar alguns cenários, não tanto desejáveis, nem mesmo realizáveis. Tal-

vez possíveis. Cenários que resultam da despolarização da Europa Oriental em suas unidades políticas periféricas, da polarização da Europa Ocidental, que se unifica de maneira tranquila, e da reunificação das duas Alemanhas como fator de equilíbrio-desequilíbrio do Atlântico Norte europeu. Alemanha que, por evolução político-estratégica da União Européia, consequente do quadro geopolítico mundial, possa instituir-se em poder hegemônico das duas Europas. Alemanha, enfim, que vem de envolver-se nas guerras 14/18 e 39/45, duas vezes partilhada e dividida por quatro décadas.

Que frutifiquem, portanto, as relações Brasil-Alemanha na Europa do futuro, relações político-estratégicas, econômico-comerciais, científico-tecnológicas e culturais, relações de cooperação, de complementação e de paz duradouras.



BIBLIOGRAFIA

- RÉAGAN, G.G. e T.P., *Atlas Stratégique*, 1983, p. 223.
 FREEDMAN, Lawrence, *La Stratégie Mondiale*, 1985, Paris, p. 187.
 KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 1988, Trad., p. 675.
 KENNEDY, Paul, *Preparação para o Século XXI*, 1993, Rio, Trad.
 ARON, R., *Paz e Guerra entre as Nações*, 1979, Trad.
 ROSECRANCE, R., *The Rise of the Trading State*, 1986, NY.
 IPRI, *Temas de Política Externa Brasileira*, 1991, vols. 1 e 2.
 RAPOSO Filho, Amerino, *Dimensões da Estratégia*, 1990, BIBLIEx, vols 1 e 2.
 —, *Conjuntura Internacional: Centros Mundiais de Poder*, Cont., 1990, ESG.
 BANDEIRA, Moniz, *Do Ideal Socialista ao Socialismo Real: a Reunião da Alemanha*, 1992, SP.

A Defesa Nacional

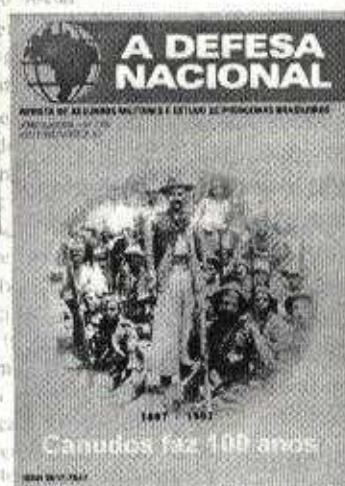
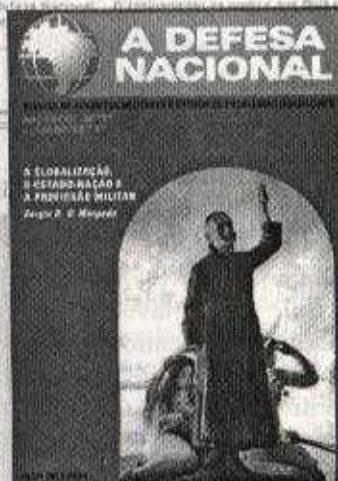
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



**AGORA
FICOU MAIS
FÁCIL
TORNAR-SE
ASSINANTE!**

*Basta remeter um
cheque em nome de
A DEFESA NACIONAL,
constando no verso,
a finalidade do mesmo.
e V. receberá em seu
endereço, os quatro
nímeros anuais.*

LIGUE GRÁTIS
(0800) 238365
E-mail: bibliex@ism.com.br.



ASSINATURA ANUAL
Brasil – R\$ 15,00
Exterior – US\$ 30,00

**Veja neste número, o
PEDIDO DE ASSINATURA,
com maiores informações**

O artigo
Norte/...
criada
a posic...
A

certaesp...
das Re...
- aos P...
Terrestre...
Aéreo.
ficava p...
pequena...
em suas...
rinas e p...
dado po...
amplo e...
das mari...
grandes...
meiras e...
saiam v...
manha, a...
outros d...
porém d...

* Professo...
te da ESG...
l. Seleciona...

O Brasil e a Dinâmica dos Eixos no Processo de Evolução Internacional¹

Therezinha de Castro*

O artigo aprecia a dinâmica dos Eixos (Leste/Oeste, Norte/Sul e Sul/Sul) que direcionaram a geoestratégia criada pela Guerra Fria, durante e após sua vigência, e a posição da política externa do Brasil em função dela.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos iriam adquirir certa especificidade no âmbito das Relações Internacionais - aos Poderes *Marítimo* e *Terrestre* se associava o *Aéreo*. E, assim, o mundo ficava pequeno demais para pequenas nações apoiadas em suas possessões ultramarinas e passaria a ser comandado por nações dotadas de amplo espaço vital e fachadas marítimas. Entre os *cinco grandes* agentes das primeiras cenas bélicas, três saiam vencidos - a Alemanha, a Itália e o Japão. Os outros dois eram vencedores, porém desgastados - França

e Inglaterra, que cediam seus respectivos lugares no âmbito das Relações Internacionais, onde haviam exercido a *bipolaridade*. Os Estados Unidos e a União Soviética eram os novos personagens, iniciando a geoestratégia do confronto na devastada Europa.

Eixo Leste/Oeste

Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, com a destruição de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, a bomba atômica imprimiu novos rumos à Política Internacional. Só os Estados Unidos, dentro de certa *unipolaridade* tinha a primazia dessa arma, desenvolvida através do Projeto Manhattan, em Los Alamos, o isolado deserto do Novo México. Através da *Guerra de*

Nervos caberia à Diplomacia de Washington conter, por algum tempo, com paciência, firmeza e vigilância as tendências expansionistas de Moscou, que tornara comunista a Europa até o Elba.

Para livrar a combalida Europa das mãos de Stalin, o então Secretário de Estado americano, General George Marshall, propunha, em 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, um plano de recuperação econômica e social da Europa. Curiosamente, pela primeira vez na História, o vencedor iria ajudar os vencidos, oferecendo uma cura e não simplesmente uma muleta.

Entrava o Plano Marshall em vigor a 5 de junho de 1947, sendo, no entanto, finalmente aprovado a 3 de abril de 1948. Em 1953,

* Professora do corpo permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECIME.

O Brasil e a Dinâmica dos Eixos no Processo de Evolução Internacional¹

Therezinha de Castro*

O artigo aprecia a dinâmica dos Eixos (Leste/Oeste, Norte/Sul e Sul/Sul) que direcionaram a geoestratégia criada pela Guerra Fria, durante e após sua vigência, e a posição da política externa do Brasil em função dela.

A pós a Segunda Guerra Mundial, os conflitos iriam adquirir certa especificidade no âmbito das Relações Internacionais - aos Poderes *Marítimo e Terrestre* se associava o *Aéreo*. E, assim, o mundo ficava pequeno demais para pequenas nações apoiadas em suas possessões ultramarinas e passaria a ser comandado por nações dotadas de amplo espaço vital e fachadas marítimas. Entre os cinco grandes agentes das primeiras cenas bélicas, três saiam vencidos - a Alemanha, a Itália e o Japão. Os outros dois eram vencedores, porém desgastados - França

e Inglaterra, que cediam seus respectivos lugares no âmbito das Relações Internacionais, onde haviam exercido a *bipolaridade*. Os Estados Unidos e a União Soviética eram os novos personagens, iniciando a geoestratégia do confronto na devastada Europa.

Eixo Leste/Oeste

Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, com a destruição de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, a bomba atômica imprimiu novos rumos à Política Internacional. Só os Estados Unidos, dentro de certa *unipolaridade* tinha a primazia dessa arma, desenvolvida através do Projeto Manhattan, em Los Alamos, o isolado deserto do Novo México. Através da *Guerra de*

Nervos caberia à Diplomacia de Washington conter, por algum tempo, com paciência, firmeza e vigilância as tendências expansionistas de Moscou, que tornara comunista a Europa até o Elba.

Para livrar a combalida Europa das mãos de Stalin, o então Secretário de Estado americano, General George Marshall, propunha, em 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, um plano de recuperação econômica e social da Europa. Curiosamente, pela primeira vez na História, o vencedor iria ajudar os vencidos, oferecendo uma cura e não simplesmente uma muleta.

Entrava o Plano Marshall em vigor a 5 de junho de 1947, sendo, no entanto, finalmente aprovado a 3 de abril de 1948. Em 1953,

* Professora do corpo permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECIME.

quando já haviam sido banidos os fantasmas da depressão, da instabilidade política e do comunismo, Marshall² recebia o Prêmio Nobel da Paz, a Europa já podia começar a andar sozinha.

Foi com o Plano Marshall que nasceu a OCEE (Organização para a Cooperação Econômica Européia), que daria origem, mais tarde, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Destaque-se que esse Plano, dito econômico, tinha motivação essencialmente geopolítica e geoestratégica. O fator seria a tomada do poder dos comunistas na Tchecoslováquia (fevereiro de 1947) e as consequências foram evitar vitórias eleitorais comunistas na França, a queda da Itália e da Grécia na órbita do Kremlin, a ocupação de Berlim pelos soviéticos, bem como a perda do acesso ao Golfo Pérsico e do controle do Mediterrâneo, e lançar sobre a URSS a responsabilidade pela divisão da Europa.

2. Foi considerado o maior estrategista da Segunda Guerra Mundial, Chefe do Estado-Maior de setembro de 1939 até o fim de 1945, quando as tropas estadunidenses cresceram de 200 mil para 8 milhões e meio de homens.

3. Só a Argentina não se fez representar, por ser seu governo considerado totalitário.

Por sua vez, o bloqueio de Berlim, em 1948, iria mobilizar o Bloco Ocidental que, através do Tratado de Washington, em 4 de abril de 1949, dava origem a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). E, assim, os Estados Unidos emergiam como potência industrial-militar única até que, em 1949, se impusesse a bipolaridade, com a URSS anunciando a explosão de sua primeira bomba atômica, quebrando o monopólio sobre a grande arma, e formando o Pacto de Varsóvia, em 15 de maio de 1955.

Getúlio Vargas (1930 - 1945) conseguira, durante o conflito mundial, negociar com o Governo de Washington o *Acordo Jesse James* para investimento na indústria siderúrgica brasileira (Volta Redonda). Fortalecia-se o Eixo Norte/Sul com a cessão de base em Natal, no geoestratégico corredor de estrangulamento, e nossa participação militar na guerra. Findo o conflito, o Brasil já engajado em sua fase desenvolvimentista, participa da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos, procuraria apoio financeiro de Washington. Mas, em face do perigo mais eminente na Europa, teria

pouco êxito a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, já que o Eixo Leste/Oeste, caracterizado como Guerra Fria, começava a se implementar. Nessas circunstâncias, a geoestratégia brasileira se ateve ao regionalismo, visando a melhorar a integração com os vizinhos da Bacia do Prata, através da construção de rodovias e ferrovias, tendo Vargas realizado duas viagens a Buenos Aires.

O Eixo Norte/Sul

Em Havana, no ano de 1940, as nações americanas subscreveram uma declaração de assistência recíproca de cooperação defensiva, em que se impunha a necessidade e conveniência de se redigir um documento que unisse o continente no momento em que a Europa se engajava na Segunda Guerra Mundial. No entanto, só em 1945, quando o conflito estava praticamente por terminar, é que esse documento surgiu através da Resolução VIII intitulada *Assistência Recíproca e Solidariedade Americana*.

Essa declaração coletiva, assinada pelos representantes das nações americanas³ no Palácio de Chapultepec, nos arredores da

Cidade do México tinha definição concreta. O sistema interamericano devia tomar um posicionamento fora da OEA (Organização dos Estados Americanos), em face da nascente ONU (Organização das Nações Unidas) planejada em Washington, em dezembro de 1944, para substituir a Liga das Nações. Era o esforço do regionalismo para atenuar o internacionalismo. Era um regionalismo implantado em bases reacionárias, em face do expansionismo russo, com a URSS membro do Conselho Permanente da ONU.

A *Ata de Chapultepec*, que recebeu a adesão da Argentina em março de 1945, precisamente no dia 27, ao declarar guerra à Alemanha e ao Japão, seria a célula-mater do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), assinado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente.

No Brasil, o TIAR foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 5, de 14 de fevereiro de 1948, publicado no *Diário Oficial* de 18 de fevereiro do mesmo ano. A

ratificação em 5 de março de 1948 depositou o documento na União Pan-Americana, em Washington, no dia 25 do mesmo mês e ano. Ele foi promulgado pelo Decreto nº 25.660, de 13 de outubro de 1948, publicado no *Diário Oficial* de 8 de novembro do mesmo ano, observando-se que o General Eurico Gaspar Dutra procurou, durante seu governo (1946 – 1951) fortalecer o alinhamento e cooperação com os Estados Unidos, rompendo com Moscou e levando para a ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro. Seria, assim, o primeiro presidente brasileiro a visitar os Estados Unidos, em maio de 1949, quando Harry Truman já estava no poder em Washington.

O TIAR se propunha a cobrir em sua zona de defesa a ilha americana, cuja segurança se liga diretamente à liberdade de navegação nos oceanos Atlântico e Pacífico, que não estão cobertos no todo sentido leste/oeste e não dispõem de força armada regular como a da OTAN. Só foi invocado pelos Estados Unidos uma única vez, em 1962, durante a crise dos mísseis em Cuba, quando seus signatários, em uníssono, se levantaram contra os russos, que recuaram.

Coincidemente, essa crise traria, ao Brasil, em fevereiro de 1960, o Presidente Dwight Eisenhower, praticando a diplomacia da Guerra Fria, no momento em que Cuba se transformava no ponto de apoio do Kremlin dentro da faixa de segurança do TIAR.

Nesse período de aliança incondicional com os Estados Unidos, enquanto o Brasil dava passos mais significativos no campo do desenvolvimento econômico interno, falharia a OPA (Operação Pan-Americana), durante os governos Kubitschek - Eisenhower. Impunha-se um recrudescimento no contexto do Eixo Norte/Sul, com o governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) rompendo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que não apoia-va a construção de Brasília, para, engajando-se mais numa geoestratégia regionalista, ajudar a criar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Pouco depois da euforia da era Kubitschek, dos 50 anos em 5 anos e da inauguração de Brasília como capital fora do ecumeno estatal, entrava o País numa fase de turbulência dos sete meses de Jânio Quadros e o pseudoparlamentarismo im-

posto a João Goulart. Entrava num processo de comunização, quando a Aliança para o Progresso dos governos Goulart e Kennedy procurava tirar os Estados Unidos do regionalismo abstrato em que viviam. Nos seus sete meses de governo, (1961), Jânio Quadros daria o primeiro grande golpe na geoestratégia do Eixo Norte/Sul, adotando uma política externa bastante ousada para a época. Além de criticar a tentativa de invasão de Cuba⁴ pelos Estados Unidos, começou a estreitar laços econômicos e políticos com países comunistas, como a China, onde se encontrava o Vice-Presidente João Goulart no momento em que renunciou. Já havia então, Jânio Quadro, solicitado que seu chanceler, Afonso Arinos de Mello Franco, tomasse as medidas necessárias para o restabelecimento das rela-

ções diplomáticas com a União Soviética.

Já então com o Eixo Leste/Oeste se sobrepondo sempre ao Norte/Sul dentro da premissa geopolítica de que as grandes decisões seriam tomadas no hemisfério setentrional, estabelecia-se, a longo prazo, uma dinâmica conflitual dentro do que se destacava como supremacia ou presunção hegemônica dos Estados Unidos. Mesmo assim, a despeito das falhas na implementação dos financiamentos de que o Brasil necessitava, a política das fronteiras ideológicas nos mantinha como aliados incondicionais da nação do norte.

Dentro, porém, da premissa de que conviver é sempre mais difícil do que coexistir, o Brasil foi, aos poucos, percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava integrar-se ao Primeiro Mundo. A despeito de terem sido os Estados Unidos acusados de ajudarem a derrubada do governo Goulart e a implementação do *contragolpe de 31 de março de 1964*, e do Chanceler Juracy Magalhães ter se pautado em o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, a geoestratégia seguida para com a potência

do norte começou a não ser mais de alinhamento automático.

E, nessas condições, começou a desviar suas diretrizes geopolíticas para o campo do pragmatismo responsável, que Raymond Aron no seu livro *Paz e Guerra entre as Nações* assim justificava: *a noção de interesse nacional implica simplesmente que os responsáveis pelo Estado se voltem, em primeiro lugar, para a existência e a segurança da nação; não devem propor objetivos desmesurados, nem se iludir com os recursos à sua disposição, sonhando em transformar o mundo.*

E, assim, dentro do princípio de que uma política externa independente não implicava no nosso afastamento do Bloco Ocidental, o Itamaraty, dentro do pragmatismo responsável, passou, sobretudo a partir de 1970, a basear suas diretrizes dentro de uma relação madura que não era de alinhamento automático. E isso ocorria; justificava nosso Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro,⁵ porque os Estados Unidos são uma potência com interesses em todas as partes do mundo. Eles são o pivô, o centro de alianças militares e de toda

4. Chegou mesmo a entregar ao então Ministro da Indústria do governo Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, quando de sua visita a Brasília (1961), a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria do país. Já na oposição, Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, condecorava no Rio o líder anticastrista Manuel Antônio de Verona.

5. As Relações Leste/Oeste e o Terceiro Mundo – Uma Visão Sul-Americana, preparado para a Reunião da Atlantic Conference – St. Croix VI, EUA, de 7 de novembro de 1982.

uma complexa e variada gama de relacionamentos com todas as regiões do mundo e todos os países. E que, em

não existia uma visão sul-americana unificada quanto à confrontação Leste/Oeste e, embora fosse crescen-

O Brasil foi, aos poucos, percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava integrar-se ao Primeiro Mundo.

algumas ocasiões não será fácil harmonizar os seus interesses, nessas diversas partes e esses diversos engajamentos que eles têm.

Nos anos 70, acentuava-se a desvantagem geoestratégica dos Estados Unidos diante da URSS que, com a *Doutrina de Facilidades Navais do Almirante Sergei Gorshkov*, buscava posicionamento para seu país nos mares quentes do sul, valendo-se da política de flechamento de rotas de Mahan no desguarnecido *Crescente Externo Insular* de Mackinder.

Nesse período, a URSS, de forma efetiva e prática, procurava fazer-se presente de modo compatível com sua situação de superpotência, sobretudo na ribeira africana do Atlântico Sul onde, segundo Ronaldo Sardenberg⁶

temente afetada pela confrontação, a América do Sul, no essencial, permanecia marginal à mesma dentro do pluralismo, que é a tônica no Ocidente.

Do exposto, observa-se que, só mesmo acidentalmente a América do Sul entrava no campo das prioridades dos Estados Unidos. Área considerada das mais inexpressivas na geoestratégia da bipolaridade, só despertava as atenções do Governo de Washington dentro da política globalista. Só quando se esboçava em determinada área do continente um sinal de inserção no contexto da Guerra Fria, era ela promovida à esfera das prioridades da política externa de Washington, voltada logicamente para o planejamento regional do *containment* ou contenção.

É interessante notar que, no contexto da Guerra Fria, existia uma inclinação da América Latina para a for-

mação dos ditos regimes *nacionalistas*, apoiados em apelos às massas, explorando o preconceito histórico do *imperialismo* estadunidense. E, quando tal fato ocorria, o Governo de Washington explorava o lado da solidariedade hemisférica, valendo-se sobretudo da OEA. E vai ser justamente a OEA que irá evitar, no caso de ser preciso, à intervenção, que esta não apareça como ação unilateral, passando a se identificar com os interesses continentais. Assim ocorreria com a crise da República Dominicana, em 1965, de cuja intervenção, em prol dos interesses hemisféricos, o Brasil participou como aliado incondicional dos Estados Unidos.

De um modo geral, parecia que, para o Conselho de Segurança dos Estados Unidos, não havia o perigo de um ataque comunista a qualquer país latino-americano, a não ser num contexto de guerra geral. No entanto, reconhecia esse órgão que os comunistas tinham possibilidades de controle em países latino-americanos, via métodos eleitorais, quando não conseguiam a participação direta na política nacional, ressaltando-se que, em 1958, foi notória a manifestação de

⁶ Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Informação do Gabinete - entrevista concedida à Empresa Brasileira de Notícias, 1º de novembro de 1982.

grupos ultranacionalistas no Brasil e Argentina. Relatório do Comitê de Coordenação de Operações (1958)⁷ chegou mesmo a criticar a falta de interesse de nosso Governo em combater a infiltração comunista, muito embora fosse grande o crédito na área militar, de tendência direitista.

A visita de Richard Nixon a vários países do continente, recebido em alguns locais com manifestações anti-Estados Unidos, reforçaria o que previra o Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação de Operações: *o problema comunista permanece sério no Brasil, Chile, Equador, Bolívia, e também é potencialmente prejudicial aos interesses dos Estados Unidos em Cuba, Guatemala, Uruguai e Argentina... Comunistas locais tiveram um papel importante nas eleições brasileiras, e a disposição do novo governo de agir contra eles é ainda desconhecida.*

Tendo consequências globais, na geoestratégia da segurança os problemas de-

tectados pela Geopolítica não eram apenas regionais. Nessas condições, a defesa do hemisfério deveria ser baseada na proteção tanto do flanco norte como na do flanco sul, visto que os dois proporcionavam não só acesso aos recursos regionais, mas também às ligações seguras com o resto do mundo. Em consequência, só uma cooperação efetiva dos Estados Unidos, não apenas com o Canadá (membro da OTAN), mas também com a América Latina (associada ao TIAR), seria capaz da manutenção da proteção dos dois flancos, evitando a investida de forças numa determinada área, quando afetada pela crise, e o avanço da Doutrina Gorshkov, chegando até a ante-sala dos aliados do Eixo Leste/Oeste, em Cuba, Nicarágua e Cabo Verde.

O Canadá tinha e tem, sem dúvida, um envolvimento especial com a segurança dos Estados Unidos, quer por sua proximidade geográfica, como pela interdependência econômico-social que o destaca bem mais que o México no NAFTA (*North American Free Trade Agreement*). Em consequência, o sistema de alarme antecipado Estados

Unidos/Canadá, bem como os direitos de acesso e as facilidades para proteção aérea e marítima no Atlântico Norte dotam o país bilíngüe norte-americano de três frentes oceânicas como peça de grande importância geoestratégica no âmbito não só da OTAN e do Ártico, como também do TIAR, muito embora, neste, só se inclua dentro de sua zona de segurança.

Assim, se o Canadá, por seu posicionamento é da maior importância para a defesa da segurança do hemisfério no flanco norte, o Brasil também o é, na área de estrangulamento do Atlântico, cortado pelo equador terrestre que lhe dá, nesse oceano, dupla face.

No entanto, o Eixo Leste/Oeste tendia a ofuscar ou pelo menos, minimizar o Norte/Sul. E, muito embora viesse explicitado no Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação e Operações que: *a posição única dos grupos militares na América Latina tornava importante a influência dos Estados Unidos sobre eles, apontava como fator fundamental para a manutenção dessa influência, a habilidade que os Estados Unidos venham ter ao oferecerem treinamento e*

7. Um dos documentos da série – *Formulações de Política do Conselho de Segurança (Operation Coordinating Board) para a América Latina, de 1954 a 1958* – Biblioteca Presidencial Dwight Eisenhower.

equipamento. Justificava, sobretudo, que em alguns casos, e um deles era o do Brasil, seria de suma importância que os Estados Unidos garantissem *todo esse equipamento, principalmente por motivos políticos.*

A partir de 1961, com Cuba já na esfera de influência do Kremlin, alguns países latino-americanos, em especial os do geoestratégico Cone Sul, para combater a infiltração comunista, passaram a restringir as liberdades, e isso foi pouco a pouco tornando-se intolerável para a cultura política dos Estados Unidos. Passaram, então, *meios liberais* estadunidenses a pressionar o Congresso no sentido de suspender a ajuda militar ou econômica a esses países, em especial ao Chile e ao Uruguai. Dentro, pois, do contexto geoestratégico, o relacionamento Norte/Sul passou a formar um sistema de linhas cruzadas. Convivência ideológica entre o norte liberal e o sul conservador tomaram-se cada vez mais difíceis, com as nações do Cone Sul cerrando fileiras em torno da segurança nacional, votando em uníssono quando aparecia uma sanção contra o Chile, como a da reunião da OEA de 1977.

No ano anterior, na *Lei de Ajuda Externa*, o Congresso dos Estados Unidos requereram, do Departamento de Estado, Relatórios Anuais sobre a situação dos *direitos humanos* nos países a serem beneficiados. E, já no primeiro desses Relatórios, em 1977, eram grandes as críticas feitas ao Brasil, o que levava Jimmy Carter a armar uma ofensiva contra o acordo nuclear Brasil/Alemanha, para forçar, indiretamente, o Governo brasileiro a iniciar o *processo de abertura*.

A viagem de Carter ao Brasil, agendada para novembro de 1977, era cancelada e substituída por uma da 1ª Dama Rosalyn Carter, em caráter informal, que se realizou em junho do mesmo ano; piorava ainda mais o relacionamento Brasil/EUA, quando Carter discursou na Universidade de Notre Dame (maio de 1977), com o Cardeal Evaristo Arns no pódio, para receber um grau honorário. Na ocasião, disse Carter:

Estamos já livres daquele medo desordenado do comunismo que nos levava, outrora, a abraçar qualquer ditador que se unisse a nós em nosso medo.

Consequentemente, apóli-*tica dos direitos humanos,*

que se tornava a tônica do governo Carter, iria reduzir a eficácia geoestratégica do Eixo Norte/Sul com o declínio da assistência militar e da capacidade de os países do flanco meridional apoiarem os interesses estadunidenses.

Era essa a geoestratégia do Pentágono, a despeito do crescimento da presença aeronaval da União Soviética em Cuba; tudo isso, a despeito, também, de as forças militares cubanas, grandemente dependentes do Kremlin, estarem aumentando, se modernizando e sendo profissionalizadas para servirem ao comunismo num incipiente país que surgia na África, Angola.

A arena do Eixo Leste/Oeste chegava ao Atlântico Sul no momento em que as forças de segurança em muitos países da América Latina permaneciam praticamente incapazes de se defenderem contra a própria oposição armada da guerrilha esquerdista.

Era esse o reflexo da *Doutrina Carter*, ignorando o envolvimento, pelo sul, da *Doutrina Gorshkov*, desprezando, de um modo geral, a América Latina, para dedicar-se, com quase exclusividade, ao Eixo Leste/Oeste, centrado no Oriente

Médio e no Golfo Pérsico. O reflexo da *Doutrina Carter* no Brasil denunciava o Acordo Militar com os Estados Unidos (Decreto nº 79.376, de 11 de março de 1977), que nota do Itamaraty justificava *como consequência à introdução de alterações na legislação norte-americana que modificaram, de forma inaceitável, as condições em que se vinha processando a cooperação militar entre os dois países sob a égide do acordo firmado no Rio de Janeiro a 15 de março de 1952*. Continuava a nota que tal atitude era *um desdobraamento, pelos mesmos motivos, da recusa de aceitar qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame por órgãos de governo estrangeiro de matérias que por natureza, são de exclusiva competência do Governo do Brasil*.

Impunha-se a *geoestratégia do pragmatismo responsável*, com Carter vindo ao Brasil, em março de 1978, onde foram não só difíceis como formais as conversações sobre as questões dos direitos humanos e da política nuclear. O não alinhamento compulsório estava traçado, pois nos últimos 40 minutos que passou no

Rio, o então Presidente dos Estados Unidos encontrava-se com o então Cardeal de São Paulo, Evaristo Arns, o grande crítico do regime militar, que o levou ao Galeão, de onde seguiu rumo à África.

Ocaso do Eixo Norte/Sul

Com a denúncia do Acordo Militar pelo Brasil, sem o substancial aumento nos programas de cooperação militar combinados com a vontade de fornecer equipamentos para a defesa coletiva, começaram, os Estados Unidos, a perder, no flanco sul, a liderança de uma coalizão geoestratégica digna de crédito para acionar o TIAR.

E, se uma política externa independente não significa o afastar dos aliados naturais, a idéia hemisférica passava a ser suplantada pela dicotomia amigo-inimigo, enquanto o próprio conceito de amizade passava a ser utilizado como instrumento de reforço da dependência vertical, abastardando-se a noção de amigo fiel para equipará-la a um aliado dócil ou satélite.

Eram essas as palavras do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, analisando nossas

diretrizes externas, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, no dia 4 de setembro de 1981. É um contra-senso pensar-se em uniformizar e unificar mecanicamente o Ocidente, seja no nível nacional seja no nível internacional, afirmava então Saraiva Guerreiro, sobretudo ante a ambigüidade de seu líder. No âmbito continental, por exemplo, essa ambigüidade do líder e a progressiva independência dos liderados se reflete na própria esfera do TIAR, anulando pois o Eixo Norte/Sul.

O Brasil passaria a ampliar e aprofundar sua presença internacional, traçando suas diretrizes difundentes. Esse esforço universalista nascia não somente de uma disposição teórica, mas também da necessidade geoestratégica para enfrentar as questões concretas e imediatas que a convivência internacional a cada dia nos indicava.

Faltava menos de uma década para que se desfizesse o Eixo Leste/Oeste. Com o desaparecimento do 1º e 2º Mundos, o 3º Mundo sofreria grande reestruturação, enquanto do seu contexto heterogêneo se destacariam as nações emergentes, e uma

delas seria o Brasil. E assim sendo, o esforço de globalização da presença externa brasileira era *um dos caminhos seguros para aumentar o leque das opções numa fase de crise internacional*, concluiria Saraiva Guerreiro. Crise internacional que, em desdobramento, nos faria voltar para um efetivo Eixo Sul/Sul. Dentro desse novo contexto geoestratégico, em dezembro de 1982, quando exercia o seu primeiro mandato, Ronald Reagan vinha ao Brasil e elogiava o último presidente da contra-revolução, o General João Baptista de Figueiredo. Não iria, porém, contar com a anuência do Governo brasileiro na *Crise das Malvinas*, cuja soberania reconhecíamos para a Argentina, pois a nossa geoestratégia era a de oposição à gibraltarização do Atlântico Sul, com esse arquipélago transformando-se em trampolim da OTAN no alinhamento Gibraltar - Ascenção.

Colocando-se contra o TIAR e a favor da OTAN,

Ronald Reagan declarava não permitir que a Inglaterra fosse derrotada no Atlântico Sul.⁸ E o que se pensava ser

TIAR. Suas diretrizes estavam bem mais ligadas às aspirações e responsabilidades globais, em detri-

A posição do Brasil, reconhecendo a soberania argentina nas Malvinas e a atitude dos Estados Unidos de apoio a Inglaterra demonstravam as diferenças estratégicas entre as cúpulas dos dois países.

um desvio temporário da OTAN para o Atlântico Sul, transformava-se num processo de legitimação. A própria Margareth Thatcher falando aos membros da Comunidade Atlântica Europeia afirmava que a intenção de seu Governo era a de ignorar o limite arbitrário do Atlântico Norte, referindo-se ao Artigo 6 do Tratado da OTAN que lhe deu o direito de operar, no caso das Malvinas, fora da área da OTAN em defesa dos objetivos da OTAN.

A posição do Brasil, reconhecendo a soberania argentina nas Malvinas e a atitude dos Estados Unidos de apoio a Inglaterra demonstravam as diferenças estratégicas entre as cúpulas dos dois países. Evidenciava-se que os Estados Unidos não possuíam uma política de *per se* favorável ao Eixo Sul ou a qualquer de seus aliados do

mento das bilaterais ou regionais, ao manterem as Malvinas como *porta dos fundos* da OTAN.

Destacou Hélio Jaguari-be⁹ que a clivagem Norte/Sul exacerbada pela Crise das Malvinas se fez sentir particularmente no âmbito das Relações Internacionais. Fundadas na premissa da solidariedade continental expressada pela Carta da OEA, as relações interamericanas encontraram no TIAR o corolário defensivo dessas premissas, assegurando a cooperação de todos os países do continente contra riscos de agressão a quaisquer deles por uma potência extracontinental.

Concluímos assim que, desfeito o mito da soberania continental com o processo da perda de legitimidade por parte da OEA e, ainda, o da viabilidade do TIAR ante o desaparecimento de cena do

8. Vide *Latin American Weekly Report* – 1984.

9. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do Sistema Interamericano* – Editora Terra e Paz – IEPES – Rio, 1995.

comunismo, o então inimigo externo comum, o Atlântico Sul, sem dispor dos dois sistemas e ainda de eficazes alternativas, levariam o Brasil a traçar as suas condicionantes geoestratégicas. Adveio daí o objetivo de operacionalizar a linha ou Eixo Sul/Sul, como prioridade de nossa política externa, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral. Teríamos que agir no sentido de consolidar uma identidade regional específica através do ZCPAS (Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul) e do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).

O Eixo Sul/Sul

ZCPAS

Em julho de 1986, o Presidente José Sarney (1985-1990) enviava mensagens aos chefes-de-Estado da Argentina, Angola, Cabo Verde, Congo, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e Uruguai, solicitando o apoio dos referidos governos para o projeto que se intitularia *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Em 27 de outubro desse mesmo ano, por 124 votos a favor, 8 abstenções (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Japão,

Luxemburgo, Holanda e Portugal) e o voto contrário dos Estados Unidos conseguiu que a Assembléia Geral da ONU aprovasse o Projeto de Resolução A/41/L.11, declarando o Atlântico Sul como *Zona de Cooperação e Paz*.

Condenavam, os Estados Unidos, o ZCPAS que chamou de *negociações multilaterais*. Era um *multilateralismo* mais do que necessário à geoestratégia brasileira, já que não nos era possível coagir potências fora da área. Donde ser de conjunto a ação apropriada para, ainda que por número reduzido de nações do Atlântico Sul, exortar e persuadir às superpotências, dentro de um órgão internacional criado para a manutenção da paz.

A outra justificativa para o voto negativo foi a de que a Resolução dava a entender que se deviam aplicar restrições ao acesso de atividades navais no Atlântico Sul. Procuravam os Estados Unidos evitar o fechamento da região às estratégias militares do Pentágono, tendo em vista ter se agravado no período pós-Malvinas o distanciamento do Brasil e da Argentina para com o governo Reagan. No entanto, dentro da concepção geoes-

tratégica dada ao Atlântico Sul, as marinhas do continente americano continuaram participando do exercício conjunto de adestramento ministrado pelos Estados Unidos, através da *Operação Unitas*, que teve sua origem durante a Guerra Fria. Muito embora fruto do ZCPAS, a *Operação ATLANSUR* passou a levar as armadas do Atlântico Sul à manobras conjuntas, com a finalidade de lançar pontes de cooperação entre as duas ribeiras desse setor oceânico.

Conclui-se que a ZCPAS se imporia como geoestratégia, quando o Eixo Leste/Oeste passou a se sobrepor ao Norte/Sul, destacando que as exigências globais dos Estados Unidos começavam a criar óbices à política regional. Primeiro, com o *Carterismo* levando o Governo de Washington a se voltar para outros auditórios, enquanto a passividade da OEA jogava a Doutrina de Monroe para um segundo plano. Segundo, porque com Reagan vinha à baila o velho conceito de Foster Dules, para quem a política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos, e sim em defender seus interesses. E foi levando em conta seus interesses no

Atlântico Sul, tágones, vinas, um aliado, de maiores, do Krugman, Nesse, as Maiores, se embaixadas, ao representar, pela América, OTAN, apoiadas, toriais, atlântico, importados, esses deviam, der, Apoia-tina, rompiu, gurança, e, em, tava o, da URSS, O fator, no estabelecimento, bloco, segurança, sem certezas, relações, 10. Geopolítica, Pensamento, Relação, de 1964, defendido, Católica

Atlântico Norte que o Pentágono preferiu ver as Malvinas nas mãos da Inglaterra, um aliado mais seguro, capaz de manter longe dos apetites do Kremlin a preciosa passagem Atlântico - Pacífico. Nesse setor do Atlântico Sul, as Malvinas transformavam-se em bastião quase idêntico ao representado do outro lado pela África do Sul/Namíbia.

Para os membros da OTAN, o Brasil não devia apoiar reivindicações territoriais no setor meridional atlântico, já que, face à importância geoestratégica, esses trampolins insulares deviam permanecer em poder de países ocidentais. Apoiando a soberania argentina nas Malvinas, o Brasil rompia a estrutura de segurança hemisférica do TIAR e, em consequência, acarretava o aumento de influência da URSS na região.

O fato é que, interessado no estabelecimento de um bloco que pudesse dar certa segurança ao Atlântico Sul sem compromissos prematuros, o Brasil, já revelando relação madura com os Es-

tados Unidos, que não era mais de alinhamento automático, tratou de implantar um Eixo Sul/Sul. E, nesse contexto, se insere a definição do Professor Daniel Rótulo,¹⁰ da Universidade da República Oriental do Uruguai: *a zona de paz é concebida como tendo um sentido instrumental positivo, pelo fato de delimitar responsabilidades estratégicas, buscando evitar a interferência externa, permitindo um maior desenvolvimento ao Poder Militar dos países da região. A neutralização do Atlântico Sul, sem desenvolvimento de uma cena dissuasória regional seria pura utopia.*

O Brasil é um país que respira pelo mar e que, embora não sendo bioceânico é dotado de duas faces litorâneas - uma voltada para o hemisfério continental na zona de estrangulamento do Atlântico e a outra, justamente sua maior linha costeira dependente do hemisfério oceânico. Como múltiplo vetor no Atlântico Sul, a *intimidade geográfica* do Brasil (usando expressão do Embaixador Gibson Barbosa), com países sul-americanos, nos induz a edificação de um destino comum. Por outro lado, nossas afini-

dades geoistóricas e a proximidade com a ribeira africana tendem a cimentar sólidos interesses comuns. Trata-se, pois, de dinamizar a diretriz regionalista na bacia do Atlântico Sul, no momento em que os assuntos marítimos vêm assumindo importância sempre crescente no âmbito das Relações Internacionais.

No entanto, o Eixo Sul/Sul tinha que caminhar em uníssono com um contexto Leste/Oeste que se desfazia. O hemisfério setentrional não poderia ser alijado da geoestratégia brasileira. Assim, enquanto o Eixo Norte/Sul do pan-americanismo se enfraquecia, o Presidente General Ernesto Geisel (1974 - 1990) tratava de visitar 4 países desenvolvidos - França, Inglaterra, Alemanha e Japão, os dois últimos já voltados para a geoestratégia globalista de Eixos Norte/Sul, preconizadas em 1937 por Haushofer. A bipolaridade EUA - URSS dava mostras que entraria no ocaso, e que já se implantava a fase transicional da multipolaridade.

MERCOSUL

Em 1990, era eminentemente a formação de um outro Bloco

10. *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiro em Relação ao Atlântico Sul, no período de 1964-1990* - Tese de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

Sul/Sul. Em dezembro desse ano, George Bush vinha ao Brasil numa rápida passagem que não durou mais do que 24 horas. Desfizera-se o Eixo Leste/Oeste com o desmoronamento da União Soviética, enquanto o Japão e a Alemanha procuravam consolidar seus respectivos blocos econômicos. Era a conjugação dos espaços vitais procurando acoplar o norte industrial desenvolvido tecnologicamente, ao sul subdesenvolvido, numa globalização de Eixos Norte/Sul. Impunha-se na globalização a fase do neocolonialismo. Na rápida conversa que teve com o então Presidente Fernando Collor de Mello, Bush ouviu críticas sobre o domínio tecnológico dos países desenvolvidos, obtendo dos Estados Unidos um avanço na área tão fechada de transferência de alta tecnologia, assegurando a venda ao Brasil da *vector facility*, placa eletrônica que, acoplada a um megacomputador, iria permitir à EMBRAER realizar testes aerodinâmicos.

Três meses depois, em 26 de março de 1991, já no governo José Sarney (1985 - 1990), era assinado o *Tratado de Assunção* entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai criando o MERCOSUL; na

realidade, uma comunidade regional transformada em escudo para contemporizar a extrema interdependência com o Norte o que vem implícito no seu preâmbulo, determinando o seguinte:

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países, expressando que esse processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos.

Embora com carências e incertezas, o MERCOSUL é uma realidade que se está *forjando no setor do Cone Sul. Para efeitos geoestratégicos, o que se vem observando no contexto geoeconômico dos Eixos Norte/Sul e de mercados locais é o embate entre a conjugação de espaços vitais – globalização, e de autoproteção – regionalização. E só o tempo dirá se continuarão a se entender: na União Européia a Alemanha, França e Inglaterra; na Zona de Co-prosperidade do Pacífico, o Japão e a China e, na América, o NAFTA e o MERCOSUL. Em se tratando do fator geocultural somos, no MERCOSUL, um*

bloco bem mais homogêneo do que os formadores da UE e do NAFTA, nascido em 12 de agosto de 1992, unindo Estados Unidos, Canadá e México.

Na geoestratégia da nova ordem mundial, os Estados Unidos permaneceram importantes diante de várias crises na Iugoslávia e no Oriente Médio. E, enquanto procuravam manter o seu *status* no continente europeu ficavam, sobremodo, distantes do continente americano na geoestratégia de *a América em primeiro lugar*.

Europa: Novo Eixo Leste/Oeste

O Muro de Berlim, com seus 45 km de comprimento e 4 metros de altura representou, durante três décadas, ou seja de 1961 até novembro de 1989, quando foi demolido, a poderosa metáfora do cisma Ocidente/Oriente materializada no Eixo Leste/Oeste da Guerra Fria.

Com a queda do Muro de Berlim, a geopolítica europeia mudou por completo. A URSS implodiu, a Alemanha se reunificou, a Iugoslávia se desfez, a Tchecoslováquia se dividiu. Face a essa autêntica reviravolta no mapa da Euro-

pa, onde as duas grandes guerras ceifaram a vida de mais de 50 milhões de pessoas nesse século XX, as diretrizes geopolíticas no sentido de unificar o Velho Mundo numa comunidade estável nem sempre se coadunaram.

Assim, pode ser considerada como geoestratégia de um novo Eixo Leste/Oeste a expansão da OTAN para o Leste Europeu, constituindo-se na iniciativa estadunidense de maior alcance, em política externa, desde o fim

da Guerra Fria. Trata-se de uma abordagem definitiva para a segurança dos Estados Unidos, para a paz no continente, bem como para a defesa de países até a fronteira com a Federação Russa que é, atualmente, uma incógnita geopolítica.

Em 27 de maio de 1997, nascia uma nova OTAN avançando sobre os despojos do Pacto de Varsóvia, desfeito em 1990, que o quadro abaixo destaca.

A inclusão na Aliança Atlântica da Polônia, Hun-

gria e República Tcheca destaca que a escolha foi de caráter bem mais geoestratégico do que geopolítico, pois são justamente esses os três países que apresentam, por suas fronteiras vivas, os mais efetivos conflitos latentes. A Polônia, por repartir, com a Federação Russa, a Prússia, núcleo geográfico da Alemanha, deixando no ar a seguinte pergunta: ficará a Alemanha, agora reunificada, durante quanto tempo conformada com a exclusão da terra dos

<i>Países Membros</i>	<i>Forças Armadas</i>	<i>Blindados</i>	<i>Aviões de Combate</i>
BÉLGICA	80,7 mil	359	122
CANADÁ	84 mil	144	198
DINAMARCA	29,2 mil	499	106
FRANÇA	431,7 mil	1.343	910
ALEMANHA	447 mil	709	771
GRÉCIA	159,3 mil	1.879	381
ISLÂNDIA	260 mil	-	-
ITÁLIA	345 mil	122	451
LUXEMBURGO	800 mil	-	-
HOLANDA	93 mil	913	188
NORUEGA	32,7 mil	211	85
PORTUGAL	58,3 mil	129	83
ESPAÑA	217 mil	838	228
TURQUIA	60,3 mil	3.928	595
REINO UNIDO	293,5 mil	1.318	511
EUA	1.913,75 mil	15.745	6.05 mil
PAÍSES DO LESTE EUROPEU			
POLÔNIA	273 mil	2.807	508
HUNGRIA	76 mil	1.331	143
REP. TCHECA	110 mil	1.703	231

Fonte: Jornal do Brasil (28 de maio de 1997)

junkers, os artífices de sua unificação, em 1870? Estará a Alemanha conformada em manter fora de suas fronteiras os Sudetos, atualmente dentro da República Tcheca? E a Hungria não irá reivindicar na Voivodina, da desfeita Iugoslávia, a continuidade de sua *puzta*?

Segundo o Secretário Geral da OTAN, Javier Solana, *ninguém dissolve o Corpo de Bombeiros só porque não houve incêndio no ano passado*. Mas para os principais responsáveis pela política externa dos Estados Unidos, entre os quais Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, além de ser moral e politicamente injustificável, é, sobretudo, perigoso virar as costas para a Barreira do Inferno de Haushofer, que Churchill batizou como Cortina de Ferro. Mostra-nos a História que o afastamento dos Estados Unidos da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, e a relutância de entrarem no recente conflito Bósnia/Herzegovina, arrastaram o Pentágono para circunstâncias não muito cômodas, levando a Secretaria de Estado, Madaleine Albright, a afirmar que *só ampliando as garantias de segurança, estamos reduzindo as chances de que nossas*

tropas sejam novamente chamadas a lutarem na Europa.

Dentro do enfoque geoestratégico, o novo Eixo Leste/Oeste marca o fim da Guerra Fria e o início de uma *Guerra Tépida*, de confronto sem ideologias. Confronto que pode induzir o Kremlin a pensar que a Federação Russa está sendo tratada como o inimigo de uma OTAN que se expande. A Federação Russa sente, por outro lado, por tradição, a amargura de ser sempre excluída do *affaire europeu*, e, sentindo que havia chegado o momento de viver em harmonia com o seu continente, os Estados Unidos frustam-lhe os planos.

A realidade, porém, é que, mesmo tendo os fatos registrado o fim do antigo Eixo Leste/Oeste de confronto ideológico, subsiste nas portas da Europa o *urso belicoso* para o Ocidente que tem posto em prática uma *geopolítica de mão dupla* com acordos de cooperação e palavras de camaradagem, mas temperada com a expansão da OTAN por precaução. Isso levando em conta que se Yeltsin foi capaz de bombardear o seu próprio Parlamento, em 1993, para sufocar uma rebelião comunista, e teima em resolver seus

problemas pela força, como fez com a Chechênia, o que não fará contra uma ameaça externa?

Embora a incógnita Federação Russa não passe de desmoralizada ex-potência, a continuada precaução do Ocidente pode vir a gerar um monstro, tendo em conta que, só depois de muita retórica, Yeltsin concordou em deixar o caminho livre para a ampliação da aliança militar ocidental. A humilhação do antigo todo poderoso se resumiu na criação de um *Conselho Conjunto*, no qual Moscou será simplesmente comunicado sobre as decisões dos antigos rivais, sem que isso lhe dê poder de veto sobre elas.

Tal como ocorreu com a Alemanha, em Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, a ampliação da OTAN é um humilhante lembrete de que o outro lado é o vencedor da Guerra Fria, o que, por certo, há de tornar anti-Estados Unidos toda uma geração de russos, bem como o desejo de uma revanche por parte dos saudosistas comunistas.

Faca de dois gumes, o novo Eixo Leste/Oeste se constitui numa insensibilidade dos Estados Unidos, que estão a um oceano de

distância da Europa e costumam subestimar o peso da História. E, se é verdade que os europeus têm memória

traçar novas linhas divisórias na Europa, que vem agindo para unificar-se em comunidade de democracias com

mado em 27 de maio de 1997, entre os dirigentes da OTAN e Boris Yeltsin, no Palácio do Eliseu, em Paris, afirma que a aliança militar e o país em questão não se consideram mais adversários, estando prontos para colaborarem em benefício da segurança euroatlântica. E que, estando a Rússia empenhada em se transformar numa democracia, a OTAN se compromete a rever sua atual doutrina estratégica estabelecida em 1991, cujas principais cláusulas são:

1º – promete fortalecer a *Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*, com a incumbência de operar abertamente, reconhecendo o direito dos países a escolher os meios para garantir sua própria segurança, para solucionar e respaldar as operações da manutenção de paz;

2º – determina a criação de um *Conselho Permanente Conjunto* integrado pela OTAN/Rússia, que dará voz, mas não voto a Moscou, nas questões da Aliança. Estabelecendo uma missão russa na sede da OTAN;

3º – indica os terrenos de cooperação, inclusive a administração de eventuais crises, as operações conjuntas, a manutenção da paz, a

Se Yeltsin foi capaz de bombardear o seu próprio Parlamento, em 1993, para sufocar uma rebelião comunista, e teima em resolver seus problemas pela força, como fez com a Chechênia, o que não fará contra uma ameaça externa?

longa, os russos têm-na mais longa ainda, pois não se esqueceram de Napoleão, de Carlos XII, de Hitler e, que pela terceira vez nesse século XX, o Ocidente está formando uma nova ordem européia sem a Rússia – a primeira em Versalhes (1918), depois com a OTAN (1949) e, finalmente, com sua ampliação (1997).

A expansão da OTAN não tem sido vista dentro do mesmo consenso. Assim, enquanto Varsóvia comemorava a realização do sonho polonês de colocar-se sob o poderio militar do Pentágono, no Kremlin há um sentimento de repúdio por deixar-lhe com menos poder decisório em questões de segurança, igualado ao do minúsculo Luxemburgo.

Para os que, nos Estados Unidos, são contrários à ampliação da OTAN, a análise mostra que a diretriz irá

os mesmos horizontes, união que, se indispondo com a Rússia também européia, irá introduzir maior diversidade de interesses numa OTAN que funciona a consenso. E que, justamente por funcionar em consenso, mostra-se contrária a expor seus objetivos a um voto russo.

Para a Rússia, por sua vez, isso é o fim do sonho de um dia unir-se ao setor ocidental, numa *casa européia comum*, segundo formulação feita em 1989 pelo então líder soviético, Mikhail Gorbachev. Sonho que se desfaz por sentir-se discriminada na aliança militar, pois embora convidada a sentar-se à mesa da diplomacia da OTAN, poderá ouvir, observar, sugerir e até mesmo ser consultada, mas nem sempre poderá decidir.

O preâmbulo do *Acordo de Cooperação Mútua* fir-

política de defesa, a segurança nuclear, o controle armamentista, a não proliferação nuclear e os desastres naturais. Nesse ponto, OTAN/Rússia estabelecem 19 possíveis áreas de cooperação, entre as quais: a participação de Moscou no novo Conselho Euroatlântico, transformação da indústria de armamentos, luta contra o tráfico de drogas e o terrorismo; e

4º – a OTAN reitera que não tem intenção, plano, nem motivo algum para colocar armas nucleares nos territórios dos novos membros, nem para mudar a política nuclear. Promete colaborar nas negociações de Viena para revisar o tratado sobre forças convencionais na Europa e reafirma que suas missões de defesa se efetuam por meio de esforços, em lugar de estacionar forças substanciais de combate nos países-membros.

Procurando virar a página da geopolítica de confronto de meio século, o *Acordo de Cooperação Mútua* afirma que OTAN e Rússia irão trabalhar juntas para a segurança comum da Europa, ajudando a fortalecer a OSCE (*Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*) com papel-chave na paz e estabilidade europeias.

Comprometem-se, os signatários, a evitar qualquer possibilidade de retrocesso para uma Europa de divisões e confrontos, bem como de isolamento de qualquer Estado. E reconhecem o papel de vital importância da democracia, o pluralismo partidário, o estado de direito, o respeito aos direitos e liberdades civis e o desenvolvimento de economias de livre mercado.

No entanto, é de se notar que, para muitos e para, sobretudo, conservadores e linha-dura na Federação Russa, esse acordo instituiu, na prática, um novo Eixo Leste/Oeste traduzindo-se como autêntica *ata de capitulação* mas não de omisão, já que Moscou se manteve em alerta, sobretudo com relação a questão do Golfo Pérsico.

América: Novo Eixo Norte/Sul

O Regionalismo e o Globalismo se confundem na política externa dos Estados Unidos. Confundem-se, via de regra, com a luta institucional entre o Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Estado. O primeiro é a base globalista; o segundo dos regionalistas,

por sua própria estrutura funcional em departamentos regionais, onde trabalham funcionários especializados em determinadas áreas. No entanto, os globalistas e regionalistas se atêm às mesmas perguntas: – qual é o principal interesse dos Estados Unidos numa determinada região? – qual a natureza e magnitude da ameaça? – que política os Estados Unidos devem seguir para atender aos seus interesses?

Como, porém, o Eixo Leste/Oeste sempre se sobrepõe ao Norte/Sul, após resolvido o problema europeu, em outubro de 1997, era chegada a vez de Bill Clinton voltar-se para a América Latina visitando, entre outros países, o Brasil. Já então o processo de globalização fizera da OCM (Organização Mundial de Comércio) mais importante que a da própria ONU e, sobremodo, do FMI (Fundo Monetário Internacional), o que levava o nosso Chanceler Luiz Felipe Lampreia a resumir o relacionamento Brasil/EUA dentro do trinômio – *equilíbrio, realismo e pragmatismo*.

Fora os acordos sobre educação, cooperação espacial e nuclear, com o Brasil aderindo ao Tratado de Não

Proliferação, a meta principal da visita de Clinton foi a ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas) pretendendo, num novo Eixo Norte/Sul, envolver todo o continente num sistema comercial hemisférico. Sem política coerente para o continente sul-americano, onde o Brasil está empenhado na expansão do MERCOSUL, os governos de Brasília e Washington não chegaram a um entendimento; mesmo porque sem a autorização *fast track* para negociar acordos, ainda por ser votada pelo Congresso, a Casa Branca veio de mãos atadas.

Tal como Ronald Reagan, Bill Clinton é adepto da escola do realismo nas relações internacionais e, reafirmando seu desejo de acelerar a ALCA, vai procurar implementar acordos bilaterais, até outubro de 1999. Não poderá, no entanto, esquecer de que começa a ruir o muro de sua unipolaridade, face a multipolaridade que põe diante de Washington os Eixos Norte/Sul de *estados diretores*, incluindo no contexto internacional o Japão e a Alemanha, os dois países vencidos na Segunda Guerra Mundial. E, nessa competitividade dos Eixos Norte/Sul,

o Brasil, caracterizado geopoliticamente como múltiplo vetor, sem hegemonias ou unilateralismos, busca integrar, pelo menos, o bloco ibero-americano, procurando parceiros comerciais mais vantajosos na União Européia, Ásia e, até mesmo, na China, que Clinton também visitou.

Sem deixar de lado o MERCOSUL, um dos pontos fortes da política externa brasileira face aos atuais Eixos Norte/Sul dos Estados diretores – Estados Unidos (NAFTA/ALCA), Alemanha (União Européia) e Japão (Zona de Co-Prosperidade Asiática), o governo Fernando Henrique Cardoso criou a chamada *diplomacia presidencial*: procura atrair capitais externos para o Brasil, que busca estabilizar sua economia e necessita de recursos para financiar seu desenvolvimento. Em *Mãos à Obra*, programa que divulgou durante sua campanha eleitoral em 1994, o diálogo com parceiros que já não davam ao nosso país o menor crédito, como o Japão, por exemplo, seria e foi retomado. Tratando de promover no exterior o Brasil, face a geoestratégia do real e das reformas, ao concluir seu período de governo, em 1998, Fernando Henrique terá feito

55 viagens internacionais, numa média de 13,7 por ano de mandato, ou seja, um verdadeiro recorde entre os presidentes brasileiros.

Por sua vez, nessa fase multipolar dos Eixos Norte/Sul, os Estados Unidos procuram se apresentar como única superpotência mundial, criando, quando se preparava a visita de Clinton ao Brasil, em 1997, uma arrogância antipática e, até certo modo, desastrosa. Procurando agir como se tivessem carta branca em seu *Mac mundo* e que, na globalização, se usa unicamente o carimbo de *Made in USA*.

Procura Washington ignorar que desapareceu a bipolaridade da Guerra Fria e que a lealdade daqueles que, por interesses ou convicções ideológicas, como o Brasil, por exemplo, não subsiste mais e que seus antigos associados manifestem seus desacordos.

É fato que os Estados Unidos possuem, ainda, a única força militar capaz de atuar em todas as partes do planeta. No entanto, sem a presença da ameaça externa como a da antiga URSS e, com uma participação bem menor da economia global do que a que possuía antes da Segunda Guerra Mundial, o poder

desse país nem sempre se traduz em influência persuasiva. E alguns exemplos ilustram o fato, pois Washington não conseguiu evitar que o sul-africano Nelson Mandela fosse visitar o líder líbio Muamar Kadafi, nem que se isole essa mesma Líbia, a Cuba de Fidel Castro, o Iraque de Saddam Hussein, ou o fundamentalismo do Irã, como Estados pârias. No mesmo contexto, ninguém ignora que se colocaram contra a supremacia da Casa Branca – a China, rejeitando os apelos pelos direitos humanos, e Israel, se negando a reativar o processo de paz no Oriente Médio, abandonando a construção de novas colônias judaicas.

A Europa Ocidental que o Plano Marshall ajudou a reerguer, tão útil durante a Guerra Fria é hoje, para os Estados Unidos, em face dos novos Eixos Norte/Sul, uma faca de dois gumes. Notando-se que para a Alemanha, o Estado diretor da UE, o *euro* como moeda única será a grande esperança contra o dólar, destacando-se que a redução da avassaladora importância da moeda estadunidense implicará, por certo, na situação de presunção unipolar.

Os Estados Unidos buscam globalizar o alcance de

suas leis a países estrangeiros, sendo exemplos notórios a *Lei Helms-Burton*, interditando o comércio com Cuba e a D'Amato-Kennedy, bloqueando intercâmbios com o Irã e a Líbia. Daí a visita de Clinton ao Brasil, na posição prepotente de implantação imediata da ALCA ter levado Roberto Macedo, Presidente do Sindicato Brasileiro das Empresas Fabricantes de Eletro-Eletrônicos à comparação de que os Estados Unidos tentavam nos conduzir como *búfalos no oeste selvagem*. Dentro, pois, do conceito geoestratégico, se nos mantivermos como búfalos, estaremos caminhando para a extinção. A proposta para a criação de uma zona hemisférica de livre comércio do Alasca até a Patagônia, além de ameaça à soberania econômica dos países do MERCOSUL, onde se agrupam autênticas *panelas de barro*, poderá se transformar num instrumento de conjugação de espaços vitais de Haushofer, perpetuando a hegemonia estadunidense, a *panela de ferro*.

Conclusão

Na década dos 20 e princípio dos 30, quando os abalos financeiros origi-

naram a *Grande Depressão*, as então duas potências da bipolaridade, França e Inglaterra, davam indícios de que, em breve, cederiam seus lugares no âmbito das Relações Internacionais. Procuraram então se valer de tábua de salvação formando, cada qual, Blocos de Comércio – o do Império Britânico ou *Commonwealth* e o da União Francesa, apoiados no espaço vital que possuíam nas colônias que ainda mantinham.

Três outras nações se sentiram prejudicadas como protecionismo dos dois Blocos. Por isso, o Japão passou a se envolver no Pacífico, enquanto a Alemanha se uniu à Europa Oriental para dominar o *heartland*, no que ameaçava os interesses da URSS. Por sua vez, a Itália se voltava para o Adriático e a cornucópia Africana, onde enfrentava interesses ingleses, e atingia o norte da África, onde franco-alemães se rivalizavam. E, nesse cenário de transição, os Blocos Econômicos se transformaram em Alianças Militares, deflagrando-se a Segunda Guerra Mundial.

Decretada a sentença de morte dos Impérios Ultramarinos, o mundo ficaria pequeno demais para se

dominado por pequenos países, conceito que transformava, em agentes da bipolaridade, os Estados Unidos e a URSS dotados do fator presença, com amplos territórios e vastas fachadas marítimas.

Em 1990, comprometida essa bipolaridade, com a saída da União Soviética do confronto internacional, é sobremodo real que a parcela de poder mundial dos Estados Unidos também vem declinando, nessa nova fase de transição, com a implantação de multipolaridade. Só que, no momento, ocorre o inverso da década de 20/30, pois foram os blocos militares que se dissolveram, a despeito da expansão da OTAN, para dar lugar aos blocos econômicos.

Conclui-se que, com a formação desses blocos eco-

nômicos, o motor principal se concentra numa franca oposição Norte/Sul. Oposição que substitui as cisões ideológicas capitalismo/comunismo que, por certo, não poderá ser contornada pela ONU, ou cerca de centenas de outros organismos internacionais, com suas respectivas sedes no norte, em Bruxelas, Genebra, Nova York, Washington, Roma, Viena ou Haia.

A nova ordem mundial terá, assim, que assegurar a participação de novos personagens descontentes que surgem no palco internacional, dentre os quais a Índia, a China e o Brasil, dotados do fator presença.

O nosso planeta passou, a partir de 1990, das dimensões ideológicas mundiais do Eixo Leste/Oeste para a fase transitacional dos Eixos Norte/

Sul. A História vem mostrando que no cenário geopolítico da geoestratégia de poder, a ação de domínio é sobremodo passageira. Jamais um Estado conseguiu se manter permanentemente dominando os outros. A bipolaridade é sucedida pela fase transitória da multipolaridade, desembocando numa outra bipolaridade.

Em face de a atualidade internacional se caracterizar pela fase transitacional da multipolaridade, a geoestratégia brasileira deverá continuar a se manter na diversidade de compromissos nos encontros de cúpulas regulamentares, tais como: o *ibero-americano*, o *das Américas*, o do *Grupo do Rio*, o do CPLOP (Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa) e, sobretudo o do *MERCOSUL*.



BIBLIOGRAFIA

- SARAIVA GUERREIRO, Ramiro - *As Relações Leste/Oeste e o Terceiro Mundo - Uma Visão Sul Americana* - Reunião da Atlantic Conference em Saint Croix VI, nos Estados Unidos, em 7 de novembro de 1982.
- SARDENBERG Ronaldo - Entrevista a EBN - Publicação do Ministério das Relações Exteriores, 1982.
- Formulações de Política do Conselho de Segurança dos Estados Unidos (Operation Coordinating Board) - Biblioteca Presidencial Dwight Eisenhower (1954 - 58).
- JAGUARIBE, Hélio - *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a Desarticulação do Sistema Interamericano* - Editora Terra e Paz - IEPES - Rio, 1995.
- RÓTULO, Daniel - *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiro em Relação ao Atlântico Sul no Período 1964 - 90* - Universidade Católica - Rio, 1991.

A Globalização: Soberania e Poder Nacional¹

Francisco de Assis Grieco*

Reprodução de matéria publicada na *Revista da Escola Superior de Guerra* (Ano XIII, n.º 36, 1998)

Soberania: Conceito e Evolução

Jean Bodin pode ser considerado o pai da soberania, ligada, porém, ao poder individual do soberano: exercido sobre seus súditos de maneira suprema e absoluta. Essa concepção original limitava-se à propensão de justificar o absolutismo na França, durante o século XVI, disputado pelas heranças feudais e, sobretudo, pelas guerras civis religiosas. Novas teorias surgem com Macchiavelli, Hobbes e Rousseau a respeito do exercício do poder soberano, interno e internacional. Define-se porém, nos séculos

XVI e XVII, o conceito de que a soberania resida no poder absoluto e perpétuo do Estado, na pessoa e ação do monarca. Nos dois séculos seguintes, o conceito de soberania passa a ser interpretado como autodeterminável e auto-reformulável. Discutido o poder real como agente soberano absoluto, surge a teoria (Rousseau) da vontade democrática, expressa na definição e na condução da soberania, em termos nacionais.

No século XX, principalmente com as duas guerras mundiais e, no plano econômico, com a Grande Depressão, a noção de soberania deixou de restringir-se às interpretações limitativas jurídicas e políticas. A compatibilização do poder nacional, no novo cenário glo-

bal, às transformações internacionais, nos planos econômico e social, levantou controvérsias de interpretação do conceito à luz do direito positivo. A manutenção da paz e a própria preservação da integridade das nações mostraram que aquela regra *perpétua e imutável* carecia de mecanismos apropriados, deixando o exercício da soberania sujeito ao arbítrio da força ou das pressões internacionais. A despeito de posições radicais há, atualmente, consenso de que a vontade soberana nacional procura harmonizar-se às novas regras, bem mais racionais, do presente sistema jurídico mundial.

Já no começo do século XX, o conceito de soberania aceitava a diferença entre as igualdades jurídica e política

* Diplomata.

1. Selecionada pelo PADECME.

dos Estados. A II Conferência de Haia (1907) estatuiu que todos os Estados são iguais, independentemente de seu grau de desenvolvimento, tamanho e poder. Princípio que, aliás, teve em Rui Barbosa seu grande paladino e foi adotado pelas Cartas das Nações Unidas e da OEA. As próprias Nações Unidas exemplificaram a diferença de igualdade jurídica e política, ao criarem o Conselho de Segurança com a concentração do poder político sob o arbítrio de cinco membros.

A partir de 1950, o princípio da soberania ilimitada foi sujeito a decisões de consenso com a necessidade de soluções rápidas e radicais, em questões de segurança global coletiva, limitações ao acúmulo de armas nucleares e universalização dos direitos humanos. Essa realidade presente não foi, contudo, levada a termo por medidas coercitivas nos *fora* mundiais, como as Nações Unidas e agências multilaterais. Suas resoluções são sujeitas à ratificação de poderes legislativos nacionais que, muitas vezes, se arrastam por longo tempo mas terminam sempre por encontrar soluções nacionais.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear foi imposição do Clube Atômico e, em sua disposição limitativa, envolucrou propósitos bélicos e pesquisas para fins pacíficos. As sanções ao regime *apartheid* sul-africano estenderam-se ao comércio, finanças, esportes e atividades culturais. Sua aplicação criteriosa pagou os dividendos da democratização racial, ainda hoje um tanto tumultuada. Tampouco as alegações, de soberania pregressa sobre o Iraque, garantiram impunidade a Saddam Hussein, principalmente quando se tratava de desequilíbrio da estrutura da produção mundial de petróleo.

O conceito de soberania não criou obstáculos ao processo de eliminação das barreiras à união econômica, como tal especificada no Ato Único e incorporada no Tratado de Maastricht. Várias decisões foram tomadas e normas estabelecidas sem o critério de unanimidade, sendo as diretrizes adotadas por maioria e incorporadas ao esquema de integração comunitária.

Não se pode dizer que haja critérios explícitos ou mesmo uma doutrina formal de soberania, nos diferentes

Estados-membros, em relação à EU, European Union. Várias posições e reservas governamentais ficaram claras mas em condição suspensa, como por exemplo as abstenções britânicas e dinamarquesas de firmarem o Protocolo Social do Tratado da União Europeia. Ou então, ainda (ambos países) no Acordo de Schengen referente à circulação livre de pessoas, por motivos específicos de segurança, isto é, crime, drogas e terrorismo.

As reações escudadas na violação da soberania e/ou concessão de direitos supranacionais ao Parlamento europeu partem, geralmente, de políticos nacionais, como Margaret Thatcher, que vê, na União Econômica e Monetária (UEM), grave abdicação de soberania parlamentar inglesa ao legislativo comunitário de Estrasburgo. Curiosamente, essas contraposições não são peculiares a partidos, facções políticas ou doutrinas, quando se sabe que, no Reino Unido, justamente boa parte dos conservadores no poder são os maiores opositores à Maastricht, constituindo a dor de cabeça de Major.

Não é sem motivo que a Alemanha vincula as uniões monetária e política como

última etapa da EU. De encontro, aliás, com a posição *federalista* de que o êxito da UEM só será possível com a conciliação da soberania a critérios aceitáveis de supranacionalidade e complementariedade. Essa preocupação de Bonn, já evidenciada nos conflitos de posição na reunião de cúpula de Maastricht, tende a crescer, quando países comunitários, por exemplo, França e Bélgica, se vêem na contingência de reformular suas políticas econômicas pelo ceticismo dos pré-requisitos de Maastricht.

O poder de implementação das decisões políticas na EU reside, atualmente, no Conselho de Ministros, cujas decisões são sacramentadas nas reuniões dos chefes-de-Governo e/ou Estado, em dois encontros anuais ordinários. De sua parte, o Parlamento europeu não possui hoje a plenitude de poder decisório e legislativo, uma vez que a Comissão Européia, apesar de órgão executivo, submete suas normas e diretrizes ao Conselho. O presente mecanismo de legislação política, segundo os *federalistas*, rouba ao Parlamento comunitário seu papel legítimo (institucional), que lhe é investido pelo sufrágio dos povos dos países-membros.

Diante das diversidades interpretativas do conceito de soberania, a prática atual de equilíbrio dos poderes institucionais da EU não deixa de valer-se do critério realista de reservar a tomada final de decisões ao Conselho Europeu, com base numa estrutura burocrática (a Comissão) que, na verdade, não é escolhida pelos povos dos Estados-membros. Subsiste, de fato, a possibilidade de que a diluição (em processo), através da unanimidade de votos, possa levar países menores ou mesmo maiores. Até o presente, todavia, nas decisões de cúpula prevaleceu o princípio da harmonia, sobrevivendo a várias crises, transigindo, quando necessário e como vimos, em questões sociais e de segurança.

Soberania: Restrições e Conflitos

Com a noção supranacional crescente dos tratados e do direito internacional, novas interpretações da validade e extensão do conceito clássico de soberania têm sido objeto de debates e polêmicas nos *fora* internacionais. Alguns desses aspectos envolvem questões de segurança política e cole-

tiva, como o combate ao terrorismo e ao crime organizado, principalmente à droga.

A questão ambiental refere-se não só à preservação do patrimônio de riquezas nacionais, mas passou ao plano global de combate à poluição de águas e do ar, das chuvas ácidas e dos riscos da camada de ozônio. O trabalho servil, de crianças e semi-escravos, tem conotações humanitárias, mas poderá trazer efeitos econômicos distorsivos no comércio global.

A luta contra o terrorismo ultrapassa medidas defensivas de controle fronteiriço como, por exemplo, exceções e exclusão de países do Acordo de Schengen adotado, com beneplácito comunitário, na União Européia. Nitidamente polêmicos, os episódios terroristas organizados ganharam expressão nacionalista, como na Irlanda do Norte, étnicas e irredentistas, nos casos curdo e armênio, ou religioso, no fundamentalismo islâmico. Esse último adquire hoje proporções políticas e ideológicas que se tornaram problema de proporções internacionais, com sua extensão às minorias árabes nos países europeus e ativismo terro-

rista nos Estados Unidos. A questão palestina revela-se mais abrangente em suas causas econômicas, étnicas e religiosas de caráter crônico, com conotações políticas e estratégicas regionais, possuindo correlação básica com a preservação da paz global.

As reações ao terrorismo organizado criaram novos conceitos de reavaliação da soberania em relação à segurança nacional e à manutenção internacional da paz. A atuação comprovada de atos terroristas e de agressão armada, patrocinadas por países soberanos determina, freqüentemente, ações punitivas de âmbito coletivo (Nações Unidas) ou mesmo individual, como nos casos da Líbia e do Iraque. A intervenção na Bósnia assumiu caráter coletivo e levou ao julgamento internacional de atos de terrorismo étnico e religioso. Há, contudo, consenso global na adoção de medidas coletivas ou na sanção, ainda que nem sempre unânime, de ações de retaliação punitiva. O combate à droga bate de frente a movimentação criminosa de muitos bilhões, com estrutura global de comercialização ilícita que supera muitas das grandes empresas

multinacionais. Parece incompreensível o fracasso da ação global do combate à droga, prostituição e contra-

didas corretivas de âmbito coletivo mundial. Poluidores eméritos, os países industrializados tocaram para a

As reações ao terrorismo organizado criaram novos conceitos de reavaliação da soberania em relação à segurança nacional e à manutenção internacional da paz.

bando, endossando a impotência de governos e de organizações internacionais. A soberania, em vários países, continua a dar guarida à expansão do plantio de herbas alucinógenas, a despeito de alegações fervorosas de seus governos de erradicação e cooperação nos esforços mundiais.

A participação da cocaína e *cannabis*, nas economias de duas nações sul-americanas, constitui parte ostensiva de suas produções agrícolas. As acusações de cumplicidade no tráfico vão dos graus administrativos subalternos aos níveis maiores governamentais.

A atuação no campo global de proteção ao ambiente ganhou posição-chave nas relações internacionais, quer econômicas ou políticas. A preservação da herança patrimonial, legada a ser transmitida às gerações futuras, recebeu consenso internacional para esquema de me-

frente seus processos de desenvolvimento industrial com total desatenção às emissões de carbono, poluições de águas internas e mares, disposição de detritos nucleares etc. Apenas nas décadas recentes, a ação internacional impôs controles efetivos, como a racionalização da produção industrial, tributações setoriais, utilização de energias menos poluentes etc.

Nos países subdesenvolvidos, a problemática ambiental é bem mais complexa e persistente, ilegal, com a ausência de políticas definidas, barradas ou retardadas por interesses econômicos tradicionais, que ignoram a adoção de métodos agrícolas intensivos e a utilização de normas de produção industrial, com processos energéticos mais racionais (econômicos). Válida, sem dúvida, a pergunta: de práticas predatórias e intencionalmente danosas (balhistas) dos desmatamentos e utilização

fogo ou pela ignorância das regras do reflorestamento e pela utilização ampla de combustíveis fósseis.

A aprovação sem objeções formais e a incorporação da chamada cláusula ambiental, no temário da organização Mundial do Comércio (OMC), têm alcance bem mais abrangente do que outras medidas específicas de proteção ambiental. A imposição de sanções comerciais, através de barreiras tarifárias ou não tarifárias, às exportações dos países em desenvolvimento, poderá determinar distorções e margem a disfarces protecionistas na OMC. Vale relacionar o problema, em sua conceitação e extensão, ao exame da posição específica ambiental do Brasil já realçada na mídia mundial, com seus persistentes desmatamentos ilegais, destruição em grande escala de recursos florestais e poluição atmosférica.

A *cláusula social* foi apresentada pela França e os Estados Unidos, para regulamentação na OMC e suspensão de quaisquer vantagens, benefícios e concessões (como o SGP) feito às importações, provenientes de nações com padrões trabalhistas de caráter servil, utilização de trabalho infantil

ou de semi-escravidão. Na prática, pela sua feição impositiva e arbitrária, poderá levar a formas de protecionismo, uma vez que o método de aferição penderá, inclusive, para o alto custo econômico e social da mão-de-obra dos países industrializados. No contexto global, há margem aqui para análise do chamado dumping social relacionado a menores custos da produção, como consequência de baixos salários e menos proteção concedida a trabalhadores menores ou semi-escravos.

Esta tese vem preocu-
pando seriamente os países em desenvolvimento, diante da possibilidade da criação de barreiras contra os seus produtos, que eventualmente teriam melhores condições de concorrência nos mercados internacionais, graças às vantagens comparativas que possuem em um dos fatores de produção, principalmente nos produtos intensivos em mão-de-obra.

Recentemente, todavia, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou estudo tendo como tema as inter-relações do comércio internacional e os direitos trabalhistas básicos, procurando comprovar a validade

da tese do dumping social. O resultado foi não existir evidência empírica de que, em 70 países pesquisados, menores direitos sociais concedidos tenham contribuído para incrementar as exportações, ao contrário do que sustentam os adeptos do dumping social. As conclusões enfatizam, sobretudo, três pontos:

- Não existe prova de que os países de padrões trabalhistas inferiores demonstram melhor desempenho nas exportações do que os de direitos sociais mais avançados.

- Ao longo do tempo, as melhorias dos padrões fundamentais dos direitos trabalhistas acompanham o melhor comportamento das exportações.

- As empresas multinacionais, ao planejarem seus investimentos, não levam em consideração os padrões trabalhistas existentes nos países escolhidos, para instalação de novas fábricas.

Globalização, Virtualização e Soberania

São publicados diariamente artigos, comentários e editoriais na mídia, especializada ou informativa, a propósito das consequências

da globalização sobre as economias em desenvolvimento. Muitos são polêmicos e/ou radicais, procurando definir graus de distorção impostos à produção global, através de processos sub-reptícios e sinistros às soberanias e poderes de decisão nacionais. Tudo em proveito da preservação da concentração mundial de riqueza, na divisão secular das nações Norte-Sul, industrializadas, e subdesenvolvidas, ricas e pobres. Para outros, a globalização é processo amalgamador e excluente. E mais ainda: fato irreversível, já consumado na sua forma atual, relegando os Estados nacionais à impotência, *pois as multinacionais já estão governando o mundo.*

Seria ingênuo aceitar a interpretação de que a globalização, em bases puramente microeconômicas, não impõe exigências para, valendo-se de suas vantagens tecnológicas e de investimentos, renovar as técnicas tradicionais de produção e comercialização. Na verdade, contudo, alguns dos postulados globais implicam *per se* na revisão de certos conceitos da soberania nacional. Seu objetivo principal seria o estabelecimento

de novas regras de equilíbrio entre a produção e o consumo mundial, em benefício das corporações transnacionais e pela utilização de novos métodos tecnológicos. Essas regras podem causar desemprego, concentrações de renda e de poder econômico. Nesses casos, as economias nacionais deveriam valer da ação moderadora governamental, nos planos interno e internacional, para disciplina de eventuais desajustes conjunturais e/ou estruturais. Em última análise, prevalece a vontade soberana do Estado na harmonização do processo econômico, no interesse nacional, expressado pela opinião pública, vontade legislativa e, até, consultas democráticas diretas.

Sobre esses dois aspectos, surgem interpretações várias, principalmente pelo fato de a conceituação global não oferecer elementos de sistematização definitiva nessa fase atual, quando a globalização oferece margem limitada de interpretação analítica e amplo terreno às especulações acadêmicas e ideológicas. Importante, contudo, é ressaltar a circunstância ineludível de que a soberania do Estado, sobre seu território, na condução de suas obrigações

sociais e exploração econômica, não admite dúvida interpretativas, mas permanece o conceito fundamental nas relações internacionais. Nações industrializadas e subdesenvolvidas guardam zelosamente, os princípios de suas fronteiras físicas e sua soberania no exercício de seus objetivos de segurança política, estabilidade econômica e social.

A eliminação de barreiras à circulação de bens, pessoas e capitais, na União Europeia, por exemplo, não significa a evaporação de fronteiras nacionais comunitárias. Nem tampouco a adoção eventual da moeda única significa confederação ou federação europeia. A soberania territorial na EU persiste. As decisões do Parlamento, Tribunal de Justiça e Comissão Europeia são referendadas pelos legislativos comunitários, à exceção de assuntos administrativos menores. Como foi, aliás, estabelecido pelo tratado constitutivo assinado em Maastricht.

Com a implosão soviética, a teoria marxista perde de vista os prosélitos da evolução histórica e da auto-destruição do capitalismo. Para marxistas convictos, tudo leva a crer que a glo-

lização seria peça angular, encaixada ao vaticínio de Marx da saturação dos mercados, da inelasticidade da demanda, na expansão da miséria social, pelo desemprego estrutural e no coroamento da revolução mundial. As críticas ao globalismo assumem agora novas interpretações, de modo geral sem formulação científica ou acadêmica abrangentes. Suas bases principais giram em torno das imposições globais restritivas ao poder soberano dos Estados, individual ou coletivamente, de regrer suas economias e sociedades.

Entre teorias ou exposições de idéias ou conceitos sobre a globalização e seus efeitos do longo prazo, ganhou popularidade artigo recente do político Richard Rosencrance sobre o novo postulado dos Estados e das corporações virtuais. Estaria, assim, caracterizada a divisão global entre países-cabeça e países-corpo. Essa projeção analítica parece não só radical, ela sua colocação em termos absolutos, mas essencialmente especulativa ao tomar por base premissas que englobam, sem distinções, países de potencial econômico e projeção internacional distintos.

O *virtualismo* econômico cresceria, inexorável e supostamente, como resultado das transformações das atividades econômicas, com realocação das atividades industriais em favor dos serviços (terciários), nas economias desenvolvidas de pleno emprego. O Estado *virtual* adota a produção transnacional como variante à estabilidade do seu consumo doméstico, de suas limitações de fatores econômicos (matérias-primas, energia e custos) em favor do processo de *terceirização* além de suas fronteiras. Nos países desenvolvidos, a produção industrial local ainda tem predominância no contexto dos seus novos esquemas transnacionais, inclusive em favor de suas políticas preferenciais de emprego nas empresas matrizes.

A noção do Estado *virtual* prescinde de disponibilidade de recursos naturais e energéticos, de extensão territorial ou poder militar. A mão-de-obra barata não será mais fator básico na industrialização pelos métodos de produção de trabalho intensivo. Até as normas de produção de capital intensivo perderiam terreno para as inovações tecnológicas. Conjecturas essas que levantam

dúvidas, quando se sabe que a China não tem opções na sua industrialização atual e no mercado global, senão pelos processos de mão-de-obra intensiva. Não se pode, igualmente, esquecer que a transnacionalização da produção global tem hoje como norma seletiva a procura de países de trabalho barato.

A extensão do conceito do Estado *virtual* às cidades-empórios, como Hong Kong ou Cingapura, ou a países de instabilidade política na Ásia (Coréia e Taiwan) não parece convincente, mesmo levadas em consideração suas inserções globais e condições internas de progresso social e econômico. Esse virtualismo revela-se sumamente precário quando, na realidade, as economias *tigrinas* estão vinculadas às indústrias de transformação, criadas pela introdução de capitais e tecnologias provenientes de países industrializados. Torna-se difícil conceber essa noção de Estados *virtuais*, reunindo países-cabeça a industrializados, como Canadá por exemplo, e uma nação (*corpo*) emergente como a China.

Discutível é ainda a nova proposição de que a revolução tecnológica anula as vantagens da mão-de-obra

barata em favor do aumento da produtividade pela utilização de novos processos tecnológicos. Essa interpretação implicaria maior desemprego estrutural com efeitos negativos conseqüentes de queda do poder aquisitivo nos mercados de consumo interno, gerando ou agravando recessões econômicas.

A problemática caracteriza-se dessa maneira no fato de a transferência internacional de tecnologia, *lato sensu*, ser, mais e mais, dependente daqueles novos processos que levam ao aumento da produtividade e são monopólio das corporações transnacionais.

O regime internacional de proteção assegurado pela OMC às marcas e patentes, embora por prazo limitado, garante às corporações transnacionais vantagens de concorrência no comércio mundial. Principalmente quando se sabe que os mecanismos de cooperação bilateral e multilateral de transferência tecnológica têm apresentado resultados medíocres até agora.

O *virtualismo* sugere, nessa linha de raciocínio, conluio implícito entre as empresas multitransacionais e seus governos, para a solução, nos países industrializados, dos seus problemas

de saturação de mercados de consumo, regressão demográfica e acúmulo de capital de investimento em indústrias de crescente capacidade ociosa. A divisão global entre *países-cabeça* e *corpo* não aduz muito à teoria clássica e válida de coexistência das economias Norte Sul. Exceto, talvez, pela conotação política de atribuir à globalização conivência governamental com propósitos de fazer perdurar uma ordem econômica, não apenas acusada de injusta, mas considerada prejudicial à expansão e repartição, em termos equânimes, da riqueza global.

Uma nação só pode aspirar a uma firme posição no mundo político, se sua índole e seu adestramento na guerra verdadeira apóiam-se mutuamente em ação constante e recíproca.

De *Coragem e Perseverança*. Vol. I, livro III, cap. VI e VII

Nossas Marias Quitérias

Nanci Leonzo*

Além de denunciar a pouca importância dada pelos nossos historiadores e intelectuais à participação da mulher brasileira nos campos-de-batalha em tempos litigiosos, o artigo informa sobre a atual política de incorporação da mulher nos efetivos das nossas Forças Armadas.

"A history which is designed 'only' for jews (or African-Americans, or Greeks, or women, or proletarians, or homosexuals) cannot be good history, though it may be comforting history to those who practice it".

(Eric Hobsbawm - *On History*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1997.)

Dentre as brasileiras biografadas por Joaquim Norberto de Sousa e Silva, em 1862, estão aquelas que combinaram armas e virtudes, quais sejam, as que se destacaram na luta contra os holandeses, como Clara Camarão, a paulista Rosa Maria de Siqueira que,

durante uma viagem para Lisboa, em fins de 1713, enfrentou corsários argelinos, e Maria Úrsula de Abreu Lençastre, cuja ousadia merece ser mencionada. Ela simplesmente abandonou a casa paterna e embarcou para Portugal, assentando praça de soldado em 1º de setembro de 1700, sob o nome de Balthazar do Coito Cardoso. Após mais de uma década na Índia, onde prestou serviços ao Estado português, casou-se.¹ Ao trocar a vida guerreira pela pacífica garantiu seu espaço no rol das mulheres dignas de respeito e admiração.

Nenhuma dessas mulheres, entretanto, superou, na opinião de nossos compa-

triotas, a coragem de Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Como Maria Úrsula, fugiu da casa dos pais, vestiu-se de homem e tornou-se guarda do quartel do regimento de artilharia, passando, depois, para o batalhão de caçadores, denominado *Voluntários do Príncipe D. Pedro*. Na chamada *Guerra da Independência*, conduziu um corpo constituído por baianas que repeliu, na barra do Paraguaçu, as tropas metropolitanas. Pacificada a Bahia, D. Pedro condecorou-a com a Imperial Ordem do Cruzeiro e, em seguida, concedeu-lhe, em retribuição aos feitos, um soldo equivalente ao recebido por um soldado de linha.²

*Professora Associada do Departamento de História da FFLCH da USP e coordenadora do Projeto História Militar Brasileira do Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da USP (NAIPPE).

¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e - *Brasileiras Célebres*, Rio de Janeiro; Paris: Livraria de B.L. Gamier, 1862, p. 83-99.

² Idem, p. 209-216 e 224.

Poucos anos depois de Joaquim Norberto, Pereira de Melo procurou integrar à construção do imaginário nativista a mulher pernambucana, tomando como referência o combate aos holandeses.³ Mais uma vez aquelas dotadas de *ânimo varonil* foram lembradas e, assim como nos escritos dos séculos anteriores sobre a guerra brasílica, comparadas às heroínas da antigüidade, o que explica o sucesso alcançado entre as escritoras brasileiras oitocentistas, como Narcisa Amália e Amália Figueirôa, dentre outras, do livro *Aristocracia do Gênio e da Beleza Feminil na Antigüidade*, assinado pelo português José Pal-

mella. Nele, são retratadas várias figuras femininas, dentre as quais é possível encontrar Cleópatra, e ressaltados os atos heróicos de Semiramis, nascida por volta de 1240 e que teria se notabilizado no antigo império assírio. Palmella é uma espécie de apologistas da mulher e, provavelmente, teve poucas leitoras no Brasil, talvez porque a leitura de seu livro foi proibida por D. Pedro de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, sob a acusação de que se tratava de uma obra *imoral*.⁴ Para o dignatário eclesiástico as histórias de vida de mulheres com atribuída vida amorosa não mereciam ser conhecidas e repetidas. Ele nada mais fazia do que preservar os valores morais de uma sociedade onde as senhoras cultas, como demonstrou Gilberto Freyre, apegavam-se, preferencialmente, aos textos românticos de José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo.⁵

A Austragésilo, na segunda década deste século, tendo como cenário a I Grande Guerra, publicou *Perfil da Mulher Brasileira*, livro no qual exaltou algumas personagens femininas que, em sua opinião, deveriam integrar os *anais da pátria*.

Dentre elas estava, naturalmente, Maria Quitéria, qualificada como a *guerreira impetuosa*. Austragésilo, embora impressionado com a atuação das mulheres durante aquele conflito mundial, em diversas atividades antes restritas aos homens, entendeu que a elas caberia preferencialmente, funções assistenciais, como as desempenhadas pela *Cruz Vermelha*,⁶ um movimento nascido na Europa e regulamentado, na cidade de Genebra, em 17 de fevereiro de 1863, sob a denominação de *International Committee for Relief to the Wounded in time of war*. No mesmo ano, uma conferência internacional, também realizada naquela cidade suíça, adotou como emblema uma cruz vermelha sobre uma base branca. Tal emblema acabou dando nome ao movimento, até hoje conhecido como *International Committee of the Red Cross* (ICRC).⁷

O destino de nossas Marias Quitérias parecia estar selado. Não havia, desde a segunda metade do século XIX, mais espaço para damas *impetuosas*, como as denominou Austragésilo. Constituído o Estado nacional, as brasileiras bem nascidas estariam, definiti-

3. Ver, a propósito, o magistral livro de MELLO, Evaldo Cabral de – *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.232-233.

4. PALMELLA, José – *A Aristocracia do Gênio e da Beleza Feminil na Antigüidade*. 5ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

5. FREYRE, Gilberto – *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: INL/MEC, 1974, tomo I, p. 272-273.

6. AUSTRAGÉSILo, A. – *Perfil da Mulher Brasileira (Esboço Acerca do Feminismo no Brasil)*. Porto: Livraria Chardron; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923, p. 33-34 e 110-114.

7. A Cruz Vermelha brasileira foi fundada em 5 de dezembro de 1908. Sobre os princípios e atividades do ICRC consultar <http://www.icrc.ch>.

vamente, alijadas de qualquer função diretamente vinculada às atividades bélicas. Foi o que ocorreu com Jovita Alves Feitosa, a qual, ao tomar conhecimento da invasão paraguaia, vestiu-se de homem, fugiu para o Ceará e alistou-se em um batalhão de voluntários. Seus planos frustraram-se no momento em que foi descoberta sua verdadeira identidade. Jamais esteve em um campo-de-batalha, porque, segundo seu biógrafo anônimo, não era facultado às mulheres combater.⁸

A Guerra do Paraguai, entretanto, serviu para demonstrar que algumas mu-

lheres permaneciam à margem das regras impostas pela sociedade patriarcal. Conforme relata o Visconde de Taunay, no episódio conhecido como *Retirada da Laguna*, participaram cerca de seis dezenas, que acompanhavam a coluna, em sua grande maioria a pé, quase todas carregando crianças pequenas, muitas delas ainda em fase de amamentação. Na marcha em direção a Mato Grosso, empreendida com o objetivo de enfrentar os paraguaios, tinham se incorporado à expedição, de acordo ainda com o Visconde, em torno de duzentas mulheres, vindas de São Paulo, Ouro Preto e Uberaba. Eram elas, segundo suas *Memórias, desgraçadas amásias ou legítimas esposas de soldados*.⁹ Os números correspondentes à fase da *Retirada* indicam que muitas não sobreviveram às agruras da campanha.

Os brasileiros que se dedicaram, desde o século XIX, ao estudo da Guerra da Tríplice Aliança, praticamente ignoraram a participação das mulheres nesse conflito. Algumas evidências, contudo, podem ser recuperadas nos textos dos memorialistas. O Visconde de Taunay registrou, com destaque, apenas o

caso da negra Ana, esposa de um soldado, que, durante um ataque da infantaria paraguaia penetrara no campo-de-batalha e rasgara suas próprias roupas para fazer curativos nos feridos, enquanto a maior parte de suas companheiras se escondia debaixo das carroças.¹⁰ Dionísio Cerqueira, além de se referir aos filhos do regimento, nascidos e crescidos nos acampamentos, parece ter convivido com figuras femininas mais valentes do que as conhecidas por Taunay:

*Essas mulheres que seguiam o exército não tinham medo de coisa alguma. Iam às avançadas mais perigosas levar a bôia dos maridos. Nas linhas de atiradores que combatiam encarniçadas, vi-as mais de uma vez achegarem-se dos feridos, rasgarem a saia em ataduras para estancarem-lhe o sangue, montá-los na garupa de seus cavalos e conduzi-los no meio das balas para os hospitais. Algumas trocavam as amazonas por bombachas nos dias de combate, e as pontas de suas lanças formavam os salientes nas cargas dos regimentos.*¹¹

O Voluntário da Pátria, mais tarde, General-de-Bri-

8. *Traços Biográficos da Heroína Brasileira Jovita Alves Feitosa, Ex-Sargento do 2º Corpo de Voluntários do Piauhy, natural do Ceará. Por Um Fluminense*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial, 1865.

9. TAUNAY, Visconde de - *A Retirada da Laguna*. Tradução de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Paris: A. Garnier Livreiro Editor, 1915, p. 169 e *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 183-184.

10. TAUNAY, Visconde de - *A Retirada da Laguna*, p. 125. Curtas referências sobre as companheiras de combatentes podem, também, ser encontradas em sua obra *Em Mato Grosso Invadido*. São Paulo: Cayeiras; Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, 1929, p. 19, 24 e 25.

11. CERQUEIRA, Dionísio - *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Edição especial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980, p. 300.

gada Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, que embarcou para a região litigiosa em 21 de maio de 1865 e lá permaneceu até a morte d' El Mariscal López, preocupado em narrar episódios que não constassem das comunicações oficiais, salientou a bravura de duas mulheres, quais sejam, Florisbela e Maria Francisca da Conceição, esta última conhecida como Maria Curupaiti, em alusão à batalha ocorrida em 22 de setembro de 1866, na qual enfrentara, com coragem ímpar, o exército inimigo. Ambas foram lembradas como valentes guerreiras. A primeira, que atuara junto ao corpo do 2º Exército, às ordens do Visconde de Porto Alegre, apesar de ser uma *transviada*, sem nome e sem família, apresentara-se como uma *intrépida soldada*.

12. PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo – *Episódios Militares*. 3º ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 8-9 e 109-110.

13. "Ordem do dia e segunda comunicação feita ao Governo pelo Tenente-General Porto Alegre. Quartel-General no Forte de Curuzu, 10 de outubro de 1866" e "Segunda comunicação oficial do Tenente-General Porto Alegre. Quartel-General no Forte de Curuzu, 10 de outubro de 1866". Documentos publicados por J.M. da Silva Paranhos em Scheider, L. – *A Guerra da Tríplice Aliança*. Tradução de Manoel Thomaz Alves Ferreira. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902, p. 350-352.

Para Pimentel, se ela tivesse nascido na França ou na Alemanha, teria direito a uma estátua, porém, no Brasil, ninguém reconheceria, apesar da comprovação de mais de dez mil testemunhas, seus atos de bravura. Situação semelhante vivia, em meados da década de 80, a segunda, jovem esposa de um cabo-de-esquadra do corpo de pontoneiros das forças comandadas pelo referido Visconde. Com apenas treze anos de idade, decidira acompanhar seu marido *a todo o transe* e, para tanto, entregara suas madeixas ao cabeleireiro do acampamento, fizera pregas em uma calça masculina, vestira a parte superior de um uniforme militar e arranjara um boné. Ninguém perceberia o disfarce. Em Tuiuti presenciara a morte do amado e jurara vingá-lo. E, na mesma batalha em que combatera a gaúcha Florisbela, participara, incógnita, até ser ferida, na frente, por um soldado da cavalaria paraguaia. O epílogo dessa aventura vivida por uma bela e valente pemambucana não poderia ser outro: com o fim da guerra, deslocara-se para o Rio de Janeiro, onde vivia, ao tempo da escritura deste

relato, alquebrada e sem recursos.¹²

Em Curupaiti, segundo o Visconde de Porto Alegre, os aliados foram rechaçados por cinqüenta e oito *bocas de fogo* e treze mil homens de infantaria. O revés, no entanto, servira para motivar ainda mais os combatentes. Vários, em seu entender, mereciam uma promoção. Assim, logo chegou às mãos do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Angelo Moniz da Silva Ferraz, uma relação com os nomes daqueles que mereciam uma recompensa, acompanhada de uma breve descrição de seus feitos.¹³ Poder-se-ia argumentar que estes homens também hoje não são reverenciados, mas, insisto, todos integram os registros oficiais da Guerra da Tríplice Aliança e, a qualquer momento, corre o risco de ser resgatados pelos historiadores, o que não acontecerá, provavelmente, por quase absoluta falta de evidências, com as heroínas Florisbela e Maria Francisca.

Mas o silêncio das fontes não pode ser o único culpado pelo descaso voluntário de nossos intelectuais e, particularmente, daqueles que se dedicaram ao estudo de nossa História Militar. Mesmo

quando há evidências, as mulheres foram – e ainda são – comumente esquecidas. O General Raul Silveira de Melo parece ter sido uma exceção. Ao anotar a obra póstuma do Tenente-Coronel Jorge Maia, também participante da Guerra da Tríplice Aliança, qualificou como *heroínas* cerca de setenta moradoras do Forte de Coimbra, situado às margens do Rio Paraguai, na antiga província de Mato Grosso, as quais, sob ameaça inimiga, passaram uma noite inteira fabricando cartuchos para a infantaria, auxiliando assim os homens envolvidos na difícil missão de manter a posse daquele antigo reduto da expansão colonial portuguesa.¹⁴

Conduta diversa tiveram, nesse particular, os historiadores paraguaios. Já no

início deste século Juan E. O'Leary registrava, em livro até hoje muito valorizado pelos estudiosos locais, que mais de trezentas mulheres acompanharam, durante aquele conflito, o Exército de seu país. Por ocasião da Batalha de Itá-Ybaté, muitas caíram em poder dos brasileiros. Indignado com o suposto comportamento dos vencedores, escreveu:

*Se defendieron como leonas, pelearon y mataron, pero al fin fueron vencidas. Todos aquellos ardientes hijos del trópico saciaron su bárbaro apetito en aquellas trescientas mujeres, cuyos nombres no ha recogido la historia.*¹⁵

A valentia da mulher paraguaia é destacada, também, em livro editado no ano de 1968, com o aval do General-de-Exército Alfredo Stroessner, ao tempo Comandante-Chefe das Forças Armadas da Nação e Presidente Constitucional do Paraguai. Um desenho, o de número 28, retrata *as heroínas de Itá-Ybaté*, combate travado a 27 de novembro de 1868, e é assim explicado na página posterior:

Eran de toda edad y condición, quienes con lanzas,

fusiles, sables y de todo cuanto a mano echáronse al combate con il mismo espíritu de abnegación, valor y patriotismo que sus esposos, hijos e hermanos.

Lanzas clavadas en el pecho enemigo; fusiles convertidos en mazas y sables tronchando cabezas.

Así luchaban las hijas de esta tierra en defensa de su heredad! Así afrontaban la muerte para salvar a la Patria!

*Así demostraron ser dignas émulas del valor legendario del soldado paraguayo.*¹⁶

Sem negar a utilidade desses textos apologéticos para a sustentação das estruturas de poder vigentes no período em que foram divulgados, julgo que eles trazem algo que sempre nos faltou, qual seja, o entendimento de que o amor à pátria, capaz de conduzir ao campo-de-batalha, não é um sentimento exclusivo do gênero masculino. Ainda mais que, premidas pelas circunstâncias, as mulheres têm o poder de se transformar em Marias Quitérias, Anas, Florisbelas ou Marias Franciscas, ao mesmo tempo em que se dedicam ao socorro dos feridos. Nossa historiografia, no entanto, preferiu

14. GUIMARÃES, Tenente-Coronel Jorge Maia de Oliveira – *A Invasão de Mato Grosso*. Apreciação e comentários do General Raul Silveira de Melo; organização e preparo dos originais do Tenente-Coronel Elber de Mello Henriques. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964, p. 125.

15. O'LEARY, Juan – 3^a ed. Assunción: Carlos Schauman Editor, 1992, p. 377-378. *Historia de la Guerra de la Tríplice Alianza*.

16. *Rugidos de Leones. Desenhos de Valter Bonifazi e escritos de Juan A. Mesa. Homenaje a la reasunción al mando presidencial del General de Ejército Don Alfredo Stroessner*. Assunción, 15 de agosto de 1968.

tentar imortalizar, dentre as que atuaram nas proximidades do teatro-de-operações da Guerra da Tríplice Aliança, somente uma outra Ana, isto é, Ana Justina Ferreira Neri, que ficou conhecida como *Mãe dos Brasileiros*.¹⁷ Mesmo assim, não alcançou sucesso. Quem hoje é capaz de dizer algo sobre Ana Neri? Quem sabe que ela, conforme atesta um dos primeiros biógrafos de Caxias,¹⁸ depois de ter incentivado o alistamento de seus filhos, partiu para a região conflituosa a fim de socorrê-los, em caso de necessidade, e acabou estendendo seus cuidados aos demais combatentes feridos?

Nossos intelectuais não nos legaram, pois, uma Joana D'Arc até os dias atuais, tão presente na historiografia francesa – nem um conjunto de mulheres cuja simples menção provocasse a recordação de um passado de

lutas patrióticas. Nesse aspecto fomos, flagrantemente, superados pelos nossos antigos inimigos, que cons-

que a pátria brasileira muito espera, da mestra e mãe, da educadora de moral e de amor.¹⁹

Nossos intelectuais não nos legaram uma Joana D'Arc até os dias atuais, tão presente na historiografia francesa – nem um conjunto de mulheres cuja simples menção provocasse a recordação de um passado de lutas patrióticas.

truíram, na cidade de Assunção, um monumento em homenagem às suas anônimas heroínas da *Grande Guerra*. Imersos em contextos que não eram, necessariamente, pertinentes à nossa realidade, procuraram, apenas, fazer com que nossas avós e bisavós se tornassem mães abnegadas, conforme pregara o já citado Austragésilo A., o qual, além de defender a atuação da mulher em obras assistenciais, recomendara a preparação dos filhos para a guerra, vista como o *melhor dos grandes males humanos*:

A guerra é o transbordamento da força; contra ela precisamos dos diques, das boas organizações militares, e estas convicções deverão partir da escola primária; e a mulher é conselheira suave e animosa, o estímulo sagrado do caráter do futuro homem. É, pois, da mulher

Tais palavras, escritas conforme acima salientei, sob o impacto da I Grande Guerra, definiram, por bom tempo, o espaço de atuação das mulheres brasileiras, que atravessaram o século certas de que valia à pena, somente, imitar Ana Neri. A produção cinematográfica norte-americana veio reforçar, anos depois, isto é, durante a II Grande Guerra, a pregação sobre o caráter assistencialista da colaboração feminina, no que dizia respeito aos principais problemas locais e mundiais, como é possível observar pelo seguinte texto:

*Revista do Globo, Porto Alegre, 09 de junho de 1945
Correio da Revista*

*Amor de samaritana
A minha grande ambição
- talvez oriunda dos tempos atuais e do filme Legião Branca que assisti recente-*

17. SANTOS FILHO, Lycurgo - *Medicina no Período Imperial*. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.) - *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, tomo II, vol. 3, p. 483. *Ana Neri é o patrono da enfermagem no Brasil*.

18. CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de - *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luís Alves de Lima e Silva, Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 161.

19. AUSTRAGÉSILLO, A. - Op. cit., p. 113-114.

tamente – é ser enfermeira. Acho sublime e nobre minorar o sofrimento do próximo. Entretanto, o meu namorado se opõe a esta carreira. Tenho medo de perdê-lo mais não quero também sacrificar o meu ideal. Ele e eu vivemos brigando, pelas mínimas coisas. O que fazer? Sigo a profissão que me empolga ou fico com meu amor? Tenho 15 anos.

Vali - Porto Alegre.

Não obstante a resposta da consultora sentimental da Revista da Semana seja

um texto revestido de muita prudência, espelha, além do poder de fascínio emanado pela imagem cinematográfica, a compreensão de que o auxílio ao próximo, mesmo em países como o Brasil, onde o ofício de enfermeira pouco podia oferecer à mulher em termos de realização pessoal, era visto como algo dignificante:

*Minha amiga. Na sua idade a gente quase nunca sabe o que quer. Se o seu interesse pela enfermagem não for em razão apenas do filme "Legião Branca", então está tudo bem. Mas antes, note que no Brasil essa profissão é parcialmente remunerada e que os aventais brancos não são tão bonitos quanto os da 'enfermeira' Veronica Lake... Entretanto, sejamos justos, a profissão é "nobre e sublime" como você diz. Se estiver bem certa de sua vocação, não faça caso do que o namorado disser, nesse ponto sim é muito capaz que você esteja equivocada. Você não acha cedo demais para o amor?*²²

Até mesmo aquelas que se integraram à Força Expedicionária Brasileira (FEB) sentiram os efeitos do que denominei *síndrome de Ana Neri*, incentivada, na pri-

meira década deste século, pela brilhante atuação da *Cruz Vermelha*, levada para as telas do mundo inteiro com o objetivo de garantir, através de enredos repletos de paixão e aventura, a passagem dos pressupostos ideológicos do imperialismo norte-americano.²³ A voluntária paulista, Berta Morais, que partiu para a Itália em agosto de 1944 após freqüentar, no Rio de Janeiro, um curso de emergência para formação de enfermeiras militares,²⁴ concluiu a narrativa de suas experiências nos hospitais destinados ao atendimento dos combatentes com a seguinte frase:

*E nunca mais se diga que a zona de combate não é lugar para mulher! Venham ver o que uma enfermeira pode jazer de bom e milagroso a um homem ferido! Muitas e muitas vezes, uma mão carinhosa sobre uma testa escaldante, um lençol bem esticado, um sorriso, uma face de mulher fazem mais pelo ferido do que um litro de plasma.*²⁵

O depoimento de Elsa Cansansão Medeiros, uma conhecida voluntária, publicado mais de trinta anos depois do final da II Grande

20. Documento gentilmente cedido pelo Prof. Sidney Ferreira Leite, que desenvolve, sob minha orientação, uma tese de doutorado sobre Estados Unidos e Brasil na Política de Boa Vizinhança.

21. Uma boa síntese sobre o assunto pode ser encontrada em FERRO, Marc - *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução Mauro Lando e Isa Maria Lando. 2^a ed. São Paulo: Atica, 1997, p. 15-19.

22. O quadro de enfermeiras da reserva do Exército foi criado pelo Decreto-Lei 6.097, de 13 de dezembro de 1943. A abertura de inscrições para as voluntárias ocorreu dois meses antes, isto é, em outubro. Centenas de moças teriam se apresentado, mas apenas sessenta e sete foram convocadas. A relação nominal das enfermeiras da FEB está publicada em MORAES, Marechal J.M. Mascarenhas de - *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947, p. 288.

23. *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. São Paulo: Ipê; Instituto Progresso Editorial S/A, 1949, p. 386.

Guerra, deve ser visto à luz do processo de emancipação da mulher ocidental, fortemente impulsionado pelas campanhas desenvolvidas na América do Norte a partir da década de 60. Trata-se de um texto anacrônico, embora rico de informações, as quais devem ser lidas com muito espírito crítico, pois quem escreve é a Major Elza, sensibilizada com os significativos avanços obtidos, ao longo da segunda metade do século XX, pelas mulheres educadas ou intelectuais:

E foi assim... que a mulher brasileira, conscientizada de que a defesa do território pátrio não é missão exclusiva do sexo masculino, com o romper da contenda procurou uma forma de ajudar e revidar as afrontas recebidas²⁴

Impossível admitir que a síndrome de Ana Neri estaria superada, no Brasil, ao final da década de 40. Nesse sentido, o depoimento de Berta

Morais é mais autêntico. Vale também lembrar que, até hoje, esta categoria abstrata *mulher brasileira* não está conscientizada de seus deveres com relação ao *território pátrio*. Mas o que torna o interessante depoimento da Major Elza ainda mais anacrônico é o fato de que, na década de 80, a Aeronáutica, a Marinha e o Exército abriram suas portas para as mulheres. Ela, portanto, divulgou suas recordações em um tempo no qual o *machismo brasileiro*, que a teria indignado no passado, fragilizava-se dia-a-dia. E o que é mais importante: tinha, agora, um público leitor preparado para avaliar e prestigiar seu pioneirismo.

Berta e Elza praticaram, sem dúvida, um ato de coragem, sobretudo quando se tem em mente o fato de que ambas tomaram atitudes vistas por boa parte da sociedade brasileira como ousadas. É possível que a partida para a Itália do jovem grupo de enfermeiras tenha gerado uma grande dose de comentários malignos.²⁵ Para muitos, uma moça de boa família jamais abandonaria seus entes queridos para viver e trabalhar em um espaço predominantemente masculino. Essas nossas en-

fermeiras não são heroínas porque se deslocaram para o teatro-de-operações da II Grande Guerra e sim porque decidiram ultrapassar os limites impostos à condição feminina. Difícil imaginar quais teriam sido, por exemplo, as funções da piauiense Jovita caso tivesse chegado aos campos-de-batalha da Guerra da Tríplice Aliança. Seus ardores patrióticos ficaram enterrados no Ceará e, com eles, por quase um século, o direito da mulher prestar diversificados serviços à pátria em tempos litigiosos, onde prevalecem o desespero e, sobretudo, as incertezas.

Interessante também ressaltar o fato de que nossas enfermeiras, pelo menos antes da viagem à Europa, tinham poucos conhecimentos sobre as condições em que se encontravam as mulheres dos países onde a guerra se fazia presente, pois essa triste realidade o cinema, ao que tudo indica, jamais enfatizou. Em Lenigrado, por exemplo, dentre os 250.000 cidadãos mobilizados, em outubro de 1941, para a construção de diques ao redor da cidade, destinados a impedir a passagem dos tanques alemães, 75% pertenciam ao sexo

24. MEDEIROS, Elza Cansanção – *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

25. Segundo o Major Elber de Mello Henriques elas enfrentaram a *incompreensão e a maledicência de uma mentalidade surracena*. HENRIQUES, Major Elber de Mello – *A FEB Doze Anos Depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, p. 224.

feminino.²⁶ O árduo trabalho braçal justificava-se pelo temor à hegemonia dos países do Eixo. Elas, provavel-

(...) chegar tropa da Itália já era coisa vista e não interessava mais. O desejo insopitável era agar-

Em Leningrado, dentre os 250.000 cidadãos mobilizados, em outubro de 1941, para a construção de diques ao redor da cidade, destinados a impedir a passagem dos tanques alemanes, 75% pertenciam ao sexo feminino.

mente, também ignoravam o que vinha ocorrendo na Inglaterra, onde companheiras pertencentes à *Women's Auxiliary Air Force* passaram a trabalhar nas proximidades das zonas de combate, prestando serviços nas bases militares.²⁷ Mas, para todos os efeitos, estiveram em um dos teatros-de-operação da II Grande Guerra e voltaram para a terra natal conscientes de que haviam cumprido uma nobre missão, ainda que não valorizada pelo grosso da população. De acordo com a sincera Berta Morais, o desembarque teria sido pouco gratificante:

*rar a bagagem o mais cedo possível e sumir. E foi assim que, ali, no armazém 13 do cais do porto do Rio, desliguei-me para sempre, melancólica e silenciosamente do que restava da FEB. Ainda envolvi o 'James Parker' num último olhar de pesar e de saudade: ele representava o ponto final numa história de sacrifícios, sem nenhuma paga, a não ser a consciência do dever cumprido.*²⁸

Hoje vivemos em novos tempos de incertezas. Não está em jogo a unidade da pátria, nem a paz mundial e sim a sobrevivência, ou melhor, a luta por um espaço de estudo e trabalho. A síndrome de Ana Neri é coisa do passado. Centenas de Marias Quitérias procuram as Forças Armadas e disputam uma vaga que lhes

garantirá aperfeiçoamento profissional e futura independência financeira. No caso do Exército, por exemplo, a inclusão do segmento feminino ocorreu através da Lei 7.831, de 02 de outubro de 1989, que deu origem à criação do *Quadro Complementar de Oficiais*, com a finalidade de suprir, com pessoal de formação superior, as necessidades das organizações militares (OM).²⁹ Um dos cursos mais procurados está sediado em Salvador (Bahia) e é ministrado nas dependências da Escola de Administração do Exército (EsAEx).

O concurso para ingresso no *Quadro Complementar de Oficiais*, nas áreas de Direito, Contabilidade, Administração, Economia, Estatística, Informática, Relações Públicas, Psicologia e Magistério, está aberto para brasileiras até 37 anos de idade e que já sejam graduadas nas áreas acima mencionadas. As aprovadas, que passam por um exame intelectual, uma inspeção de saúde e, ainda, um exame de aptidão física, iniciam a carreira na EsAEx, para efeito de remuneração e procedência hierárquica, como primeiro-tenente da reserva convocado. Ao término do curso, tornam-se primeiro-

26. KEEGAN, John – *The Second World War*. USA: Penguin Books, 1990, p. 201.

27. STEVENSON, John – *British Society 1914-1945*. England: Penguin Books, p. 174.

28. *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. Loc. Cit., p. 385.

29. Revista Verde Oliva, Brasília, nº 157, setembro/outubro de 1997, p. 34.

tenente da ativa, podendo atingir o posto de coronel.³⁰ Embora os dados relativos ao ano de 1997 contabilizem apenas trinta e nove mulheres em um total de 104 oficiais-alunos, entendo que, em curto tempo, a presença feminina ganhará relevo, tendo em vista, sobretudo, o salário oferecido, qual seja, cerca de R\$ 1.500,00, sem dúvida relevante, tendo em vista a média do nosso mercado de trabalho.

A Escola de Saúde do Exército (EsSEx), situada no Rio de Janeiro, recebe, por sua vez, mulheres até 37 anos

de idade graduadas nas áreas de Enfermagem, Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária. Elas passam a integrar, no final do curso, o Serviço de Saúde do Exército e, caso prossigam na carreira militar, poderão servir nas unidades de tropa, nas polyclínicas, nos hospitais e demais organizações de saúde do Exército, tendo a possibilidade de ocupar o posto de coronel.³¹ Para médicas, farmacêuticas, dentistas e veterinárias o Exército Brasileiro abriu, também, através da Portaria nº 322, de 02 de junho de 1995, uma nova frente de trabalho, qual seja, o *Serviço Militar Feminino Voluntário*, que pode ser exercido pelo prazo máximo de nove anos. No processo de seleção são observadas as seguintes prioridades: a) solteiras ou viúvas sem dependentes e, entre elas, as mais jovens; b) casadas e mulheres com dependentes e, entre elas, as de menores encargos de família. Os números referentes ao ano de 1996 demonstram que, dentre os 2.232 profissionais convocados nas 12 Regiões Militares do País, 635 são mulheres. Nesse total estão 303 dentistas, 218 médicas, 104 farmacêuticas e 10 veterinárias.³² Todas iniciaram a carreira militar como 2º te-

nente do Exército e chegarão, no máximo, ao posto de primeiro-tenente.

O Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado no Rio de Janeiro, é o legítimo herdeiro da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792. Suas vagas, em nível de graduação e pós-graduação, são muitas disponibilizadas entre homens e mulheres.³³ Engenharia civil, eletrônica, mecânica, metalúrgica e química, Engenharia de comunicações e Cartografia são os cursos oferecidos para brasileiras solteiras, de 16 a 21 anos de idade, que já concluíram o ensino médio, que já concluíram o ensino médio e estão concluindo o 2º grau. A partir de sua admissão, a jovem passa a exercer todos os postos de segundo-tenente da carreira do Exército e, no futuro, poderá chegar a coronel. A possibilidade de integrar o *Quadro de Engenheiros Militares* existe para aquelas graduadas nas áreas acima mencionadas, desde que obedecido o limite de 26 anos de idade. As moças que optam pelo ingresso nesse Quadro começam a carreira como primeiros-tenentes do Exército, tendo, também, a oportunidade de ocupar, um dia, o posto de coronel.

O pioneirismo, contudo, cabe à Marinha brasileira. J.

30. Escola de Administração do Exército (EsAEx). *Instruções aos Candidatos ao Concurso de Admissão/97 ao Curso de Formação de Oficiais/98 do Quadro Complementar*. As demais informações sobre a EsAEx foram obtidas junto à sua direção, através do seu Comandante, Coronel Luis Sérgio Melucci Salgueiro, e do Chefe da Seção de Ensino de Informática, Tenente-Coronel Celso Jaloto Avila Junior. Estendo meus agradecimentos ao General Oacyr Minervino Pizzotti e ao Tenente-Coronel Claudio Skora Rosy, que também forneceram subsídios para a elaboração desta parte do texto onde apresento informações sobre as opções profissionais oferecidas pelo Exército à mulher brasileira.

31. Exército Brasileiro. Brasília: Centro de Comunicação do Exército (CCOMSEX), 1997, p. 27.

32. Revista Verde Oliva. Brasília, nº 149, maio/junho de 1996, p. 4-5.

33. Exército Brasileiro. Loc. cit., p. 21 e 26. Revista Verde Oliva. Brasília, nº 157, setembro/outubro de 1997, p. 28-29.

em 07 julho de 1980 foi criado, através da Lei nº 6.807, regulamentada pelo Decreto nº 85.238, de 07 de outubro do mesmo ano, o *Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFMRM)*, por iniciativa do então Ministro da Marinha Maximiniano Eduardo da Silva Fonseca. Integram esse corpo o *Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO)*, *Quadro Auxiliar Feminino e Praças (QAFP – Sargento)* e o *Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP – Cabo)*. As candidatas aprovadas nos cursos e estágios de adaptação, ministrados após o processo seletivo, podem ser convocadas para serviço ativo por um período inicial de três anos, ocasião em que desfrutam das mesmas honras, direitos, prerrogativas, deveres, responsabilidades e remuneração peculiares aos seus companheiros de arma. Ao oficial ou praça do *Corpo*

Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha poderá ser facultado o direito, depois de nove anos em atividade, de permanência definitiva nesse serviço.³⁴

Todos os cursos são realizados no Rio de Janeiro. Para o QAFO são exigidos diploma de nível superior e idade inferior a 33 anos. As candidatas permanecem sob o regime de externato, durante quarenta semanas, na condição de guarda-marinha. Finda essa etapa são contempladas com o posto de 2º tenente da reserva da Marinha, podendo atingir o de capitão-de-mar-e-guerra. O diploma de 2º grau é a condição necessária para o acesso ao QAFP – Sargento e ao QAFB – Cabo. Há limite de idade para ambos, isto é, a pretendente deve ter, respectivamente, mais de 17 e menos de 27 e mais de 17 e menos de 24. Aqui também prevalece, durante a fase preparatória, o regime de externato; porém, sua duração é de apenas quatro meses. Concluída, com êxito, essa fase, as postulantes ao QAFP – Sargento são consideradas 3º sargento da reserva da Marinha, com possibilidade de galgar o oficialato. Atingem a condição de marinheiro as jovens que ter-

minarem o curso QAFP – Cabo.³⁵

As promoções no QAFO são feitas nas mesmas épocas fixadas para os oficiais da ativa das Forças Armadas. O Ministro da Marinha é o responsável pelo preenchimento das vagas de primeiro-tenente e de capitão-tenente, ambas concedidas pelo critério de antigüidade, cabendo ao Presidente da República o provimento dos postos de capitão-de-corveta e capitão-de-fragata. A mulher pode atingir esse último posto de uma só maneira, isto é, por merecimento.³⁶ Aquela diplomada em Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia, com menos de 33 anos de idade, tem, ainda, a opção de tentar uma vaga no *Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais (CETN)* ou no *Corpo de Saúde da Marinha (CSM)*. Esses dois cursos, realizados também no Rio de Janeiro, sob a forma de externato, são de quarenta semanas e concedem às suas alunas o posto de 1º tenente. Aqui a possibilidade de ascensão é ainda maior, pois a legislação em vigor prevê a possibilidade de haver, no Brasil, uma vice-almirante.³⁷ Nada mais justo. E por que não, no futuro, uma almirante?

34. Boletins do Ministério da Marinha, números 31 e 42 de 01 de agosto e 17 de outubro de 1980. O material sobre a marinha Brasileira foi gentilmente cedido pelo Comandante Gino Willy Cozza.

35. Diretoria de Ensino da Marinha: <http://www.mar.br/~densm/ensino.htm>.

36. Boletim do Ministério da Marinha, nº 31, de 01 de agosto de 1980.

37. Diretoria de Ensino da Marinha: <http://www.mar.br/~densm/ensino.htm>.

Uma outra interessante medida tomada pela Marinha Brasileira foi a abertura, em 1997, para o segmento feminino, da *Escola de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM)*, situada em Belém do Pará. Após o término do curso, que tem a duração de quatro anos, a formanda é nomeada Praticante e, após estágio de seis meses no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), no Rio de Janeiro, torna-se 2º oficial de Náutica ou de Máquinas, estando habilitada, assim, a tripular as embarcações mercantes nacionais. Nesse mesmo ano, a 1º Tenente (Cirurgião-Dentista) Virgínia de Oliveira Aragão e a 1º Tenente (Médica) Betânia Cássia de Ribeiro Pena participaram, a bordo do Navio de Assistência Hospitalar (NaSH) *Carlos Chagas*, das ações de saúde desenvolvidas junto aos pólos estabelecidos na

Amazônia.³⁸ Louvável, sem dúvida, esse conjunto de atitudes da Marinha Brasileira, a qual chega a admitir, em seu informativo, que, durante um estágio misto de adaptação realizado no Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém, quatro mulheres, em um grupo de dez, conseguiram obter as melhores classificações.³⁹

Penso ser oportuno lembrar, ainda, que a Academia da Força Aérea, localizada em Pirassununga (São Paulo), mantém um curso aberto para cadetes do sexo feminino, que recebem, além do treinamento em ciência e tecnologia moderna da gestão econômico-financeira, instruções para o desempenho de serviços vinculados à intendência e ao suprimento técnico. O curso tem a duração de quatro anos e toma como premissa as palavras *Coragem, Lealdade, Honra, Dever e Pátria*.⁴⁰ Segundo o antigo Comandante da AFA, Major-Brigadeiro José Carlos Pereira, o desempenho das jovens, inclusive durante os treinamentos militares, tem superado as expectativas.⁴¹

Não possuímos uma tradição de participação militar feminina, como ocorre no Reino Unido e nos Estados

Unidos, por exemplo. Mas devo lembrar que, no primeiro país, conforme informações recolhidas em 1995 pela socióloga portuguesa Helena Carreiras, continua vedado à mulher o acesso a um conjunto de funções em diferentes áreas. Assim, no âmbito do Exército, permanecem como atividades exclusivamente masculinas aquelas vinculadas ao *Royal Armoured Corps* (infantaria e blindados) e, no da Marinha, as que dizem respeito ao *Royal Marine Commandos* (submarinos e fuzileiros). Os homens dominam, também, com exclusividade, o célebre *Regimento da Royal Air Force*. Ainda mais. No segundo, as restrições não foram totalmente abolidas, apesar da implementação, pelo Congresso norte-americano, do 92-93 Defense Authorization Act, promulgado em abril de 1993, e que recaiu sobre a aviação, os navios de combate e as colocações em terra.⁴² A legislação, entretanto, tem sido superada pela realidade. A Guerra do Golfo, como é sabido, demonstrou a impossibilidade de distinguir funções de apoio e envolvimento no combate direto, revelando que os cenários onde se desenvolvem os grandes conflitos

38. *Nomar Serviços de Relações Públicas da Marinha*. Brasília: XXI (658): 15 de abril de 1997.

39. Idem.

40. Escola de Especialistas da Aviação: <http://www.mat.ufrgs.br/~rudnei/FAB/por/ear.html>.

41. Esta informação foi colhida durante um seminário sobre o ensino de História Militar, realizado, nas dependências da AFA, em outubro de 1997.

42. Carreiras, Helena – *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Prefácio da Maria Carrilho. Lisboa: Edições Kosmos, 1997. p. 245-247 e 250-252.

mundiais funcionam como verdadeiros laboratórios de experimentação para os segmentos femininos integrados às três Armas.

As informações sobre a participação feminina nas Forças Armadas brasileiras contidas neste texto, ainda que incompletas, prenunciam a emergência de um novo campo de pesquisa. Na verdade, chegamos ao fim da década e de um século sem nos dar conta de que invadimos, por absoluta competência, ambientes altamente masculinizados. Faltam-nos respostas para várias perguntas porque, neste caso, não sabemos nem mesmo enunciá-las. Particularmente, tenho a nítida impressão de que relegamos a um plano secundário nossas companheiras, que resolveram ganhar a vida atuando em setores antes destinados aos homens, simplesmente porque excluímos do debate acadêmico as atividades cotidianas inerentes à Marinha, à Aeronáutica e ao Exército. É hora de aniquilar esse monstro

cujos tentáculos procuram esmagar os que resistem à pregação política barata e que, vulgarmente, conhecemos sob o nome de *patrulhamento ideológico*.

Ignoro se temos, em nossas Forças Armadas, problemas como os surgidos, por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, os quais levaram a deputada democrata Carolyn Maloney ao desabafo:

Nós estamos engatinhando no campo da integração sexual nas Forças Armadas e os preconceitos ainda são poderosos. Os conflitos são freqüentes e será preciso muito esforço para corrigirmos as distorções.⁴³

Seria uma ilusão julgar que essas *distorções* inexistem no Brasil. Posso lhes garantir, entretanto, desde já, que elas não estão, preferencialmente, *no campo da integração sexual*. É no âmbito do convívio social que nossas Marias Quitérias encontram os maiores obs-

táculos para sua realização como militares. Mas elas são tantas e, igualmente, tantas as *guerras* nas quais se envolvem, que se torna imperioso estender o olhar para o interior dos quartéis. Para isso, todavia, é preciso que o nosso conceito de cidadania seja ampliado. O direito de uma mulher ganhar a vida na caserna deve ser respeitado e incentivado. Este não é um libelo feminista, e sim o de uma pesquisadora e professora que vê as nossas Forças Armadas como parte integrante da sociedade. Somos todas brasileiras, como é, também brasileira, aquela tenente que conheci dias atrás e a qual, em uma conversa informal, confessou que perdeu algumas amizades quando se tornou pública sua opção pela Aeronáutica. Pergunto, para finalizar: quem vai cruzar os braços e deixar que continuem lhe atirando, injustamente, inúmeras pedras? Quantas companheiras estão prontas para esse belo combate?

43. Texto citado por Osmar de Freitas Junior no artigo "Fardas em Maus Lençóis." Revista *Isto é*, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1997 (<http://www.zaz.br/istoe/intern/144623.htm>).

A Guerra Civil Espanhola

Luis Felipe da Silva Neves*

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, no evento *A Guerra Civil Espanhola e o Projeto das Frentes Populares*, promovido pelo NEC da UFF, em junho de 1996.

ESPECIFICIDADES IBÉRICAS

Vilar refere-se a uma espécie de continente menor ao pensar a Península Ibérica e, em função da ausência de um sistema coerente de vias de comunicação naturais como os existentes na França, por exemplo, temos um continente invertebrado.

Assim, nenhuma cidade espanhola pôde ter um papel próximo ao de Londres e Paris. As mesetas centrais são isoladas por estreitos vales do litoral do país, fazendo necessário aten-

tarmos para as diferenças acentuadas existentes entre os habitantes das terras altas do interior, mais propensos a governos fortes e centralizados, e aqueles em contato com o Atlântico e o Mediterrâneo, com tendência à dispersão e à autonomia.¹

Ao isolamento, devemos somar a brutalidade do clima, verões abrasadores e invernos gelados, o solo seco, ruim para a agricultura, necessitava de custosas obras de irrigação.

Vilar nos lembra que esses dois extremos de isolamento e de precariedade dos meios de vida são freqüentemente apontados na literatura contemporânea, nas origens dos valores espirituais dos espanhóis.²

Sobre esses valores, é ainda Vilar quem nos diz: paixão pela independência,

...valor guerreiro,...ascetismo,...gosto pela dominação política e seu desprezo pela ganância mercantil....³

O passado ibérico abriga oito séculos de presença moura (711-1492), sendo que esse contato não deve ser apreendido somente pela ótica da luta de reconquista, mas também, e sobretudo, através do enriquecimento cultural advindo desse encontro de etnias e religiões. Não há espaço para maiores considerações sobre isso, ficando somente assinalado que foram os árabes os primeiros a fazer uma fábrica de papel na Europa, que espalharam universidades e bibliotecas em seus domínios, e que foi pela pena deles que, inicialmente, antes do Renascimento, as obras clássicas gregas chegaram à civilização ocidental. Há um

* Professor. Do Departamento de História da UFF.

1. VILAR, Pierre. *História de Espanha*, Barcelona, Grijalbo, 1981, pp. 15-6.

2. Idem, Ibidem

3. Idem, Ibidem

grande número de livros sobre o tema.⁴

Em função dos séculos de guerra com o sarraceno, o feudalismo ibérico teve características singulares: não houve uma fragmentação do poder como na França e na Inglaterra. Não é à toa que os primeiros Estados absolutistas modernos foram os reinos de Portugal e Aragão. Houve o surgimento de uma vasta pequena nobreza, os fidalgos – *hidalgos* – quase

toda pobre, apesar dos títulos.⁵

Aprendemos a falar de Espanha após o casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão, em 1469, mas devemos lembrar que a unificação que esse fato representa é muito mais religiosa do que política.⁶ Os desejos autonomistas da Catalunha e do País Basco nos tempos contemporâneos exemplificam o que estou dizendo.⁷

É com uma pequena nobreza pobre e ociosa, com excesso de fé e de vocações religiosas e com muita sede de ouro que a Espanha dos reis católicos parte para a conquista de novas terras. Em pouco tempo um vastíssimo império – onde o sol nunca se punha – é forjado. Tal qual Portugal, é no século XVI que a Espanha tem sua época dourada. Os *tercios* habsburgos acham-se presentes por toda a Europa, não sendo sem motivos que o historiador inglês Paul Kennedy, em seu livro *Ascensão e queda das grandes potências*, comece pela Espanha. Também como Portugal, a Espanha não realiza um processo significativo de acumulação de capital, pelo contrário, deixa que seus metais nobres escoem para a

França e para a Inglaterra dentre outros. Depois do *Siglo de Oro* vem a decadência, implacável e dura, os campos ficam despovoados sem que cresçam as cidades, falta alimento, há crise generalizada. Vilar chama os reis que vieram após longos e ricos reinados de Carlos V (1516-56) e de Felipe II (1556-98) de *unos pobres homens*. Creio que é partindo desse quadro histórico que se principia a encontrar as raízes da Guerra Civil, que ora faz 61 anos.

Atraso cultural, demora em se modernizar, estagnação... é por aí que devemos pensar a Espanha durante a era moderna, devendo a Igreja ser colocada na base disso tudo. Em outra obra, Vilar diz que a Guerra Civil Espanhola foi freqüentemente descrita como uma guerra de religião.⁸

Após o choque e o isolamento provocados pela fácil derrota na guerra com os ianques, em 1898, há como que um despertar cultural: algo assim como se a Espanha tivesse sido sacudida diante do seu próprio retardamento frente às potências de então. Nada mais natural que florescesse, nesse caldo católico de séculos e séculos

4. Ver, por exemplo, de LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*, Lisboa, Estampa, 1982.

5. ANDERSON, Perry. *Espanha in Linhagens do Estado Absolutista* São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 58-83.

6. GREEN, Vivian Howard. *A unificação da Espanha com Fernando e Isabel, 1479-1516 in Renascimento e Reforma*, Lisboa, Dom Quixote, 1984, pp. 67-78. Apesar de o autor ter uma postura perante a Reforma Católica que pode ser considerada ultrapassada diante dos recentes trabalhos historiográficos sobre o tema, ele apresenta uma interessante narrativa política envolvendo a Espanha moderna.

7. PEREZ, Joseph (et al.). *La Frustación de un Império (1476-1714)*, Tomo V da obra *História de Espanha* (dir. p/ Manuel Tuñón de Lara), Barcelona, Labor, 1989.

8. São elucidativos sobre a Espanha imperial dois textos do brilhante historiador inglês John H. ELLIOTT, *Spain and América before 1700 in Colonial Spanish América* (org. P/ Leslie Bethell), Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 59-111 e *O Velho e o Novo Mundo - 1492-1650*, Lisboa, Querco, 1984.

9. VILAR, P. *A Guerra da Espanha*, trad. Port., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 23.

de intolerância e de defesa do imobilismo social, um anticlericalismo militante.

Em nenhum outro lugar, escreve Herbert Matthews, os extremos de paixão, fervor, amor, ódio e daquilo a que se chama a 'erupção da desrazão pura' se mostraram mais claramente do que na Igreja Católica da Espanha e nas suas relações com o povo.¹⁰

Prosseguindo, diz Matthews: A história da Igreja na Espanha é uma história de autoritarismo, intolerância, conservadorismo, impermeabilidade ao progresso. (...) Durante (quase) um milênio, foi, depois da Monarquia, a mais importante das instituições espanholas; era um Estado dentro de um Estado. Sancho, disse Dom Quixote ao seu fiel companheiro, chocamo-nos contra a Igreja.¹¹

Estado dentro do Estado ou uma fortíssima instituição a serviço do Estado, ou tudo isso e mais alguma coisa?

O historiador inglês Eric Hobsbawm lembra que a Igreja espanhola rejeitava tudo o que havia acontecido no mundo desde Martinho Lutero. Enrique Serra Padrós escreve: o monopólio quase total que possuía da educação dava-lhe considerável força de nível ideológico, que junto às riquezas obtidas através da cobrança de tributos dos fiéis e com os privilégios conferidos pelo Estado (isenção de impostos, títulos de terras etc.) a posicionavam à extrema direita do espectro político espanhol.¹² Padrós ainda cita Rizzoni: as riquezas da Igreja aumentavam anualmente desde 1874 até 1931, enquanto diminuía de ano para ano a sua influência entre os pobres.¹³

Temos então que um extremo puxa o outro: diante de um catolicismo exacerbado, um anticlericalismo radical ... um ateísmo militar que Vilar diz configurar-se como fé mística em uma melhora da humanidade pelo triunfo da razão sobre a superstição e o dogma.¹⁴

Voltaremos às questões relativas à história das men-

talidades mais adiante, posto que são fundamentais para que possamos tentar compreender a Guerra Civil Espanhola, afinal estamos aqui para isso, pois como diz Hobsbawm, o dever do historiador é compreender e não julgar. Passaremos agora a examinar alguns dados básicos da Espanha contemporânea.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES OPORTUNAS SOBRE A VIDA SÓCIO-POLÍTICA DA ESPANHA CONTEMPORÂNEA

Pronunciamiento, que em castelhano significa golpe, é a palavra-chave para a compreensão da política espanhola ao longo do século XIX, século esse que Vilar classifica de político, compreendendo-o entre 1814 e 1917. Em 1873, começa a primeira experiência republicana da Espanha, mas que, no entanto, dura pouco. Há a necessidade de mudanças, as podres elites políticas nada conseguem fazer. 1898, já vimos, é um marco. Geração de 98: os intelectuais clamam por modernização; os pobres, que são a maioria da população, começam a querer participar da vida política. Franz Borkenau no

10. MATTHEWS, H. *Metade da Espanha Morreu* – Reflexões atuais sobre a Guerra Civil Espanhola, Trad. Port., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p.35.

11. Cit. In Matthews, op. Cit. P. 36.

12. E. S. Padrós. *O fascismo espanhol e a guerra civil* in História - ensino & pesquisa – Porto alegre, Mercado Aberto, v1, nº 3, 1986, p. 9.

13. Idem, ibidem.

14. VILAR, P. (1989), p. 24.10. MATTHEWS, H. *Metade da Espanha morreu* – Reflexões atuais sobre a Guerra Civil Espanhola, Trad. Port., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 35.

livro *The Spanish Cockpit* diz que tal separação entre o povo e os grupos governantes, tal passagem da iniciativa para as camadas mais baixas da sociedade, é sempre um sintoma da profunda decadência e desintegração de uma velha civilização.¹⁵

Em 122 anos de história, a Espanha sofreu 52 tentativas de golpe-de-Estado, sendo que somente 11 lograram sucesso; não é à toa, pois, que *Pronunciamiento* seja uma palavra de uso praticamente universal.

Vilar lembra que podemos distinguir os *pronunciamientos* do século passado dos do atual, tendo os primeiros um programa positivo (*frequentemente liberal, romântico e idealista*) e os golpes do século XX, sendo simples precauções contrarrevolucionárias".¹⁶

Devemos atentar para o fato de que, antes de 1936, nenhum golpe ou tentativa de golpe havia resultado numa guerra civil. Isso serve para mostrar, entre outras coisas, que a sociedade espanhola tinha mudado, malgrado a ação da Igreja e dos grupos conservadores diri-

gentes, em direção sempre contrária.

Durante a Primeira Grande Guerra Mundial, a Espanha viveu um período de alívio econômico, como normalmente todos os países neutros, face a um conflito generalizado, vivem. É instigante lembrar aqui a indiscutível ruptura no plano das mentalidades ocasionada pela guerra de 14-18. Somos daqueles que, comungando com Geoffrey Barraclough e outros historiadores anglo-saxônicos, situam o começo dos tempos contemporâneos no último quartel do século passado e não no tradicional marco da Revolução Francesa. Alguns colocam esse marco na guerra de 14, tal o seu impacto na sociedade. Não duvido que, num futuro próximo, a maior parte de nós pense assim.

Infelizmente, não há espaço aqui para nos alongarmos na história política da Espanha. Fica o registro de que entre 1923 e 1930, o país viveu uma ditadura (de Primo de Rivera) que manteve a Monarquia. No início de 1931, as eleições surpreendem, revelando a vontade popular antimonárquica. O rei abdica e começa a segunda experiência republicana da Espanha. O quadro

sócio-político, já percebemos, é extremamente perturbado. Esperamos que tudo isso fique menos nebuloso a partir de uma visão da sociedade espanhola no começo da década de 30.

A ESPANHA DO PRÉ-GUERRA E AS FORÇAS EM LUTA

Reproduz-se abaixo a introdução do filme *Morrer em Madri*:

Espanha, 1931, 503.061 km² de terra, quase a França. Uma população de 24 milhões de pessoas. Doze milhões de analfabetos e oito milhões de pobres. A propriedade da terra toda é dividida entre 20 mil pessoas, enquanto mais de dois milhões de camponeses não possuem um palmo de terreno. Províncias inteiras são possuídas por apenas um só homem. Salário médio de um trabalhador: uma a três pesetas diárias. Um quilo de pão custa uma peseta. (...) 60 mil religiosos e 5 mil conventos; 15 mil oficiais, dentre os quais 800 generais. Um oficial para seis homens...¹⁷

Era um país essencialmente agrícola, havendo atividades industriais apenas na Catalunha (têxteis) e

15. Cit. In H. Matthews, op. cit., p. 34.

16. Vilar, 1989, p. 27.

17. cit. In E. S. Padrós, op. cit., p. 5.

no País Basco (metalurgia), sob o tacão do capital estrangeiro. A historiadora paulista Ângela Mendes de Almeida diz que *numa população ativa de 11 milhões, 8 milhões constituíam o extrato inferior, aqueles que mal ganhavam para sobreviver: pequenos artesãos, operários mineiros, trabalhadores rurais diaristas, rendeiros e pequenos proprietários; dois milhões compunham a classe média: camponeses médios e pequena burguesia urbana; e um milhão constituía a classe privilegiada: funcionários, padres, militares, intelectuais, grandes proprietários rurais e alta burguesia.*¹⁸

A maior parte de nós, hoje, às portas do terceiro milênio, possui ou ao menos utiliza um computador. Fica difícil pensarmos a Espanha de somente 60 anos atrás ainda com resquícios do meio, mas é a verdade. Pierre Broué cita uma mas-

sa camponesa 45% analfabeta contrapondo-se a cerca de 80 mil religiosos dos mais de 11 mil domínios da Igreja. *O seu chefe, o cardeal Segura, arcebispo de Toledo, goza de uma renda anual de 600 mil pesetas – em relação a 161 pesetas, em média, de um pequeno proprietário andaluz. Segundo a expressão de um historiador espanhol, ele é um eclesiástico do século XIII, para quem o banho era uma invenção de pagões, senão do próprio diabo.*¹⁹

Há que se refletir um pouco mais sobre esse tremendo controle ideológico, sobre esse controle que a Igreja exercia sobre a massa da população no terreno das mentalidades. Marx já havia avisado que é nesse campo onde as transformações se processam mais lentamente, encontrando mais resistência, mas o que aconteceu na Espanha foi um exagero... uma mensagem da única universidade da Catalunha para o Rei Fernando VII (1814-33) dá uma noção do que eu quero dizer: *Longe fique de nós a perigosa novidade do pensamento (sic).*²⁰

Extremos se atraem, todos dizem... um exemplo

disso é o anarquismo espanhol. Seu patriarca, Anselmo Lorenzo Asperilla (1841-1914) visitou Marx, em Londres, em 1870, e chamou sua ciência de burguesa... O anarquismo espanhol foi fortíssimo, principalmente na Catalunha, e seu estudo

Fica difícil pensarmos a Espanha de somente 60 anos atrás ainda com resquícios do meio, mas é a verdade.

constitui um capítulo à parte na história da guerra civil. Tome-se como exemplo novamente Asperilla que, juntamente com Francisco Ferrer, realizou uma verdadeira obra educacional, mais importante ainda em função do abandono ao analfabetismo que a escola oficial relegava milhões de jovens em toda a Espanha.²¹

*O anarquismo – escreve Vilar – abriga também antigas particularidades espanholas: fidelidade às pessoas, exaltação ao ato individual e sobretudo essa necessidade de liberação, mais passional que intelectual, ante a pressão secular da religião.*²²

Mas vamos voltar à Guerra Civil... Não cabe aqui uma resenha seqüen-

18. ALMEIDA, A. M. *Revolução e Guerra Civil na Espanha*. São Paulo: Brasiliense, 1981, col. Tudo é História nº 31), p. 10.

19. BROUÉ, P. *A Revolução Espanhola, 1931-1939*, trad. Port., São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 20.

20. Cit. In H. Matthews, p. 37.

21. WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*, Porto Alegre, &PM, 1986.

22. Vilar, 1981, p. 110.

cial da vida política nos anos pré-guerra: qualquer manual fornece esses dados e, como diz Vilar, é mais importante fazer compreender do que fazer conhecer... Limito-me a lembrar do biénio *rojo* (1931-33), ou *reformador*, sob Azaña, e o biénio negro, de reação, onde a direita procurou desfazer as reformas (mal feitas) da esquerda. A Igreja pela primeira vez fora afastada do Estado, mas a questão agrária – de longe a mais grave – permanecia sem solução. Havia muito sangue sendo derramado no campo e nas cidades, igrejas eram atacadas, *curas* eram mortos; nas Astúrias um levante de mineiros foi sufocado com mais de 4 mil mortes. Quando, após a vitória de uma coligação de esquerda – *frente popular* – o político de direita Calvo Sotelo é assassinado (13 de julho de 1936), precipita-se uma revolta liderada por oficiais do Exército. É um golpe, mais um *pronunciamiento*, só que esse encontrou o povo armado para defender a República e um governo eleito pelo voto. Vamos ver quais eram as forças em luta e como a ajuda estrangeira decidiu a guerra.

• OS GOLPISTAS, nacionalistas, rebeldes ou “fascistas”

A maior parte do oficialato do Exército aderiu à rebelião. Seus líderes eram generais e Franco, Francisco Paulino Hermenegildo Teóculo Franco y Bahamonde (1892-1975), que custou a aderir à conspiração, assumiu o comando, junto com o General Emilio Mola, no início da guerra, em função da morte em acidente de aviação do General Sanjurjo, o mais prestigiado dos líderes golpistas. O golpe fora tramado com todo o tempo e calma, pois devido a um erro crasso do governo de Azaña, os generais que pareciam perigosos à República foram colocados na reserva, podendo assim conspirar, de manhã à noite sem compromissos. O modo como Azaña conduziu as reformas militares também aparentemente foi errado, pois ofendia a corporação. Além disso, oficiais potencialmente capazes de solapar a República foram transferidos para guarnições distantes e isoladas, esquecendo-se que de há muito o mundo vivia na era do telefone.

O General Mola, que havia cunhado a máxima quem

não está conosco está contra nós e deve ser tratado como inimigo, que teve sinistras repercussões, morreu num desastre aéreo (outro) em julho de 1937, deixando o caminho livre para Franco estabelecer-se como *El Caudillo*.

A principal força dos rebelados era o Exército da África, no Marrocos espanhol, últimas terras coloniais da Espanha. Dividia-se nos regulares mouros e na Legião *tercio de extranjeros*. A ferocidade dessas tropas era brutal; o lema da Legião era *Viva a morte...*

Não devemos esquecer que as Forças Armadas espanholas eram muito fracas, tendo, como única experiência militar no século, a Guerra do Rif (no Marrocos), aonde não foi raro o soldado europeu sucumbir ao rebelde africano. A Marinha e a Força Aérea ficaram na sua maior parte leais à República mas, como veremos adiante, isso não significou muito.

Significado amplo teve a pronta ajuda italiana e alemã, sobretudo esta última. Assim que foi iniciado o movimento, aviões alemães de transporte, trimotores *Junkers* – JU-52 foram levados para o Marrocos, a fim de trans-

portar de imediato milhares de soldados do Exército da África para o solo espanhol, garantindo uma cabeça-de-ponte perto do Estreito de Gibraltar, que foi fundamental para o desenrolar dos acontecimentos. Hitler, após a vitória de Franco, disse que este deveria construir um monumento ao avião alemão.

À extrema direita dos golpistas encontramos a Falange Espanhola, organização fascista criada, em 1933, por José Antonio Primo de Rivera (filho do ex-ditador), que agrupava principalmente membros das camadas médias. No ano seguinte a Falange uniu-se às JONS (Juntas de Ofensiva Nacional – Sindicalista) que, por sua vez, resultara da fusão das JCAH (Juntas Castelhanas de Atuação Hispânica) com o grupo nacional – sindicalista lide-

23. E. S. Padrós, op. cit., p. 17.

24. MATTHEWS, op. cit., p. 103.

25. O carlismo foi um movimento ferozmente monarquista e ultranacionalista, com forte apoio camponês, sobretudo na guerra. Os carlistas travaram guerras civis na década de 1830 e 1870, defendendo um ramo da família real espanhola. In HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos, o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995, p. 38. Sobre a guerra espanhola ver pp. 57-65.

26. Idem, p. 159.

rado por Ledesma Ramos. Significativamente, roubam as cores vermelho e negro dos anarquistas para suas bandeiras, criam todo um aparato circense envolvendo símbolos, gestos e uniformes, bem ao gosto do nazi-fascismo da época. São anti-liberais, anti-semitas (os poucos oriundos das JONS), ultranacionalistas, antimonorquistas e sobretudo anticomunistas. Seu discurso é assaz contraditório, como nos mostra Serra Padrós em seu esclarecedor artigo sobre o fascismo espanhol: (...) *viva o mundo novo, viva a Itália fascista, viva a União Soviética, viva a Alemanha Hitlerista, viva a Espanha de amanhã, abaixo a democracia parlamentar!*²³

Matthews cita um trecho revelador dos estatutos da falange: *Como criador da Era Histórica (sic) em que a Espanha atinge a possibilidade de cumprir seu histórico destino e os objetivos do Movimento, o Jefe assume autoridade absoluta e total. O Jefe é responsável perante Deus e a História.* Em seguida o autor diz: *Isto, não é o fascismo, é a chave para o sistema governamental da Espanha durante e depois da Guerra Civil.*²⁴

À direita vemos ainda os monarquistas e o seu ramo mais aguerrido, os carlistas,²⁵ que se revelaram – assim como as tropas da África – os melhores soldados do lado golpista. Há ainda outros grupos alinhados com Franco, de menor importância – como o SEU (Sindicato Espanhol Universitário).

É Hobsbawm quem nos lembra que tanto o clero como os monarquistas não viam diferença significativa entre liberais e comunistas, *todos igualmente ateus, não havendo portanto possibilidade de acordo com qualquer deles.*²⁶

Naturalmente, ficaram do lado franquista os segmentos conservadores e abastados da sociedade, os clérigos, evidentemente, com exceção daqueles do País Basco, o único lugar em toda a Espanha onde os sinos das igrejas repicavam pela República. Não podemos falar em uma burguesia no sentido marxista usual, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo na Península Ibérica constitui um caso à parte. O certo é que os ricos, os terratenientes (grandes proprietários), aderiram ao golpe. Quanto às camadas médias, o mais correto é dizer que ficaram divididas, e aqui

é necessário recordar as graves diferenças regionais do país. Na Galícia, noroeste da Espanha, reinava o conservadorismo – era a terra de Franco – conservadorismo esse natural dos galegos; por outro lado, na Catalunha, o que aconteceu foi muito mais do que uma simples resistência a um golpe, aconteceu uma verdadeira revolução social.

• OS LEGALISTAS, republicanos ou *Rojos* (vermelhos)

O uso de mapas – algo fundamental no estudo da história – mostra as zonas rebeldes e legalistas ao longo dos anos de lutas.²⁷ A maior parte da população ficou do lado da República. Apesar de

os republicanos dominarem uma extensão maior, as poucas terras produtoras de cereais caíram em mãos rebeldes. O soldado que defende o Governo é o camponês, o trabalhador simples da cidade. Mal-armados, destreinados, arrastam consigo inúmeros soldados regulares e, até mesmo, membros da temida *Guardia Civil* (criada em 1844 para impor a ordem no campo), em Barcelona, lutaram contra os franquistas.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos republicanos foi a profunda desorganização reinante entre suas tropas. Algumas milícias anarquistas, por exemplo, só acatavam ordens após terem deliberado em assembleia. Não havia uniformidade, faltava disciplina, coordenação – sobrava boa vontade, paixão, rivalidade e despreparo. Com o tempo – mais ajuda da União Soviética e o sacrifício de muitos ideais – conseguiu-se um corpo relativamente treinado. Mas afinal já era tarde demais, a sorte da jovem República já estava selada.

Capítulo à parte na Guerra Civil Espanhola foi forjado com heroísmo, glória e muito sangue estrangeiro. Estou me referindo, é óbvio,

ao caso dos voluntários do mundo todo que foram lutar contra o fascismo – e pelo socialismo (é bom lembrar que os crimes de Stalin ainda eram secretos e mal começavam...) – na chamada *última das grandes causas justas*... Eram, antes de tudo idealistas e nada melhor do que o belíssimo filme inglês de Ken Loach, *Terra e Liberdade* (1995), para ilustrar o tema. Nele vemos claramente as diferenças entre lutar nas milícias anarquistas – ou do POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista), ou nas *Brigadas Internacionais*, controladas por Moscou, melhor equipadas, treinadas, disciplinadas, quando *Blanca* ofende *Dave* gritando-lhe: *stalinista de mierda*, ao descobrir que este aderira à Brigada.

Absolutamente fundamental sobre isto é o livro de George Orwell *Homenaje a Catalonia*, de 1938,²⁸ relato das experiências do famoso escritor quando miliciano do POUM, tal como *Dave* no filme (aliás, esquisito é não parecer nenhuma menção ao livro no filme: as semelhanças ultrapassam as possibilidades de coincidência).²⁹

E por que não lembrar do livro *Saga de Érico Veríssimo*,

27. KINDER, Hermann (et al.) *Atlas Histórico Mundial – de la Revolución Francesa a nuestros días*, Madrid, Istmo, 1986, pp. 218-219.

28. ORWELL, G. *Lutando na Espanha (e recordando a Guerra Civil)*, Porto Alegre, Globo, 1986. O famoso escritor inglês desiludiu-se com o comunismo muito em função dos descalabros assistidos na Espanha e dos relatos terríveis chegados da Rússia; produziu então dois geniais livros contra o stalinismo, 1984 e *Revolução dos Bichos*.

29. Ver a resenha de *Land and Freedom* de Eric Mompó, da Univ. de Barcelona, in: *O Olho da História - revista de história contemporânea*, Salvador, v1, nº1, nov. 1995, pp. 165-173.

onde Vasco Bruno abandona os pampas para engrandecer sua existência lutando contra o fascismo?

Voltando à situação militar dos legalistas, é mais uma vez Pierre Vilar quem nos fala:

Quanto aos armamentos, a divisão inicial não é, na aparência, desfavorável ao Governo: uma boa metade das armas habituais, 3/4 das unidades de marinha, 4/5 dos aviões. Compreende-se que uma historiografia recente (orientada) combata a imagem que dominou, em 1936, a opinião democrática mundial: aquela de povo desarmado, forte unicamente por seu entusiasmo, contra uma minoria militar poderosamente dotada. Pode-se perguntar se essa imagem não era, de fato, mais verdadeira que os números. Soldados improvisados, comandantes novatos ou suspeitos, material antiquado. Marinha sem oficiais, é isso uma força? ³⁰

Essa aparente superioridade numérica e territorial dos legalistas é fulminantemente anulada devido,

sobretudo, à intervenção estrangeira, veloz e eficiente, decidindo a sorte da guerra em favor do levante. Pelo outro lado, a postura, no mínimo hesitante, das potências democráticas selou o destino da República. É necessário colocar a Guerra Civil Espanhola no terreno das relações internacionais e desprezar, por questão de tempo, a narrativa das batalhas, pois, afinal, como diz Braudel:

A guerra não é, simplesmente, a contracivilização.

Nós, historiadores, colo-cámo-la constantemente em causa sem conhecer a sua ou as suas naturezas. (...) Colocámo-la em causa, e é bem necessário: pois a guerra não deixa de atuar sobre a vida dos homens. Os cronistas empurram-na para o primeiro plano das narrações; os contemporâneos não têm outra preocupação senão a de formular conclusões acerca dela, de distinguir responsabilidades e consequências.

Se estamos decididos a não exagerar de modo algum a importância da história das batalhas, não pensamos em afastar a poderosa história da guerra, formidável, perpétua movimentação da vida dos homens. ³¹

A DECISIVA PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA

O primeiro país a mandar armas para o lado legalista foi a França, em função de uma tomada de atitude de León Blum – socialista líder da Frente Popular, então no poder. Ele fez isso logo no início da guerra, antes de partir para Londres, a fim de discutir a cada vez mais periclitante situação europeia com seu maior aliado.

Armas, ao que me parece, a França não mais mandou em razão da forte reação da direita, que havia se indignado com o ato de Blum e pela atitude da Inglaterra. William Shirer, conhecido jornalista americano daquela época, escreveu, na década de 60, um precioso livro sobre a derrota francesa em 1940 onde, no primeiro volume, consta um esclarecedor capítulo enfocando o drama pessoal de Blum – e da Terceira República – diante do caso espanhol.³²

O México foi outro país a defender a República, mas pobre México (...tan lejos de Dios y tan acerca de Norteamérica...), que podia mandar a subdesenvolvida nação fora uns fuzis e munitivos? A real ajuda recebida veio da União Sovié-

30. Vilar (1989), p. 44.

31. Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, São Paulo, Martins Fontes, 1985, v.2, p.199.

32. Shirer, W. L. *A Queda da França*, Rio de Janeiro, Record, s/d, 3v.

tica, aviões modernos, tanques, armas ligeiras, instrutores, munição... A questão era que Stalin, dentre outras coisas, estava buscando construir alianças com a França e a Inglaterra e, para não ser mal visto por esses países, cortou o fornecimento de armas à Espanha.

É interessante observar que a ajuda soviética não foi imediata, pois o pessoal da Internacional Comunista, em Moscou, colocava a Espanha como parte do mundo *colonial e semicolonial*, tendo que – *obrigatoriamente* – passar pela etapa liberal-burguesa. A mudança que se dá em início de setembro na posição da URSS foi devido à intervenção maciça e pública dos nazi-fascistas e também em função dos expurgos que Stalin já havia iniciado.³³

Por um ângulo, pode-se afirmar que foi a loura e perfida Albion- a Inglaterra – quem primeiro decidiu a sorte da guerra ao assumir uma atitude passiva, de não-intervenção, e forçar a França a seguir os seus passos. Os EUA não ficaram atrás: enquanto que Roosevelt – mais ansioso em reeleger-se do que qualquer outra coisa

– vociferava contra toda espécie de guerra, o Departamento de Estado vetava a companhia aeronáutica Martin de vender aviões para o governo legítimo, eleito pelo povo. Simultaneamente a Texaco (Texas Oil Company) entrava em entendimentos com os rebeldes para fornecimento de combustível. Não houve intromissão do Governo nessas torpes negociações. Muito lucro e pura hipocrisia...

Pelo lado rebelde, como já vimos, a ajuda externa foi rápida e decisiva, sendo também a maior. Os italianos mandaram dezenas de milhares de soldados – mais de 60 mil só de infantaria lutaram simultaneamente – bem armados, com tanques (embora fossem inferiores aos que a URSS mandava para os republicanos), submarinos e o mais importante, aviões em grande número. Mussolini, ao que tudo indica, estava sinceramente desejoso da vitória dos franquistas, despejando com vasto crédito uma torrente de homens e material na Espanha.

Já Hitler agiu mais pragmaticamente a fim de atender, antes de tudo, aos interesses da Alemanha – que eram os seus próprios com o louvor da maioria do povo.

Contudo, a intervenção alemã é decisiva. Fora os navios bloqueando os portos legalistas, em parceria com a Marinha italiana, é criada a Legião Condor, um grupo aéreo – contando com tropas para a proteção de aeródromos – que, operando em forma de rodízio, possibilitou a *Luftwaffe* ter um quadro de oficiais quase todo com experiência de combate estabeleceu domínio aéreo quase sempre aonde atuou, espalhando, a seguir, a destruição junto aos soldados legalistas. O apelido que a Legião Condor recebeu ilustra a sua importância na luta: *os bombeiros de Franco*, isto é, agiam em socorro dos rebeldes toda vez que os republicanos levavam vantagem. O genial pintor espanhol Pablo Picasso, quando indagado por um oficial alemão se tinha sido o autor de Guernica retrucou: *não foram vocês...*

As potências montaram uma enorme farsa com o nome de *Comissão de Não Intervenção*. Seus membros concordavam entre sorrisos a não intromissão na guerra espanhola, enquanto alguns países por eles representados agiam ativamente (e abertamente) pelo lado golpista. O comerciante de vinho alçado a Ministro das Rela-

33. Ver Angela Mendes de Almeida, op. cit., pp. 46-50.

ções Exteriores do 3º Reich, Joachim von Ribentrop ironizou, dizendo, na época, que a comissão deveria se chamar exatamente *Comissão de Intervenção*.

Ao inverso dos estrangeiros que lutaram pela República, os italianos e os alemães que combateram por Franco não mantiveram um bom relacionamento com os espanhóis. Os nazistas, por exemplo, montaram bordéis exclusivos aos *super-homens germânicos*, criando inevitáveis conflitos de ordem racial com seus aliados

espanhóis e italianos – latinos – *seres inferiores*, segundo os manuais nazistas de Hitler e de Rosenberg, para citar só os mais conhecidos.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Para muitos os sonhos se foram, acabou a última guerra idealista, *pura*, da história. Os socialistas de diversas tendências bateram-se estoicamente – às vezes, entre si mesmos – e milhares morreram pela República assassinada pela vil aliança de Franco com os fascistas e

os nazistas, mais a complacência oportunista e covarde dos anglo-franceses, do isolacionismo hipócrita dos EUA e a suspensão da única real ajuda que era a russa. Muitos ao menos morreram com inabalável fé na justiça e na nobreza de sua causa, sem tomar conhecimento do esmagamento dos ideais de igualdade social de Marx por Stalin e sua camarilha, sem saber das ações dos carrascos Yagoda, Beria ou Yesov, o *anão sanguinário*.

Mas isso é outra história...³⁴

³⁴ Texto original da palestra revisado em março de 1998.

ATUALIZE SEU CADASTRO

A BIBLIEIX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!

NOME _____

ENDERECO para correspondência _____

CIDADE _____

UF _____

PAÍS _____

CEP _____

DATA DE NASCIMENTO _____

SEXO

Male: Fem:

IDENTIFICAÇÃO e órgão emissor _____

CPF _____

ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA _____

ENDERECO PROFISSIONAL _____

MILITAR

CIVIL

POSTO / GRAU (se militar) _____

Alta

Baixa

PROFISSÃO (se civil) _____

REVISTA QUE ASSINA: _____

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Mandiá Dias – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-260

Ligaçõa Gratuita de todo Brasil: (0800) 23.6365

Teletax: (021) 519.5569 – E-mail: biblex@sm.com.br

Douglas MacArthur - general estadista ou demagogo perigoso?

Almir dos Santos*

O artigo apresenta uma sinopse da extraordinária vida do General MacArthur.

MacArthur era um ator por natureza. Com seus dois metros de altura, seus óculos escuros e seu cachimbo de sabugo de milho no canto da boca, cultivava a imagem de símbolo sexual nos mesmos moldes dos galãs de Hollywood. Era um grande orador que tinha o cuidado de só dizer aquilo que o povo queria ouvir. Era um populista na acepção da palavra. De qualquer maneira, como estadista, como orador, ou simplesmente como um demagogo, ele tem lugar de destaque na história do século XX, não apenas por sua participação em três guerras ou por sua atuação destacada

na guerra do Pacífico, mas por ter sido um grande estrategista.

MacArthur teve uma carreira brilhante. Ingressou em West Point em 1899 tirando o primeiro lugar no concurso de admissão, posição que manteve durante todo o tempo que esteve na Academia. Além de ser o *Zero Hum* da turma, ainda era filho do General Artur MacArthur, herói da guerra civil, da guerra contra os índios e da guerra contra a Espanha. Com esse pai, não era de se estranhar os cargos que ocupava. Ao se formar, em 1903, enquanto toda sua turma foi comer poeira no deserto americano, MacArthur foi servir no Estado-Maior do Comandante Militar das Filipinas, que era um cargo diplomático.

Apesar do mal-estar e de comentários maliciosos que existiam a seu respeito, Douglas MacArthur continuou ocupando os melhores cargos dentro do Exército e recebendo promoções. Em 1917, quatorze anos depois de formado, já era coronel, caso inédito dentro das Forças Armadas para oficiais de gabinete.

Talvez por isso que, mesmo freqüentando a Casa Branca e sendo fotografado sistematicamente próximo ao presidente, em 1917 foi enviado para a Primeira Grande Guerra, no primeiro grupamento de 170 mil homens.

Era evidente que a intenção de seus superiores era acabar com a fama de alguém que vivia à sombra do pai. Foi aí que o Coronel MacArthur

* Professor do IME e da Escola Naval.

surpreendeu a todos. Aquele oficial engomado de Estado-Maior, com pose de diplomata, era um grande guerreiro. Em fevereiro de 1918, seu regimento entrou em ação e venceu os alemães em Luneville Bacca. Em março, MacArthur destruiu um posto de suprimento alemão atrás das linhas inimigas e foi promovido a brigadeiro-general (general de uma estrela).

Em julho, os alemães atacaram ferozmente em todas as frentes. No seu setor, MacArthur deteve os alemães e contra-atacou, usando técnicas que aprendera com seu pai, utilizadas pelos índios peles vermelhas. Em agosto, sua brigada avançou até a linha Hinderburg e travou a sua mais feroz batalha. Apesar do elevado numero de baixas em ambos os lados, ele fez 16 mil prisioneiros e foi promovido a major-general (general de duas estrelas). Finalmente, conseguiu a grande vitória de Mosa Argona, numa batalha que durou 47 dias.

Por todos esses feitos, Douglas MacArthur tornou-se o mais condecorado oficial do Exército americano naquela guerra. Recebeu nove condecorações: 5 Estrelas de Prata, 2 Croix de

Guerre (dadas pelo Governo francês) e 2 Cruzes do Mérito Militar. Mas sua fama começou a incomodar. Em Washington muita gente achou que ele recebera medalhas demais e começou a questionar a veracidade desse heroísmo. Como não podiam fazer nada, abriram um processo contra ele, acusando-o de não seguir as normas de segurança. Acusaram-no de andar desarmado, de não usar capacete de aço, não utilizar máscara contra gases venenosos e, ainda, comandar muito à frente da luta, se expondo sem necessidade.

Em sua defesa o General Pershing, o comandante supremo dos americanos na Europa e herói nacional declarou: *parem com essa besteira. MacArthur é o maior líder de batalha que temos e pretendemos promovê-lo a tenente-general. Ele cumpriu seu dever de maneira tão brilhante, que não encontro paralelo entre os oficiais que tiveram em contato direto com a batalha.*

Em 1920, Pershing assumiu o Estado-Maior das Forças Armadas. Com esse poderoso protetor, MacArthur tinha que receber importantes postos de comando. E recebeu-os. Tornou-se co-

mandante da Academia Militar de West Point com apenas 38 anos, (seu antecessor tinha 71). Sua segunda função foi ser o comandante militar de Manilha. Sua terceira missão, já como tenente-general (general de 3 estrelas), foi dirigir o comitê olímpico americano nas olimpíadas de 1928. Finalmente, em 1930, atingiu o posto máximo: tornou-se o mais jovem Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (general de 4 estrelas).

Ocupando o mais alto posto das Forças Armadas, seu nome foi lembrado, pelo Partido Republicano, para disputar as eleições primárias, na escolha do candidato que enfrentaria Franklin Delano Roosevelt, pelo Partido Democrático. Mas, em 1932, ele teve de enfrentar um dos piores momentos de sua vida. Veteranos da Primeira Guerra passando fome, acamparam em Washington, exigindo os bônus alimentação a que tinham direito e o Governo cortado. O Presidente Hoover ordenou que o Exército os expulsasse da cidade. Com todo o povo apoiando os veteranos, MacArthur se viu numa situação muito delicada. A solução que encontrou foi negociar com

seus ex-companheiros de farda. A grande maioria aceitou sua palavra e voltou para casa, mas 600 resistiram. MacArthur ordenou o lançamento de gás lacrimogêneo. Houve um confronto e os veteranos atearam fogo nas barracas. No outro dia, todos os jornais mostraram o acampamento em chamas e diziam em manchete: é isso que MacArthur faz com quem tem fome. Todo seu prestígio desabou e suas esperanças políticas terminaram aí.

MacArthur deixou o cargo em 1935. Passou para a reserva e, como prêmio, recebeu do presidente a nomeação de governador geral da mais importante colônia americana: as Filipinas.

Nas Filipinas, passou a viver como um rei. Festas, recepções e banquetes passaram a ser uma rotina em sua vida. Com poderes maiores do que o presidente filipino, MacArthur esqueceu o resto do mundo, relaxou com a segurança do país e, para manter apoio popular, sempre que possível, dizia-se favorável à independência do país.

Mas, às 8 horas da manhã de 7 de dezembro de 1941, de maneira ousada, os japo-

neses atacaram Pearl Harbor no Havaí. MacArthur só veio a saber do ataque 22 horas depois. Reuniu seu Estado-Maior com a convicção de que os japoneses tivessem sido derrotados. Às 10 horas da manhã do dia 8, soube que os americanos tinham sofrido uma frigorosa derrota. Nesse momento, não poderia haver mais dúvidas de que os Estados Unidos estavam em guerra com o Japão. Ele deveria ter atacado Formosa imediatamente, pois lá se encontrava uma poderosa base aérea japonesa, mas não o fez. Esperou ordens de Washington. Às onze horas da manhã, os japoneses atacaram as Filipinas e encontraram os aviões de MacArthur parados na pista. Destruíram 53 caças, 18 bombardeiros B-17 e ainda 30 aviões de outros tipos. Seus adversários políticos, dentro e fora do Exército, nunca o perdoaram.

Com apoio de 500 aviões, o Tenente-General Homma, comandante do Décimo Quarto Exército japonês, fez o primeiro desembarque nas Filipinas, em Camiguin, às 4 horas da tarde. No dia 10, eles desembarcaram em Aparri, dia 12 em Vigan, no dia 22 em Ligayan e, no dia 24, na baía Lammi. Atacado por

várias frentes, MacArthur implorava reforços em armas e homens com a máxima urgência. No final de dezembro, o General George Marshall, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, depois de fazer um estudo profundo da situação, chegou à conclusão que era impossível enviar suprimentos para MacArthur, a 6 mil quilômetros de distância, com a Marinha japonesa dominando toda área. A decisão de Marshall condenava a morte, ou a prisão, 75 mil americanos.

Essa informação chegou aos soldados pela emissora japonesa chamada *Rosa de Tóquio*, que transmitia para as Filipinas todas as noites. O moral da tropa foi a zero. MacArthur ficou só e abandonado. Dia 2 de janeiro considerou Manila cidade aberta e recuou para a península de Bataan. Seu primeiro ato foi reduzir a ração pela metade. A *Rosa de Tóquio* conclamava os americanos a se renderem, chamando MacArthur de louco, suicida e covarde, uma vez que permanecia escondido, enquanto seus soldados morriam. Desesperados, os soldados choravam e o culpavam pela derrota. Cantigas humilhantes foram feitas

para ele. O General Homma, sabedor de sua situação, lhe ofereceu uma rendição honrosa. A resposta de MacArthur foi: *vá se danar*. O General Marshall, percebendo que MacArthur era um troféu valioso demais para o Japão, ordenou que abandonasse a Ilha. MacArthur respondeu: *Fugir? Nunca. Eu não sou covarde. Prefiro ser enterrado nas Filipinas.*

Enquanto isso, a situação na América era de pânico, quase histeria. O moral do povo americano estava péssimo. Corria no país o boato que os japoneses tinham destruído toda esquadra americana e que em breve atacariam a Califórnia. O desespero tomara conta da Costa Oeste. A população fugia em massa para o interior do país e esperava, para qualquer momento, a morte de seu mais famoso general: Douglas MacArthur.

O Estado-Maior chegou então a uma conclusão drástica: se o MacArthur fosse preso nas Filipinas, ia ser muito difícil motivar a nação para a guerra. O presidente então ordenou-lhe: *fuga*.

Derrotado, humilhado, cercado na pequena ilha de Corregidor e considerado um covarde por seus soldados, o herói da Primeira Guerra,

teve de fugir das Filipinas. Como último ato, recusou-se a utilizar um submarino. Navegou até a Austrália, numa viagem de dois dias, num mar cheio de minas, numa pequena lancha torpedeira.

Chegando lá, mais de 50 jornalistas e cinegrafistas o aguardavam. Todos queriam uma palavra sua. MacArthur procurou então mostrar ao povo que não era um guerreiro derrotado, que não fugira da luta mas, sim, que furara o bloqueio. Pronunciou então um discurso daqueles a que o povo estava acostumado a ver o mocinho do cinema dizer nos momentos mais importantes de um filme. Depois de algumas palavras, terminou seu discurso olhando para as câmeras e dizendo em tom de esperança ao povo americano: *Sai... mas eu voltarei* (*I shall return*).

Nem Hollywood tinha pensado numa cena tão emocionante. Após o seu discurso o moral do povo americano mudou. Uma nação derrotada e temerosa transformou-se, de uma hora para outra, numa nação guerreira com a certeza que ganharia a guerra. Tudo isso porque, como nos filmes de grande sucesso na época, tais como:

O Zorro, *Capitão Blood*, *Robin Hood* e *Nos Tempos das Diligências*, o mocinho Douglas MacArthur, depois de uma fuga espetacular, levaria a vitória. Desse modo, um general que muita gente no Estado-Maior queria que fosse a Conselho de Guerra por tudo de errado que fizera, transformava-se, de repente, em herói nacional. O povo o colocava ao lado do General Pershing, comandante dos americanos na Primeira Grande Guerra. Sua foto era capa de todas as revistas. Seu discurso transscrito em todos os jornais; e um *boton*, com seu retrato de óculos escuros, com a frase: *I shall return*, estava no peito de todo americano.

Mas MacArthur teve uma desagradável surpresa ao chegar à Austrália: os americanos possuíam apenas 15 mil homens naquele país. Ele teria que esperar algum tempo até que, nos Estados Unidos, cidadãos fossem convocados e treinados para o combate. Teria que esperar também que as indústrias de bens de consumo fossem transformadas em indústrias de guerra. Além de tudo isso, quatro meses depois, quando as primeiras tropas começaram a deixar a América,

todas foram enviadas para a África.

Apesar de os americanos terem concordado em primeiro vencer os alemães, o seu maior ódio era contra os japoneses. Havia um desejo incontido de vingar o ataque a Pearl Harbor. Esse ódio aumentou muito quando todos começaram a tomar conhecimento de fatos como: o grande estupro de Nanking, onde um quarto de milhão de seres humanos foram chacinhados; das experiências com guerra bacteriológica na Manchúria; da utilização de mulheres filipinas como prostitutas dos soldados japoneses; da utilização de prisioneiros de guerra como trabalhadores escravos em florestas infestadas pela malária, onde as vacinas eram aplicadas apenas nos soldados japoneses. Outro fato que chegou ao conhecimento do povo americano e que ocasionou comoção nacional foi a Marcha da Morte. Os americanos, feitos prisioneiros nas Filipinas, tiveram de caminhar 105km, onde todos que fraquejavam eram espancados com porretes até a morte. Muitos foram enterrados vivos e os sadios que ajudavam os doentes tinham seus braços quebrados com

barras de ferro. Essas informações aumentaram em muito o desejo de vingança nos Estados Unidos, e esse ódio ajudou MacArthur a conseguir os reforços que queria.

Os japoneses iniciaram uma grande concentração de tropas na Nova Guiné, preparando-se para invadir a Austrália. Os australianos elaboraram uma estratégia de defesa por etapas, em diversos locais do país, e mostraram MacArthur. Ele ouviu com atenção, depois levantou-se apontando para o mapa da Nova Guiné respondeu: *nossa guerra vai começar aqui*.

Atacar a Nova Guiné era algo que ninguém imaginava. *Uma guerra se ganha fazendo-se exatamente aquilo que inimigo pense que não possamos fazer* foi o seu argumento. Agora, como fazer? Ele possuía apenas meia dúzia de cruzadores e pequenos barcos de transporte australianos. Solicitou, então, dois porta-aviões e uma divisão anfíbia, informando que pretendia desembarcar na Nova Guiné por ser a melhor maneira de defender a Austrália.

O Almirante Nimitz recusou ajudá-lo, alegando que o Japão possuía muitos aeroportos nas ilhas do arqui-

pélago de Salomão e, por isso, não poria a esquadra em risco. O general passou então a escrever uma série de memorandos solicitando apoio para o desembarque. Mas nenhuma resposta recebeu. A Marinha, de um modo geral, tinha muita má vontade com ele e o Estado-Maior Geral estava mais preocupado com a guerra na Europa.

Em 27 de julho, porém, a permissão para o ataque chegou. A Marinha ficaria com as ilhas Santa Cruz e Tulago, no Pacífico Central, o Exército com a Nova Guiné. MacArthur, sentindo que seu sonho começava a se tornar realidade, partiu para o ataque.

Seu desembarque em Porto Moreby foi acompanhado e anunciado pela imprensa americana como um grande feito. Mas quando a luta começou foi um vexame. Os soldados americanos, recém-chegados da América, não eram adversários à altura dos experientes soldados japoneses. Nos primeiros combates, os americanos começaram a fugir, desesperadamente, abandonando, inclusive, suas armas. Foi um escândalo. MacArthur teve que levar, vários oficiais a conselhos de guerra, por

covardia, e promover sargentos a oficiais para poder continuar defendendo Porto Moreby. Outros problemas graves foram a chuva e a lama. Os americanos não se adaptaram ao clima. Com isso, a malária e a difteria começaram a massacrar o exército de MacArthur – vinte mil doentes, nos primeiros meses da guerra na selva.

Aproveitando a situação que lhes era totalmente favorável, os japoneses desembarcaram mais tropas na costa norte da Nova Guiné e preparam-se para uma grande ofensiva. MacArthur, percebendo que todo o suprimento do Exército nipônico vinha das ilhas do arquipélago Salomão, em 8 de agosto desembarcou na ilha de Guadacanal, abrindo uma segunda frente na guerra com intuito de enfraquecer os japoneses na Nova Guiné. O Estado-Maior Conjunto, em Washington, discordou totalmente. MacArthur, porém, retrucou afirmando: *As armas da infantaria são hoje por demais mortíferas para se tentar um ataque frontal. Somente os comandantes medíocres têm sua estratégia apoiada em grandes baixas.*

Mesmo assim, os japoneses iniciaram sua ofensiva na Nova Guiné. MacArthur

fez então uma jogada audaciosa, digna de um campeão de xadrez: lançou uma brigada pára-quedista nas montanhas de Owen Stanley e atacou a retaguarda inimiga. Pegos de surpresa os japoneses recuaram.

Era o que o povo americano esperava há muito tempo: uma vitória do seu Exército no Pacífico. MacArthur levou a imprensa à frente de batalha e deu uma entrevista como se estivesse participando de um musical da Broadway. O rencuo japonês foi apresentado como uma vitória espetacular. Em Washington, seus adversários criticaram essa manipulação da imprensa, acusando-o de estar usando a guerra para se promover e fazer campanha eleitoral para ser presidente. Seus admiradores, porém, alegavam que ele estava apenas contribuindo para elevar o moral do povo e do Exército americano. E nisso, não há como negar, ele era muito bom.

Com a ofensiva japonesa retida na Nova Guiné, Douglas MacArthur lança uma nova estratégia na guerra: *o Jogo de Carnícias*. Essa estratégia consistia em atacar, com forças poderosas, todas as pequenas ilhas ao redor da Nova Guiné onde os

japoneses escondiam seus suprimentos, isolando assim o grosso do Exército imperial. Gradativamente, ele foi desembarcando e ocupando: Bougainville, Nova Georgia, Santa Isabel, San Cristobal, Nova Irlanda e a Nova Bretanha. Com isso, em Guadacanal, em Rabul e na Nova Guiné, o grosso do Exército japonês ficou isolado.

Desesperado, o Alto Comando em Tóquio tentou uma última cartada: trouxe, para o mar de Bismarck, 2 cruzadores, 2 couraçados, 2 porta-aviões e 380 aviões, para destruir MacArthur. Mas, os novos e poderosos radares americanos acusaram sua presença, o que permitiu serem interceptados por caças da Marinha. Numa única batalha naval, o Japão perdeu toda a esquadra do mar de Bismarck. Isolados e sem suprimentos, Guadacanal caiu fevereiro de 1943. Em abril, MacArthur era o senhor absoluto de todas as ilhas do arquipélago Salomão. Em maio, a poderosa Rabul caiu praticamente sem luta e, em outubro do mesmo ano, Douglas MacArthur anunciava a libertação da Nova Guiné.

Com apoio total da imprensa, principalmente dos

jornais ligados ao Partido Republicano, MacArthur passa de herói nacional a gênio militar. Em Washington todos tiveram de reconhecer que ele tinha razão. Com suas aparições sistemáticas na frente de batalha, sempre acompanhado de um batalhão de fotógrafos, sua popularidade ultrapassou em muito a do Presidente Roosevelt. Nenhum ator, por mais famoso que fosse, recebia mais cartas do que ele. Desse modo, com Hollywood, em todos os documentários cinematográficos sobre a guerra, apresentando-o sempre ao som de *Glória, Glória, Aleluia*, de general, ele é promovido a deus: *o deus da guerra*.

Com o General Marshall envolvido nos preparativos para a invasão da Normandia, o próprio Presidente Roosevelt foi ao Hawaí discutir a ofensiva final contra o Japão. Como o Almirante King também não viria, MacArthur achou que o presidente estava em campanha eleitoral. Mas enganou-se. Quando a reunião começou, verificou que o Almirante Nimitz levara vários assessores e um plano completo para a segunda fase da guerra. Por esse plano, o Exército atacaria Formosa e a Ma-

rinha, Iwo, Jima e Okinawa, deixando as Filipinas para trás. A razão de deixar as Filipinas de fora no ataque final era se aproximar o mais rapidamente possível do território japonês e iniciar os bombardeios aéreos com os B-29.

MacArthur, inconformado, falou por 3 horas sem parar, criticando a estratégia e tentando, inutilmente, modificar os planos do Estado-Maior Conjunto. Quando, porém, afirmou que os Estados Unidos tinham o dever moral de libertar as Filipinas pois, se não o fizessem, estariam confirmado a tese japonesa pela qual os americanos jamais derramariam uma única gota de seu sangue em favor do povo filipino, Roosevelt foi acordado de uma terrível dor de cabeça. Quando o próprio Nimitz teve dúvida quanto a alguns pontos do plano original, o presidente aceitou os argumentos de MacArthur.

Em outubro de 1944, a poderosa força de ataque americana partiu em direção às Filipinas. Depois de pesado bombardeio naval, os americanos desembarcam em Leyte. Numa decisão de extrema coragem, MacArthur foi um dos primeiros a desem-

barcar. Já na praia, enquanto todos, temerosos, esperavam o contra-ataque japonês, MacArthur, com muita tranquilidade, pegou o microfone e falou pelo rádio para todo o povo filipino:

Povo das Filipinas. Pela graça de Deus todo poderoso estou de novo em vosso solo; eu voltei. Nesse momento se unam ao meu redor. Que o espírito de Bataã e Corregidor nos conduza. Em nome dos que morreram ataquem. Em nome dos que estão sofrendo em campos de concentração, ataquem. Em nome dos que estão feridos nos hospitais, ataquem. Em nome de Deus todo poderoso, ataquem. Que coração algum vacile. Que todos os braços se fortaleçam, pois a orientação divina apontará o nosso caminho. Sigâmo-lo em seu nome até o santo Graal da vitória justa.

MacArthur avançou em direção à capital. O General Yamashita mandou considerar Manilha cidade aberta. Mas o General Iwahuchi, dentro da cidade, descumpriu a ordem e travou uma luta corpo a corpo, casa por casa. Manilha foi totalmente destruída mas, em 4 de março de 1945, as Filipinas estavam livres. Pelo feito, MacArthur recebeu a quinta estrela de

general, que correspondia a marechal-de-campo, posto que tanto desejava, e passava a ser o comandante supremo de todo o Pacífico. Somente os generais Marshall, Chefe do Estado-Maior, Arnold, Comandante do Exército e Eisenhower, Comandante Geral das Tropas Aliadas na Europa, tinham recebido tal honraria.

Assim que assumiu o comando supremo no Pacífico, MacArthur tomou duas decisões. A primeira, ordenou que o Palácio Imperial em Tóquio não fosse bombardeado. Sendo o Imperador considerado uma divindade, dizia ele, essa atitude jamais seria perdoada pelo povo japonês. A segunda foi declarar que país algum participaria da administração ou da ocupação do território japonês porque o Japão é um problema americano.

O grande sonho de MacArthur agora era executar um desembarque em território japonês, tão ou mais espetacular do que o desembarque na Normandia e, para tal, iniciou a elaboração de toda estratégia. Mas, em primeiro de abril, quando os fuzileiros desembarcaram em Okinawa, o Estado-Maior Conjunto mu-

dou de idéia. Os japoneses atacaram com os *Kamikazes*, com mini-submarinos suicidas e com soldados envoltos em explosivos. Com isso, dez mil japoneses danificaram 34 navios, incluindo um porta-aviões, e mataram 50 mil americanos.

O Alto Comando da Guerra entrou em pânico e começou imaginar o que aconteceria quando o Japão fosse invadido. Havia 2 milhões de japoneses esperando pelos americanos num país montanhoso.

Tentando evitar o confronto final, os Estados Unidos, a Inglaterra e a China assinaram a declaração de Potsdam e convidaram o Japão a render-se. O Almirante Suzuki, o novo Primeiro-Ministro, propôs ao Parlamento a rendição. O General Tojo posicionou-se contra, alegando que os americanos só aceitariam uma rendição incondicional, e isso seria uma humilhação e uma desonra muito grande para o povo japonês. Partindo, então, de Iwo Jima e Okinawa, a Força Aérea, Americana, utilizando os B-29 lançaram toneladas de bombas incendiárias. Sendo as cidades feitas de madeira, setecentas mil pessoas morreram queimadas, mas o

orgulho japonês continuava inabalável.

Como os americanos possuíam uma nova e poderosa arma, a bomba atômica, o Pentágono resolveu utilizá-la. Duas opções foram apresentadas ao Presidente Truman: ele tinha de decidir entre a morte de um milhão de americanos ou lançar a bomba sobre o Japão. Truman não teve escolha. MacArthur ficou furioso quando soube que a Força Aérea ganharia a guerra sozinha.

A primeira bomba foi lançada em 6 de agosto, na cidade de Hiroshima. Setenta mil mortos. O Imperador implorou a Suzuki e a Tojo para que aceitassem a Declaração de Potsdam. Tojo respondeu aos americanos que aceitaria a rendição desde que o Japão não fosse ocupado, que as Forças Armadas japonesas pudessem voltar ao Japão sem hostilidades e que a figura do Imperador fosse mantida intocável. Como resposta os americanos lançaram uma segunda bomba em Nagasaki. Quarenta mil mortos. Em 15 de agosto, falando no rádio pela primeira vez, o Imperador dizia a seu povo que o Japão se rendia incondicionalmente. A 2 de setembro de 1945, a bordo do couraçado ame-

ricano Missouri, diante do General Douglas MacArthur, os representantes japoneses assinaram a rendição. Terminava a Segunda Guerra Mundial.

Pela segunda vez na vida, MacArthur recebeu do Governo americano poderes totais para administrar um país. Ao tomar posse seus primeiros atos foram: não fechar o Parlamento japonês, eleito democraticamente pelo povo; não tocar na figura do Imperador, apesar das pressões que recebeu dos ingleses, chineses, holandeses, filipinos, australianos e dos próprios americanos; punir com rigor toda e qualquer violência praticada contra civis japoneses; distribuir comida à população; manter as eleições parlamentares de março de 1946, pouco se importando com os protestos dos antigos aliados; e promulgar uma nova Constituição.

Politicamente, entretanto, MacArthur era muito ingênuo. Costumava fazer declarações que irritavam, em muito, o Departamento de Estado. A pior delas foi quando os comunistas assumiram o poder na China. MacArthur foi a Formosa e apoiou, sem autorização do Governo americano, o cor-

rupto Chiang Kai Shek. Esse apoio criou uma grave crise diplomática com a China comunista.

Mas o que realmente acabou com sua carreira militar foi a guerra da Coreia. Esse pequeno país asiático tinha sido dividido em dois: um sob influência americana e outro sob influência soviética. Só que, ao deixarem o país, os russos deixaram também uma quantidade exagerada de armas. Não demorou muito para que os coreanos do norte invadissem a Coreia do Sul e ocupassem sua capital, Seul. Para expulsar os norte-coreanos, num arriscado movimento de tropas, MacArthur entrou com a Sétima Frota totalmente em silêncio pelo mar Amarelo e desembarcou suas tropas atrás de Seul cercando todo Exército norte-coreano. Foi uma obra-prima de estratégia e uma das mais brilhantes de sua carreira. Mesmo aqueles que ainda duvidavam de suas qualidades como estrategista, tiveram de aceitar sua genialidade. Com uma única batalha ele ganhou a guerra.

Libertada a Coreia do Sul, MacArthur resolveu invadir a Coreia do Norte e desarmar o Exército norte-coreano. O Departamento de

Estado discordou frontalmente da invasão, alegando que a China entraria na guerra e o conflito poderia ficar incontrolável. MacArthur garantiu que isso não aconteceria e invadiu a Coreia do Norte chegando na fronteira chinesa. Só que os chineses contra-atacaram com um exército de um milhão de homens. MacArthur, então, pediu permissão para bombardear as pontes dentro do território chinês e impedir a chegada de suprimento à frente de batalha. Com a situação na Europa muito tensa, com os soviéticos fazendo uma série de ameaças, Truman, temendo que, como represália, os soviéticos atacassem Berlim e o mundo se visse em outra guerra mundial, negou o pedido. MacArthur então criticou severamente a atitude do presidente dizendo que não se podia devolver, gratuitamente, ao inimigo as conquistas de uma vitória nas armas. Truman não teve outra alternativa a não ser exonerá-lo.

Ao chegar de volta aos Estados Unidos, depois de 15 anos de ausência, 6 anos após terminada a guerra, pensando que o povo já o tinha esquecido, recebeu a maior ovAÇÃO já conseguida por um

herói americano. Nove milhões de pessoas, o triplo dos que receberam Eisenhower, foram vê-lo desfilar em carro aberto na cidade de Nova Iorque. O Congresso americano o recebeu em sessão solene e, em seu discurso de agradecimento, pronunciou

uma de suas frases mais famosas: *velhos soldados nunca morrem; eles apenas desaparecem.*

O povo americano o adorava como a um deus. Mas não queria outra guerra mundial e MacArthur não era confiável. Quando das elei-

ções primárias do Partido Republicano para a escolha do seu candidato a presidente, aquele mesmo povo que o amava, que o idolatrava e lhe seria eternamente grato por tudo que fizera pelo seu país, escolheu Eisenhower.

Os principais valores morais são constituídos pelo talento do comandante, pelas características militares das forças e pelo espírito nacional. Ninguém pode dizer, de uma maneira geral, qual deles é o mais importante, pois que é muito difícil avaliar a importância deles e ainda mais difícil saber a prevalência de um sobre os demais. O melhor a fazer é não subestimar nenhum deles.

De *As Forças Morais* – Vol. I, livro III, caps. III e VI

Das Reformas Constitucionais¹

Reis Friede*

O artigo aprecia os principais tópicos das Reformas Constitucionais propostas ao Congresso.

É possível que, ao ir a público a presente edição, o Congresso já tenha definido os termos da Reforma pleiteada. Neste caso, o artigo possibilitará ao leitor fazer o balanço do atendimento às aspirações do Estado brasileiro.

Não obstante as diversas críticas apresentadas por ocasião dos trabalhos constituintes que deram origem à Constituição de 1988 (CF/88) – dentre as quais a sublime advertência de que a mesma, da forma como estava redigida, acabaria por tornar ingovernável o País, em face, sobretudo, dos preceitos nitidamente demagógicos que passaram a incorporar o texto constitucional final – a verdade é que ela acabou sendo promulgada no calor das paixões políticas que nuclearam a sua concepção

originária, tornando, em poucos anos de sua vigência, realidade plena não só toda a sorte de previsões sombrias, mas, sobretudo, ensejando, por efeito consequente, uma ampla discussão sobre a sua necessária e ampla reforma, apenas quatro anos após o início de sua vigência.

Como resultado último deste genuíno processo reformador, inaugurado com a Emenda Constitucional (EC) nº 1, de 31 de março de 1992, diversas emendas foram propostas e aprovadas, alterando, sobremaneira, o texto constitucional original, adaptando-o, em última instância, à realidade sócio-político econômica brasileira.

Embora o processo de reforma da Constituição, que

de certa maneira é permanente, esteja distante de sua conclusão, pelo menos no que concerne a seus aspectos fundamentais, é fato que, até o presente momento, diversas emendas, além de seis de revisão, já foram aprovadas, alterando diversos de seus aspectos político-jurídicos.

Não obstante, continuam em tramitação no Congresso Nacional as denominadas Reforma Administrativa, Reforma Previdenciária, Reforma Tributária, Reforma do Poder Judiciário e a chamada Reforma Política.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Das cinco grandes reformas projetadas para o

* Mestre e Doutor de Direito Público.

1. Selecionada pelo PADECEME.

vigente texto constitucional, sem a menor sombra de dúvida, destaca-se, pela imperiosa necessidade da modernização urgente da chamada máquina governamental, a Reforma Administrativa que, em última análise, objetiva modernizar, adaptando à realidade brasileira atual, as relações entre o Estado e a sociedade, no que diz respeito, particularmente, à prestação dos serviços públicos, e entre o Estado e seus agentes, no que alude, sobretudo, ao maior rigor na disciplina jurídica do servidor público, estabelecendo novos regramentos concernentes aos princípios constitucionais relativos à função pública e, em certos aspectos, aos próprios cargos públicos.

Os principais pontos da denominada Reforma Administrativa dizem respeito, sobretudo, à disciplina jurí-

dica dos agentes públicos no que concerne particularmente ao estágio probatório,² à flexibilização do regime de estabilidade,³ ao estabelecimento de teto salarial, à disponibilidade remunerada, às cumulações e vinculações, à revisão anual de salários, ao estabelecimento público de subsídio e à definição de carreiras de Estado, à qualidade do serviço público e ao controle sobre os gastos públicos nos seguintes termos:

- **Quebra da estabilidade por insuficiência de desempenho:** Pela primeira vez, poderão ser demitidos servidores estáveis que não tiverem uma avaliação satisfatória de seu desempenho. Contudo, o regulamento não será auto-aplicável, devendo o Congresso aprovar uma lei complementar estabelecendo as regras para esse tipo de demissão. O objetivo é evitar, em última análise, as demissões políticas e a eventual perseguição de funcionários. A lei tratará do direito de defesa do servidor e dos critérios para aferir a insuficiência de desempenho.

- **Quebra de estabilidade por excesso de quadros:** União, estados e municípios também poderão demitir

funcionários quando a despesa com a folha de pagamento dos servidores exceder o limite com gastos de pessoal estabelecido pela chamada *Lei Camata*, que é de 60% da receita. Para se adequar a esse parâmetro, por efeito, poderá ser quebrada a estabilidade dos servidores. Mas, antes de demitir os estáveis para reduzir as despesas, os governos terão, primeiro, que cortar, em pelo menos 20%, os gastos com os cargos de confiança e demitir os funcionários não-estáveis.⁴ Além disso, o cargo do servidor demitido será extinto imediatamente, sendo proibida a criação de cargo semelhante durante quatro anos, evitando, desta feita, as demissões de natureza política.

- **Teto salarial:** É fixado um valor máximo de remuneração (os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal) para os salários de todo o funcionalismo federal, incluindo o Presidente da República e os integrantes dos poderes Judiciário e Legislativo. Os governos estaduais e municipais deverão fixar seus sub-tetos ou adotar o teto federal como limite para os salários dos seus servidores.⁵

• Disponibilidade: Os servidores que ficarem em disponibilidade remunerada terão salário proporcional ao tempo trabalhado e não mais perceberão vencimentos integrais, retornando, por consequência, ao regramento vigente na CF/67.

• Acumulações e vinculações: Acabam a possibilidade de acumular dois empregos públicos – exceto nos casos de médicos e professores – e as vinculações de categorias para efeito de aumento de salário.

• Revisão anual de salário: A partir da nova lei, os salários dos servidores e dos integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário terão de ser fixados por lei específica. Deputados e senadores não poderão, como permite o texto original da CF/88, aumentar seus próprios salários por decreto legislativo. Também é assegurada a revisão geral, anual e sempre na mesma data dos salários dos servidores.

• Subsídios: Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ficam obrigados a publicar, todo ano, o valor dos subsídios (nova desig-

nação para os salários do presidente, dos ministros e dos parlamentares), assim como das remunerações pagas aos servidores em geral.

• Carreiras de estado: Serão definidas por lei específica as chamadas *carreiras típicas do Estado*. E acaba a imposição ao governo de contratar servidores pelo Regime Jurídico Único, permitindo contratações pela CLT, por exemplo. Além disso, o Governo poderá colocar funcionários em disponibilidade, pagando salários proporcionais ao tempo de serviço.

• Qualidade de serviço: A emenda prevê a criação do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, uma nova lei que permitirá ao Ministério Público e à Defensoria Pública defenderem o cidadão mal-atendido.

• Contrato de gestão: Novo instrumento que permite autonomia a órgãos da administração pública, com definição de gerenciamento e sistema salarial próprios e definição de metas. Servirá a órgãos de excelência, como institutos de educação, controle de qualidade e metragoia.

• Orçamento: Os órgãos da administração pública que economizarem seus orçamentos poderão receber essa dotação no ano seguinte, para melhorar salários, recompor quadros ou contratar funcionários para suprir vagas, além de incremento a programas que necessitem de novas verbas. Atualmente, o dinheiro que sobra retorna integralmente ao Tesouro para que o Governo possa aplicar aonde quiser, desincentivando, em certa medida, a economia de recursos.

• Transferência de recursos para estados e municípios: Aqueles que não cumprirem a denominada *Lei Camata* não terão direito à transferência voluntária de recursos, antecipação de receita ou operação de créditos junto aos bancos oficiais para cobrir a folha de pagamento.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Das diversas reformas constitucionais efetivadas e projetadas, a Reforma Previdenciária é a que tem gerado maior polêmica, em decorrência, particularmente, das alterações radicais propostas que objetivam, em

última análise, adequar, à realidade econômica do País, o sistema previdenciário atual, tornando-o viável para o próximo século. Os principais pontos da reforma administrativa aludem aos seguintes tópicos:

• Fim da aposentadoria especial no setor público: Os magistrados, integrantes dos Tribunais de Contas da União e dos estados e do Ministério Público não terão regras especiais. Como os

demais funcionários públicos, terão de comprovar 35 e 30 anos de contribuição, e sujeitar-se-ão ao teto previsto na Reforma Administrativa no valor das aposentadorias.

• Tempo de contribuição: Para requerer a aposentadoria é preciso comprovar 35 anos de contribuição (homem) e 30 (mulher). A regra vale para os setores público e privado. Acaba a aposentadoria por tempo de serviço.⁶

• Limite de idade nas regras de transição: Em princípio, haverá uma idade mínima (60 anos para homens e 55 para mulheres) para a aposentadoria para aqueles que estiverem ingressando no mercado de trabalho após a promulgação da emenda previdenciária. Quem já estiver integrado ao sistema até a promulgação da emenda pode optar por uma regra de transição, que permite ao homem se aposentar aos 53 anos e à mulher aos 48 anos, desde que já tenham contribuído 35 anos ou 30 anos. Quem não tiver completado essa exigência, e quiser se aposentar antes, terá de trabalhar mais 40% do tempo de contribuição

que ainda falta (se uma mulher tem 48 anos e 28 anos de contribuição, por exemplo, terá de trabalhar mais 40% dos dois anos que faltam para completar os 30 anos de contribuição exigidos.)

• Provento dos servidores da iniciativa privada: O teto do setor privado (regime geral da previdência) é R\$ 1.200,00. Quem ganha acima disso e quer aposentadoria maior tem de recorrer às aposentadorias complementares privadas.

• Acúmulo de aposentadoria e salário: Médicos, professores, detentores de mandatos eletivos e cargos em comissão podem acumular aposentadoria e salário de emprego público, desde que não ultrapassem o teto estabelecido na reforma administrativa. Os demais servidores ficam proibidos.

• Fundos de pensão: Deverão se ajustar, em dois anos, à norma que proíbe as empresas de repassar contribuição maior do que a recaída pelos segurados, ou seja, a proporção não poderá ultrapassar um por um.

• Paridade: Os aposentados do serviço público terão

direito às mesmas alterações de salário dos servidores da ativa. Isso vale para benefícios ou vantagens concedidas após a aposentadoria, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclasificação dos cargos antes ocupados.

• Aposentadorias especiais do setor privado: Acabam, nos casos de professores universitários e jornalistas, por exemplo. Só têm direito a se aposentar aos 30 anos (homem) e 25 anos (mulher) os professores do ensino básico e os profissionais que exercem atividades insalubres previstas pela Organização Internacional do Trabalho.

• Trabalhador rural e outros: Trabalhadores rurais, garimpeiros, pescadores e os que trabalham em regime exclusivo de economia doméstica poderão se aposentar aos 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), mesmo, à guisa de excepcionalidade, sem comprovação efetiva de contribuição.

• Anistiados políticos: Prevalecem as regras atuais de reajuste dos benefícios.

Pela Lei da Anistia, a aposentadoria tem caráter indemnizatório, por efeito, não há a limitação ao teto geral do INSS de R\$ 1.200,00.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma das mais importantes reformas constitucionais diz respeito à alteração do regramento fundamental do regime fiscal, estabelecendo uma normatização estrutural no que concerne não só à arrecadação e à competência dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, em termos de imposição de tributos, mas também da responsabilidade pela provisão dos bens e serviços públicos, nas várias esferas do Governo.

A base da proposta é que o conjunto dos novos impostos permita somar a mesma arrecadação de cerca de R\$ 100 bilhões que os tributos que irão desaparecer. Outra premissa fundamental é que a carga tributária do País - estimada em 31% do Produto Interno Bruto (PIB) - fique estável e que os estados e municípios não percam recursos, não obstante o acréscimo de arrecadação outorgado pela Constituição de 1988, particularmente aos municípios,

sem o devido e correspondente acréscimo de responsabilidade no que alude a prestação de serviços públicos.

A discussão sobre a dimensão ótima do Estado (setor público) no que concerne aos limites do Estado na esfera da União, dos governos estaduais e distritais e dos poderes municipais foi sistematizada pela primeira vez, ainda que de forma rudimentar na literatura econômica por Adam Smith (1723-1790) em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776) e experimentada, ao limite, na efetivação plena do capitalismo social da Escandinávia que, através do chamado *socialismo fiscal*, permitiu que os gastos públicos chegassem ao montante de 76% do PIB durante a década de 80.

Mais recentemente, no entanto, – após incontáveis anos de experiência, incluindo, dentre estas, o período da derrocada da economia centralmente planificada de feição socialista –, ensaios contemporâneos⁷ parecem concluir no sentido do tamanho ótimo para os gastos públicos, financiados exclusivamente através da carga tributária, na magnitude de 30% do PIB, entendendo que

7. Vito Tanzi e Ludger Schuknecht.

gastos inferiores produziriam carencias em áreas vitais⁸ e, também, em setores sociais tais como: educação, saúde, transportes etc. Para gastos superiores ao patamar de 40% do PIB, preconizam os estudiosos do tema que o Estado passaria a uma autêntica *administração do desperdício*, permitindo que a receita perdesse a necessária correspondência com a despesa. Nesse contexto, segundo as mais recentes estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), nos Estados Unidos os gastos públicos já teriam recuado de 41% para 34% do PIB, na Inglaterra de 56% para 39% e, na Suécia, a queda contabilizada teria sido de 72% para 46%.

No Brasil, apesar das estimativas que admitem uma despesa pública anual de aproximadamente 37% do PIB, o Governo insiste em números menores, que, não obstante o reconhecido déficit das contas públicas financiado com recursos externos – dívida externa e interna, déficit fiscal, estariam mais próximos do valor global da arrecadação tributária (31% do PIB).

As mudanças já definidas, tecnicamente, para os impostos federais, são:

- **IMF (Imposto sobre Movimentação Financeira)** que, na proposta da reforma tributária substitui, de forma permanente, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), na qualidade de antecipação do Imposto de Renda, permitindo, de forma não vinculativa (ao financiamento do setor de saúde), cobrir diversos gastos (inclusive no setor de saúde) da manutenção da máquina pública.

- **IVA (Imposto sobre o Valor Agregado)** que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A partir do momento em que for criado, nascerá livre de incentivos ou benefícios fiscais. Para os incentivos existentes, haverá uma regra de transição. A tendência é de que seja um imposto de uma única alíquota e base de cálculo facilmente identificável, embora os técnicos admitam que possa haver, como em vários países, uma alíquota reduzida para a comercialização de bens específicos

(cesta básica e medicamentos).

- **IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)**: na reforma a intenção do projeto é de que esse imposto sobre operações financeiras volte a ser regulatório e não tenha a função de hoje que é de arrecadar receitas. Passaria, assim, a oscilar, para cima ou para baixo, conforme as necessidades da política macroeconômica, de incentivar ou reprimir a oferta de crédito ou o ingresso de capitais externos no País. Para que, no futuro, a receita desse imposto financeie gastos correntes, a idéia é destiná-la à reserva de contingência.

- **IR (Imposto de Renda)** que, segundo o projeto da reforma, permanece como está, assim como não deverá haver mudanças nos impostos regulatórios sobre comércio exterior nem no Imposto Territorial Rural (ITR).

- **Contribuições parafiscais**: A contribuição Social sobre o Lucro Líquido será extinta, assim como PIS-PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS).

8. Atividades essenciais, como: segurança pública, garantia da soberania externa, função legislativa e judiciária.

Mas a União não perderá receita, já que as alíquotas dos demais impostos serão calibradas de forma a compensar perdas com os que serão eliminados.

Para os estados, a proposta de reforma apresenta as seguintes formas de arrecadação:

- **IVV (Imposto sobre Vendas a Varejo)** que será a principal fonte de receita dos estados, em substituição ao ICMS. O Ministério da Fazenda propõe alíquota única para todos os estados da Federação, colocando, assim, um fim na guerra fiscal dos governadores em busca de mais investimentos e vantagens para seus estados. A competência para fixar a alíquota do IVV deverá ser do Governo federal.

- **Imposto Seletivo:** este é outro caso de imposto cuja competência regulatória será da União, que delegará aos estados a tarefa de cobrar o tributo que deverá incidir sobre alguns bens (como cigarros e bebidas) e serviços. A arrecadação fica com os estados, que contam, ainda, com parte da receita do Imposto sobre Propriedade

de Veículos Automotivos (IPVA).

Para os municípios, as fontes de arrecadação serão:

- **IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)** já existente.

- **ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos)** também já existente.

O imposto sobre serviços será extinto.

A concepção básica do projeto de reforma é que ela seja *neutra* na partilha das receitas entre a União, os estados e os municípios. O que assegurará essa neutralidade é a criação de um fundo especial de cerca de R\$ 10 bilhões (cerca de 8% da receita tributária total), que fará a compensação entre as unidades da Federação. Em princípio, esse fundo poderá conviver com os já existentes – fundos de participação dos estados e dos municípios –, ainda que isto não esteja decidido. A idéia central, em todos os casos, é desonerar a atividade produtiva, imprimir forte impacto sobre as exportações, eliminar tributação em cascata e, por fim, evitar guerra fiscal, tudo isso sem repercussão sobre os preços.

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

A denominada reforma do Poder Judiciário, segundo seus mais importantes defensores, objetiva, acima de tudo, tornar mais ágil a prestação da tutela jurisdicional, desafogando os juízos monocráticos e os diversos tribunais, de um volume de processos que vem crescendo em proporções geométricas, comprometendo (e até mesmo, em alguns casos, inviabilizando) a distribuição da justiça.

O principal ponto da proposta de reforma alude à criação da chamada *súmula vinculante* que, em última análise, impediria a insensata repetição de julgamentos de causas idênticas, em des-serviço à necessária eficiência e presteza da máquina judiciária. Porém, a proposta é, em essência, mais ampla, e inclui ainda a *desconstitucionalização* de diversas matérias que passariam a ser reguladas por lei ordinária e a *descentralização legislativa*, pelo menos parcial para os estados-membros, reduzindo, sobremaneira, o excessivo volume de matérias disciplinadas exclusivamente por lei federal e pela Constituição.

tuição, reduzindo a necessidade de constante pronunciamento das denominadas instância especial (STJ) e extraordinária (STF).

O Estado Democrático de Direito não se realiza plenamente sem um Judiciário independente e eficaz, que promova o efetivo cumprimento da Constituição e das leis do País, garantindo a credibilidade do sistema jurídico. Para isso, a reforma constitucional deve incluir o Judiciário. O funcionamento eficaz da Justiça não depende apenas do Judiciário, mas também da polícia, do Ministério Público e dos advogados. No entanto, é preciso modernizar o Judiciário, aparelhando-o com os meios materiais e os recursos humanos necessários e eliminando-se anacronismos legislativos e administrativos que geram a lentidão na prestação jurisdicional e o acúmulo de processos.

As propostas de reforma constitucional do Judiciário sugeridas pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim, em artigo publicado pela Folha de São Paulo, de 25 de fevereiro próximo passado, são, a nosso ver, de grande seriedade e demonstram pleno

conhecimento dos problemas e das dificuldades existentes no setor.

Há anos vem se agravando a situação do acúmulo inaceitável de processos nos tribunais superiores, especialmente no Superior Tribunal de Justiça (que sucedeu ao extinto Tribunal Federal de Recursos) e no Supremo Tribunal Federal. Quem conhece bem esses tribunais, ministros, procuradores e advogados – sabe que a maioria das questões submetidas a julgamento já foram decididas anteriormente em casos análogos, mas valendo apenas para as partes. A 'res judicata' beneficia apenas a parte vencedora da causa. Assim, cerca de metade dos processos em andamento nos tribunais diz respeito a questões já decididas, que não podem ser 'estendidas' aos interessados em situação absolutamente idêntica. E, o que é mais grave, a maioria envolve o próprio Estado como sucumbente, do qual o Judiciário faz parte, sendo que aqui os interessados devem aguardar anos, nas filas dos precatórios judiciais, para cumprimento das decisões. Se isso aos olhos do jurista parece inaceitável, para o leigo é uma estupidez, ou um absurdo.

Tal situação, além de produzir grande acúmulo de processos (não apenas nos tribunais superiores, mas no Judiciário em todo o País) gera, obviamente, instabilidade, com alguns sendo beneficiados por decisões judiciais e outros não, mesmo após decidida em última instância a questão.

O problema torna-se mais grave diante das peculiaridades históricas da federação brasileira. Todas as matérias relevantes são reguladas por lei federal. Na Constituição Federal, sucessivamente analítica, inclui muitas normas apenas formalmente constitucionais. As questões jurídicas, pois, na sua maioria, passam a ser federais, quando não constitucionais, e tendem a chegar ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

Assim, ao lado da necessidade de desconstitucionalização, matérias que devem ser realmente reguladas por lei ordinária, e da descentralização legislativa, pelo menos parcial, para os estados, deve-se conferir o efeito vinculante às decisões dos tribunais superiores, especialmente do STF e do STJ. Não é possível que as decisões dos tribunais mais im-

portantes do País tenham eficácia tão limitada, após amplamente discutidas as questões na Justiça federal ou estadual de 1^a instância e nos tribunais regionais federais ou nos tribunais de justiça dos estados.

Por outro lado, o acesso ao Judiciário e o 'due process of law' garantidos pela Constituição asseguram o duplo grau de jurisdição, mas não o direito a quatro instâncias judiciais. As instâncias extraordinárias ou especiais existem para as questões nacionais no campo da interpretação das leis federais e da Constituição. Na prática, todavia, os recursos extraordinários ou especiais existem para as questões nacionais no campo da interpretação das leis federais e da Constituição. Na prática, todavia, os recursos extraordinários no STF têm se tornado os mais comuns e de extraordinários só tem mesmo o nome. O mesmo ocorre com relação aos recursos especiais no STJ.

Ao conferir efeito vinculante às decisões dos tribunais superiores, proferidas por três quintos dos seus membros, que aprovem sumulas de sua orientação jurisprudencial – vinculando a tal orientação todo o Ju-

diciário e a administração pública, nas áreas federal, estadual e municipal – a proposta de reforma constitucional permitirá, sem novos processos, a realização da justiça para os interessados em situação idêntica e reduzirá significativamente a quantidade de processos em tramitação no Judiciário, o que contribuirá para a melhor qualidade da prestação jurisdicional. Além disso, como as súmulas podem ser revistas ou canceladas, permitindo-se a flexibilidade necessária para adaptar a jurisprudência a novas situações surgidas no contexto social, não haverá riscos de dano pela cristalização. A reforma, pois, será extremamente salutar para a eficácia da Justiça e a credibilidade do sistema jurídico.

As medidas propostas, na verdade, encontram fundamento na experiência bem-sucedida no Direito Comparado. Não é preciso citar a prática mais recente do Direito Continental Europeu, por intermédio das Cortes Constitucionais. Nos Estados Unidos da América, de acordo com a doutrina do 'stare decisis', que estabelece o primado do precedente judicial, o problema

nem mesmo chega a existir. Decisões da Suprema Corte (US Supreme Court) vinculam o Judiciário e valem para todo o país e para todos. O mesmo ocorre relativamente à Corte Federal de Apelação (Federal Court of Appeals). No Brasil, inexistente tal doutrina – a despeito da inspiração da primeira república no Direito Constitucional americano – criou-se, a partir da Constituição de 1934, o papel do Senado de suspender a execução de leis declaradas inconstitucionais, dando caráter 'erga omnes' às decisões judiciais, posteriormente em relação apenas às decisões do Supremo Tribunal Federal. Esse caráter, no entanto, não se confunde com o efeito vinculante, nem a missão pode ter pleno êxito pela conotação subalterna que assumiu.

A experiência americana, cujo Judiciário sempre esteve mais perto da população, de acordo com a tradição do 'commo law', demonstra o espírito democrático no qual se inspiraram tais propostas de reforma constitucional do Judiciário brasileiro. Todos esperam, na defesa dos seus direitos, que solucionem rapidamente e com justiça os conflitos

intersubjetivos de acordo com o ordenamento jurídico, o que gera estabilidade. Os princípios de legalidade e da igualdade – essenciais ao Estado Democrático de Direito – não fariam qualquer sentido sem um poder capaz de fazer cumprir e pôr em prática, para todos, com a necessária presteza, a Constituição e as leis do País (Geraldo Brindeiro in *As Reformas Políticas e do Judiciário*, JCB, 03.04.96.)

Deve ser observado, por oportuno, que a concepção básica do efeito vinculante nasceu originalmente com a edição de Emenda Constitucional nº 3/93 que, dentre outras, modificou o disposto no art. 102 da Constituição Federal de 1988 – especialmente o seu § 2º –, emprestando-lhe nova redação, *verbis*:

Art. 102

I –

a) a ação direta de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou es-

tadual e a ação declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

§ 1º – A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º – As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Não obstante essa mesma norma jurídica – cristalizadora do denominado Poder Constituinte Derivado Reformador ou, simplesmente, Poder Constituinte de 2º Grau – ter sido objeto de impugnação junto ao Supremo Tribunal Federal, sob o argumento básico de que a mesma contrariava preceitos constitucionais⁹ limitadores do chamado Poder Legislativo de Reforma,¹⁰ essa mesma Corte Constitucional, através de julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, entendeu, por voto

de maioria do plenário, pela inconstitucionalidade do dispositivo que concebia um novo tributo, *strictu sensu* (IPMF) para vigor no mesmo ano fiscal de sua criação, preservando – por entender plenamente eficaz à luz do atual ordenamento constitucional em vigor – os demais dispositivos, especialmente o que alude à denominada Ação Direta de Constitucionalidade ou ação negativa de inconstitucionalidade¹¹ e ao chamado efeito vinculante das decisões de mérito do STF prolatadas nas ações declaratórias de constitucionalidade.

Dessa forma, o atual ordenamento jurídico brasileiro em vigor passou – pelo menos nas situações específicas dos julgamentos definitivos pelo STF, das ações de constitucionalidade positivas e negativas de lei em tese previstas no art. 102, I, alínea a, da CF/88 – a acatar a tese da ampla vinculação jurisprudencial. Até então, em nosso País, a jurisprudência era considerada fonte não formal do direito,¹² uma vez que as decisões da Suprema Corte, até então, não empenhavam qualquer tipo de vinculação direta e compulsória aos de mais juízes de instância inferiores, típica do direito anglo-

9. *Rebus, cláusula pétreas e disposições finais.*

10. Poder de emenda ou poder revisional.

11. Art. 102, I, alínea a, da CF/88, com a nova redação dada pela EC – 3/93.

12. A respeito, o nosso *Curso Administrativo de Direito*. Forense Universitária, 1993, p.6.

saxônico, modificando, pelo menos em parte, a tradição luso-brasileira em que somente a lei *lato sensu* possui sinérgico efeito vinculante a todos os julgadores.

Por efeito conclusivo, o Direito Brasileiro passou, a partir de 17 de março de 1993, a admitir – ainda que inicialmente de forma restrita aos casos de ação direta, positiva ou negativa, de constitucionalidade da lei em abstrato – o inafastável efeito vinculante a todos os integrantes do Poder Judiciário quanto às decisões meritórias

definitivas, proferidas pelo STF, nessas ações, impondo, por consequência, uma autêntica, ainda que velada, restrição à norma jurídica *lato sensu*, revestida sob o arcabouço próprio de lei em sentido amplo e, até mesmo, de *incidenter tantum* deixar de aplicar a lei *stricto sensu* por reconhecê-la inconstitucional. É conveniente ressaltar que apenas a Suprema Corte pode declarar, por via de ação direta, a eventual inconstitucionalidade da lei ou ato normativo em tese, com efeito *erga omnis*.

Incidentalmente, ou seja, no curso de uma determinada ação de objetivo diverso, o magistrado pode apenas e tão-somente *reconhecer* a inconstitucionalidade de um ato dispositivo, por via de exceção, com efeito inter partes.

No primeiro julgamento de uma Ação Direta de Constitucionalidade, inclusive, o Supremo Tribunal Federal fez questão de mencionar o efeito vinculante às instâncias inferiores do Poder Judiciário da decisão que, por fim, entendeu pela declaração de absoluta constitucionalidade da chamada COFINS (contribuição para-fiscal, de interesse social), que substituiu, por impo-

sição da Lei Complementar nº 70, de 30/12/91, o antigo FINSOCIAL, encerrando – de forma impositiva, em nosso entender, a tramitação dos processos, versando sobre a matéria, no 1º e 2º grau de jurisdição.¹³

Também, a esse especial propósito e, por absoluto respeito à verdade histórica dos fatos, nunca é demais lembrar que a concepção originária do efeito vinculante que, em última instância, se deseja ampliar, na oportunidade da reforma do Judiciário, através da adoção da tese da *sínumula vinculante*, surgiu pela imperiosa necessidade de encontrar um mecanismo constitucional alternativo e substitutivo do anterior *instituto da advocatária* inaugurado por ocasião do advento da EC 7/77 à CF/67 que, à época de sua vigência, permitia, nas hipóteses de questões de relevância jurídica repetitiva, o julgamento único, por reunião de processos, no STF que, desta feita, passaria a decidir em única e última instância, em nome da necessária imposição da segurança jurídica. Nesse contexto, merece ainda ser consignado, em necessária adição ao acima exposto, que, com a extinção da avoca-

13. Julgamento. Ação Declaratória de inconstitucionalidade nº 1-1
Origem: Distrito Federal
Relator: min. Moreira Alves
Roques: Presidente da República, mesa do Senado Federal e mesa da Câmara dos Deputados.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal conheceu em parte da ação e, nessa parte, julgou-a procedente, para declarar, com os efeitos vinculantes previstos, no § 2º do art. 102 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 03/93, a constitucionalidade dos arts. 1º, 2º e 10, tanto como da expressão 'A contribuição social sobre o faturamento não extingue as demais fontes de custeio da Seguridade Social, contida no art. 9º' e também da expressão: 'Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores àquela publicação', constante do art. 13, todos da Lei Complementar nº 70, de 30/12/91. Votou o presidente. Falou pelo Ministério Público Federal, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, procurador-geral da República. Plenário, 01/12/93.

tória, em face da edição da Constituição de 1988, e, em alguma medida, com a posterior revogação da Lei nº 6.825/80, em 1991, restringindo drasticamente a efetiva utilização dos embargos infringentes na Justiça federal, o volume de recursos aos tribunais, de modo geral, foi dramaticamente ampliado, sobrecarregando, com o acréscimo de novos processos decorrentes da própria imperfeição da normatização constitucional inaugurada com a Constituição de 1988, toda a estrutura do Judiciário que, não obstante sua contínua ampliação desde aquela data a um astronômico custo econômico-financeiro para a Nação, passou à situação de quase inviabilidade da prestação jurisdicional precipitando, em grande medida, os debates sobre a reforma do sistema.

Ainda que, nesse aspecto, tenhamos, em outras oportunidades, defendido a tese do melhor aproveitamento dos instrumentos constitucionais já existentes, efeito vinculante e ação direta de constitucionalidade, prevista na EC - 3/93, em lugar da imediata adoção de uma ampla reforma do Judiciário não podemos deixar de con-

cordar que a situação da prestação da tutela jurisdicional no Brasil, a partir da segunda metade da década de 90, chegou a um ponto de efetivo risco de absoluto e insuperável comprometimento, particularmente pelo inviável custo econômico relativo da máquina judiciária nacional.

REFORMA POLÍTICA

Das cinco principais reformas constitucionais projetadas, a denominada Reforma Política – por envolver mais proximamente os próprios interessados no que concerne a seus efeitos e resultados – parece ser, de todas, a mais complexa no sentido de sua objetiva consecução.

Não obstante a aparente unanimidade em alguns pontos – como, por exemplo, a impériosa necessidade de aprimoramento da democracia brasileira através do fortalecimento dos partidos e das instituições políticas, de modo geral –, é fato que uma ampla variedade de interesses oligopólicos divergentes tem adiado os debates relativos ao tema, comprometendo, em certa medida, a própria urgência da efetivação última da chamada Reforma Política.

O Brasil deverá ingressar no Século XXI com a reforma constitucional plenamente realizada, a fim de permitir o desenvolvimento econômico e social, e que o Estado possa efetivamente exercer seu papel de promover segurança, a justiça e o bem-estar, num regime democrático, participativo eável. Na reforma constitucional, para assegurar a prosperidade da democracia brasileira, parece-nos indispensável o aperfeiçoamento do sistema eleitoral e partidário. Tem razão, a ver, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, quando sustenta que as reformas políticas têm de ser realizadas mais rápido possível.

Para o aprimoramento da democracia brasileira preciso evitar a fragilização partidária excessiva, introduzir um sistema de eleições para o Legislativo que estimule o interesse do eleitor na atuação dos representantes. O sistema proporcional tem gerado torções na apreensão da vontade popular, elevando índices de abstenção nas eleições parlamentares, com anomalias políticas conhecidas como 'legendas a guel.'

A conveniência e a viabilidade da adoção de um sistema distrital no Brasil tem sido defendida por juristas eminentes, como Joseph Marinho, Oscar Dias Ferreira e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, e por políticos da importância do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do Vice-Presidente

Marco Maciel, do presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e do próprio Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Nas grandes democracias, presidencialistas ou parlamentaristas, como os Estados Unidos da América, a Inglaterra e a França, adota-se o sistema distrital puro. A Itália adotou-o recentemente. A Ale-

manha há muito mantém um sistema misto. Os partidos políticos, por outro lado, devem ainda ser valorizados, estabelecendo-se a fidelidade partidária, vinculando-se a eles os mandatos eletivos, para fortalecer a democracia representativa. (Geraldo Bandeira in As Reformas Políticas e do Judiciário, JCB, 3/4/96). 

A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações...

In *O Choque de Civilizações*, – Samuel Huntington, Bibliex, 1998, p.21

**RESIDENTE
CASTELLO BRANCO,
ESTADISTA**

Carlos de
Meira Mattos*

Aá 101 anos passados, em Fortaleza, nascia Humberto de Alencar Castello Branco.

A figura de Castello Branco pode ser apreciada por suas exuberantes qualidades como chefe militar e como chefe-de-Estado. Preferimos este artigo destacar o estadista.

Castello Branco até hoje deve cinco biógrafos principais: o falecido Luis Vianna Filho, historiador, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-Governador da Bahia, ex-Ministro de Estado, ex-Presidente do Senado, e que lançou, em 1975, uma obra notável no rol das biografias a que se dedicou (de Nabuco, Rui Barbosa, Rio Branco, Machado de Assis e José de Alencar), livro que arregaça, a par do talento do pesquisador emérito, o testemunho de quem acompanhou o biografado no dia-a-dia, durante os seus três anos de governo; John Foster Dulles

Jr., consagrado professor de história das universidades dos estados do Texas e de Arizona; o General Vernon Walters, notável militar e pensador político norte-americano que, no seu livro *Silent Missions*, traduzido para vários idiomas, destaca a figura de Castello Branco como um dos maiores estadistas que conheceu em sua longa jornada acompanhando os presidentes dos Estados Unidos em importantes conferências internacionais; o jornalista José Wamberto, que foi ex-Chefe do Serviço de Imprensa do Palácio do Planalto e que apontou, com rara acuidade, as virtudes de estadista do presidente, e o Coronel Francisco Ruas Santos, que no livro *Marechal Castello Branco e seu pensamento militar*, marcou a presença brilhante de sua inteligência nos diversos cargos que desempenhou na guerra e na paz.

Além dessas obras, existe um registro cinematográfico da vida de Castello Branco no curta metragem *Trajetória*, de 1974, de autoria de José Carlos Meira Mattos.

Preferimos, ao invés de deixarmos aqui estampada a nossa opinião, buscar entre

os biógrafos de Castello Branco o destaque de suas principais virtudes de estadista.

O conceito de estadista tem merecido interpretações várias, de historiadores e cientistas políticos. O inglês Arnold Toynbee tratou da matéria com a sabedoria que o consagrou. Entre os americanos, Hans Morgenthau e Henry Kissinger, ambos de origem germânica, em seus livros, procuraram traçar o perfil do estadista. Outros como o francês Octave Aubry, nos seus estudos históricos, têm tentado chegar aos contornos dessa personalidade da política. Nossos cientistas políticos, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Themistocles Cavalcanti e Afonso Arinos, também buscaram modelar os traços do homem-de-Estado.

Num ponto todos concordam: a missão do estadista é a de defender os interesses da nação que representa. Será julgado pelos seus contemporâneos, pelos seus pósteros e pela História, levando em conta sua visão e seu valor na defesa do interesse nacional.

Perante a História, por exemplo, ninguém terá dú-

General-de-Divisão.

vidas no julgamento de um Churchill e de um Chamberlain, independente das virtudes particulares de cada um.

A maioria dos estudiosos da ciência política e da História entende que o estadista é aquele que, na direção dos negócios do Estado, revela visão ampla dos problemas, autoridade esclarecida e firme dedicação desinteressada aos superiores interesses nacionais. Outro conceito seria o de que o estadista pensa devotadamente nos interesses do povo e da nação, enquanto o que o político pensa em interesses menores da política setorial ou nos seus próprios.

Castello Branco, realmente, nos três anos em que governou o País, deixou a marca indelével da sua figura de estadista. E já é a História que o consagra, pois a sua imagem, a admiração nacional e internacional pela sua personalidade e sua obra, crescem a cada dia que passa.

Vernon Walters, que serviu a cinco presidentes dos Estados Unidos, acompanhando-os nas conferências internacionais mais importantes como *master of the idioms*, como o qualificou o ex-Presidente Johnson, assim

se refere a personalidade de estadista de nosso homenageado:

O Presidente Castello Branco foi um dos homens mais extraordinários que conheci no decurso de uma longa carreira, tratando com chefes-de-Estado e outras personalidades importantes. Seu espírito ágil e sua capacidade de apreender os problemas mais complexos impressionaram-me de imediato. Seu senso de humor e sua habilidade em ser sarcástico consigo mesmo, marcavam a sua personalidade singular. À medida em que o fui conhecendo melhor, o que, talvez, tenha despertado minha admiração, foi a sua inteligência brilhante, seu interesse por todos os problemas e, sobretudo, sua extraordinária integridade pessoal.

Diz Foster Dulles:

Gradativamente, as características do novo presidente do Brasil tornavam-se conhecidas. Castello Branco recusava a omitir-se de qualquer tipo de responsabilidade, mesmo as desagradáveis, tomava decisões mais graves e as enfrentava. Era do seu feitio de governo o estudo das situações em grupo (conjuntamente com os mi-

nistros responsáveis e alguns especialistas convocados).

O Embaixador Roberto Campos, seu Ministro de Planejamento, novo ministério criado pelo primeiro governo da Revolução de 1964, assim se expressa:

Ele nunca foi sujeito a medo, desânimo ou preconceito. Nesse sentido ele alcançou aquele tipo de glória que Charles De Gaulle certa vez descreveu como 'le plus grand gloire du monde: celle des hommes que non pas cédé'.

Luiz Vianna Filho assim analisa o estadista:

Difícilmente haverá personalidade mais rica e mais completa do que a do Presidente Castello Branco, que aliava a energia do chefe à visão do estadista. Era dos que conservavam a autoridade inata, embora havendo bebido o leite da ternura humana.

E, mais adiante:

Não lhe importava o peso das responsabilidades que sempre se recusou a repartir com os auxiliares, por mais presentes que houvessem sido numa decisão. Das múltiplas facetas em que se desdobra a sua vigorosa personalidade, poucas tão marcan-

tes com a bravura de se manter sobranceiro ante a impopularidade. Virtude sem a qual não teria levado a bom termo a ciclópica obra empreendida. A menor fraqueza, a mais leve concessão, qualquer vacilação teria feito malograr muito do que se fizera em árduos sacrifícios. Ele possuía, porém, convicção de lhe caber um governo de 'entresafra' isto é, um duro período de semear sem colher. E nada o demoveria, visto que essa era a missão a ele confiada pela Revolução. A colheita seria dos outros.

Segundo, diz Luiz Viana Filho:

Acreditamos surgirá aqui (deste livro) a figura do chefe-de-Estado incansável em restaurar moral e materialmente o País. Um país que recebera devastado pela mais grave crise política, social, econômica e financeira de sua história, e que entregou colocado no caminho do progresso e da segurança.

Fê-lo, nisso também fiel à sua formação, graças a uma luta sem tréguas, aceitando soluções árduas e enfrentando críticas e oposição dos próprios correligionários. Convicto da

conveniência nacional em manter o Congresso, preservar o Judiciário e acatar a liberdade de imprensa, acatou sobranceiro, sem queixas, com o pesado ônus oriundo de uma atitude que poucos defendiam ou justificavam na ocasião. O que lhe importava, porém era semear; outros colheriam depois dele.

Queremos encerrar essa série de depoimentos sobre Castello Branco, o estadista, com algumas impressões manifestadas a viva voz pelo General De Gaulle, refletindo o que ele guardou do convívio entre ambos por três dias, durante a sua visita ao Brasil, em 1964. Disse o grande estadista da França contemporânea ao General Vernon Walters, comentando essa visita: *Rien e personne ne m'avait préparé pour le Marechal Castello Branco.* Noutra ocasião, ao receber o Embaixador D'Alamo Louzada, observaria: *Votre Président, le Marechal Castello Branco, m'a beaucoup impressionné, comme homme d'Etat et pour sa culture.* Ao diretor da revista francesa *Est e Quest*, disse: *Le Bresil c'est une Nation, un peuple et un gouvernement que les gouverne.*

Desejo terminar esta apreciação com as palavras pronunciadas pelo presidente Castello Branco, por ocasião da passagem do Governo ao Presidente Costa e Silva. São palavras que encarnam sua figura de estadista. São palavras que deveriam ser gravadas em bronze nas paredes do Palácio do Planalto.

Não quiz nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quiz nem usei o poder para a glória pessoal ou a vaidade dos falsos aplausos.

Dele nunca me servi.

Usei-o sim, para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios, corrigir vacilações do passado e plantar com paciência as sementes que farão a grandeza do futuro.

Usei-o para enriquecer o País, preparando-o para a felicidade das gerações de amanhã.

Usei-o para advertir a Nação contra a demagogia, alertá-la contra o desenvolvimento inflacionista, prevenir a das suas responsabilidades, pois somente assim o Brasil será suficientemente forte e lúcido para construir a democracia, alcançar o progresso e preservar a independência.

CANUDOS E O EXÉRCITO

Davis Ribeiro de Sena*

So fenômeno Canudos é fato histórico extraordinário, de difícil entendimento, ainda carente de avaliação desapai-xonada. Para compreendê-lo é necessário – além de paciente, longa e profunda pesquisa – conhecer o papel exercido pela Força Terrestre, que recebeu a missão explícita de resolver o caso Conselheiro.

Canudos é um marco decisivo na História Militar brasileira. Aquele triste episódio, onde o Exército teve atuação ainda contraditória, em face da reduzida difusão dos seus profundos ensinamentos, definiu o adestramento profissional como a única direção a ser seguida, para continuar a ser uma organização regular, permanente e confiável.

A guerra civil de 1892 – 1895 abriu feridas profundas nas Forças Armadas, de cicatrização dolorosa, e o positivismo desviara as atenções da jovem oficialidade.

As falhas e os acertos praticados na caatinga baiana pelos dirigentes táticos são o

ponto de inflexão que propiciou a modernização da Força Terrestre. O *efeito Canudos* configurou a busca incessante do nivelamento profissional dos quadros com aqueles das forças terrestres mais qualificadas existentes no mundo.

O manifesto lançado pelo Almirante Saldanha da Gamma e sua imediata adesão à Revolução Federalista definiu o movimento rebelde como um conflito entre republicanos e monarquistas, reforçando, na opinião nacional, a idéia do perigo da restauração bragantina. A seguir surgiu o *Peregrino*, pregando a destruição da República e a volta da família real, mobilizando, contra si e seu *Império do Belo Monte*, todos os recursos do que dispunha o governo da União, que se sentia ameaçado pelo *Rei dos Jagunços*.

Ao Exército que, a partir de 1895, com o fim da guerra civil, assumira posição de prestígio, coube a missão de destruir o foco de resistência dita monarquista.

Os ânimos estavam exacerbados pelos proprietários baianos, que propalavam ostensivamente a eliminação física dos jagunços, temerosos de que a simples dis-

persão daqueles *desocupados* significasse o surgimento de novos bandos de cangaceiros, que infestavam os sertões nordestinos.

O ano de 1897 configurou a morte do jacobinismo e o Conselheiro foi o seu coveiro, porém a síndrome monarquista perdurou. Oficiais e praças, comprovadamente bravos, enfrentavam no semi-árido nordestino um ignorado *combate de posição*, estático e sangrento, onde a componente logística adquiriu importância acima dos conhecimentos obtidos nos conflitos experimentados anteriormente.

Aquela campanha teve repercussão internacional, e um mundo dominado por reis e imperadores, deliciados com as dificuldades enfrentadas pela mais nova república sul-americana. Atente-se que a herdeira do trono, Dona Isabel (1846 – 1921), e o príncipe-consorte, o Conde d'Eu (1848 – 1922), estavam vivos e saudáveis, enquanto que o Marechal Floriano (1839 – 1895) já morreria e jazia na Capital da República de que fora o incontestado consolidador.

Sangue, calor, pó, deserto e dor, o preço das investidas obstinadas foi elevado passivo de mortos e

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.

feridos, a crescente fama da inexpugnabilidade do arraial, a perda da confiança entre oficiais e praças, a invenção de inimigos mitológicos, além do visível declínio do poder combativo e do estado moral da tropa, na fase final da campanha. Canudos representou um profundo drama social, agravado por intensa crise de autoridade e alta voltagem de emoções — trágica ciranda de equívocos.

Em nossos dias, o agreste terreno, onde se travou cruel, prolongado e estafante conflito entre irmãos, está destinado a constituir o *Parque Histórico de Canudos*, que visa a esclarecer, às atuais e futuras gerações, que hostilidades armadas insensatas como aquela jamais poderiam ter acontecido.

Bem pertinho dali, na beira do Riacho Bendegó, cairá o maior meteorito que jamais atingiu o nosso solo (1632), traduzindo, na mentalidade impressionável do *capião* nordestino, a sacralização daqueles confins, eleitos pelo Onipotente para receber o *cometa*, presságio divino inquestionável. Mais tarde, essa crença mística foi fortalecida com o aparecimento do monge capuchinho, frei Apolônio de Todi, o santo construtor da capela

da Santa Cruz, no Pico Araçá (igualzinho ao monte Calvário) e fundador do povoado de Monte Santo, ao sopé (1785). Um século depois, o *Anacoreta de Quixeramobim* tentaria repetir essa obra missionária, no mesmo miraculoso lugar.

Belo Monte não foi o primeiro povoado fundado pelo *Apóstolo* (antes ele erguera o Arraial de Bom Jesus, Crisópolis) nem representava o paraíso terrestre. Na comunidade, estratificada em classes bem definidas, havia os privilegiados, que moravam nas melhores vivendas situadas na rua principal, usufruindo de algum conforto, como os Vilanova, abastados comerciantes. Ser afilhado do Conselheiro e de Nossa Senhora retratava o privilégio para esses fiéis, e os mais velhos orgulhavam-se de tê-lo como compadre.

Morrer era *salvação*. Aquela vida infeliz que conheciam era apenas uma *provação* imposta pelo Bom Jesus para purgar seus pecados e salvar suas almas. Contudo, abria-lhes a porta do Reino dos Céus, onde, benévolos, os aguardava, desde que exorcizados dos erros cometidos, libertos das tentações do cão. Certeza, mesmo, só a volta triunfal de

Dom Sebastião, o *Encoberto*, montado em seu cavalo branco e distribuindo ouro a mancheias para os pobres, a par da destruição da Terra, ardente em chamas, em 1899, eis que a humanidade pecaminosa não atingiria o século XX. Antes o apocalipse.

O guerreiro de Canudos, o morador do sertão semi-árido, possuía uma cultura específica que moldava a coletividade ali instalada voluntariamente, mas que deixou muito pouca literatura, autenticamente local, sobre os sucessos da luta deflagrada — afora o cordel — pois, a que existe foi escrita por estudiosos forasteiros. Notamos, também, do lado legalista, a adaptação forçada do peão, retirados de regiões completamente divorciadas em hábitos daquela a que fora transportado, mantendo a identidade no uso das vestimentas tradicionais de suas origens.

O choque entre ambos, brutal, impiedoso, alcançou patamares então considerados inatingíveis pelo nosso povo, comprometendo a propalada existência de um *homem cordial brasileiro*.

Erroneamente, a campanha de Canudos é considerada, por alguns estudiosos,

como uma guerra de guerrilhas. Define-se esse tipo de guerra como o conflito travado entre tropas convencionais e guerrilheiros de alta mobilidade tática, que não oferecem combate decisivo e retiram-se para uma região de homízio não identificada, quando pressionados. Entretanto, trata-se de uma abordagem distorcida da realidade canudense, pois aquela campanha foi uma luta de natureza convencional, ou seja, os defensores estavam lá instalados, sem intenção de recuar ou de render-se.

Cada investida efetuada definiria o término das operações, no caso de vitória do atacante. O objetivo era conhecido desde o início da campanha (o arraial) e os defensores ofereceram combate franco, peito a peito, até a derrota final, a queda do baluarte. Movidos pelo instinto natural de sobrevivência e demonstrando impressionante capacidade de luta, além de surpreendente intuição tática, estabeleceram postos avançados, bloqueando as principais vias de acesso que sabiam, de antemão, baseados em informações obtidas no campo-de-batalha. Nessas posições sumariamente organizadas,

aproveitaram o terreno para abrigar-se, efetuar tiros de inquietação, trocando o espaço pelo tempo, quando ameaçados de envolvimento.

Retrando para o baluarte, ali estabeleceram sólida defesa de posição organizada, apoiada em curso de água, protegendo-se dos fogos e das vistas do inimigo pela utilização de um sistema de trincheiras coletivas e de abrigos individuais, altamente eficientes. Tudo isso caracteriza o combate regular entre duas forças armadas oponentes, a mais fraca procurando a defensiva, para se manter.

Suas tropas (*a Guarda Católica*) eram uniformizadas (alpercata, perneira, gorro azul e divisa da mesma cor na manga da camisa), hierarquizadas, permanentes, pagas e organizadas em frações chefiadas por chefes competentes e respeitados pelos subordinados.

Contudo, faltou-lhes um líder que conhecesse a arte militar e levasse o combate às bases do inimigo (Monte Santo, Serrinha, Queimadas, Cumbe etc.), aos pontos críticos e, particularmente, aos trilhos da estrada-de-ferro, único acesso estratégico ao teatro-de-operações. Talvez até mesmo tivessem mudado os rumos da

República, à semelhança dos *bandoleiros* mexicanos e centro-americanos, nas revoluções ali deflagradas. João Abade tinha tudo para ser um Pancho Vila, um Emiliano Zapata tupiniquim, enquanto que o Conselheiro, nos seus *benditos*, entregava ao *Altaneiro* a defesa de Nova Jerusalém, jamais interferindo nos combates, a não ser amaldiçoando o *anti-Cristo*, os maçons, os judeus e os protestantes.

Ao mesmo tempo, os *cabras* decidiram aferrar-se ao terreno no interior do arruado sagrado, devido às enormes baixas sofridas nos enfrentamentos estabanados com as 1^a e 2^a expedições. Já Moreira César – o apaixonante *Corta-Cabeças* – por não identificar um só adversário no itinerário do deslocamento para o objetivo, receou a fuga do Conselheiro e a consequente frustração de ver seu ataque cair no vazio. Evidentemente, o destemido coronel, portador de insidiosa doença que o acometera de seguidas sincopes em plena marcha de aproximação para o combate, jamais suporia a sina de ser prostrado por um projétil fatal no ventre, ao tentar a retomada de impulsão da arrancada sobre a localidade.

Descontando-se os exageros e lendas, chega-se à conclusão de que o famigerado exterminador de gente, o *anti-Cristo* prenunciador do iminente fim do mundo, não estripou ninguém ou, por outra, sequer divisou o vulto de um jagunço, enquanto viveu. Ao invés, os seus restos mortais foram abandonados nos *pelados Umburanas*, juntamente com outros companheiros que ali sucumbiram em violento combate corpo-a-corpo.

Essa atitude francamente defensiva dos *canudenses* comprova que o Conselheiro não almejava expandir seus domínios, mas, unicamente, manter Belo Monte como a Terra Prometida, um oásis divino, no ambiente pecaminoso e opressor que o rodeava; porém, sem jamais ser submetido pelos ímpios. Que o deixassem em paz, na sua Canaã. Ele não pretendia governar o Brasil, sequer os sertões miseráveis, as suas agruras, a sua penúria. Suas tropas nunca perseguiam o inimigo repelido, nem combatiam à noite, ou executaram o aproveitamento do êxito, o que, militarmente, determinou a derrota final. Chegaram ao cúmulo de não utilizar os canhões capturados, aqueles dragões da maldade, guar-

dados, desmontados, como troféus, a serem restituídos a um ilusório príncipe Pedro III.

*Sant'Antonho Conseiêro
Iscreveu pro presidente
Urubu tá de bico doce
De cumê carne de gente*

(Do cancionero popular)

Em seu livro seminal, Euclides da Cunha teve sensibilidade ao interpretar os fatos extraordinários ocorridos em Canudos, comprovando dramaticamente a revolução republicana, que derrubara a realeza, impondo a República – desdobramento da aguda crise de transição de uma sociedade nitidamente escravista e colonial para uma nova, capitalista e nacional.

A realidade de Canudos coloca uma questão básica: qual o lugar que lhe cabe na evolução histórica da sociedade brasileira (nela inserido o Exército, seu agente armado), no limiar do centenário daqueles terríveis acontecimentos?

Pelo conteúdo social, representa o estado de rebeldião de uma comunidade acossada, carente, em busca de identidade, mas um movimento que empregou o armamento disponível para questionar os poderes cons-

titucionais da nação a que pertencia. Mesmo considerando as condicionantes emocionais existentes à época, os descaminhos, contradições e preconceitos examinados neste modesto comentário, resultam na constatação de que a dimensão da insurreição popular-religiosa, detonada no nascedouro da República, não pode ser reduzida à problemática regional, relegada à micro-história e, sim, aferida e valorizada a sua influência no processo de formação da nossa nacionalidade.

O cidadão brasileiro Antônio Vicente Mendes Maciel não entendeu que, ao estabelecer o domínio da desobediência civil, garantida pelas armas, ao fundar o independente e utópico *Império do Belo Monte*, erigia um Estado revolucionário dentro do Estado legal. Ao governo republicano cabia restaurar a ordem constituída e reintegrar o território nacional, alvo de uma sedição. A maneira açodada da intervenção federal e a resistência de um líder intrânsigente e carismático transformaram a gente sertaneja em vítima espontânea e a tropa repressora em inclemente alagoz, quando, na verdade, eram irmãos imo-

lados em luta fraticida descabida, sangrenta, perversa, que, mercê de Deus, não voltará a enlutá o povo deste país.

Se avaliar o passado não basta para justificar o presente, pelo menos ajuda a visualizar o futuro.

Depois de uma batalha perdida, nada é mais desolador do que uma batalha ganha (Wellington, vencedor de Waterloo, ao lamentar o extermínio da Guarda de Napoleão).

CANUDOS E O JACOBINISMO

Oliveiros Litrento*

Spectativismo não deve, a bem da verdade, ser confundido. Não pode ser analisada nem interpretada, em termos de hoje, uma campanha, como a de Canudos, de há 100 anos. Aquele episódio, que até agora nos enche de dor, guarda afinidades com outros episódios brasileiros. Podem ser citados o da Serra do Rodeador, o do anabatista alemão Mucker, o da Guerra dos Cabanos, o do Contestado, os de Caldeirão e Pau de Colher, Pedra Bonita, Pa-

nelas, Reino Encantado de Vila Bela, no meio de dezenas, e até mesmo centenas, de movimentos religiosos armados, inclusive citadinos, todos fanáticos e crueis, ainda que menos conhecidos. Mas Canudos continua a traumatizar a nação brasileira. Por quê? Todos os referidos movimentos rebeldes citados se sucederam quando, despertando a alma dessas populações incultas, líderes fanáticos, desejosos de redenção espiritual, quer através do milenarismo, sebastianismo ou messianismo, ou dos três conjugados, apelavam para uma vida melhor, sabedores que seriam cegamente seguidos por uma multidão de miseráveis e oprimidos, em que o êxodo era consequência das condições desfavoráveis da existência daquelas populações itinerantes e rurais. Canudos não foi a mesma coisa? Por que dói mais?

Aparentemente, tudo já foi dito sobre o arraial de Antônio Conselheiro. Sucede-se visões e revisões. Uma literatura rica em estudos críticos, polarizando interpretações as mais diversas, desde o modelo clássico de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, até este recente *O Sertão Prometido*,

do brazilianista Robert M. Levine, sem omitir toda a obra euclidiana de José Calasans, o perfil completo de Moreira César feito pelo jornalista Oleone Coelho Fontes com o título de *O Treme-Terra*. Não há esquecer ainda o filme que está sendo exibido no Rio, constantes notícias de rádio e tevês, conferências e mesas-redondas no Brasil e exterior (como as recentíssimas da Alemanha), exposições de pintura, música, tudo é contribuição para Canudos, este assunto inesgotável. Será que algum dia, como está sendo insinuado por certos historiadores, será julgado pelo tribunal da História? Antônio Conselheiro e os jagunços? Ou o Exército?

Como situar, fora do fanatismo messiânico, Antônio Conselheiro? Como julgar o Exército omitida sua indeclinável missão constitucional de manutenção da ordem? Qual a melhor interpretação de Antônio Conselheiro que, segundo o dito pitoresco de Euclides da Cunha, tanto poderia ter entrado num hospício como entrou na História? Ou vamos esquecer a lição ainda não devidamente aprendida de Canudos de que continua a diferença entre o litoral e o

* Coronel Professor.

sertão? Das duas culturas, aquela época antagônicas, até hoje ainda não interpenetradas? Os sertões, infelizmente incomprendidos e postos à margem, fanatizados por tradições bárbaras, ligadas ainda aos primeiros séculos do Cristianismo, onde até agora se brinca de mestre-escola e a Universidade é um mito? A Campanha de Canudos, que abrangeu quase todo o nordeste baiano, entre o vale do São Francisco e a ferrovia Salvador – Queimadas – Juazeiro, passando por localidades com novos nomes, como Euclides da Cunha (ex-Cumbe), Cícero Dantas (ex-Bom Conselheiro) e a terceira Canudos erguida sobre o povoamento de Cocorobó, envolveu o Exército aos 6 de novembro de 1896, data em que a 1ª Expedição, com uma centena de homens, sob o comando do Tenente Pires Ferreira, foi derrotada em Mauá. A 2ª e a 3ª Expedições (respectivamente representadas por um batalhão reforçado e uma brigada de infantaria) vieram a ser comandadas pelo Major Febrônio de Brito e Coronel Moreira César, também dizimadas.

Somente a 4ª e última Expedição, sob o comando do General Arthur Oscar, que na

verdade chefiou a 1ª Coluna, tendo a imprescindível colaboração do General Cláudio Savaget e a magnífica atuação logística do Marechal Bitencourt, com a vitória total, destruiu Canudos, o arraial sagrado e sublevado. Envolvendo mais de 10 mil homens, com sua temível matadeira, misto de lenda e realidade. É, hoje, a peça de artilharia a principal atração da praça central de Monte Santo, no alto sertão baiano. Ao ser tocado, rapidamente, o jacobinismo florianista e sua influência em Canudos, pouco resta, nestas poucas linhas, para a síntese da Campanha de Canudos, suas crueldades mútuas, o emprego recíproco da *gravata vermelha*, ou seja o degolamento, toda uma saga em que heróis são jagunços e militares, provindos de uma guerra cruel, que poderia ter sido evitada. Mas o radicalismo daquela guerra total, não omitidas as injustiças que a motivaram, cujos sucessivos equívocos iniciados por simples questão de polícia com a madeira comprada e não entregue a Antônio Conselheiro, teve apoio do presidente interino Manoel Vitorino Jacobino, que autorizou o envio da 3ª Expedição de Moreira César,

contou também com o radicalismo de Arthur Oscar, comandante da 4ª Expedição. O Presidente Prudente de Moraes, reassumindo o poder, utilizou, ainda que tendo anteriormente repudiado, o jacobinismo florianista para a vitória final. Sem o que o desastre seria maior. Como admitir Canudos, a crescer vertiginosamente, ditando suas próprias leis contrárias às do País? Separado do resto do Brasil? Eficaz, mas não aplaudido, o jacobinismo florianista decidiu a sorte de Canudos. Ainda que a Campanha deva ser ouvida como um grito de alerta, doendo com todas as crueldades sociais sofridas.

COMANDAR

Sebastião José Ramos de Castro*

Certo dia, quando eu era o Comandante Militar do Sudeste, recebi em meu gabinete um coronel que vinha me fazer entrega de um convite para a cerimônia de sua passagem de comando. Com uma expressão de muita satisfação e alívio disse-me que *felizmente* iria passar o comando

* General-de-Exército.

da unidade. Ao ouvi-lo se expressar de tal forma, comentei com o mesmo que lamentava seu modo de assim pensar, pois nada é mais dignificante e honroso para um soldado profissional, após vários anos de carreira, do que estar exercendo o comando de uma unidade. Sem querer, de forma alguma, desmerecer as demais atividades militares, sejam elas desempenhadas em organizações ligadas à atividade-fim ou meio, é realmente ao comandar (chefiar/dirigir) que o profissional militar tem a mais completa e ampla oportunidade de demonstrar seu valor. Antes de tudo, o militar deve estar plenamente consciente de que comandar não significa uma oportunidade para sua promoção pessoal e, sim, um desafio para demonstrar sua capacitação profissional.

Cada unidade de nosso Exército é criada, organizada e, consequentemente, instruída e adestrada para cumprir uma série de ações que se enquadram no contexto de sua missão geral. O militar designado para o comando (expressão normalmente reservada para o caso de organizações operacionais) ou para a chefia/direção (expressão normalmente reservada para organizações administrativas) de uma orga-

nização militar tem um dever funcional que implica fazer com que a organização esteja em condições de cumprir com eficiência as ações previstas pela missão para a qual foi criada. Para tal, é investido de autoridade legal, decorrente do ato de sua nomeação para dirigir a organização, controlar e coordenar a ação de seus subordinados e para mobilizar os recursos necessários. Ao exercer o comando, seja na paz ou na guerra, o militar está desempenhando uma atividade com duas facetas distintas: a de chefiar e a de administrar.

Além de exercer o papel de chefe e administrador, também se apresenta a ele a oportunidade de tornar-se um líder militar. Isso só ocorrerá, porém, se não se limitar apenas a fazer com que seus subordinados cumpram corretamente as tarefas que a eles forem atribuídas, como decorrência natural de sua autoridade legal. Para se transformar em líder é necessário influenciar o comportamento dos subordinados de modo a que, de maneira individual e coletiva, haja um empenho para o cumprimento das missões, ou seja, que o dever funcional se transforme em causa comum.

Nas organizações militares em que seu comandante

é, além de chefe um, líder, pode-se observar que no cumprimento de missões, tanto em tempo de paz como na guerra, há um sentimento de orgulho de seus integrantes em bem executá-las, pois predomina o pensamento de ser uma causa comum, na qual se justifica plenamente superar todas as dificuldades que possam se apresentar.

O verdadeiro soldado profissional é aquele militar que se orgulha de estar comandando. É na condição de comandante que tem a oportunidade de chefiar, conduzir e influenciar seus subordinados, de levantar e mobilizar recursos materiais para cumprir missões, manter aquartelamentos em boas condições e capazes de proporcionar conforto e bem-estar e para assegurar elevados índices de operacionalidade dos materiais de dotação.

O exercício do comando é, de certo modo, uma tarefa desgastante pelas responsabilidades que acarreta, inclusive no que respeita à manutenção da disciplina, justa conceituação de seus subordinados e superação das dificuldades materiais. Mas é altamente compensadora, quando consegue obter o respeito, compreensão e admiração dos seus subordinados como decorrência de sua atuação serena, equilibrada, enérgica e dos exem-

los de conduta civil e militar que evidencia.

Essas são razões pelas quais consideramos que o militar profissional deve sentir-se feliz por estar exercendo um comando e nunca por deixar de fazê-lo.

Gaston Courtois em seu livro *A Arte de ser Chefe* disse: *Reconhece-se o verdadeiro chefe por este sinal: sua simples presença é, para os homens que ele dirige, um estímulo para se superarem a serviço da causa comum.*

Substitua-se *presença* por *membrança* e teremos o grande chefe.

ASAGA DE UMA NAÇÃO

Manuel Cambeses Junior*

Se algo caracterizou o Japão, ao longo de sua história, é a sua singular capacidade para alterar radicalmente seu projeto nacional ou a marcha de sua economia cada vez que as circunstâncias assim o requereram.

No início do século XVII, ante uma penetração ocidental que não somente ameaçava alterar as bases da sociedade mas, também, difundir o Cristianismo, o país decidiu fechar-se a todo contato com o exterior. Du-

rante dois séculos e meio, o Japão se manteve dentro da mais absoluta autarquia, mantendo uma estrutura social petrificada. Inclusive, o uso da roda chegou a ser proibido, pois era tida como elemento de modernização e, por conseguinte, de transformação. Esse período foi denominado *Tokugawa*.

Para a segunda metade do século XIX, as pressões por mudanças dentro do país eram demasiadamente contundentes para que se mantivesse de pé o modelo vi gente. O regime *Tokugawa* havia deixado aberta uma pequena janela com o exterior, ou seja, um navio holandês que uma vez ao ano vendia os seus produtos no país. Por essa janela se infiltraram as idéias que iluminaram a imaginação e os desejos de mudanças da baixa aristocracia japonesa, que tinha a seu cargo a administração efetiva do Estado. As idéias dessa camada social, aliada à insatisfação da classe dos mercadores, cujo poder econômico contrastava fortemente com sua reduzida influência política, consolidaram as bases para uma transformação radical. A isso veio unir-se a constatação de que estava ocorrendo, na China, uma sociedade cujo tradicionalismo a havia mantido no mais pro-

fundo atraso, tornando-a presa fácil para o apetite colonial do Ocidente. O Tratado de Nankin, de 1842, havia imposto à China a abertura ao Ocidente, ao tempo em que Hong Kong se transformava em colônia britânica e algumas de suas principais cidades portuárias eram entregues ao controle das potências ocidentais.

Os burocratas de baixa aristocracia e os mercadores, cada um em função de suas próprias razões, uniram-se com a idéia de modernizar o país. Era a única forma de evitar que o Japão tivesse a mesma sorte da China. Só faltava o elemento detonante para materializar as exigências de mudanças no cenário geopolítico nipônico. A presença de uma esquadra norte-americana, sob o comando do Comodoro Perry, em 1858, exigindo a abertura dos portos japoneses ao comércio com o Ocidente, foi o estopim que desenhou a revolução. Após alguns anos de instabilidade que presenciaram a derrocada do regime de *Tokugawa*, consolidou-se, a partir de 1868, uma mudança radical de rumo. A figura do Imperador, que durante o período anterior havia sido um personagem meramente simbólico, ascendeu ao centro do cenário político. Começava ali a era

*Coronel-Aviador. Do corpo Permanente da ESG.

Meiji. Nos anos seguintes, o país adentrou na mais rápida transformação de instituições e valores culturais já presenciados em sua história.

A partir desse momento, o Japão se lança em um gigantesco processo de ocidentalização de seus costumes e de suas instituições. Instala um Parlamento ao estilo inglês, códigos civis e penais semelhantes ao francês, um exército de modelo prussiano, um direito comercial de orientação alemã, um sistema orçamentário calcado no norte-americano, relojoaria suíça, rolamentos suecos, embarcações norueguesas, ótica alemã. E assim, sucessivamente. A partir de nada e em poucos anos, o país transformou-se em uma economia moderna: estaleiros, fábricas, siderúrgicas, têxteis, telégrafos e um forte sistema bancário. A obsessão pelo progresso nos moldes ocidentais permitiu que, para o início do século XX, o Japão ingressasse no seleto clube das grandes potências mundiais. Isso, inevitavelmente, conduzia a uma acirrada competição com o Ocidente pelas esferas de influência no Leste Asiático. Já em 1905, o Japão havia derrotado militarmente o mais vasto império da Europa, a Rússia. Em 1939, iniciou-se a cruenta medição de forças entre o Japão e as

grandes nações do Ocidente, no decurso da Segunda Guerra Mundial.

Após a traumática derrota de 1945, o Japão reformula novamente o seu projeto nacional de maneira dramática, renunciando suas ambições hegemônicas e um militarismo assentado em sua ancestral tradição samurai. O país suporta a presença tutora norte-americana, concentrando-se em uma economia de caráter civil. Cinquenta anos depois da derrota, sua produção industrial equivalia a da França e Alemanha juntas, e era equivalente a de todos os demais países asiáticos combinados.

É importante destacar que, não somente os projetos nacionais do Japão transformaram-se de maneira radical, cada vez que as circunstâncias históricas assim o exigiram mas, também, sua economia sofreu periódicos reajustes, muitas vezes de forma acentuada, para fazer face às adversidades que surgiram. A título de exemplo, poderíamos mencionar os problemas enfrentados, pela economia japonesa, nos anos de 1973 e 1985. No primeiro caso, produziu-se uma acentuada alta nos preços do petróleo, chegando a quadruplicar o valor do barril, no comércio internacional. Em 1985, o aumento do valor do yen, da maneira com que foi

estabelecido, fez perigar a competitividade das exportações japonesas. Em ambos os casos, o Japão soube se incólume e, até certo ponto, vitorioso frente aos riscos enfrentados.

O Japão, no momento, atravessa uma difícil crise recessiva, cujas origens remontam ao final dos anos setenta. A ruptura da borbulha especulativa em seus mercados financeiros e de bens imóveis iniciou esse processo, hoje agudizado com a crise asiática em curso. Muitos apregoam o fim do milagre econômico japonês e insistem na incapacidade do país adaptar-se às exigências da economia pós-industrial do século XXI. Um sistema econômico que enfatiza a dependência e uma tradição submissa às normas sociais são vistos como antagônicos à criatividade individual, chave da nova era econômica.

Diante dessa realidade, cabe-nos as seguintes indicações: Poderá o Japão sair bem em seu objetivo de retomar o crescimento, trilhar o caminho do progresso? Saberá dar outras desses inesperados saltos para o sucesso que caracterizaram o seu passado?

De uma coisa, porém, temos absoluta certeza: não é possível subestimar o Japão.

**ARTE DE COMBATE DO
GENERAL FRANCISCO
BARRETO DE MENEZES
SOBRE A BATALHA DOS
GUARARAPES, EM 1648**

Depois de estar no Recife por espaço de nove meses, fui os grandes apertos em que inimigo me tinha posto, e tirei nesta campanha de Pernambuco em 23 de janeiro do ano presente; e osto que eu nela não governava, acudir com as advertências necessárias a que os governadores dispusessem com a prevenção em todas as coisas, que necessitavam dela.

Começando por este respeito a efetuarem melhor todos os particulares assim da guerra como os mais governo desta campanha, revendo-se em tudo o que mais preciso parecia, não só para conservação da guerra defensiva, mas também para mover toda a ofensiva que fosse possível.

Chegou a armada do inimigo a 17 de março, desembarcou no Recife, e preventiu a sua infantaria até 18 de abril, dia em que saiu à campanha com seu exército, qual constava de 5.500

infantes, 500 homens do mar e 300 índios tapuios; traziam em todos seus batalhões 60 bandeiras e mais 1 estandarte grande com armas das províncias unidas e estados gerais; 5 peças de artilharia de bronze, muitos víveres, munição e dinheiro; governava este exército Sigismundo Escop, com 6 coro-néis a saber: Hus, Vanelle, Autim, Pedro Erverque, Van-debrande e Brinque; marchou para a parte de Barreta, e no mesmo dia 18 de abril me degolaram 40 homens de 100 que estavam para defesa do posto da Barreira, e trouxeram-me aviso de como se aquartelavam no dito posto, havendo somente 2 dias que da Bahia me tinha chegado ordem do conde-general para que governasse estas capitâncias, a qual, por serviço de Sua Majestade, não quis deixar de aceitar, não obstante o miserável estado da terra, o grande poder do inimigo e o limitado que se achava para lhe fazer oposição; chamei logo a conselho aos mestres-de-campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, ao tenente-general e capitães de infantaria, propondo-lhes o

estado das coisas, se resolveu em conselho, que saíssemos a encontrar o inimigo, sem embargo de que o nosso poder não constava mais que 2.200 homens em que entrava o terço dos pretos do Governador Henrique Dias, e o dos índios do Capitão-Mór Camarão, por quanto ficaram as estâncias providas com 300 homens.

Com este limitado poder marchei para os outeiros dos Guararapes, e depois de os passar, fiz alto na baixa deles, formando a infantaria pela melhor forma e modo a que o terreno me deu lugar.

Naquele sítio passei a noite; no outro dia, que era domingo da pascoela, 19 de abril, levantou o inimigo seu exército, vindo marchando para os nossos, começaram os batedores a peleja e tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes dos Guararapes, mandei tocar a investir, e tendo posto na vanguarda ao Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros, e logo ao Mestre-de-Campo João Fernandes Vieira para dar nos lados do inimigo o Capitão-Mór Camarão de uma parte, e da outra o Governador Henrique Dias.

Dada a primeira carga de ambas as partes, investimos a espada, rompendo ao inimigo todos os seus batalhões, e porque dois da sua reserva, que ainda tinha em ser, se desviavam dos que iam rotos, e carregavam para a parte de Henrique Dias, mandei 500 homens que também tinha de reserva para que, incorporando-se com o dito Henrique Dias, o ajudassem a romper com os dois batalhões, que iam acometer; mas os nossos capitães, que em dois troços governavam os ditos 500 homens, não considerando o dano que lhes podia advir de não observarem a ordem que levavam, investiram por outra parte, onde por caminho mais abreviado lhes pareceu que havia ocasião de maior destroço do inimigo; mas resultou deste engano não destruirmos totalmente os contrários, que por não poder Henrique Dias sustentar o peso deles se veio retirando sobre os nossos, os quais por serem poucos, e estarem já cansados, fizeram também o mesmo. Acudi logo a ter mão em todos para que o inimigo não tornar-se a cobrar a sua artilharia, munições e dinheiro, que já lhes tínhamos ganhado, mas não o pude conseguir, porque com a rota, que havíamos feito ao inimigo, estavam os nossos

mais desordenados que os mesmos inimigos a quem romperam; porém a poucos passos me pus em um regato, que havia na campanha, onde animando a uns e ferindo a outros da nossa infantaria a obriguei a fazer a fazer alto, e comecei a formar; mandamos fazer o mesmo no terço ao Mestre João Fernandes Vieira, e pondo na vanguarda ao Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros, tornou com pouca gente da sua, mas com grande esforço a investir com as mangas que o inimigo trazia diante de seus batalhões, e escaramuçando com eles e tornou de novo a romper, matando alguns de seus capitães e muitos dos soldados, e começando-se novamente a pendência, formando-se de uma e outra parte os campos, durou a batalha por espaço de 4 horas, no fim dos quais, depois de se obrarem da nossa parte maravilhosos atos de valentia assinalando-se neles geralmente com os mestres-de-campo todos os mais oficiais.

O inimigo se retirou a ocupar eminências a nossa vista, retirando-se para detrás delas os feridos que mais perto lhe ficavam, considerando eu neste tempo o quanto o estavam cansados os nossos soldados, havendo

mais de 42 horas que não comiam, e muitos deles ocupados em retirar os mortos e feridos que tivemos, me deixei ficar formando na mesma frente do inimigo, mandando recolher as bandeiras que havíamos ganhado, que chegaram a 33 a saber: o estandarte grande com as armas das províncias unidas como já referi, o qual tenho nesta praça; 19 bandeiras, que remeti logo para a Bahia ao conde-general e 13 que os nossos soldados pretos e índios, não fazendo estimação delas, dizem que as tinham desfeitas para bandas e outras galas.

Estando um campo à vista do outro por todo o dia, tanto que anoiteceu, mandei algumas tropas a inquietar o inimigo a fim de que também na volta me trouxessem aviso de seus intentos; isto posto que não seguissem todas as ordens quanto convinha, não deixaram contudo de picar o inimigo, o qual no decurso da noite se retirou sem que eu disso alcançasse notícia.

Amanhecendo segunda-feira, dia de Nossa Senhora dos Prazeres, mandei descobrir o campo, achando nas demonstrações dele ter-se retirado o inimigo com grande destroço, pois deixou na campanha 900 homens mortos e entre eles alguns feridos, uma

peça de artilharia de bronze, muitas munições e armas, as 33 bandeiras que tenho referido, várias insignias, além de outros despojos de roupa e dinheiro, de que os nossos soldados se apoderaram.

Os mortos dos inimigos foram muitas pessoas de conta, e as principais deles foram o Coronel Hus, e o Coronel Vanelle, e o Coronel Autin morreu depois de chegado no Recife e de alguns que aprisionamos foi um Coronel Pedro Erverque; de sorte que de 6 coronéis, que trazia o exército, só 2 escaparam de nossas mãos, Vandeburgo e Brinque.

Também tenho notícia certa dos prisioneiros que tomamos, que os feridos que o inimigo retirou desta batalha foram mais de 500 e entre eles o seu General Sigismundo com uma perna partida; e que os mortos, que a nós, como acima digo, nos pareceram 900, e passaram de 1.000; na nossa parte morreram nesta ocasião 80 homens, contando também nestes os 40 que já disse nos degolaram na estância da Barreta, os feridos perto de 400 mas, por mercê do Céu, todos sem perigo.

Na mesma segunda-feira marchei a ocupar as nossas estâncias, fronteira ao Recife, por ver que o inimigo se tinha

recolhido às suas praças e achei que um capitão, que deixei de guarda no forte de uma bateria, que tínhamos posto ao Recife, o havia largado por não haver já nele artilharia alguma, o qual, vendo o inimigo desmantelado de tudo, o mandou ocupar e o mesmo fez à Vila de Olinda, a qual tínhamos largado com 5 peças de ferro pequenas, que a pressa com que foi preciso sair ao encontro do inimigo, apenas deu lugar a mais que ajuntar a nossa pouca infantaria com que o investimos, logo tornei a ocupar os postos deste arraial do Bom Jesus, mandei marchar para a dita Vila de Olinda ao Governador Henrique Dias com o seu terço dos pretos, algumas companhias de mulatos e uma de soldados brancos, com ordem que entrassem e investissem a dita Vila por muitas partes; o que os nossos fizeram com tanto valor que puseram em fuga a 600 flamengos, que neles estavam, recolhendo-se as suas forças do Recife, que ficavam em distância de uma légua, matando-lhes neste conflito 150 e tantos que ficaram no campo, em que entraram alguns oficiais além de outros que deviam morrer nas águas a que se lançaram.

Aprisionamo-lhes um francês e recuperamos as nossas 5 peças de ferro que lá tínhamos deixado, as quais mandei comboiar a este arraial por ser bom acordo largarmos outra vez a vila, assim por não ser defensivo e requerer para sua guarnição muita infantaria, que a nós nos falta, como também por termos ocasião de assaltar outras ao inimigo naquela paragem, aonde ele até o presente não tornou mais. Nesta pendência não houve da nossa parte que 6 feridos em que entrou um capitão mas todos sem risco de vida.

Destes bons sucessos com que Deus favorece as armas de Sua Majestade, em tempo que a superioridade bem conhecida do inimigo nos prometia total ruína sem esperança alguma da vitória que alcançamos, posso eu animar-me para outras maiores, com que o mesmo Senhor há de livrar a cristandade deste estado dos males, com que os tiranos flamengos a ameaçam.

Íntegra do histórico e importante documento extraído do volume *Documentos para a História Pernambucana - Época Holandesa*.

Matéria transcrita da Revista do IGHMB nº 81/95.

VILAGRAN CABRITA – O**Herói da Ilha da Redenção***

Vo dia 10 de abril, transcorreu o 132º aniversário da vitória brasileira no combate de consolidação da conquista da Ilha da Redenção, no Rio Paraná. Foi uma estratégia secundária, divisionária, para permitir a invasão aliada do Paraguai, a operação militar que constituiu o primeiro confronto militar do Exército de Osório com o inimigo e foi preparatória para a invasão pelo Passo da Pátria, em monumental operação anfíbia.

A figura central desse episódio épico de nossa história militar foi o Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita, então comandante do Batalhão de Engenheiros e, hoje, o Patrono da Arma de Engenharia do nosso Exército.

Segundo Dionísio Cerqueira, Vilagran ali foi apoiado, e por iniciativa própria, pelo intrépido comandante Jerônimo Gonçalves, da ca-

nhoneira *Henrique do Martins*, que prestaria relevantes e decisivos serviços à consolidação da República na organização, adestramento e comando da Esquadra Legal, que viria a selar o fim da Revolta na Armada.

Vilagran fora escolhido, por seu valor e competência profissional, pelo General Osório, para, na liderança de uma espécie de Força Tarefa de 900 bravos, constituída de tropas de infantaria, artilharia e engenheiros, conquistar de surpresa, fortificar e manter a todo custo a ilha paraguaia, que passou à história como *da Redenção*, para lembrar o primeiro confronto e a vitória de Osório para libertar o povo irmão de uma ditadura cruel.

Vilagran cumpriu exemplarmente a missão recebida, com sacrifício da própria vida, pois, morreria ao final, quando redigia a parte de combate da vitória, atingido por mortais estilhaços de um certeiro obus inimigo disparado do Forte Itapiru, comandado por um seu antigo aluno, quando instrutor de artilharia de Missão Militar do Brasil no Paraguai.

Seu belo exemplo de coragem e valor militar comoveu, na ocasião, todo o Exército Brasileiro. Segundo ainda

Dionísio Cerqueira, testemunha ocular, *todos queriam, veneravam todos o Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, sempre bom, austero e nobre.*

Desde então seu nome e exemplo heróico viraram uma legenda no nosso Exército. Desde 1962, como patrono, ele inspira toda a Arma de Engenharia em sua luta diária, nos campos da segurança e da cooperação ao desenvolvimento, à integração e à paz social.

Hoje estão consagradas, potencializadas e perenizadas, pelo Exército Brasileiro, a sua vida e obra heróica, em Memorial erigido no 1º Batalhão Escola de Engenharia, o seu amado outrora Batalhão de Engenheiros, cujos primeiros e gloriosos passos ele acompanhou e até liderou por 10 anos (de 1855 a 1866).

A cerimônia de inauguração ocorreu no mês em que se comemoravam 350 anos da 1ª Batalha dos Guararapes, onde antes, no curso da guerra, já despontava o espírito da nossa Arma da Engenharia, na construção e operação de uma portada de circunstância pelo Capitão João Barbosa de Souza, com a qual, em 9 de julho de 1645, transportou todo o Exército Patriota de uma

* Extrato da oração pronunciada na inauguração do Memorial ao Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, no 1º Batalhão Escola de Engenharia (Santa Cruz, RJ), em 13 de abril de 1998.

margem para outra do Rio Tapucurá, em cheia, deixando-o a salvo do inimigo que ali ficou detido, ou nas construções das fortificações genuínas, de terra batida, dos arraiais Velho e Novo do Bom Jesus, que obrigaram a alma da resistência contra o invasor ou, ainda, no retardamento do Exército inimigo, em 18 de abril de 1648, no Rio Jaboatão, pela destruição de sua ponte, por um ajudante e 20 soldados despatchados do Exército Patriota para aquele fim.

Vilagran Cabrita teve uma vida normal como a grande maioria dos oficiais do Exército. Era zeloso de seu preparo profissional e moral. Estava, pois, bem preparado para seu grande encontro, na Ilha da Redenção, com a história do Brasil e com a glória militar. E nisso ele não difere da imensa maioria dos oficiais do nosso Exército que, embora condenando a guerra, não perdem um só minuto para se preparam para essa eventualidade indesejável, tão presente e viva na história da Humanidade.

Vilagran Cabrita não decepcionou a escolha do General Osório. Ele morreu pela pátria, o que, segundo o

grego Péricles, chefe-de-Estado por 14 anos, grande artífice da Democracia e eleito estrategista 15 vezes, *aqueles que morrem por sua pátria, fazem por ela mais que todos vivos.*

Herói singular, brasileiro nascido acidentalmente no atual Uruguai, filho de um oficial brasileiro e de mãe uruguaia, teve sua formação profissional no Brasil. Foi instrutor de artilharia da Missão Militar Brasileira no Paraguai, em cujo solo tombou e, teve seus restos mortais sepultados na Argentina, em local desconhecido.

Coronel de Engenharia e Estado-Maior Cláudio Moreira Bento.

ALEXANDRE DE GUSMÃO



asceu em 1695, na Vila de Santos, então Capitania de São Paulo.

Seu pai chamava-se Francisco Lourenço Rodrigues e era, ao mesmo tempo, negociante e chefe dos cirurgiões do presídio. Sua genitora tinha o nome de Maria Alves. O casal teve 12 filhos, dos quais oito seguiram a vida religiosa.

Ainda criança, foi estudar em um colégio de jesuítas na

cidade de Cachoeira, na Bahia, onde já se encontrava seu irmão mais velho, Bartolomeu Lourenço, futuro pioneiro da dirigibilidade dos balões e alcunhado de *o padre voador*. Naquele tempo, era comum adotar-se o sobrenome de alguém como homenagem. Os dois irmãos escolheram o do diretor do colégio, o Padre Alexandre de Gusmão. Passaram a chamar-se Bartolomeu Lourenço de Gusmão e Alexandre de Gusmão.

Terminado o curso no Colégio dos Jesuítas, Alexandre foi transferido para o Colégio das Artes onde, após 3 anos, formou-se em Lógica, Metafísica, Latim, Ética, Retórica e Filosofia.

Em 1710, Alexandre embarcou para Lisboa, indo ao encontro de seu irmão Bartolomeu, que, tendo na época 25 anos, já se tornara presente na corte de Dom João V. Essa amizade favoreceu Alexandre, que foi nomeado para a Embaixada de Portugal, função de Secretário, na *Cidade Luz*, Paris.

Seus pendores intelectuais impediram que ele se empolgasse pela sociedade epicurista do reinado de Luiz XIV, o *Rei Sol*. Preferiu mergulhar na vida cultural e artística da cidade que era, à

época, o cérebro do mundo. Matriculou-se na Sorbone e se formou em Direito Civil, Romano e Eclesiástico, ao mesmo tempo em que aguçava seus dotes políticos e diplomáticos, dos quais o Brasil muito lucraria.

Em 1719, voltou a Portugal, professou Direito na Universidade de Coimbra, e se iniciou na poesia. Segundo Raymundo Magalhães Junior, Gusmão era admirador de Molière, e traduziu uma de suas *Comédias*, que foi encenada com grande sucesso nos teatros de Lisboa (Revista Seleções, de 1973).

Dom João V, reconhecendo seus méritos, outra vez o incluiu numa missão diplomática para a Conferência de Cambray, na França. Depois, foi enviado a Roma, onde reinava Inocêncio XIII. Poliglota, literário e historiador, de tal maneira se impôs à estima do Papa, que conseguiu, para o Rei de Portugal, o ambicionado título de *Majestade Fidelíssima*, o que o punha em igualdade de condições com o Rei de Espanha, Majestade Católica, e o de França, Majestade Cristianíssima. Seu prestígio cresceu tanto que o novo Papa, Benedito XIII, ofereceu-lhe o título de *Príncipe Romano*, ao qual ele declinou, preferindo continuar português.

Após sete anos em Roma, voltou a Lisboa, e teve sua indicação para a Academia Real de História Portuguesa. Em resposta ao discurso em homenagem à sua posse, disse, com muito humor, ao Conde da Ericeira, que a indicação real lhe permitiu entrar para a Academia sem fazer prova de suficiência, na qual seria fatalmente reprovado...

Em 1734, dá-se o encontro com o seu destino: o Rei o encarregou dos despachos da Secretaria do Estado do Brasil. Instituiu, em 1737, o sistema de captação, nova forma de tributo que aliviava a carga do sistema anterior, considerada responsável pelo levante e posterior esquartejamento de Felipe dos Santos. Assim que Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, assumiu o Governo, com a ascensão do novo Rei, Dom José I, logo tratou de substituir o sistema de coleta de impostos, disso resultando, em 1789, a Conjuração Mineira e o enforcamento de Tiradentes, repetindo a tragédia de Felipe dos Santos. Gusmão pensava em termos de Brasil, e Pombal, de Lisboa.

Sua competência na função anterior convenceu o Rei a nomeá-lo seu Secretário

Particular (1740) e, em seguida, indicá-lo para Membro do Conselho Ultramarino. Solteirão convicto, rendeu-se, aos 48 anos, sem conhecer, antecipadamente, a esposa, Isabel Teixeira, embora soubesse ser ela *doce e bonita*. Do casamento, nasceram dois varões, Viriato e Trajano. Escreveu um soneto para ambos. Verão que poeta não era. Simples versoeador...

*Isto não é vaidade, é
desengano,
Que dou a vosso errado
pensamento;
Dei-vos o ser, e dou-vos
documento
Para fugirdes da so-
berba ao dano.*

*Esta vaidade, com que
o mundo engano,
Foi da fortuna errado
movimento:
Subi, mas tive humilde
nascimento,
Assim foi Viriato, assim
Trajano.*

*Quando souberdes do
mundo a Historia
Dos dois heróis que
tomo como empresa,
Vereis a minha e mais a
vossa glória.*

*Humildes quanto ao ser
da Natureza;*

*Ilustrei nas ações; e esta
memória
É só quem pode dar-vos
a grandeza.*

Por essa época fervia, nas relações entre Portugal e Espanha, a questão da Colônia do Sacramento, fundada, em 1680, pelo Governador do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo, na margem oriental do Rio Uruguai, em frente a Buenos Aires, e reconhecida pela Espanha no ano seguinte, pelo Tratado Provisional ou Provisório, que é um documento oficial no qual os governos expedem instruções e decisões.

Rompendo o compromisso, os espanhóis tomam militarmente a Colônia e lá permanecem por 10 anos, quando, pelo Tratado de Utrecht, devolveram-na a Portugal. Para manter postos mais avançados ao sul do Brasil, tendo em vista as questões fronteiriças e assegurar a posse da terra conquistada, Gusmão determinou a vinda, para o Brasil, de famílias açoreanas. Elas se instalaram em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Esse capítulo da colonização seletiva contrasta com a mal-sinada política de povoar o Brasil com os hóspedes das prisões de Portugal. Gusmão

determinou que fossem escolhidos os casais entre os mais idôneos para o trabalho, e cujas esposas fossem capazes e sadias, para que seus filhos formassem novas povoações. Os homens deviam ser lavradores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serraleiros, sapateiros e alfaiates.

Dizia a ordem:

Só deverão embarcar famílias constituídas.

As mulheres serão fechadas em câmaras especiais cuja porta possuirá apenas duas chaves, uma ficando com o Comandante e a outra com o encarregado do dia. Na porta da câmara das mulheres ficarão de guarda, de quatro em quatro horas, dois maridos de cada vez.

Somente os esposos comprovadamente fiéis poderão levar comida a essa câmara.

Nela não entrara homem maior de 7 anos, salvo o médico em caso de doença grave e o padre em caso de morte. Etc. etc.

Eram rígidas normas de procedimento.

Como mudaram os tempos...

Mas não era somente para o Brasil esse rigor moralista: verificando a vida desregrada e o luxo que se

apoderara da sociedade lisboeta, fez reeditar advertências contra o esbanjamento, a ostentação e a mania das obras suntuárias, ao mesmo tempo em que novas leis proibiam o luxo e a importação de tecidos estrangeiros não essenciais.

Em 1748, publicou um trabalho sobre economia, intitulado *Cálculos sobre a Perda do Dinheiro do Reino*.

Após longa vida de dedicação aos estudos e tendo exercido cargos importantes em Paris e Roma, Alexandre de Gusmão se encontrava preparado para a realização de sua mais grandiosa obra, aquela que, traduzida em termos de diplomacia, iria torná-lo credor da gratidão de todos os brasileiros: o *Tratado de Madri*, de 13 de fevereiro de 1750.

Até então, as contendas coloniais hispano-portuguesas tinham por palco terras espalhadas por todos os continentes. Os diplomatas de ambos os países faziam trocas e concessões em termos de Metrópole para Metrópole, sem se importar com os interesses dos povos que nelas nasceram e residiam.

Agora não. O indiferente diplomata espanhol iria tratar

com um brasileiro que jamais rocaria um pedaço do Brasil por qualquer outro, por maior e mais rico fosse.

Esse foi o fundamento psicológico que tornou Alexandre de Gusmão irredutível na defesa, em Madri, do território brasileiro, e o conduziu à vitória.

Façamos um rápido histórico:

No começo do século XVIII tornou-se possível determinar, com mais exatidão, os meridianos terrestres. Um afamado francês publicou, em Paris, trabalho cartográfico no qual provava que o meridiano das Tordesilhas estava muito mais a leste do que geralmente se supunha, ficando o Brasil reduzido ao saliente geográfico nordestino. Isso favorecia a pretensão francesa de avançar a fronteira da Guiana, a oeste do Oiapoque, até o Atlântico.

Nessa época, Alexandre de Gusmão era já Secretário do Rei de Portugal e membro do Conselho Ultramarino. Esse Secretário era chamado *da puridade*, isto é, aquele que tratava dos negócios secretos do reino. Gusmão alertou o Rei do perigo da revelação do meridiano das Tordesilhas mais ao oriente do que até então se supunha,

e que podia não ser exato. Aconselhou a criação, em Lisboa, de uma Academia de Matemática e Geodésia, ao mesmo tempo que enviava ao Brasil numerosos engenheiros geógrafos, com a incumbência de fazer um levantamento completo de suas fronteiras.

Recebendo o estudo desses geógrafos, bem como o de todos os governadores das províncias fronteiriças do Brasil, sobre eles debruçou-se anos a fio, estudando-os, analisando-os, comparando-os, até poder mandar confeccionar, em Paris, a célebre *Carta das Cortes*, para defender os direitos portugueses na capital espanhola.

O Marechal Ignácio José Veríssimo escreveu:

...a Carta das Cortes deformou propositadamente o Brasil. Deu-lhe uma forma alongada. Tirou ao espanhol a impressão visual do que ia perder.

Era isso o que queria Gusmão porque, com pequenos erros de localização dos rios e de seus nomes verdadeiros, a carta descreveu os nossos confins. E foi essa descrição o elemento jurídico suficiente, e não a carta pintada. Ela serviu apenas para

explorar a ignorância geográfica dos espanhóis.

Na época, a fraude cartográfica era utilizada por todas as nações marítimas, e se apoiava na impossibilidade da confecção de cartas absolutamente reais. Aliás, outro tipo de fraude veio até este século XX, quando se discute, ainda, o pioneirismo da descoberta e do desembarque na Antártica entre ingleses, russos, americanos e franceses, porque os comandantes dos navios adulteravam as datas nos diários de bordo.

Com documentos confiáveis, os portugueses defendiam os seus direitos, e tão segura foi a argumentação que a penetração de Pedro Teixeira no Rio Amazonas, em 1637, e os marcos dos bandeirantes foram reconhecidos, bem como os territórios das antigas missões jesuíticas, ou seja, todo o oeste do Rio Grande do Sul. Os espanhóis ficaram com a Colônia do Sacramento e o arquipélago antíctone das Filipinas; isto é, ilhas muito longe do território brasileiro, a ele não pertencentes, e do outro lado do mundo.

Esse acordo foi favorecido pelo fato de Dom João V ser irmão e sogro de Dom Fernando VI – barganha familiar

num tempo em que as dinastias ainda eram mais fortes do que os nacionalismos...

Com a assinatura do Tratado de Madri, Gusmão terminou a obra culminante de sua vida e, com o falecimento de Dom João V, seu amigo e protetor, nesse mesmo ano, caiu em desgraça, com a ascensão de Dom José I, que o substituiu por seu inimigo figadal, Sebastião José de Carvalho, o notável e rançoso Marquês de Pombal, que, por sua vez, foi demitido por Dona Maria I, a Louca, e sofreu o mesmo que impôs a seu antecessor.

Tendo o Tratado de Madri sido rudemente atacado pelo novo governo, Gusmão defendeu-o vigorosamente, mas faltou, como força de convencimento para os lusos, o espírito patriótico brasileiro.

Já citei a opinião do Marechal Ignacio José Veríssimo. Vamos agora as opiniões de dois eminentes portugueses.

Camilo Castelo Branco:
Na esperteza da observação, na solerça da crítica e para quem antepõe estudos sociológicos e prolixidades lingüísticas, excede o Padre Antonio Vieira e na sagacidade e lucidez, foi o mais avançado espírito do seu século.

Jaime Cortesão, na monumental obra sobre o Tratado de Madri:

Ninguém estudou, meditou e escreveu mais sobre o Brasil durante o século XVIII do que Alexandre de Gusmão.

Tendo sido solicitada sua aquiescência para figurar na Biblioteca Lusitana, não aceitou, afirmando que jamais publicaria um livro literário, para não desmerecer da fama... Apesar dessa modéstia, os escritos por ele deixados, no que se refere aos assuntos coloniais, eram tão primorosamente redigidos, tão vastos, profundos e duradouros, que seu substituto e inimigo, o Marquês de Pombal, manteve sua orientação tanto na essência das providências como também na linguagem.

Alexandre de Gusmão manteve, durante toda sua vida, um inalterável exemplo de dignidade. Apesar de ter servido durante muitos anos nos mais elevados postos da administração, jamais enriqueceu ou foi surpreendido em qualquer aventura galante imoral ou ilegal, tão dos costumes da época, apesar de só ter casado aos 48 anos...

Seu amor e dedicação ao Brasil valeu lhe o apelido de *o Brasílico*.

A defesa intransigente das terras desbravadas pelos bandeirantes tornou-o conhecido como *o Diplomata das Bandeiras*, e seus serviços no reconhecimento da fronteira oeste, que levaram nosso país até as raízes da Cordilheira dos Andes, foi glorificado pelo Itamaraty, com o título de *o avô da diplomacia brasileira*. Além disso, era Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa de Sua Majestade.

O item do Tratado de Madri mais rudemente atacado foi a perda da Colônia do Sacramento. E Gusmão, apesar de doente e desprestigiado, defendeu a entrega por motivos políticos, econômicos e militares.

Cito, como curiosidade, um episódio acontecido durante as conversações sobre a Colônia do Sacramento:

Quando o Rei de Portugal recebeu as credenciais do embaixador espanhol, notou que o mesmo era capenga. Durante as conversações, percebeu que também era ignorante. Disse então: *Estamos com sorte. A Espanha nos mandou um homem 'sem pé nem cabeça'... aí se originou e se popularizou a expressão 'sem pé nem cabeça'...*

Já afastado do governo e do poder, teve a satisfação de ver publicados, na França, os primeiros volumes da *Encyclopédia e suas Ilustrações*, que passaram a ser um refúgio, onde esquecia a intolerância e a ingratidão dos homens. Mas logo depois teve sua casa e sua biblioteca destruídas por um incêndio, de cujo golpe jamais se recuperou, vindo a falecer no dia 31 de dezembro de 1753, aos 58 anos. Felizmente não presenciou o terrível terremoto de 1º de novembro de 1755 quando, segundo uma testemunha que assistia a uma missa, *de repente as velas tombam, os sinos tocam desesperadamente, as paredes tremem, os santos despencam-se dos oratórios, as casas desabam, e as pessoas desaparecem em imensas fendas que se abrem a seus pés. Durante seis minutos, a terra treme com violência, enquanto todos correm sem saber para onde ir, gritando de medo.*

O incêndio e o terremoto nesse dia de Todos os Santos destruíram considerável quantidade de documentos referentes a Alexandre de Gusmão, inclusive a sua biblioteca particular, mas a *Carta das Cortes* e o texto do

Tratado de Madri foram salvos, por se encontrarem em Madri.

Em 1761, o acordo de *El Pardo*, obra de Pombal, modificou o estabelecido em 1750 no Tratado de Madri, mas o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, restaurou-o.

Antes de terminar, descrevo o físico de Gusmão, retirado de um documento da época:

Tinha mais que ordinária estatura, a cabeça pequena em relação às demais partes do corpo; semblante redondo e venerando, olhos pequenos e cintilantes de uma cor que degenerava para pálida. No vestir era polido, sem ostentação; no aspecto, uma gravidade que não se benquistava as maneiras corteses e afáveis que cativava os que o tratava de perto.

Matéria transcrita da Revista do IGHMB nº 81/95, assinada pelo Coronel de Artilharia e Estado-Maior Elber de Mello Henriques.

A CRISE NOS BALCÃS

Ros tempos do ditador Tito, o Estado iugoslavo se encontrava, conformado por seis repúblicas soberanas que

integravam uma Federação: Sérvia, Croácia, Eslovênia, Montenegro, Bósnia – Herzegovina e Macedônia. A Sérvia, por sua vez, contava no interior de seu território com as províncias autônomas de Voivodina e Kosovo. Esse mosaico de diversas nacionalidades conseguiu funcionar graças ao carisma e à forte personalidade do obstinado marechal.

A Federação iugoslava estava dividida por múltiplos interesses. As seis repúblicas se dividiam em dois grupos: o grupo Norte e o grupo Sul. A Croácia e a Eslovênia integravam o primeiro. Essas duas repúblicas perseguiam as aberturas econômica e política tanto quanto fosse possível. O grupo Sul, ao contrário, se achava conformado pelas repúblicas: Sérvia, Bósnia, Montenegro e Macedônia. A Sérvia liderava esse agrupamento que favorecia um modelo estatizante e centralista. Frente às divisões internas, Tito atuava como um moderno rei Salomão, ou seja, arbitrando disputas e mantendo o equilíbrio entre as posições rivais. Seu método consistia em evitar que alguma das repúblicas se fortalecesse demasiadamente e adquirisse

uma preponderância que fizesse perigar a estabilidade do conjunto. Após a sua morte, em 1980, esse equilíbrio de forças alterou-se profundamente, com flutuações constantes na balança do poder, sob a liderança coletiva que ele havia idealizado para sucedê-lo. Bem ou mal, a unidade da Federação conseguiu manter-se sob esse esquema. Entretanto, o colapso do comunismo e a febre nacionalista, que ocorreu a seguir, fizeram emergir as profundas contradições que sempre existiram na alma da Iugoslávia.

Para alcançar o equilíbrio de forças entre as repúblicas, Tito manteve sob firme controle a Sérvia, a mais poderosa delas.

Slobodan Milosevich, presidente sérvio da Iugoslávia, tenta assentar o seu poder em uma mobilização nacionalista a favor de uma Sérvia forte. Sua primeira medida nesse sentido foi suprimir a autonomia das duas províncias privilegiadas no interior da Sérvia: Voivodina e Kosovo.

Com relação à primeira, isso pouco importou, pois a maioria de sua população é de origem sérvia; porém, com relação ao Kosovo o potencial de conflitos é muito maior,

pois a imensa maioria de sua população é de nacionalidade albanesa.

Enquanto na Sérvia se produzia um nacionalismo agressivo e autoritário, na Eslovênia ocorreu um genuíno processo pluralista e democrático. A atitude repressiva da Sérvia frente ao Kosovo, que reivindica ardentemente sua autonomia perdida, foi a gota que fez transbordar o copo. A Eslovênia hipotecou seu apoio ao Kosovo e a Sérvia infligiu um boicote econômico à Eslovênia. Os eslovenos, fartos da Sérvia, manifestaram o seu firme desejo de separar-se da Iugoslávia. A Croácia prontamente fez coro a esse mesmo propósito. Em 25 de junho de 1991, ambas as repúblicas declararam suas independências. As Forças Armadas iugoslavas, sob o controle de uma oficialidade majoritariamente sérvia, tentaram, sem sucesso, pôr fim a esse ato de secessão. A partir desse momento, a atitude da Sérvia e de Milosevich mudaram completamente. Se não era possível manter a Iugoslávia unida, pelo menos caberia integrar todas as populações sérvias que se encontravam fora da Sérvia dentro de uma só unidade. Sobre essa base

se impõe a tese da *Grande Sérvia*. Em função desse objetivo todos os territórios de população sérvia na Croácia foram anexados forçosamente à Sérvia.

Em outubro de 1992, os croatas e muçulmanos que constituíram a maioria da Bósnia decidiram, por sua vez, declarar a independência dessa república. Os sérvios, que constituíram aproximadamente 34% da Bósnia, opuseram-se à medida. Isso conduziu a um confrontamento com a Sérvia que desejava incorporar ao seu próprio território as populações sérvias da Bósnia. O problema é que, diferentemente da Croácia, onde as áreas sérvias mantinham-se compactas, na Bósnia, a população dessa nacionalidade encontrava-se disseminada em enclaves distribuídos em todo o seu território. A tese da *Grande Sérvia* chocava-se contra a disseminação espacial de seus concidadãos. Isso havia de converter-se na base do drama bósnio. A via escolhida para ganhar a maior quantidade de espaço para a população sérvia foi impulsionar a chamada limpeza étnica, ou seja, o recurso ao terror indiscriminado como caminho para expulsar as

populações não-sérvias, em particular a mais débil e numerosa delas: a muçulmana.

À medida que as pressões internacionais foram incrementando, o apoio de Milosevich ao extremismo sérvio, na Bósnia, foi perdendo consistência. Em agosto de 1993, Milosevich anuncia a ruptura de Belgrado com a autoproclamada *República Sérvia da Bósnia*, liderada por Radovan Karadzic. Em meados de 1995, produzem-se dois fatos decisivos: a intervenção armada da OTAN na Bósnia e a ofensiva militar da Croácia para recuperar os territórios perdidos à Sérvia. Sobre

esse alicerce, impõe-se o plano de paz desenhado pelas potências ocidentais. Em 21 de novembro de 1995, em Dayton, Ohio, firmou-se o acordo que pôs fim ao conflito bósnio. Segundo ele, a Bósnia convertia-se em um Estado único integrado por duas entidades diferentes reconhecidas pela comunidade internacional. Tais entidades eram a *Federação croata-muçulmana*, que obtinha 51% do território, e a *República Sérvia* que ficava com 49% do mesmo.

Nos últimos meses, Milosevich voltou a pressionar o Kosovo. O potencial desestabilizador que ele tem sobre o conjunto dos Balcãs é imenso. A Albânia pode

entrar na guerra em proteção à população albanesa do Kosovo e poderá, inclusive, tentar conformar a Grande Albânia recorrendo à imensa população albanesa da Macedônia.

Não é sem razão que a OTAN tenta obliterar a atitude repressiva de Milosevich sobre o Kosovo.

Diante desse intrincado cenário, conclui-se que a atual situação da província de Kosovo dispõe de todos os ingredientes para a escalada da conflituallidade na região balcânica.

Manuel Cambeses Junior, Coronel-aviador, do Corpo Permanente da ESG. Informação produzida em agosto de 1998.



É a permanência de valores que atribui ao ser humano a sua identidade, através de toda a sua existência



DESTAQUES DA IMPRENSA

A GLOBALIZAÇÃO REVIZADA

Ro corrente debate é comum esquecer-se de que a globalização não é um episódio inédito na história humana. Este século começou (até 1914) com a globalização da *belle époque*. Sob certos aspectos, essa globalização foi mais intensa que a atual; pois, além do livre comércio, havia livre movimentação de capitais e de pessoas. Foi uma era de grandes migrações. Dessarte, a globalização contemporânea pós-Muro de Berlim é apenas uma retomada de tendência, após um longo interregno coleústico. Nos séculos XV e XVI, houve globalização geográfica, com as grandes descobertas das Américas e dos novos caminhos para a Índia, China e Japão. Mais remotamente ainda, no começo deste milênio, houve a maior de todas as globalizações, a formação do Império Romano. O latim se tornou a língua franca de todo o mundo civilizado de então; o denarium foi uma espécie de moeda única; o direito romano passou a moldar as instituições jurídicas da época; e os engenheiros de Roma desenvolveram e exportaram a tecnologia de infra-estrutura (aquedutos, portos e estradas).

Setorialmente, houve também várias globalizações. A globalização cultural (pela hegemonia da cultura hele-

nística do século V a.C. até o século II d.C.). A difusão dramática do Cristianismo foi uma espécie de globalização religiosa.

De um modo geral, as globalizações tiveram efeito benigno. Releva notar que tanto a globalização da *belle époque* como a atual marcam a confluência de três movimentos: liberalização comercial, ampliação do espaço democrático e difusão tecnológica. Na globalização do começo deste século, consolidaram-se as *democracias imperiais* do Ocidente. Na globalização deste fim de século, surge o neoliberalismo econômico, acompanhado de uma irrupção democrática. É verdade que, particularmente nos países emergentes da Ásia e a ex-Cortina de Ferro, trata-se de democracias não-liberais, em que se observa a liturgia de eleições livres, mas é inexistente, ou é incipiente o *constitutionalismo liberal*. Assim, são freqüentes as violações de direitos humanos; a debilidade e lentidão do Poder Judiciário não garantem fidelidade aos contratos e respeito à propriedade; e resquícios de dirigismo mutilam a liberdade econômica. Democracia e constitutionalismo liberal são coisas diferentes.

Neste artigo, procuramos nos concentrar nos efeitos econômicos da globalização. Admitido que a globalização,

sobre ser inevitável, é basicamente benéfica, cumpre reconhecer que dúvidas persistem, sobretudo nos países emergentes, quanto a eventuais impactos negativos sobre a taxa de crescimento, a estabilidade macroeconômica, a distribuição internacional de renda ou a da governabilidade nacional.

Isso suscita a idéia de que existe uma hierarquia de *desejabilidade* nos movimentos globalizantes. Essa *desejabilidade* é mais clara no tocante ao livre comércio de mercadorias e aos investimentos estrangeiros diretos, do que no tocante à internacionalização de serviços e às aplicações financeiras em Bolsas e títulos.

Nos dois primeiros casos, a velocidade das transações é menor, havendo maior previsibilidade e prazo de ajuste. Já as aplicações puramente financeiras têm, graças aos progressos telemáticos, velocidade fulminante. Surgiram novos atores – fundos de pensão e fundos mútuos de investimento – que se superpõem aos atores tradicionais. E foram inventados novos instrumentos, como securitização e derivativos, que criam bem-vinda flexibilidade e perigosa volatilidade.

É de se recordar que os estatutos originais do FMI determinam que os países-membros assegurem a conversibilidade das moedas para as transações correntes – trocas

comerciais e repatriação de lucros e juros – mas não exigem idêntica liberalização para o fluxo de capitais. Apenas no ano passado, o comitê interino do FMI endossou uma proposta de ampla liberalização dos fluxos de capitais contra a opinião de vários países emergentes, receosos da excessiva volatilidade das aplicações financeiras.

Isso nos traz de volta à hierarquia de *desejabilidade*. O livre comércio em mercadorias é inquestionavelmente benigno, pois favorece a especialização competitiva segundo vantagens comparativas, incentivando a eficiência do produtor e a satisfação do consumidor. Uma possível exceção, desde que moderada e declinante, é a proteção às indústrias nascentes durante o período de aprendizado. Que o protecionismo pode gerar abusos e ineficiências prova-o a doutrina cepalina de substituição de importações, que condenou vários países da América Latina a pressões inflacionárias e escala ineficiente de produção.

A questão é bastante mais matizada no tocante à internacionalização de serviços. As vantagens da globalização são claras quando resultam em redução dos *custos de transação*, encorajando e barateando investimentos, como no caso de telecomunicações e serviços financeiros. Em setores em que há componentes culturais importantes, como edu-

cação e saúde, a internacionalização é menos relevante.

A grande dificuldade da globalização irrestrita se localiza no fluxo de capitais. É interessante e desejável a liberalização de investimentos *diretos* em instalações e equipamentos, pela sua tríplice contribuição – suplementação da poupança interna, transferência de tecnologia e abertura de mercados externos. O medo da globalização se confina assim às aplicações puramente financeiras em porta-fólios de títulos ou ações bursáteis. Argumenta-se que os mercados financeiros são particularmente sensíveis a *modismos* e *pânicos*. Os bancos, por exemplo, parecem possuídos de um *instinto de manadas*, correndo todos a emprestar quando há ondas de otimismo, e desertando todos conjuntamente em momentos de crise, como na recente crise asiática. Inicialmente iludidos porque *the fundamentals were right* – equilíbrio fiscal, altas taxas de poupança e crescimento e tradição exportadora – os investidores estrangeiros se alarmaram subitamente quando se deram conta do desperdício de investimentos na especulação imobiliária na Tailândia, em megaprojetos de prestígio na Malásia, em feudos familiares na Indonésia e sobre expansão de instalações industriais pelos *chaebols* da Coréia.

De outro lado, a liberalização do fluxo de capitais, ao lado dos perigos da volatilidade, traz

positivas vantagens ao facilitar e baratear o financiamento de projetos e ao preparar terreno para investimentos diretos mais estáveis.

A difícil arte dos mercados emergentes é escapar à inata volatilidade dos capitais financeiros, sem engessar o mercado de capitais. O professor James Tobin, de Yale, propõe uma espécie de imposto internacional sobre transações financeiras de curto prazo, visando à criação de um fundo internacional de apoio ao desenvolvimento. Entretanto, não é fácil distinguir entre capitais especulativos, a ser desencorajados, e o capital de giro necessário à lubrificação dos investimentos diretos. E qualquer país que não adira ao sistema virará paraíso fiscal. Alguns países, como Chile, adotaram a *quarentena*, aprisionando temporariamente os capitais no Banco Central, para encarecer a especulação. O Brasil tem preferido manipular o IOF, baixando-o para incentivar o fluxo, ou elevando-o para conter a fuga de capitais. Alguns países sujeitam as aplicações financeiras a licenças prévias, o que ao burocratizar o sistema acaba desencorajando também os investimentos diretos.

As outras fórmulas mais genéricas visam a aperfeiçoar os mecanismos de alarme preventivo do FMI, ou à criação de fundos especiais para atenuar os efeitos da volatilidade. No balanço, os efeitos positivos da

globalização superam os negativos. Mas, como diz o conselheiro Acácio, é preciso pegar com cuidado o buquê de rosas, porque não há rosas sem espinho.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 07.06.98, e assinada pelo Deputado Roberto Campos)

O FUTURO, O PASSADO

Conheci, hoje, o milagre do tempo. Amanhei jovem, estudante do Liceu Maranhense. Naquela época, a companhia de eletricidade de São Luís era a americana Ulen Company, o telégrafo, Western Telegraph, os bondes eram também da Ulen; no Rio, a energia era da Light e em tudo havia nomes estrangeiros, inclusive nas telefônicas. Naquele tempo a manteiga era francesa, a latinha tinha um pelícano, sob a marca Le Peletier, e era tão nobre que só meu pai, como chefe-de-família, sentado à cabeceira da mesa, tinha o privilégio de prová-la. Para nós, a meninada, era manteiga de garrafa.

Depois, os investidores recuperaram seu capital inicial, deixaram de investir, ficaram mamando os lucros e os serviços acabaram. O Governo teve que intervir. Criou companhias. Ineficientes ou eficientes, colocaram o Brasil na chamada modernidade. Vieram-me os cabelos

brancos, e os nomes desse tempo eram Telebrás, Embratel, Telma, Eletrobrás, Petrobrás.

Agora, quando todos dizem que estamos no futuro, tenho a sensação de que volto ao passado. Acordo e, como em minha mocidade, vejo novamente nomes estrangeiros. A Light é Light, a Embratel é MCI, o gigante dos satélites, Ozires, agora é Jerry DeMartino, que esmagou a Globopar, o Bradesco e os tupiniquins. A Telesp é Telefónica de España, a Telebrasília é Telecom Itália. Diz o presidente da Anatel que *em breve, em todas as localidades com mais de mil habitantes, quem pedir uma linha telefônica a receberá em um mês*. Mas, previdoso com a profecia, adverte: *A qualidade dos serviços será mantida*, reconhecendo que podem piorar, e sentencia: *Queremos evitar que aconteça o que aconteceu com a Light, que prejudicou o consumidor*. Já o Ministro das Comunicações proclama que assistimos a uma grande revolução. O Brasil teve coragem de entregar de uma só vez ao capital estrangeiro todo o setor de telecomunicação, 27 estados, e não só isso, mas o grande mercado nacional. É uma decisão de coragem e modernidade. Cá para mim, nenhum país do mundo abriu mão da totalidade do controle de suas empresas. Já ouvi que, no setor bancário, o Brasil pode ir aos EUA e comprar o Citibank, o Morgan etc. Mas tem que ter R\$ 300 bilhões! Um

favelado pode comprar uma mansão no Morumbi. Nada o impede, a não ser sua capacidade financeira. Há coisas que são possíveis e impossíveis. É a velha e cediça história do leão e do cordeiro, iguais e livres.

Quem vai controlar essas empresas todas? Mas a Anatel ainda nem existe, os tecnocratas dizem que elas só tem 38% de pessoal para exercer sua função. A verdade é que quem compra será o dono da empresa. São gigantes internacionais, incontroláveis, que se estão fundindo para chegar a um estágio de monopólio. Farão tudo com um único objetivo: o lucro.

Tudo isso paga quatro meses de juros da dívida brasileria. Nossa pagamento de juros em 97 foi de R\$ 53,2 bilhões, responsável por 80% do déficit público.

Não sou contra o capital estrangeiro. Sou contra o seu domínio completo. Deveríamos ter a presença do capital nacional, com grande peso. O erro foi permitir 100% de capital estrangeiro. É o que se chama abertura selvagem, que começou em 1990.

Quando tudo isso estiver a pleno vapor, o capital investido retornando, os lucros e royalties também, estaremos definitivamente condenados a um estágio de colônia, pagando dízimos incomensuráveis. É o futuro? Não, é o passado.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 31.07.98, e assinada pelo Senador José Sarney)

CARTA DE UMA SEM-NADA

Chenho 60 anos e vivi os últimos 12 anos em Colméia, numa fazenda, Estado de Tocantins. Sou casada há 40 anos, meu marido é engenheiro agrônomo, 65 anos. Meu filho, que trabalhou conosco até 1995, também é engenheiro agrônomo e tem 34 anos.

Éramos, talvez, a única família razoavelmente educada que morava [sublinhado] naquele fim de mundo. A nossa casa era lá, era lá que passávamos as festas em família, lá estavam as nossas árvores, nossas flores a casinha da nossa neta.

Há 20 anos, periodicamente, dou aulas de arte no exterior (desenho, composição, pintura em porcelana). Assim conciliava a vida do Terceiro Mundo (ou no avesso do Terceiro Mundo) com três ou quatro viagens por ano aos Estados Unidos e Europa. Tenho o prazer de dar aulas a grupos realmente interessados e enfrento o stress de ter que explicar a inflação, a destruição da Amazônia, a violência etc. a pessoas que faziam perguntas até por delicadeza. Pareciam preocupadas com uma *very nice person* [pessoa muito simpática] sofrendo tanto.

Na realidade, não havia sofrimento. Vida dura, sim. Imagine que, em 1986, quando nos mudamos para lá, não havia luz elétrica – a cidade contava apenas com um gerador. Não havia manteiga, frutas e verduras. A não ser as que eram produzidas localmente.

Escrevi um livro sobre pintura de flores e tive que pintar os dez originais em placas de porcelana e transportá-las *molahadas* para serem queimadas em Goiânia onde havia um forno.

Era uma aventura? Talvez um pouco tarde na vida. Mas o meu marido gostava muito daquilo, do trabalho. Via grandes possibilidades de melhorar aquela região e o rebanho...

Subitamente, no dia 6 de janeiro de 1994, fomos invadidos por um grupo de 48 *sem-terra*, liderados por um empregado nosso, encarregado de tomar conta de um retiro mais distanciado da sede [segue-se um desenho].

Como se vê, a invasão deu-se *pelos fundos*. De bicicleta ou a pé eles iam até o Retiro da Pompéia, acampavam nas casas ou curral (para que barracas de lona?) e, de lá, perpetravam as barbaridades que só quem as viveu pode avaliar. Impossível imaginar.

Tenho um levantamento das violências de cada mês. Nessa diabólica tática de agir pesadamente uma vez por mês e manter o clima de terror pelo resto dos 30 dias, pode-se detectar a mão de um movimento organizado.

Cito alguns exemplos: meu marido recebeu um tiro no rosto [está escrito *foi atirado no rosto*], quatro empregados foram baleados, duas pontes foram queimadas, serraria e casa do serrador totalmente queimadas, duas casas de alvenaria destruídas a marretadas, curral queimado até o chão.

Fui apedrejada. Tudo isso em meio a ameaças, tiros nos veículos, matança de gado, derrubada de cercas, fogo na reserva florestal do Ibama.

E daí? Nada aconteceu para acabar com a violência. Mas tudo aconteceu contra os violentados. Mas tudo mesmo!

Algum dia alguém vai procurar saber o que realmente está acontecendo fora das cidades. Talvez a imprensa. É preciso revelar o que existe atrás da *generosidade* e do *heroísmo* do MST e sob a batina protetora da Igreja.

Eu própria só entendi as garras desse movimento quando li, na *Folha*, de 9/3/97, uma página inteira com o esquema de organização do MST. Compreendi então o absurdo da situação que se abateu sobre nós. Entendi, de repente, os elos entre aquelas coisas misteriosas, o descaso (na melhor das hipóteses) e a perseguição [sublinhado] daquela que deveria ser a nossa proteção – a justiça!!!

...Paranóia? Tenho todas as provas, documentos em cartório, posso mostrar as cicatrizes dessa desgraça que se abateu sobre uma família que apenas queria ser feliz...

Perdi tudo, não tenho mais casa, vivo apertada num apartamentozinho em Goiânia, onde mal posso trabalhar. Meu filho – agrônomo, pós-graduado, fluente em inglês – é agora vendedor de carros. E está feliz. Simplesmente porque escapamos com vida.

Meu casamento de 40 anos acabou. Meu marido, desde que se formou em 1954 na Esalq [Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba] só tinha um sonho: sua fazenda. Não resistiu às agressões e às humilhações. O peso das injustiças desabou todo sobre ele e desenvolveu uma síndrome bipolar [psicose maníaco-depressiva]... Ela me considera sua principal inimiga porque sou a testemunha ocular daquilo que considera *seu fracasso*: não soube reagir, não soube atirar, não soube conservar o que tinha.

Eu que não fui abençoada com nenhum distúrbio – talvez o único meio de alguém se sentir bem neste país – estou tentando me organizar para morar nos Estados Unidos, onde tenho uma reputação como professora de arte. Nossa única saída é sair deste Eldorado...

A razão desta carta? Tenho dois netos, filhos das duas filhas que moram em São Paulo (uma é engenheira, outra é médica). Na cidade grande tudo é violento, mas não é uma violência pessoal, dirigida, como essa que apontaram contra nós. Na cidade, a violência é gratuita, às vezes até sem ódio. A violência contra nós, planejada cuidadosamente para nos atingir e liquidar, resultou de um ressentimento, terrível e aleatório...

Gostaria que meus netos soubessem que a avó não se deixou abater...

[Assinado] Marô de Freitas.
Caixa Postal 197; 74001-970,
Goiânia, GO.

Datada de 7 de dezembro de 1997, junto com um e-mail ao *Painel do Leitor* e endereçada a este jornal, chegou-me às mãos no início do ano. Nesta semana sua publicação torna-se imperiosa.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 21.03.98, e assinada pelo colunista desse Jornal, Alberto Dines.)

A DESORDEM DO MUNDO

Guarenta anos atrás, quando fiz exame para o Itamaraty, tive a sorte de que meu examinador de cultura geral se chamassem João Guimarães Rosa. Na velha biblioteca parecida a um templo grego, de portas abertas para o lado onde deslizavam os cisnes, ele entrou com sua indefectível gravata-borboleta e escreveu no quadro-negro dois temas de redação. O primeiro eram versos de Tomás Antonio Gonzaga: *O sábio Galileu toma o compasso / E, sem voar ao céu, calcula e mede/Das estrelas e Sol o imenso espaço*. O segundo era uma frase de Gustavo Corrêa: *Como explicar a desordem do mundo?*

Havia é claro, uma ligação entre os dois. A ordem do cosmos newtoniano em contraste com a desordem do universo humano. Já não lembro o

que escrevi. Só sei que terminei com um verso de Camões que Rosa não conhecia e veio conferir comigo: *Mas o melhor de tudo é crer em Cristo*.

Dois séculos após Gonzaga, abalados pela relatividade, a física quântica, a teoria do caos, o princípio da indeterminação, já não temos tanta certeza de poder explicar a ordem do cosmos. Continuamos, porém, sem saber decifrar as causas da desordem do mundo.

Nesse ponto, a História persiste em nos pregar peças. Não faz muito, quando o comunismo real e a União Soviética começavam a acabar, houve quem pensasse que a história também chegava ao fim. Outros, sem ir tão longe, acreditaram que ao menos as coisas ficariam mais simples.

Afinal, desaparecido o conflito ideológico, o que impediria a construção da nova ordem, tal como anunciada por Bush? Hoje já nem mais se fala em *nova ordem* e o sentimento que se espalha aos poucos é de impotência e resignação tácita com o que se poderia chamar de nível tolerável de desordem, isto é, aquela que provoca desconforto, mas não a ponto de ameaçar a segurança e a prosperidade dos grandes.

A crise asiática, por exemplo, recebeu o mesmo tratamento que se dera, nos anos 80, à da dívida externa na América Latina. Em ambos os casos, a preocupação real dos poderosos foi evitar a quebra dos seus ban-

cos, não o custo humano e social para as vítimas. Quem se importa de fato com os 15 milhões de desempregados da Indonésia, chegando a 20 na Ásia, com a anulação, em um ano de crise, de conquistas contra a pobreza que custaram 30 de esforços?

De acordo com as estimativas da Unctad, neste ano haverá aumento de 50% no nível de pobreza na Indonésia e de um terço da Tailândia. Mas, por um efeito perverso no balanço líquido da crise, os países ricos até agora saem ganhando, pois se beneficiam da queda dos preços do petróleo, cobre, outras matérias-primas e da importação de produtos asiáticos mais baratos.

O que lhes permitiu evitar ter de aumentar os juros, possibilitando a continuação da expansão econômica nos EUA e a consolidação da retomada na Europa, sem agravamento da inflação. Em contraste, não só os asiáticos estão longe de ver a luz no fim do túnel, mas até nações distantes como a Rússia, o Brasil e o Chile estão pagando um preço alto em menor crescimento e maior desemprego.

É como diz o Evangelho: *A quem possui, mais lhe será dado. A quem pouco tem, até esse pouco lhe será tirado.*

Passando do econômico ao político, o panorama não é diferente. Não obstante a concentração do poder sem precedentes em mãos dos EUA e seus

aliados ocidentais, a lista dos insucessos em resolver problemas ou prevenir outros é impressionante: a anarquia na Somália, o genocídio em Ruanda e na Bósnia, a guerra civil no sul do Sudão e agora em Guiné-Bissau, o conflito entre Etiópia e Eritréia, as violações maciças de direitos da população civil que acompanharam a rebelião no Zaire-Congo e agora se multiplicam em Kosovo, no coração da Europa, onde supostamente a ampliação da Otan deveria ditar a lei.

Na Ásia, a ausência de um sistema eficaz de segurança regional cria o vazio da incerteza entre a China e o Japão, ao norte, e entre a Índia e o Paquistão, ao sul. As informações desalentadoras que o noticiário cotidiano nos serve regularmente a partir do Afeganistão e de Sri Lanka, de Myanma e de Camboja causam apenas tédio e indiferença. No Oriente Médio, o processo de paz naufraga sem que a maior potência do mundo logre influenciar Israel.

No entanto o *turning point* inconfundível, o evento que verdadeiramente põe fim ao ciclo de ilusões aberto com a queda do Muro de Berlim, é a explosão de armas nucleares pela Índia e o Paquistão. Sua mensagem é clara: as proteções e equilíbrios precários da Guerra Fria não foram substituídos por mecanismo confiável de segurança coletiva sob a égide da ONU, apoiada pelas grandes potências. Na sua ausência, é

como lembrava Euclides a propósito de um episódio de Canudos: *Em tempo de murici, cada qual cuide de si.*

Ora, as tentativas de melhorar a ordem internacional, como as convenções do Direito do Mar e da Biodiversidade, no passado recente, ou o tratado antiminas e o da Corte Penal Internacional agora, sem falar na reforma do Conselho de Segurança ou no pagamento das contribuições atrasadas à ONU, não são capazes de atrair os Estados Unidos. Em todos esses casos, os norte-americanos receiam limitar sua margem de ação, não obstante a conversa-fiada de que deveríamos, os pequenos, prazerosamente sacrificar a soberania no altar da globalização. Parece que soberania pouca é bobagem; quando é muito, é intocável.

Esse é o grande paradoxo atual: o poder supremo não quer (ou não pode) impor a sua ordem às maiorias (como ocorria no passado), mas estas tampouco conseguem persuadir o poder a aderir à ordem que elas gostariam de construir democraticamente. O impasse se mantém enquanto não surge ameaça a interesses vitais do poder, a ponto de decidir-lo a pôr de lado escrúpulos éticos ou o escasso apetite guerreiro da população.

Se o poder não manda por lhe faltar legitimidade, seria preciso que se dessem os meios do poder a quem representa as maiorias e detém a legitimidade, isto é, as Nações Unidas.

Para isso, não basta que os donos do poder aceitem colocá-lo à disposição de uma organização mundial, o que, no momento, é, no mínimo, altamente duvidoso. Faltaria ainda dar à legitimidade teórica o conteúdo concreto, que, no mundo pós-Guerra Fria, só pode nascer da convergência da democracia com a prosperidade da economia de mercado.

Em outras palavras, processo decisório mais igualitário também no plano internacional e mercado capaz de evitar o agravamento da desigualdade entre as nações e no interior delas.

Como estamos a anos-luz dessa meta e, portanto, de uma verdadeira ordem, o melhor mesmo é buscar consolo nos versos evocados no início do artigo, nos quais Camões se dirige a Deus na sua linguagem de soldado:

*Não basta a minha fraqueza
Para me dar defensão
Se vós, Santo Capitão,
Nesta minha fortaleza,
Não puserdes guarnição.*

(Reprodução de matéria publicada pela Folha de S. Paulo, edição de 01/08/98, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero)

MINISTÉRIO DA DEFESA EM DEBATE

 Á entre nós, a criação do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), em 1946, sob a denominação de

Estado-Maior Geral, assinala apenas o surgimento de uma assessoria militar combinada do Comandante Supremo das Forças Armadas — o presidente da República. Resultou, ao término da Segunda Guerra Mundial, da necessidade sentida de um órgão militar de cúpula para coordenar e integrar as ações das Forças Armadas, particularmente em caso de operações bélicas. Na realidade, por interesse ou desinteresse do Governo, questão de cultura, falta de amadurecimento e vontade política, conflito e disputas entre Forças, o Emfa jamais teve a devida expressão nos círculos político-militares nacionais.

Somente 20 anos mais tarde, em 1967, a integração das Forças Armadas voltou a ser considerada com a promulgação do conhecido Decreto-Lei 200, cujo texto preconizava estudos visando à criação do Ministério das Forças Armadas.

A idéia nunca saiu do papel. Castello Branco, temeroso do agravamento da crise gerada com o problema da aviação embarcada e preocupado em manter a união das Forças Armadas perdeu boa oportunidade de promover a integração dos ministérios militares. A Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela Constituição de 1988, propôs a criação do Ministério da Defesa. A proposta teve pouca receptividade e terminou arquivada. Agora, no bojo da reforma constitucional, às vésperas da

reeleição presidencial, o Planalto faz ressurgir promessa de campanha eleitoral — criar o Ministério da Defesa.

O tema não constitui novidade. Embora de natureza polêmica, indica uma tendência natural. Suscita a apresentação de uma miríade de opiniões contrárias e favoráveis, bem como o levantamento de sem-número de vantagens e desvantagens.

A propalada tese de se obter maior profissionalismo dos especialistas no *manejo da violência* e, por conseguinte, melhor desempenho das Forças Armadas é relativa. Poder-se-ia apontar uma série infundável de exemplos históricos de países do primeiro e terceiro mundos dotados de Ministério da Defesa, cujas Forças Armadas nem por isso se cobriram somente de glórias quando empregadas em operações de guerra.

O Ministério da Defesa não deve ser encarado como símbolo da queda do regime militar ou da transformação do soldado em marionete nas mãos dos políticos. Sem dúvida, o poder concentrado do Ministro da Defesa, em particular nos países carentes de estabilidade política, afigura-se, certamente, sem paralelo. Dispõe de vultosos recursos financeiros e materiais, controla ponderável efetivo de servidores públicos espalhados por todo o território nacional, detém o poder de emprego das armas que lhe são confiadas pela nação, exercendo, assim, grande influência nos círculos políticos e econômicos.

O cargo requer autoridade, competência e equilíbrio para enfrentar desafios administrativos, diplomáticos, econômicos, estratégicos, políticos, de relações humanas e técnicos. Ademais, exige espírito de trabalho em equipe e decisão, profundo domínio do funcionamento da burocracia estatal, agravada pelas naturais rivalidades intramuros e exteriores, para não aludir às pressões internacionais. No passado, admirantes, brigadeiros e generais, na guerra silenciosa dos gabinetes, costumavam até sonegar informações entre as Forças Singulares, em defesa de interesses corporativos e em busca de prestígio pessoal. As funções do Ministro da Defesa, intrinsecamente, trazem reptoos dos mais variados matizes, de difícil solução a médio prazo.

O cargo tanto pode ser exercido por civil como por militar. O ministro civil, se gerir a pasta com habilidade, auferirá grandes dividendos e, normalmente, terá sobrevivência política garantida. O ministro militar viverá sempre em equilíbrio instável, compelido a dividir a sua lealdade com o estamento armado que representa e com o Governo que integra e lhe assegura sustentação, sem garantia de sobrevida política. Calógeras, à testa do Ministério da Guerra, exemplifica a feliz administração de soldados por um civil, em que pese se atribuir os louros colhidos na época ao Marechal Hermes.

É preciso cuidado para não se cair na tentação de rodízio no cargo de representante de cada Força Singular, com o intuito de amainar arestas. Tal prática, em outros países, revelou-se inconveniente, levando ao cargo homens nem sempre credenciados para as funções, não raro cansados pelo peso da idade, sem criatividade e combatividade, alçados a essa elevada posição meramente em razão de antigüidade hierárquica.

Outro problema a considerar é a quem caberá o exercício do comando geral de cada Força.

Admitir que a criação do Ministério da Defesa porá fim às disputas normais inter-forças trata-se de ledo engano. Ministério da Defesa é caricatura de uma organização de componentes rivais sob direção única, mas sua instituição não implica a anulação das Forças Singulares. A identidade, as características orgânicas e as tradições de cada Força ditam as respectivas missões e doutrinas de emprego, motivo pelo qual têm de ser preservadas e respeitadas.

O Ministério da Defesa ensejará a ampliação da guerra de papéis, com volumosa tramitação de memorandos, ofícios, estudos, relatórios, pareceres etc. Exigirá maior número de coordenadores, oficiais de ligação, grupos de trabalho, comissões e mais comissões. Dizem que quanto menos engenhos bélicos, mais pessoal é imprescindível para administrá-los e

mantê-los em boas condições de emprego. Impõe-se, assim, não cometer o pecado de reduzir os minguados efetivos combatentes em benefício de maior número de *tigres de papel* — os burocratas que costumeiramente imperam no processo administrativo-decisório. Não se deve esperar esvaziamento de estados-maiores. O Emfa deverá ganhar a merecida importância que lhe cabe e transformar-se no suporte do Ministério da Defesa, seja com o mesmo nome ou outro diferente. Os estados-maiores das três Forças Singulares serão mantidos e, conforme o modelo adotado, poderão assumir outros encargos e responsabilidades. Certamente, surgirão novos comandos e estados-maiores combinados. Queiram ou não, a nação jamais prescindirá da figura do soldado. A história aí está para comprová-lo.

A expressão militar do Poder Nacional é parte de um todo indivisível e integra o Executivo. Está na moda falar-se em *desmilitarização*. Mas as instituições militares constituem o braço armado da política nacional e suas missões constitucionais são universais e perenes, variando apenas as prioridades a elas atribuídas em função do regime que garantem e da conjuntura atravessada.

A criação do Ministério da Defesa em si não traduz menosprezo pelas Forças Armadas. Independente de sistema presidencialista ou parlamentarista. A solução não está em copiar

modelos alienígenas. Há a considerar, antes de tudo, as peculiaridades do País, as nossas tradições, cultura e mentalidade, para determinar o que nos convém. O tema reclama que seja tratado de maneira racional e escoimado de paixões. O assunto pede análise aprofundada.

Criar o Ministério da Defesa por mero casuismo *revanchista* ou, simplesmente, para honrar compromissos de palanque, a fim de afastar os militares do processo de tomada de decisões políticas, não faz sentido. Até porque, não será o fato de se ter um civil à frente dos negócios da caserna que inibirá as Forças Armadas a tomar a iniciativa para cumprir com a sua inarredável destinação constitucional.

Os ministérios militares ou o Ministério da Defesa representarão, sempre, uma pedra no sapato ou no caminho dos políticos até a sociedade reconhecer o papel legítimo desempenhado pelos militares em seu seio. As Forças Armadas refletem tão-somente as sociedades de onde dimoram. Resta fazer o que se tem de fazer na hora certa e acabar com o mal hábito de tapar o sol com a peneira. Hesitações e improvisações não conduzem a bom termo. Urge uma política para as Forças Armadas e não política nas Forças Armadas. Anseia-se por uma doutrina militar coerente com a realidade nacional e exequível, para que as Forças Armadas se

organizem de modo a poder ser empregadas consoante o estabelecido.

Se o pretendido Ministério da Defesa vier a propiciar maior economia — o que é questionável —, eficiência, eficácia, racionalidade e operacionalidade, será louvável e desejável. Caso contrário, resultará em mais uma frustrante reforma ministerial, que cairá no vazio com grande descrédito para o governo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 03.06.98, e assinada por L. P. Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB)

DO VIETNÃ A KOSOVO

R guerra do Vietnã lançou os movimentos de *libertação nacional*, que dariam fatalmente no socialismo, em sociedades mais justas, *a salvo do imperialismo*, segundo documentos teóricos da época. Era o que tentava expressar o grito *um, dois, três Vietnãs*, essência do que pretendia o guevarismo. Na América Latina, além das guerrilhas, cujas grandes formações ainda sobrevivem na Colômbia, a política de *substituição de importações*, de fortalecimento do mercado interno, representou variante não armada.

Utopias igualmente sepultadas? O Exército de Libertação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionárias da

Colômbia (Farc) cruzam seus caminhos com narcotraficantes. Quando Yoweri Museveni entrou em triunfo na capital de Uganda, em janeiro de 1986, historiadores foram unânimes em dizer que se abria nova era na África. Ele portava credenciais de intelectual. Assumia o poder um guerrilheiro e um socialista, tido como um dos últimos cavaleiros errantes da descolonização, fiel à ideologia da libertação. Mas a pequena Uganda tornou-se em pouco tempo, com Museveni, experimento do FMI e Banco Mundial.

Outro guerrilheiro com raízes no guevarismo, Laurent Kabila, instalou-se no Congo cercado de tecnocratas formados em universidades ocidentais. Exemplo trágico é o da Eritreia, que se proclamou Estado em 1991 depois de 30 anos de guerra. Já se passaram mais sete anos e nada de bom aconteceu em liberdades fundamentais e benefícios materiais. A erupção em Kosovo de um *exército de libertação*, conhecido pela sigla UCK, provoca, afinal, discussões sobre a vigência ou não, e em que termos, em caso afirmativo, de movimentos de *liberação nacional*. O que significa hoje direito à autodeterminação em áreas periféricas.

Na Eritreia, envolvida em guerra sem sentido com a Etiópia, velho recurso de lideranças sem saídas internas, as conquistas se limitaram ao uso da própria língua e fortalecimento

da própria cultura. Kosovo é o que mais confunde esquerda com tradição de solidariedade a formações como o UCK. As condições de vida dos albaneses, maioria no enclave administrado com mãos de ferro pelos sérvios, são as piores possíveis há muito tempo, não só agora. Direitos humanos nunca existiram. Situação comparável à dos palestinos sob Israel. A Europa ignorou tudo isso e se mexe tardiamente com medo de nova fogueira nos Balcãs que acabe pegando Bulgária, Grécia, Macedônia e Turquia.

A disposição é jogar o UCK para escanteio, punição pelo emprego de métodos terroristas. Acontece que os albaneses de Kosovo aprenderam com as guerras na ex-Iugoslávia que só com armas é possível livrar-se da solução final imaginada pelos sérvios. Pensam como o UCK, que nada tem a ver com as utopias dos anos 60. Pelo contrário, abomina o socialismo, no qual os seus quase se afogaram com o regime comunista. O projeto é de criação de uma Grande Albânia, agrupando etnias albanesas espalhadas pelos Balcãs. A Macedônia perderia 14% de seu território.

Sonhos de grandeza, de domínio regional, como os dos sérvios, com componentes monárquicas teológicas. Há nova dinâmica em campo. Como as esperanças de libertação social baixam de cotação, um universo de ilusões parece satisfazer-se

com a idéia, hoje errante, de libertação *nacional*, se possível em escala territorial gigante e força hegemônica. O UCK não teria assento na conferência Tricontinental de Cuba, a do *um, dois, três Vietnãs*, mas representa, com armas nas mãos e a Grande Albânia na cabeça, o que querem os albaneses. Não à autonomia oferecida por salvadores retardatários, como União Européia, Estados Unidos e Otan.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 24.08.98, e assinada pelo jornalista Newton Carlos)

PRUDÊNCIA COM O MERCOSUL

Fá muito se tornou uma evidência a necessidade das integrações econômicas internacionais – tanto mais numa era da informatização global e de transferências de capital por cima das fronteiras estatais. Essa evidência tinha de chegar à América do Sul após as integrações iniciadas na Europa Ocidental, América do Norte, África Austral e nos chamados *tigres asiáticos*.

Em tudo cumpre, porém, existir um mínimo de prudência. Os primeiros documentos da integração européia são os Tratados de Roma, de 1957. As barreiras aduaneiras foram caindo sucessivamente, e moeda única está prevista para cul-

minar o processo no ano 2002, nada menos que meio século após os primeiros tratados.

O Mercosul é de 1991. Ele começou várias integrações econômicas e o passaporte único está previsto para breve. Especial cuidado merecem as etapas seguintes. Já há projeto-lei circulando na Câmara dos Deputados estendendo a nacionalidade brasileira a todos os cidadãos do Mercosul e, por piores que sejam os salários dos nossos profissionais liberais e dos nossos operários propriamente especializados, são muito superiores aos de todos os vizinhos hispano-americanos, que poderão vir para cá em enxurrada, passando a competir com os atuais desempregados e as novas gerações.

Aliás, o Brasil nada ganhou com a dupla nacionalidade extensiva aos portugueses. O Parlamento de Portugal cortou unilateralmente de sua Constituição a reciprocidade, em consequência dos Acordos de Schengen, impostos pela União Européia contra as imigrações alienígenas. Dentistas e outros brasileiros lá residentes nada ganharam. Cumpre desenvolver a Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa.

Pode ser muito engraçado um presidente da Argentina mandar imprimir moedinhos do Mercosul para colecionadores – só que o euro será, no final das contas, a extensão do marco alemão, a sede do Banco Central europeu ficará na Alemanha e

será alemã a maioria dos seus tecnocratas.

O Brasil, com uma economia três vezes maior que a Argentina e o dobro de outras reunidas, não pode aceitar diferentes regras de jogo.

Fala-se até em Parlamento do Mercosul. Ora, o Brasil tem população cinco vezes maior que a da Argentina e quase o dobro da dos demais países sul-americanos. No Parlamento da União Europeia, os países dispõem de representações proporcionais à sua população. Portanto, o possível Parlamento do Mercosul tem de levar em conta a proporcionalidade demográfica; senão, quem sai perdendo é o Brasil.

Lembre-se ainda de que o Nafta tem suas limitações: os Estados Unidos não aceitam, evidentemente, moeda única, muito menos passaporte padronizado nem banco central ou Parlamento ou outras instituições supranacionais. Nisso, o Mercosul parece muito mais Nafta que União Europeia.

O perigo maior consiste em somarmos instabilidades institucionais latino-americanas, como se fosse possível superá-las por meio de instituições supranacionais.

Já imaginaram se houver integração do Mercosul até militar, como insistem alguns setores dos nossos vizinhos? O que acontecerá ao Brasil numa possível próxima crise bélica nas Malvinas, por exemplo? A conclusão, de novo óbvia, só

pode ser a necessidade de ir acelerando o Mercosul aos poucos, com muito cuidado nas curvas da estrada que é longa — tem de ser, por suas complexidades.

Ademais, o Brasil precisa integrar-se consigo mesmo verticalmente, com melhor distribuição de renda entre as classes sociais, e horizontalmente, com o Norte e Nordeste, além de dirimir as desigualdades dentro de cada estado do Centro-Sul.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 12.08.98, e assinada por Vamireh Chacon, diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da UNB)

O TAMANHO ÓTIMO DA CRISE

Quando os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial, o Presidente Wilson anunciou os seus famosos 14 Pontos, o programa da guerra para acabar com todas as guerras. Era um designio ambicioso que incluía, entre outras coisas, a reestruturação da economia mundial com base no livre comércio e a criação de nova ordem internacional por meio da Liga das Nações. Diante dessa extraordinária proposta para a época, coube a Clemenceau, o Tigre, então primeiro-ministro francês, resumir a reação cínica dos estadistas europeus, escaldados por sé-

culos de decepções: Até o bom Deus, que é todo-poderoso, se contentou com dez mandamentos, e os americanos nos vêm agora com 14!

O ceticismo do Velho Continente foi, como se sabe, confirmado pelos fatos. Não só predominou o que o dirigente italiano Vittorio Emmanuel Orlando chamava de *il sacro egoismo*, como o fracasso de todos os sonhos conduziu inelutavelmente a uma guerra ainda pior que a precedente.

Evoco esses personagens e ditos semi-olvidados, resgatando-os das brumas de uma manhã nova-iorquina. Escrevo de um 33º andar, em frente do edifício das Nações Unidas, e vejo a meus pés o East River com suas barcaças e pontes formigantes e a pujança inigualável de Nova York, a Roma da globalização e do terceiro milênio. Vim para o debate sobre a economia mundial que abre o período de sessão do Ecosoc, o Conselho Econômico e Social da ONU, que este ano reuniu Kofi Annan, o secretário-geral da organização, o diretor do FMI, Michel Camdessus, o presidente do Banco Mundial, Jim Wolfensohn, e este criado.

No caso passado, a discussão foi em Genebra. Meus colegas, missionários empenhados em pregar aos infieis o paraíso da globalização, apresentaram um panorama radioso evocativo das profecias stalinistas de Aragon sobre os amanhãs que cantam. De minha

parte, comecei por dizer: *Concordamos em discordar*, e descrevi um quadro mais realista. Após a reunião, Candessus estranhou meu pessimismo. Disse-lhe que os sinais de mudança de maré me pareciam inconfundíveis. Era 2 de julho de 1997, o dia fatídico da desvalorização da moeda tailandesa; nem ele nem eu suspeitávamos de que começava longa e dolorosa agonia para a Ásia e para a economia de outros países.

Desta vez, concordamos todos que há indícios de melhora. A crise se torna mais profunda, ameaça desfazer as conquistas de 30 anos na luta contra a pobreza. Um ano depois, não houve recuperação rápida, como na crise do México. A razão é simples: no caso mexicano, os EUA bancaram um pacote financeiro gigantesco, desembolsado imediatamente, e mantiveram o mercado aberto para que a economia do vizinho se recuperasse via exportações. No caso da Ásia, nenhum país está desempenhando esse papel. Pior até: o país que deveria assumi-lo, o Japão, é ele mesmo parte do problema. Como se disse no debate, as dificuldades nipônicas constituem *uma crise dentro da crise* e têm potencial destrutivo muito maior.

Que fazer? Ninguém parece saber ao certo. O G-7, que pretende governar o mundo e a economia, não consegue nem governar sua própria casa, pois até agora fracassou em coor-

denar o valor do iene em relação a outras moedas. Embora com alguns sinais de flexibilidade (em relação aos déficits orçamentários sobretudo), o FMI se aferra a uma terapia cujos efeitos tóxicos ameaçam liquidar os doentes. Os juros altos, por exemplo, já duram 12 meses, muito mais do que o período curto recomendado pelos especialistas, sem haver restaurado a confiança. As desavenças que os velhos maxistas atribuiriam às rivalidades intra-imperialistas se acentuam entre japoneses e americanos, economistas do FMI e do Banco Mundial. O Fundo se vê acossado. À esquerda, pelos que o acusam de insensibilidade social e cegueira intelectual, e, à direita, por gente como o presidente do Bundesbank, Tietmayer, que o responsabiliza por leniência com os emprestadores imprudentes.

O único saldo positivo de tudo isso é que as instituições de Bretton Woods, antes imperturbáveis na olímpica arrogância e auto-suficiência com que ignoravam as queixas, começam a ter a segurança abalada pela adversidade e a frustração. Não se pode ainda falar de humildade, mas já se esboça uma atitude mais aberta ao diálogo, a disposição de escutar as vítimas. De fazer um gesto em direção às Nações Unidas, organização muito mais democrática, pois baseada no princípio *um país, um voto* (salvo no Conselho de Segurança), e não no sistema de cotas de

capitais, que dá aos ricos o controle absoluto do FMI e do Banco Mundial e os subordinam a seus interesses e a sua visão do mundo.

Tenho a impressão de que a crise sistêmica que está na raiz da freqüência cada vez maior de colapsos monetários e financeiros desde o abandono do sistema original de Bretton Woods há 26 anos (uma crise grave a 19 meses) não admite soluções simplistas, unidimensionais, a ser adotadas de um só golpe, de uma vez por todas. A complexidade do desafio atual, a incerteza de que alguém possua realmente as respostas a todas as perguntas, a necessidade desta vez de uma participação mais ampla dos países pobres, da sociedade civil, na busca de uma nova arquitetura, tudo isso aconselha a que se inicie um processo ordenado de avanços graduais, com base em agenda equilibrada, não imposta do alto, mas que recolha as angústias e preocupações de ricos e pobres, de credores e devedores. Soa talvez tão idealista como o sonho de Woodrow Wilson. Quem sabe, porém, se o poder criativo dos grandes desafios, sua força catalisadora para precipitar decisões, antes julgadas impensáveis, não será capaz de desencadear esse processo? É essa idéia contida no título deste artigo, uma expressão hoje muito repetida por aqui. Em que consiste, de fato, a crise ótima? É aquela

cujo tamanho e intensidade seriam suficientes para romper a inércia e produzir as decisões necessárias, sem atingir o limite a partir do qual veríamos o colapso do sistema.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 11.07.98, e assinada pelo Secretário Geral da UNCTAD, Rubens Ricúpero)

A DITADURA DA AUDIÊNCIA

Sos meios de comunicação precisam tomar cuidado com o crescimento de um fenômeno que já se pode chamar de ditadura da opinião pública. Ou, se preferirem, de ditadura da audiência. A expressão parece encerrar um paradoxo, já que a supremacia da vontade da audiência — ou da maioria — seria essencialmente democrática. Mas, é aí que entra o equívoco: justificar a veiculação de programas apelativos na TV pela audiência que alcançam é perverter a idéia de vontade. É transferir a responsabilidade da escolha a quem não está exatamente escolhendo.

A ascensão de programas baseados na exploração da degradação humana e da sexualidade reduzida à pornografia, entre outros estímulos grosseiros e violentos, não pode ser explicada apenas como aquilo que o povo quer ver. A discussão é antiga, e não se deve mais perder tempo com argumentos politicamente cor-

retos — e preguiçosos — do tipo *a televisão é o reflexo da sua audiência*. Essa premissa é falsa e irresponsável. A TV reflete hábitos e costumes, isto é óbvio, mas é também um dos principais elementos de formação cultural do país.

Não é preciso recorrer a nenhum artifício sociológico para constatar o que vem ocorrendo por trás das telas: diretores de programação trabalham com aparelhos de medição imediata de Ibope apontados contra suas cabeças. Ninguém irá discutir a lógica comercial da existência de uma emissora. Mas a busca por pontos de audiência não pode se dar de forma angustiada, desesperada, como se essa guerra pudesse ser ganha ou perdida em minutos. É preciso notar que uma guerra de audiência também requer estratégia, planejamento de longo prazo e bom senso.

Se os programas ou quadros apelativos — as chamadas *baixarias* — fossem a melhor arma de uma disputa comercial televisiva, este tipo de recurso dominaria a programação da emissora que lidera o mercado há décadas — o que não é o caso. Está claro que o gosto e a sensibilidade dos telespectadores podem ser *trabalhados* (formados, cultivados e até refinados), e a prova mais evidente disso é o sucesso da teledramaturgia nacional. Sua qualidade pode até ser discutida, mas estará sempre muito acima de qualquer show de

variedades bizarras. A formação de uma audiência não se dá do dia para a noite, pelas mãos de caçadores de Ibope com a cabeça eternamente a prêmio. Para formar audiência é preciso imprimir um padrão, e para imprimir um padrão é preciso perspicácia e coragem para saber perder hoje, amanhã ou depois à espera da vitória final, que se bem tramada será questão de tempo.

É hora, portanto, de reconhecer que, quando se trata de discutir festivais de *baixarias* da TV, a metralhadora indignada do moralismo não é suficiente. Faz-se necessário abandonar certos pudores e incluir no debate os interesses comerciais — em tese, legítimos — das emissoras. Até porque as programações de TV são importantes demais para ficar apenas nas mãos de programadores, em que pese a reconhecida competência de nossos profissionais. Entre outros aspectos, é preciso que se reflita sobre a discutível estratégia da distribuição de estímulos emocionais primários ao público menos instruído.

A história recente da TV no Brasil mostra que programas apelativos não têm vida longa. Diversos personagens grotescos, na linha do popularesco *homem do sapato branco*, já passaram como cometas pelo vídeo e desapareceram. A conclusão é uma só: os espetáculos de vulgaridade são intoleráveis para todo o público, mas a parcela menos instruída precisa

consumir algumas doses daquela excitação primitiva antes de fartar-se dela. O problema é que, ainda que seja uma estratégia comercial equivocada, o mau gosto e a estupidez fazem escola. Noutras palavras, uma sociedade não pode ficar esperando que o bom senso ilumine diretores de TV, enquanto a violência verbal a grosseria e a degradação humana viram epidemia nacional.

A sociedade brasileira já tem maturidade suficiente para saber o que é bom sem necessidade de qualquer tipo de censura. Mas isso não legitima o cinismo da ditadura da audiência, segundo a qual se o povo consome lixo é porque gosta de lixo. Os formadores de opinião, a elite intelectual, ou como se queira chamar a parcela mais esclarecida da sociedade, não pode fugir da responsabilidade de garantir padrões civilizados à comunicação de massa. A idéia de que as emissoras devam tomar a iniciativa de auto-regular, a exemplo do que faz o setor de publicidade, é positiva mas já não é nova.

O fato é que as empresas de mídia eletrônica precisam ser provocadas por outros setores da sociedade. A constituição de um fórum para esse fim deveria contar, de saída com instituições como o Ministério Público, as entidades de defesa do consumidor, a Igreja, a Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, o Ministério das Comunicações, além, é claro, da

associação das emissoras de TV e outras entidades de classe interessadas.

Uma mobilização institucional dessa ordem produziria, com certeza, mil e uma fórmulas de controle democrático da qualidade na TV – incluindo mecanismos conhecidos, como classificação por horário, e outros mais recentes, como o chip capaz de bloquear a transmissão de um canal; mais importante, contudo, seria a constatação de que a vitória dos departamentos comerciais das TVs não depende da derrota do público. Se ainda resta alguma vida inteligente entre os guerreiros da audiência, não será difícil perceber que transformar a TV numa feira de barbaridades será a derrota de todos nós.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 06.07.98, e assinada por Marilene Lopes, Gerente de Comunicação da Xerox do Brasil)

ORQUESTRA DESAFINADA

R*Pax Americana*, que parecia marca do pós-Guerra Fria, se torna um monte de dúvidas. Clinton regendo orquestra desafinada é capa da *Foreign Policy* com análises tratando da incapacidade crescente de Washington de fazer com que toquem conforme sua música. A impotência diante dos testes nucleares da Índia e Paquistão obscureceu o triunfo

dos Estados Unidos na Guerra Fria, considerado estrategicamente mais importante do que qualquer outro, desde a batalha de Trafalgar, que deu à Marinha britânica o domínio dos mares e a Londres os mercados do planeta.

Nova Roma? Comunicações por satélite e a Internet, as infovias, equivaleriam às estradas romanas, enquanto o inglês é o latim moderno, a língua franca. Os Estados Unidos gastam com o Pentágono US\$ 250 bilhões por ano, iguais às despesas militares somadas das 10 potências de segunda linha. Seus arsenais estão no mínimo uma geração tecnológica à frente dos demais. É hora, diz Clinton, de *criar a nova estrutura que nos levará através dos próximos 50 anos, como o Plano Marshal nos deu os instrumentos de avanço na Guerra Fria*.

Os Estados Unidos cumprem a missão de modelar um novo mundo e fazê-lo à sua imagem. Tem sido a convicção de seu presidente, nada ajustada à confissão de Mike McCurry, seu porta-voz, de que Índia e Paquistão passaram por cima dos conselhos da Casa Branca de abstinência nuclear. São exageradas e *excessivamente simpáticas*, segundo Mc Curry, as afirmações de que os Estados Unidos podem *orquestrar e implementar uma Pax Americana*. O que acontece no Oriente Médio se incorpora à impotência diante da proli-

feração das armas de destruição maciça.

Clinton perdeu a confiança de judeus e palestinos. Pior ainda, o primeiro-ministro Netanyahu, de Israel, age convencido de que a liderança de Clinton é fraca e permite um blefe atrás do outro, sem riscos de represálias letais. A idéia, hoje já quase desfalecida, de uma *Pax Americana*, incorporou-se com a Guerra do Golfo e a frente, anti-Saddam Hussein como protótipo de solução dos conflitos pós-Guerra Fria. Embora a bandeira da ONU marcassem presença, o emprego de força foi feito sob o comando de fato dos Estados Unidos, com apoio (ou submissão) das potências de segundo escalão, inclusive Rússia.

O significado desse suposto protótipo cresceu por tratar-se de ações contra um país altamente militarizado, o Iraque, numa das regiões mais importantes do planeta. Tudo isso deu traços ainda mais fortes ao contraste entre o abjeto colapso da ordem soviética, na palavra de americanos triunfalistas, e o êxito efetivo e devastador da aliança liderada pelos Estados Unidos. Não foi possível, no entanto, reproduzir o modelo do Golfo, segundo a vontade de Washington, na Bósnia, Ruanda e Congo. Mesmo no Golfo a aliança já não mantém a coesão dos tempos da guerra.

Rússia e, de certo modo, França assumem interesses próprios. Na África, a França

entra em choque, munida da pretensão de guardião do velho colonialismo, com a política de Clinton de transformar antigos guerrilheiros em elos africanos da globalização. Nos Balcãs, onde explode nova guerra, a de Kosovo, os russos fazem o jogo dos sérvios, eslavos do sul, na alça de mira dos Estados Unidos e Europa. Depois dos testes, a Rússia assinou acordo de cooperação nuclear com a Índia. Já os Estados Unidos ficam cada vez mais sós em sua política de isolamento de países malfeitos como Irã e Cuba.

Clinton procura sepultar a idéia de *confronto inevitável* com a China, presente em obras de impacto como *The Coming Conflict with China*, e talvez partir para um eixo no terceiro milênio. *Pax sino*.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 13.07.98, e assinada pelo jornalista Newton Carlos)

TRAGÉDIA E FARSA NO CAMBOJA

 á muita coisa por trás do sufrágio legislativo ora em curso no Camboja, nação-reminiscência do grande Khmer, cujas fronteiras estendiam-se à China, à Índia e ao norte da Malásia continental de hoje. Reduzido a pouco mais de 181 mil quilômetros quadrados, com 10,3 milhões de habitantes, obteve sua independência dos

franceses em 1953. Foi monarquia até 1970, república militarizada resultante do golpe forjado pela CIA até 1975, regime agrário de terror protocomunista até 1979, território sob ocupação vietnamita até 1991, administração provisória da ONU até 1993 e monarquia constitucional desde então. Entre 1969 e 1973, bombardeios americanos, no início secretos, e, dois anos depois, a tirania de 42 meses do Khmer vermelho retiraram a vida de 1,6 milhão de cambojanos, algo em torno de um quarto do total demográfico médio no tétrico período, segundo os mais abalizados contabilistas de cifras macabras.

No quadro de complicadores nacionais nestes tempos de globalismo acelerado e desenvolvimento nunca visto das tecnologias de informação, o Camboja destaca-se acima de todos. O conflito afegão, o conflito balcânico e outros dependem talvez menos da comunidade internacional que do reino indochinês, onde até o orçamento é financiado por ajudas externas. Há cinco anos ela investiu mais de US\$ 2 bilhões em sua normalização, mediante o estabelecimento de bases legais para gestão interna e convívio com outras nações. Nova carta constitucional, governo eleito (embora sob forma anômala de dois primeiros-ministros avais e dois titulares das pastas da Defesa e do Interior, também contrastantes),

projetos de reformas econômicas, sociais e do Estado foram elaborados e financiados por organismos internacionais para um país que renascia das cinzas. O próprio Bill Clinton decidiria arbitrar-lhe a cláusula comercial de NMF (nação menos favorecida).

A situação iria, entretanto, deteriorar-se inapelavelmente, comprovando que os intensos esforços da comunidade internacional não haviam descido à raiz dos problemas. Em seguida à devolução de Hong Kong à China, à flutuação do baht tailandês (que abriria a crise global na Ásia do Leste) e às vésperas da admissão do Camboja na Ansea (Associação das Nações do Sudeste Asiático), acirram-se as contendas entre os dois co-premiers, o Príncipe Norodom Ranariddh e Hun Sen, o comunista que fora comandante de tropas no Khmer vermelho e chefe do governo fantoche imposto pelas divisões ocupantes de Hanói. Tendo o segundo pactuado com o secessionista Ieng Sary, ex-número 2 de Pol Pot, o príncipe aceitou a proposta de desmobilização e integração à legalidade do núcleo central do Khmer vermelho formulada por Khieu Samphan, o líder histórico do comunismo no país. Prometia-lhe este apresentar-se em aliança à frente conduzida por Norodom Ranariddh, criando uma agremiação dita de Solidariedade Nacional. Mais ainda, Khieu assegurava-lhe que Pol Pot fora

detido, perdera o comando do núcleo central e seria julgado por seus desmandos.

Ao descobrir a trama, Hun Sen pôs seus milicianos em pontos-chave de Phnom Penh, convocou tropas que lhe são leais e tomou o poder, matando umas 100 pessoas, em julho do ano passado. O príncipe fugiu a tempo justo, com a mulher, a filha e alguns correligionários, portando seu passaporte francês e a roupa do corpo, em direção a Aix-en-Provence, onde tem casa. Esse golpe foi punido: o Camboja não ingressou na Ansea e a cadeira de chefia de sua delegação à 52ª Assembléia Geral das Nações Unidas ficou vazia. Mas o impasse se formara, Hun Sen não cedendo um milímetro nem atendendo aos apelos da associação regional reunida em Kuala Lumpur. Vários países, Austrália, França e Canadá entre eles, tiveram atuação ambígua, inclusive depois que a Assembléia Nacional, com o grosso dos deputados fiéis a Ranariddh no exílio, nomeou o ministro do Exterior (Ung Huot) para o lugar do co-premier deposto.

Caberia mais uma vez à comunidade internacional encontrar uma solução, que afinal foi apresentada pela Chancelaria japonesa, nada mais que um curto documento chamado *Quatro Pilares*: as tropas leais ao príncipe, acantonadas no norte do país, seriam desmobilizadas para reintegrar-se ao exército regular, isto é, o de Hun Sen;

este admitiria a repatriação do rival, julgando-o, condenando-o e pedindo por escrito o perdão real; abriria o processo eleitoral, permitindo o retorno e a participação dos exilados; e, dentre estes, reconquistada a liberdade, Ranariddh poderia entrar em campanha. À exceção do primeiro pilar, os outros três foram erguidos após longas negociações. Embora não conte com veículo televisivo ou radiofônico, o príncipe está confiante, pois encontra apoios em seus comícios. Indagado sobre o que será do Camboja se Hun Sen ganhar as eleições, o rei Norodom Sihanuk respondeu imperturbável: *Eu reino, mas não governo; talvez se repita o ocorrido com Vítorio Emanuel na Itália: reinarei com o meu Mussolini cambojano.* Cabe recordar que não só *H Duce* como *Der Führer* tomaram o poder mediante eleições democráticas, sagrando-se vencedores por ampla maioria, num quadro de absoluta normalidade constitucional.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 27.07.98, e assinada pelo Embaixador do Brasil na Tailândia, Arnaldo Corrêa).

A ÚLTIMA TRÉGUA

uiné-Bissau parece seguir a sinal dos outros países de língua portuguesa estrelados por con-

flitos internos após a independência nos anos 70. Não fosse a trégua negociada pelos mediadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ainda estaria mergulhada até o pescoco na guerra civil que já provocou centenas de mortos e poderia repetir os trágicos acontecimentos que durante décennios enlutaram as populações de Angola, Moçambique e Timor Leste.

A novidade no caso é a formação de uma força internacional de paz dos países de língua portuguesa (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé), com a missão urgente de fiscalizar a trégua de Guiné-Bissau e provavelmente estender suas atividades aos outros países atolados em conflitos internos e externos. Antes da idéia de força de paz, a diplomacia de fala portuguesa oscilava entre o salamaleque estéril e o alinhamento com forças destrutivas dentro de fronteiras instáveis, sem perspectiva de paz.

Em Moçambique, quando os portugueses se retiraram para a Metrópole, por ocasião da independência em 1975, o país ficou completamente destruído, sem infra-estrutura e sem mão-de-obra qualificada. Os campos minados por toda parte dificultam o cultivo da terra, sem falar da fome, do tifo e da cólera que atingem os moçambicanos. Angola também vive a realidade da guerra civil que emendou na guerra contra o colonialismo português. No auge

da guerra civil entre o MPLA e os rebeldes da Unita morriam mil angolanos por dia. Era a mais antiga guerra do século — como se as potências, passada a Guerra Fria, tivessem esquecido de desativar a chacina permanente. O líder rebelde da Unita, apesar das tréguas assinadas e da eleição perdida para o partido governamental, refugiou-se no sul, de onde vive das minas de diamantes e vez por outra ordena ações de guerrilha. O país se transformou em enorme favela povoadas por mutilados das minas terrestres.

Já Timor Leste, depois de 500 anos de colonização portuguesa, ficou independente por apenas uma semana e logo a seguir foi invadido pelo Exército indonésio que dizimou, pela fome, tortura ou barbárie, mais de 200 mil pessoas, um terço da população local. Nos cinco anos seguintes à invasão, a ONU aprovou sete resoluções exigindo a retirada da Indonésia e reafirmando a legitimidade da luta pela independência de Timor Leste, oficialmente ainda atrelado a Portugal.

O colonialismo, que contribuiu para a derrubada do regime salazarista, continua a produzir seus efeitos. Foi tal a situação de penúria em que ficaram as antigas colônias e a falta de recursos para superar deficiências econômicas, disparidades sociais e ódios tribais, que a opinião pública internacional deixou de se sensibilizar pelos problemas decorrentes. Milhões

de cidadãos de fala portuguesa continuaram atirados às feras, enquanto a diplomacia mundial evoluía da Guerra Fria à formação dos blocos econômicos.

Moçambique, Angola, Timor Leste e agora — de novo — Guiné-Bissau continuam congelados nas trevas do pós-colonialismo. A força de paz dos países de língua portuguesa é o mais forte raio de esperança surgido nos últimos tempos — sinal talvez de que alguma coisa mudou.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 27.07.98)

JOGO PESADO

R proibição dos sorteios por redes de televisão, baseados em convênios com loterias estaduais, ameniza mas não elimina a tendência nacional para a jogatina. As televisões, com sua penetração extensiva, levaram ao paroxismo a tentação do povo brasileiro pelo enriquecimento instantâneo. Pessoas que sequer têm dinheiro para comida desperdiçam os últimos reais no impressionante leque de loterias que apregoam todo tipo de premiações.

Joga-se no Brasil da manhã à noite, reflexo do baixo nível de educação que se apóia na mágica dos sorteios para resolver problemas que deveriam ser removidos exclusivamente com trabalho, educação e dedicação. O Governo, que tudo tolera e até

mesmo entra na contradição com suas loterias, não é inocente em qualquer dos aspectos com que se aborda a questão. Quando não banca ele próprio a jogatina numa série infundável de loterias e raspas, permite bingos desvirtuados dos objetivos iniciais ou fecha os olhos à contravenção pesada do jogo do bicho, fonte de violência e do crime organizado. Manifestamente o bingo que se expandiu nas capitais cruzou os interesses das máfias dos empresários noturnos e, dos bicheiros, em nome dos clubes esportivos, a quem fingem beneficiar. As casas de bingo, objetos de CPI que deu em nada somaram-se às dezenas de cassinos clandestinos que atraem milhares de brasileiros, como moscas, ao bolo da ilusão do enriquecimento fácil.

Em suas tentativas de legalizar os cassinos no Brasil, os bicheiros, já tendo conquistado vitória parcial na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com apoio logístico dos cassinos de Atlantic City, ganham terreno, como se a questão do jogo devesse desviar a atenção dos políticos brasileiros em contraposição às grandes questões postas à mesa na atual legislatura. Bicheiro, por definição, é bandido, sem qualquer dúvida, e sua única contribuição à civilização brasileira tem sido a deseducação do povo, sem falar da violência, da sonegação, das execuções sumárias.

O clima de jogatina é francamente decadente. Expandiu-

se com os meios de comunicação que buscam audiência, leitores e lucro de qualquer maneira. Não há lei que resista ao impeto do relaxamento dos costumes. E nem país que saia incólume com tantos aproveitadores das ilusões alheias.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 30.04.98)

OS PARADOXOS DA CLASSE MÉDIA

Fá pouco tempo um amigo me dizia que a classe média se divide em três subgrupos: os que têm emprego, os que estão procurando emprego, e os que já nem podem mais conseguir um emprego. Creio que, nessa linha, há outras categorias possíveis aparecendo. Existe, por exemplo, sob o critério *van*, a parte da classe média que perdeu o emprego e usou o dinheiro do FGTS para adquirir uma *van*, para transportar a outra parte da classe média que, embora tenha emprego e automóvel, não tem coragem para sair de casa à noite.

Uma categoria inevitável, nesta época do ano, corresponde às alíquotas do Imposto de Renda. Existe a classe média do formulário verde, a do formulário azul, que fica na faixa da alíquota dos 15%, e a classe média dos 25%. Este último grupo, apesar de ter descoberto que precisava de mais de um

salário para poder manter um padrão de vida digno, e portanto ter decidido aumentar a própria jornada de trabalho, às vezes entrando por três períodos — manhã, tarde e noite — em empresas diferentes, é considerada pelo Leão como integrante da classe mais alta do país. Nivelada — ainda que só neste momento — aos grandes empresários, aos proprietários de terras, aos mais fortes geraadores e possuidores de capital do país.

Assim é descontado praticamente um quarto do que se chama de renda anual desse grupo. Na maioria dos casos, equivale ao pagamento por mais de 600 horas de trabalho ou três meses de salário. Para cidadão desta classe média, há pelo menos dois paradoxos. Primeiro, o de ter sido levado pela crise financeira, pela falta de recursos ou de perspectivas, a trabalhar mais, enquanto, ao mesmo tempo, ele sobe um nível na taxa dos descontos, passando a ser visto não como indivíduo de classe média que é, mas como qualquer outro dos membros da classe privilegiada que concentra a maior parte da renda do país.

O segundo paradoxo é o da discrepância entre a teoria e a prática. Em tese, com o imposto pago ele está ajudando a gerar novos recursos e a elevar o nível dos serviços públicos a que todo brasileiro tem direito, como educação, saúde, segurança. Entretanto, o cidadão percebe

que está pagando dobrado: pois deve, além de destinar recursos para o Estado, contratar os mesmos serviços — só que desta vez para valer — no setor privado.

Paga-se, por exemplo, por segurança. Mas não são passíveis de desconto na declaração os gastos com alarmes, trancas, travas, seguros de automóveis, câmeras de vigilância, empresas especializadas em controle de portaria de edifícios, e assim por diante, nessa imensa rede que é a indústria da segurança em nossas grandes cidades.

Paga-se também pela educação, direito constitucional de todo cidadão. Mas os R\$ 1,7 mil que corresponderiam a gastos extras com instrução acabam cobrindo parte das despesas com estabelecimentos privados que, no momento, infelizmente, são os únicos em que os pais podem confiar (prova disso é o fato de que a maioria dos membros do Governo brasileiro educam os próprios filhos e netos em colégios particulares). Nas escolas públicas, apesar da boa vontade dos professores, não chegam recursos para oferecer um ensino de qualidade, o que também impediu que haja um nível elevado de exigência. Segundo recente pesquisa divulgada pela ONU, na América Latina são gastos anualmente, por aluno, US\$ 252 no fundamental e US\$ 394 no ensino médio, enquanto que os países desenvolvidos investem, nos

mesmos segmentos, US\$ 4,1 mil e US\$ 5,1 mil, respectivamente. Isso é mais ou menos o que custa por ano uma escola particular de padrão razoável no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Ora, feita a conversão, os R\$ 1,7 mil dos gastos com instrução permitiria às crianças com apenas quatro meses por ano no setor privado — ainda assim, sem qualquer material escolar ou livro didático.

Paga-se, ainda, pela saúde. No entanto, os hospitais públicos sequer têm leitos suficientes, a ponto de termos que ser periodicamente surpreendidos por reportagens com cenas patéticas, em que os cidadãos choram seus parentes mortos nas escadas e corredores de enfermarias abandonadas. Curiosamente, neste âmbito específico os gastos são passíveis de desconto. Fica legitimada a procura pelos planos de saúde, fechando-se o círculo paradoxal em que já não mais se privatizou só a educação, ou só a segurança ou só a saúde, mas privatizou-se o próprio Estado.

A classe média da alíquota dos 25% paga, digamos, a dois estados. Ao Estado *virtual*, que talvez exista apenas no papel, ou esteja limitado a certos setores de Brasília onde se gasta boa parte dos recursos com altos salários e faustos eventos sociais, e onde se decidem os rumos do orçamento nacional. E paga também ao Estado *real*, o Estado do deveres

terceirizados; o *Estado-Privado*, do qual se contratam serviços que, na verdade, são seus direitos legais — mesmo que para isso seja necessário pagar, além da quarta parte já retirada, um significativo adicional.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.04.98, e assinada por Andreea Cecília Ramal, Mestre em Educação)

RAÍZES DO FUTURO

Em novo mundo desponta neste fim de milênio com raízes que se originam de três processos históricos independentes: a revolução tecnológica da informática, a crise e reestruturação do capitalismo e do estatismo e o florescimento de movimentos culturais transnacionais, como o ambientalismo, o feminismo e os direitos humanos. A interação desses processos gerou uma nova sociedade estruturada em redes (*network society*), uma economia global informatizada, e uma cultura da realidade virtual, num mundo cada vez mais interdependente.

A revolução das tecnologias da informação fez com que a produção da riqueza, o exercício do poder e a criação de novos códigos culturais passassem a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos no campo da informatização.

O capitalismo e o estatismo começaram a se reestruturar nos últimos 20 anos e as empresas e governos tiveram de se flexibilizar do ponto-de-vista da organização, mundializar-se do ponto-de-vista da produção, comercialização e financiamento e a se fortalecer em suas relações com o trabalho. As pressões competitivas, a flexibilização do trabalho e o enfraquecimento dos movimentos trabalhistas provocou o retrairmento do *welfare state* (estado-providência), a pedra angular do contrato social da era industrial.

As novas tecnologias da informatização foram decisivas para essa flexibilização da economia de mercado, ao prover instrumentos para o encadeamento das redes, a comunicação à distância em tempo real, o armazenamento e o processamento da informação, a individualização coordenada do trabalho e a concentração e descentralização simultânea da tomada de decisões em escala planetária.

A reestruturação do estatismo foi especialmente penosa na sociedade mais estatocrata do mundo, em torno da qual gravitam um conjunto de economias estatizadas. A URSS foi incapaz de assimilar a cultura da informatização, daí se seguindo a estagnação econômica e o enfraquecimento de sua máquina militar. Os reformistas foram derrotados pela inércia e resistência do Estado-partido burocratizado.

A queda do *socialismo real* levou de cambulhada os regimes estatizados de sua esfera, encerrando a guerra fria, que fanatizou o mundo durante o último meio século. A China resiste, com um sistema formalmente controlado pelo Partido Comunista, num sistema cada vez mais globalizado que tenta se adaptar à cultura da informatização.

Ao mesmo tempo, os movimentos libertários dos anos 60 em diante, que clamavam por uma mudança na vida e eram tidos como utópicos, subterrâneos, marginais, defendiam valores hoje plenamente assimilados pelas conferências internacionais da ONU. Esses movimentos culturais tiveram também forte impacto na economia, nas transformações tecnológicas e nos processos de reestruturação social nos anos noventa. O espírito libertário estimulou o uso descentralizado e individualizado da tecnologia da informação, a experimentação e manipulação de símbolos e evolui o cosmopolitismo do mundo da realidade virtual.

O mundo ingressou num sistema transnacional de produção que se confunde com a revolução tecnológica das telecomunicações e permite tomada de decisões em tempo real e em escala planetária. Em termos produtivos, a globalização se desenvolve através das filiais em redes de identidade supranacional, sem integração vertical – empresas muito diferentes das

velhas multinacionais. A localização de cada anel da cadeia de valor agregado se realiza onde pode contribuir mais para o desempenho da empresa. O problema consiste em saber onde essas organizações, maiores que muitos Estados, vão situar suas atividades.

Todos os países neste final de século definem sua inserção internacional segundo a capacidade de atrair investimentos internacionais diretos e todos os conflitos transcorrem dentro do processo da globalização. A intensa competição pela qualificação e domínio das tecnologias de ponta explica a tendência à polarização e exclusão social de setores desqualificados ou economicamente irrelevantes.

O trabalho autoprogramado e altamente produtivo suplanta e torna dispensável o trabalho genérico, sua individualização mina as organizações trabalhistas. O mercado financeiro global movimenta trilhões de dólares como uma nuvem virtual e instantânea. O poder eletrônico aniquila o espaço e o tempo e permite escrutar e mapear as melhores oportunidades no mundo, por cima dos poderes nacionais.

O crescimento dos fluxos de comércio, bens, serviços e investimentos internacionais, em níveis muito superiores ao crescimento da produção nacional e global, coincide com o enfraquecimento dos Estados nacionais (agora grandes para

as pequenas coisas e pequenos para as grandes) instituições internacionais. Ongs e igrejas atuam como válvulas de escape das deficiências do Estado e do mercado. Setores excluídos buscam uma integração no crime organizado globalizado, como o tráfico de armas, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro sujo.

A cultura da realidade virtual transforma radicalmente os fundamentos da vida social, do espaço e do tempo pelas simulações. O tempo real e simultâneo da informatização não é o mesmo dos relógios da era industrial. O espaço dos fluxos da Era da Informação domina o espaço dos locais específicos das diferentes culturas. Nesse mundo *faz-de-conta*, símbolos não são metáforas, mas incluem a experiência real.

Compreende-se que a reação ao globalismo seja a retrabalização, os diversos integramentos étnicos e religiosos, que o xiismo e a xenofobia se oponham ao mundo dos computadores, do fast food, da CNN, dos satélites, das redes de símbolos homogêneos e fibras ópticas. Curdos, zapatistas e servidores tendem ao retraimento cultural e a pulverizar Estados nacionais. Religiões monoteístas do passado tornam-se paroquiais, sectárias, etnocêntricas.

Esse é o mundo da globalização. Não é uma ideologia, mas um processo de transição

violenta para a construção de novas identidades autônomas, novas alternativas de cidadania, novas formas de organização internacional do trabalho e de organização de blocos. Na melhor das hipóteses, vivemos um novo Renascimento. E de nada adianta perorar, como o velho do Restelo de Camões diante das caravelas, que navegar não é preciso, viver sim. Nós já estamos embarcados.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 19.04.98)

DESMONTE PRIVATIVISTA

Dos principais argumentos do Governo para impor à opinião pública a política de desestatização das empresas de eletricidade é que as privatizações são necessárias para resolver o problema da expansão da capacidade do sistema elétrico. Ocorre que transferir para particulares aquilo que já existe não vai expandir coisa alguma, pois, como se sabe, grupos privados não têm interesse em projetos de expansão do setor elétrico, que requerem investimentos pesados e de longínquo retorno. Não é por outra razão, aliás, que o sistema elétrico brasileiro foi praticamente todo construído pelo Estado.

De 1900 até 1960, os grupos estrangeiros e as empresas privadas nacionais que dominavam o setor elétrico ins-

talararam uma capacidade total de apenas 4,8 mil MW (na verdade, cerca de 3,5 mil MW, pois os empreendimentos estatais, em várias regiões, somavam 1,3 mil MW). Por volta de 1960, sob pressão dos próprios empresários industriais (grandes consumidores), o Estado investiu grandes somas de recursos públicos, expandindo rapidamente a capacidade do sistema, que hoje chega à casa dos 60 mil MW.

Essa evolução induziu o desenvolvimento de tecnologia nacional nos campos da engenharia de centrais hidrelétricas; das indústrias de material elétrico e componentes mecânicos; da pesquisa em eletrotécnica e eletrônica de instrumentação e controle etc.

Antes de 1960, praticamente tudo era importado, desde projetos básicos até equipamentos eletromecânicos e sistemas de instrumentação e controle, para centrais elétricas e redes de transmissão e distribuição.

Hoje o Brasil exporta tudo isso para países da América Latina e África, e até para países desenvolvidos. Nesses 37 anos, o sistema elétrico brasileiro, que se caracterizava pela baixa confiabilidade (interrupções freqüentes) e qualidade deficiente (irregularidades de tensão e de freqüência), alçou-se à categoria de um dos mais avançados do mundo. Uma indiscutível constatação física desse avanço é a unificação ou integração de praticamente todo o

sistema elétrico nas regiões Sudoeste, Sul e Centro-Oeste, sob comando centralizado de operação, com uma taxa de interrupção notavelmente reduzida, considerando-se a extensão e a complexidade do sistema.

O que permitiu esse desenvolvimento foi o potencial de investimento das empresas estatais e, principalmente, sua capacidade de reinvestir lucros na transferência e adaptação de tecnologias provenientes de países industrializados, na formação de engenheiros, técnicos e operários especializados e, ainda, no desenvolvimento tecnológico autônomo, mediante o apoio a projetos desenvolvidos em instituições de pesquisa, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP), o Centro de Pesquisas da Eletrobrás (Cepel/RJ), e outros, além de diversos laboratórios e departamentos especializados, ligados a universidades ou, mesmo, a firmas de engenharia e empresas industriais. Com isso, consolidou-se no Brasil uma importante indústria de equipamentos eletromecânicos, criaram-se firmas de engenharia e formaram-se milhares de engenheiros e técnicos altamente qualificados, nas áreas de projeto, construção e operação de usinas geradoras e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica. Tais instituições de pesquisa, firmas industriais, com suas equipes de pesquisadores e engenheiros, têm

potencial para desenvolver tecnologia adaptada às condições brasileiras, desde que receba os devidos estímulos e tenha, sob sua responsabilidade, projetos importantes e encomendas de serviços, equipamentos e obras, a serem realizadas no país.

Esse inestimável cabedal tecnológico poderá perder-se, por falta de utilização, pois, com o setor privatizado, a tendência dos novos controladores será a de contratar firmas de engenharia internacionais até para a execução de projetos e obras simples. E o efeito negativo recairá também sobre as instituições de pesquisa – pela quebra dos naturais processos de intercâmbio de informações e correlação de experiências, pelo qual instituições de pesquisa básica e aplicada realizam-se mutuamente – e sobre as universidades, que formam o elemento humano para essas instituições. Não é necessário ser muito arguto para perceber que esse desmonte voluntário e suicida, que os neoliberais, dogmaticamente, atribuem à globalização (eufêmico de neocolonialismo), fixará definitivamente o Brasil no Terceiro Mundo, em vez de transportá-lo ao Primeiro, como sonham os ingênuos.

Nos países desenvolvidos, empresas energéticas como a EDF, (estatal francesa, que comprou a Light e metade da Eletropaulo), ou a Enron (em-

presa americana que comprou o sistema de distribuição, desintegrado da Cesp) integram e verticalizam suas atividades de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, e mantêm fortes vínculos com instituições de pesquisas e universidades, ou sustentam, elas próprias, fortíssimos e onerosos departamentos de pesquisa aplicada a até de pesquisa básica (é o caso da EDF).

No Brasil, entretanto, os atuais responsáveis pelo planejamento de nosso sistema elétrico acataram as recomendações da firma de consultoria britânica Coopers Lybrand, para desmembrar e desintegurar o sistema, a fim de privatizá-lo. Ou seja, enquanto os desenvolvidos integram para dominar, os subdesenvolvidos desintegram para entregar.

Considerações análogas valem também para as telecomunicações, onde, ao que tudo indica, em dois anos estará perdido todo o esforço desenvolvido nos últimos 20 anos para acumular-se um respeitável acervo tecnológico, cujo ponto alto é o centro de pesquisas da Embratel, em Campinas. Isto poderia ser evitado, se o Governo adotasse o caminho mais sensato de privatizar apenas os sistemas locais, que funcionam muito mal (como a Telerj), mantendo o controle sobre o sistema tronco e a telefonia a longa distância, que são estratégicos. Mas isto seria tema para outra discussão.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 24.08.98, e assinada pelo Consultor no campo de Energia, Joaquim Francisco de Carvalho, e pelo Físico José Leite Lopes)

VOLTANDO A FINS E MEIOS

Arnold Toynbee, o famoso historiador inglês, apontava três movimentos totalitários como os causadores dos maiores genocídios da história: a inquisição, o nazismo e o comunismo. O balanço da brutal crueldade dos dois primeiros foi exaustivamente exposto em prosa, verso e imagem. Quanto ao comunismo, *Le livre noir du communisme*, recentemente editado na França e já traduzido em dezenas de países, tenta fazer um balanço final do lado terrível da grande utopia do século que finda.

Somando as dezenas de milhões de mortos dos regimes comunistas pelo mundo, o organizador da obra — o ex-membro do PC francês Stéphane Courtois — afirma que a violência foi um elemento intrínseco à sua ideologia e à sua *praxis*. E vai além. Trata como assemelhados o *genocídio de raça hitlerista* e o *genocídio de classe marxista*.

É interessante notar que as maiores violências contra a humanidade sempre empunharam a bandeira da legitimidade dos fins. Todos esses movimen-

tos tinham como racionalização valores que se queria impor como supremos e universais. Em todos os três casos extremos de violência contra a humanidade, porém, seus líderes sempre justificaram os meios crueis que empregavam pela qualidade dos fins que afirmavam perseguir, dentro da melhor tradição de Maquiavel: *se um príncipe conseguir conservar seu Estado, todos louvarão seus meios*.

Desses movimentos crueis, o mais longo foi a inquisição. Ela durou quase meio milênio, espalhando o terror e a intolerância em nome da salvação das almas. É o grande exemplo histórico de como os deuses mais mansos, quando nos falam pela boca dos homens, podem ser muito perigosos. O mais curto e macabro deles foi o nazismo, até porque sua alucinação de raça superior era, por definição, antiuniversal e monstruosamente desumana. Acabou sendo o totalitarismo que mais matou — e da forma mais cruel — por unidade de tempo. Mas a contabilidade do horror encerrada no *Le livre noir du communisme*, embora não se constitua em grande novidade, provocou forte impacto na intelectualidade europeia, em cujas cabeças ainda ressoa a tão recente queda do Leste.

O jornal *L'Unità*, ex-órgão oficial do PC italiano, publicou recentemente entrevistas sobre o livro com dois importantes pensadores con-

temporâneos: Norberto Bobbio e Eric Hobsbawm. O italiano Bobbio é um democrata que despreza os radicalismos. No seu recente *Destra e Sinistra*, lembra que tanto a extrema direita como a extrema esquerda mantêm sob suspeita a democracia. As virtudes guerreiras e heróicas, típicas dos extremismos, se opõem inevitavelmente às virtudes da tolerância e da paciente busca da mediação, indispensáveis à prática do compromisso. Já Hobsbawm professor da University of London e autor do famoso *Age of extremes*, embora temporariamente afastado, em 1956, por discordar da invasão da Hungria, sempre permaneceu membro do pequeno e exótico *British Communist Party*.

Quanto à brutal estatística exposta no *Le livre noir*, Hobsbawm faz pequeno reparo quanto à ênfase. Diz que essa não é a história do comunismo, mas apenas o catálogo de suas violências. Já Bobbio acha que as atrocidades comunistas foram relativizadas por vários fatores. Primeiro, a contribuição da URSS à derrota do nazismo. Depois, por ter sido o comunismo o grande ideal que percorre toda a história da humanidade e que, por razões imprevistas, fracassou. Com o nazismo, sua teoria de raça superior é, desde o início, essencialmente falsa e perversa. Mas Bobbio pergunta-se se a forma despótica de poder não seria congênita à própria essência do comunismo. Ainda em 1920,

Trotski dissera que, posta a tarefa de abolição da propriedade individual, não haveria outro caminho a não ser um poder ditatorial. Lenin, consciente da violência inevitável, racionalizava: *A crueldade, imposta pelas circunstâncias, será compreendida e perdoada. Tudo será compreendido. Tudo!* Karl Popper desenvolveu a tese da legitimação histórica do poder. Tanto a legitimação na história passada, própria do pensamento conservador, como a legitimação por meio da história futura, típica do pensamento revolucionário. Bobbio conclui lembrando que não há muita diferença entre proclamar *Deus está conosco*, lema do exército nazista ou *A História está conosco*, lema dos revolucionários de todos os tempos.

Já Hobsbawm coloca a questão da comparação entre os dois totalitarismos numa dimensão mais ampla. Para ele, a URSS não pode ser definida somente como sistema de terror. *Havia o sonho de uma sociedade equalitária. Havia tudo aquilo que, no passado, atraiu as pessoas para o socialismo e o comunismo. Pode-se e deve-se criticar o comunismo. Mas não se pode criticá-lo e julgá-lo do mesmo modo que o nazismo.* Giancarlo Bosetti, o condutor das entrevistas, lembra a triste ironia de alguém que, após a queda do Muro de Berlim, teria dito aos russos: *Obrigado por terem tentado.* Certamente, ninguém ousaria dizer semelhante frase aos nazistas.

Crueldade não é monopólio dos regimes autoritários. Para Seymour Hersch, em seu *O lado negro de Camelot*, Kennedy esteve disposto a arriscar um confronto nuclear para se livrar de Fidel Castro. No Vietnã, um objetivo discutível justificou uma matança brutal. Pelo menos a segunda bomba atômica sobre Nagasaki teria sido desnecessária. E Churchill, em suas memórias, sente-se um deus e confessa certa frieza quando propôs — em reunião com Stalin no final da guerra — uma partilha da Europa que significou dor e separação para milhões de pessoas. O fato é que, embora os regimes democráticos também possam ser atrozes, a história por enquanto ainda lhes dá enorme vantagem. Até porque as eleições acabam por restabelecer certas verdades. Derrotado nas urnas logo após ter comandado a vitória, um amargurado Churchill percebeu que o povo queria na guerra, mas não o acitava conduzindo a paz.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 15.06.98, e assinada por Roberto Dupas. Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP)

A SUBVERSÃO DA HISTÓRIA

P detenção de Pinochet em Londres a pedido de um juiz espanhol, com base em convenções internacio-

nais contra a tortura, o genocídio e o terrorismo, não é precedente jurídico. A responsabilização de indivíduos por crimes cometidos em nome de políticas de Estado é uma tradição do direito internacional que nasceu no fim da Segunda Guerra Mundial, com o tribunal de Nuremberg, e foi consagrada em julho passado com a criação, em Roma, do Tribunal Penal Internacional.

Ao contrário da Corte Internacional de Haia, que julga disputas entre países e cujas sentenças não têm caráter impositivo, o Tribunal Penal Internacional foi aprovado por 120 países para julgar pessoas responsáveis por atos de genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade que venham a ser praticados em qualquer parte do mundo. O tribunal, que teve o apoio do Brasil e a rejeição de sete países — Estados Unidos, China, Turquia, Israel, Índia, Sri Lanka e Filipinas — precisa ser ratificado pelos parlamentos de 60 signatários para começar a funcionar.

A responsabilização de indivíduos por crimes de Estado permitiu, desde 1943, o julgamento não só de funcionários nazistas e do Governo imperial japonês, como também a constituição de tribunais especiais da ONU para o julgamento de criminosos da Guerra da Bósnia (1992 a 1995) e do genocídio dos tutsis e hutus moderados, em Ruanda, em 1994. Na Alemanha reunificada, funcionários do

antigo regime comunista do lado oriental foram julgados por mortes de pessoas que tentavam cruzar o Muro de Berlim. Em ato menos convencional, essa responsabilização permitiu também o julgamento e a condenação à morte, em Israel, do ex-oficial nazista Adolf Eichmann – sequestrado em 1960, na Argentina, onde se havia refugiado.

O que torna o caso Pinochet mais polêmico do que os anteriores é a questão ideológica que o cerca. Para aqueles que combateram, vitoriosamente, o comunismo até o seu fim, na década de 80, a detenção do general-senador chileno é uma subversão histórica. Pela primeira vez, alguém é internacionalmente incriminado por delitos cometidos durante a Guerra Fria – e do lado de cá da trincheira que dividiu o mundo antes da queda do Muro de Berlim. Por isso as suspeitas, invocadas anteontem pelo jornal inglês *the Guardian*, de que

o Governo americano estaria fazendo lobby pela libertação do ex-ditador.

Desde 1989, a abertura dos arquivos soviéticos, alemães orientais e outros permitiu um amplo levantamento dos crimes cometidos pelos regimes comunistas. No *Livro negro do comunismo*, lançado no fim do ano passado por pesquisadores franceses, são atribuídas 85 milhões de mortes aos governos comunistas desde 1917, da União Soviética de Lênin, e depois Stálin, à China de Mao Tsé-tung, passando pelo Camboja de Pol Pot e a Coréia do Norte de Kim Il-Sung.

No Ocidente, esse levantamento ainda está por ser realizado. Apesar de promessas feitas há dois anos, os serviços secretos americanos ainda não abriram todos os seus arquivos sobre as intervenções na América Latina, Oriente Médio, Ásia e África, incluindo o Chile de Allende. Num dos poucos casos em que

houve abertura dos arquivos – da intervenção de 1954, na Guatemala – tornou-se pública a ordem de eliminar adversários do golpe contra o presidente Jacobo Arbenz, início de uma guerra civil de 36 anos que causou mais de 300 mil mortes.

O caso de Pinochet revolve os resquícios da antiga disputa ideológica, porque ele era um símbolo para os dois lados. Para a esquerda, o general foi o agente eliminador de sua mais cara e efêmera esperança – a da revolução pacífica e democrática da Unidade Popular, de Allende. Para os que o apoiaram em 1973, ele impediu o nascimento de uma nova Cuba na América Latina e lançou as bases de um programa econômico liberal que viria a ser modelo para toda a região.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22.10.98, e assinada pela colunista Cláudia Antunes)

*Somente aquele que se familiariza,
inteiramente, com os males da guerra,
pode compreender, integralmente,
a maneira proveitosa de a levar a efeito.*

Sun Tzu

Marques Saraiva.



Desde 1932 estabelecendo parcerias de sucesso.

Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.

Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20250-430
Tel.: (021) 502.9498 / Fax: 502.0635